PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM/PR
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — MCTI
Ministério da Educação — MEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero
e o Empoderamento das Mulheres — ONU Mulheres

COPROMOÇÃO

Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas — SPM/PR
Diretoria de Cooperação Institucional/ Serviço de Prêmios — CNPq
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão — SECADI/MEC
Secretaria de Educação Básica — SEB/MEC
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM

Programa Mulher e Ciência

8º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

REDAÇÕES, ARTIGOS CIENTÍFICOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS

ONU MULHERES
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ministério da Educação
Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
Secretaria de Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

8º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

REDAÇÕES, ARTIGOS CIENTIFÍCOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS

www.igualdadedegenero.cnpq.br

BRASÍLIA, 2013.

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA – 8ª EDIÇÃO

8º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM/PR

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — MCTI

Ministério da Educação — MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres — ONU Mulheres

COPROMOÇÃO

Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas — SPM/PR

Diretoria de Cooperação Institucional/ Serviço de Prêmios — CNPq

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão — SECADI/MEC

Secretaria de Educação Básica — SEB/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM

Dilma Rousseff
Presidenta da República

Eleonora Menicucci De Oliveira
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Lourdes Maria Bandeira
Secretária Executiva

Aparecida Gonçalves
Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Tatau Godinho
Secretrária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres

Linda Goulart
Chefe de Gabinete

Sônia Malheiros Miguel
Assessora Especial

Raimunda de Mascena
Assessora Especial

Equipe da SAIAT responsável pelo documento:

Vera Lúcia Lemos Soares
Secretária
Hildete Pereira de Melo
Coordenadora
Ana Carolina Villanova e Naiara Betania Correa
Assessoras

©2013. Presidência da República
Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria de Políticas para as Mulheres — Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes
— Zona Cívico-Administrativa
70150-908 — Brasília–DF
Fone: (61) 3411-4330
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – ligue 180

Projeto gráfico: Aldo Ricchiero

Revisão: Lucía Santalices

Distribuição gratuita

Tiragem: 5.000 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
272 páginas
1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

Sumário

Apresentação: ***15***

Introdução geral: ***17***

Categoria ***Mestre e estudante de Doutorado***
Artigos científicos premiados

Introdução: ***29***

As patroas sobre as empregadas:
discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão: ***31***
Juliana Cristina Teixeira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Professor orientador: Alexandre de Pádua Carrieri

Gênero e pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul:
um estudo sobre Veranópolis e Salvador das Missões: ***89***
Carolina Braz de Castilho e Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor orientador: Sergio Schneider

Categoria ***Graduada (o), especialista e estudante de Mestrado***
Artigos científicos premiados

Introdução: ***107***

Direitos humanos e direitos coletivos –
a violência doméstica e as mulheres indígenas no Brasil: ***109***
Mariana dos Santos Parra
Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)
Professor orientador: Rinaldo Sergio Vieira Arruda

Ataíde, aquele que "se serve do outro": narrativas que compõem
o imaginário homoerótico de Bacuriteua (PA): ***129***
Camilla da Silva Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Professor orientador: Flavio Leonel Abreu da Silveira

*Categoria **Estudante de Graduação***
Artigos científicos premiados

Introdução: ***153***

Diálogos entre feminismos e poder judiciário:
a implementação da Lei Maria da Penha no DF como política
pública de reconhecimento do direito das mulheres à não violência: ***175***
Luna Borges Pereira Santos
Universidade de Brasília (UNB)
Professora orientadora: Lia Zanotta Machado

Entre usos e táticas: a conquista do espaço público pelas "blusas verdes"
na cidade do Recife (1932-1937): ***181***
Helisangela Maria Andrade Ferreira
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Professora orientadora: Giselda Brito Silva

*Categoria **Estudante de Ensino Médio***

Introdução: ***189***

Redações premiadas na **Etapa Nacional**

SÃO PAULO – Araras: ***195***
Mulher de todos os tempos
Karine Rafaela Sampaio da Silva
Escola Estadual Professor Vicente Ferreira dos Santos

MATO GROSSO DO SUL – Campo Grande: ***199***
Mulheres Itacira rasgando desigualdades
Tairine Aparecida Tiburcio de Oliveira
Escola Estadual Vespasiano Martins

MINAS GERAIS – Curvelo: ***203***
O homem que dança: vivenciando no corpo, o acordo e o desacordo.
Leandro Ferreira Pires
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Curvelo
Professor orientador: Adriano Gonçalves da Silva

*Categoria **Estudante de Ensino Médio***
Redações premiadas na **Etapa por Unidade da Federação**

ALAGOAS – Arapiraca: ***207***
O confronto
Danielle Stéphanny Pereira de Alcântara
Instituto Federal de Alagoas – Campus Arapiraca

BAHIA – Mutuipe: ***209***
Mãe Maria, uma mulher do campo
Bruna Lais dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano –
Campus Santa Inês
Professor orientador: Derneval Ferreira Andrade

ESPÍRITO SANTO – Vila Velha: ***212***
Ó abre alas!
Camila Crivilin de Almeida
Centro Educacional Leonardo da Vinci

MARANHÃO – Timbiras: ***215***
Relatos de Marias
Mardiani da Silva de Alencar
Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Maranhão –
Campus Codó

AMAPÁ – Laranjal do Jari: ***218***
A equidade de gêneros:
uma nova luta de igualdade entre sexos nas profissões
Igor Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP
Professora orientadora: Karoline Fernandes Siqueira

PARÁ – Tucuruí: ***221***
O fim da fragilidade feminina
Natália Freitas Araújo
Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
Professora orientadora: Miranilde Oliveira Neves

PERNAMBUCO – Recife: *224*
O ser humano, o estranho ímpar
Daniele Bruna Belarmino Ferreira
Colégio Grande Passo
Professora orientadora: Josete Oliveira Targino

PIAUÍ – Teresina: *228*
Três de maio de 1932
Renato Souza Vieira
Escola Santa Angelica
Professora orientadora: Roberta Andreia Coelho Cabral

PARANÁ – Londrina: *233*
A prisão de minha vida
Henrique Gabriel Barroso
Colégio Universitário
Professora orientadora: Sandra Arcuri

RIO DE JANEIRO – Macaé: *237*
O jogo da minha vida
Ana Carolina Corrêa Pereira Haber
Colégio de Aplicação da Fundação Educacional de Macaé
Professor orientador: Paulo Henrique Dantas Pinto

RIO GRANDE DO NORTE – Mossoró: *242*
Igualdade de gênero no Brasil: apesar das conquistas, ainda há uma longa estrada a ser trilhada
Ana Karolina Vieira Holanda
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus de Mossoró
Professor orientador: Aleksandre Saraiva Dantas

RIO GRANDE DO SUL – São Leopoldo: *246*
Os tempos em Luxemburgo
Larissa D'Avila Bianchi
Colégio São José
Professora orientadora: Tatiane Kaspari

SANTA CATARINA – Blumenau: *249*
Quem se define se limita
Gabriela Dialencar Reitz
Fundação Universidade Regional de Blumenau

TOCANTINS – Almas: *252*
Batalhas e esforços: ingredientes de grandes mulheres
José Victo Pinto Dias
Colégio Estadual Dr. Abner Araújo Pacini
Professora orientadora: Caroline Stephanie Aguiar

Categoria ***Escola promotora da igualdade de gênero***
Projetos pedagógicos premiados

Introdução: *257*

RIO DE JANEIRO – Arraial do Cabo: *259*
Workshop: Diversidade de gênero: mudanças de paradigmas na sociedade contemporânea
Colégio Estadual Almirante Frederico Villar
Coordenação do projeto: *Sonia Ferreira Jobim de Carvalho*

PERNAMBUCO – São José do Egito: *261*
Discutindo gênero na escola: o desafio da construção de práticas pedagógicas emancipatórias
Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima
Coordenação do projeto: *João Renato Nunes e Karla Cibélia Lira Gomes*

PARANÁ – União da Vitória: *262*
Escola promotora da igualdade de gênero
Colégio Estadual Astolpho Macedo Souza
Coordenação do projeto: *Giselle Camargo Feldmann*

MINAS GERAIS – Uberlândia: *264*
Relações de gênero: construindo pontos de vista não preconceituosos
Escola Municipal Professora Stella Saraiva Peano
Coordenação do projeto: Heliene Rosa da Costa

TOCANTINS – Gurupi: ***265***
Escola sem homofobia:
refletindo sobre conceitos, preconceitos, posturas e valores
Centro de Ensino Médio de Gurupi
Coordenação do projeto: *Cláudio Carvalho Bento e*
Joana Maria Gomes Costa

PARAÍBA – João Pessoa: ***266***
Educação para a equidade de gênero:
mulheres protagonistas de sua história
Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos
Coordenação do projeto: *Maria José Figueiredo*

ESPÍRITO SANTO – Vitória: ***267***
Projeto de Extensão discutindo gênero, violência e saúde
no programa Escola Aberta
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Coordenação do projeto: *Gilsa Helena Barcellos*

Apresentação

Desde o século XIX as mulheres lutam pela ampliação da cidadania, no mundo como no Brasil. Esse movimento social tinha no direito ao voto a materialização dos direitos políticos, e sua conquista definiu a cidadania política para as mulheres. E nos direitos sociais, só construídos no século XX, o objetivo de garantir condições de vida e trabalho à população.

A explosão da rebeldia feminina ao longo desses séculos consolidou novas forças políticas ao questionar o tradicional papel feminino e abriu novas possibilidades e oportunidades na sociedade para as mulheres. Porque a cidadania feminina exigia igualdades de oportunidades para mulheres e homens, e isto colocou a educação como um componente importante para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno. Mas também, a educação foi reconhecida como um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais: de gênero, raciais, geracionais, de orientação sexual, identidade, regionais e locais.

Assim, o movimento de mulheres voltou seu olhar para o processo educacional para explicar como são produzidas as desigualdades entre meninas e meninos, mulheres e homens no âmbito educacional e também como importante veículo de mudança da sociedade. Este olhar de gênero aponta para o caráter construído de mulheres e homens como sujeitos históricos em contraponto com a naturalização do feminino e masculino, e é com este enfoque que estas políticas são avaliadas pelo movimento de mulheres e feminista através de denúncia da discriminação contra as mulheres.

No Brasil, desde 2004 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata da política educacional como um dos eixos fundamentais da construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens. No entanto, a educação brasileira ainda não foi totalmente contaminada pelo princípio da igualdade entre os sexos. A desigualdade de gênero foi reduzida nas matrículas, no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais. Esta constatação está na raiz da criação do Programa Mulher e Ciência, dentre os quais, a realização do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* é uma das iniciativas. Ele expressa a preocupação com a igualdade de gênero, raça-etnia, liberdade de orientação sexual e com o fortalecimento dos direitos humanos. Esta busca por igualdade perpassa transversalmente o planejamento das políticas federais, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ONU Mulheres.

Esta publicação é a finalização da oitava edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* e divulga as redações, artigos científicos e projetos agraciados nesta edição (2012). Nesses oitos anos o *Prêmio* teve 24.833 inscrições em todas as suas categorias, e cada edição tem seus trabalhos premiados publicados em livro e divulgados para a sociedade brasileira. Este Prêmio tem, ao longo das sucessivas edições, disseminado estes temas nas escolas de Ensino Médio, bem como nas faculdades e universidades, esperando que assim as futuras gerações vivam numa sociedade livre de preconceitos e plena de igualdade.

Agradecemos às equipes da SPM, CNPq/MCTI, MEC e à ONU Mulheres pelo empenho na concretização deste trabalho, bem como aos estudantes e docentes do Brasil que responderam a este chamado para pensar na construção de uma sociedade igualitária.

Eleonora Menicucci
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas
para as Mulheres da Presidência da República.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), o CNPq do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e SECADI, SEB do Ministério da Educação (MEC) apresentam nesta publicação os trabalhos vencedores do *8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*.

Divulgação e inscrições

Para cumprir os objetivos deste *Prêmio*, os Ministérios responsáveis realizaram as etapas abaixo relatadas:

- Envio de 813.840 folhetos e 135.280 cartazes às escolas brasileiras por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação;
- Envio de 191.600 folhetos e 8.835 cartazes aos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres;
- Distribuição de 4.000 folhetos e 1.200 cartazes em eventos realizados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC.
- Veiculação pela SEB/MEC no programa *Roda de conversas* de material de divulgação do Prêmio na TV Escola;
- Realização de lançamentos regionais do Prêmio nos Estados do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí e Pará. Os eventos contaram com a participação dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; da Secretaria de Políticas para as Mulheres e das/os premiadas/os e/ou orientadoras/es de redações dos concursos anteriores.
- Realização de lançamentos regionais pelo CNPq.

Nesta edição, este certame recebeu 5.134 inscrições, o maior número de sua história (Tabela 1). Estas foram assim distribuídas: *Mestre e estudante de Doutorado*, 237 inscritos; *Graduado especialista e estudante de Mestrado* 417; *Estudante de Graduação* com 304. Dessa forma, a comunidade universitária enviou 958 artigos científicos para esta edição. Na categoria *Estudante de Ensino Médio* foram inscritas 4.100 redações e na categoria *Escola promotora da igualdade de gênero* concorreram 76 projetos.

Tabela 1 – **Inscrições no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, todas as edições.**

Categoria	Trabalhos inscritos, 2005-2012.								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Estudante do Ensino Médio	1270	1284	620	2299	2976	3951	3376	4105	**19881**
Estudante de Graduação	141	154	171	218	271	197	203	304	**1659**
Graduado	-	-	429	485	-	-	-	-	**914**
Estudante de Pós-Graduação	176	207	-	-	-	-	-	-	**383**
Graduado, especialista e estudante de Mestrado	-	-	-	-	283	267	218	417	**1185**
Mestre, estudante de Doutorado	-	-	-	-	156	145	122	237	**660**
Escola promotora da igualdade de gênero	-	-	-	-	17	12	46	76	**151**
Total de trabalhos inscritos	1587	1645	1220	3002	3686	4572	3965	5139	**24833**

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, Outubro de 2012, elaboração própria.

As inscrições: cor/raça

Separando as inscrições desta edição segundo a autodeclaração dos/as inscritos/as, nota-se que há uma maioria branca com 56,13% das inscrições totais no Prêmio, mas os negros tiveram uma taxa de participação de 39,82%, o que leva a crer que está havendo um ingresso desta parcela da população no sistema educacional nacional. Como estes foram grupos tradicionalmente discriminados na história da educação do Brasil, essa taxa de participação exprime um processo de mudanças (tabela 3). No entanto, chamamos a atenção para o predomínio das inscrições na categoria *Estudante de Ensino Médio*, em que representaram 81% das mesmas, enquanto que nas demais categorias, que se referem ao Ensino Superior, apresentam uma taxa de 19% de participação dos negros, o que indica que há um processo de mobilidade em curso na sociedade brasileira.

Tabela 2 – **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Inscrições em todas as categorias, segundo cor/raça**

Raça	Quantidade	%
Branca	2839	56,13%
Negra	2014	39,82%
Indígena	24	0,47%
Amarela	91	1,80%
Não informado	90	1,78%
Total	**5058**	**100,00%**

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

O conjunto das tabelas 3, 4, 5 e 6 mostra as inscrições por cor/raça nas categorias *Estudante de Ensino Médio* e *Estudante de Graduação*, *Mestrado e Doutorado*. Na tabela 3, as taxas de participação do Ensino Médio são praticamente idênticas às da tabela 2 devido ao peso da participação dessa categoria no total das inscrições, o que define a partição segundo cor/raça da categoria. O interessante é a "quase" paridade entre brancos (48,03%) e negros (46,38%) na categoria *Estudante de Graduação*.

Estas informações permitem afirmar que a ampliação das matrículas através das cotas para negros em escolas públicas elevou a mobilidade social das camadas mais pobres da sociedade, e como nestas há uma maior presença de negros, as inscrições nesta edição do *Prêmio* talvez já reflitam essa nova realidade. Continuando esta análise, observa-se que a tabela 5 demonstra a mesma realidade, e a menor participação dos negros entre os estudantes de doutorado apenas expressa os tempos diferenciados entre esses estudantes.

Tabela 3 – **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Estudante de Ensino Médio, segundo cor/raça**

Raça	Quantidade	%
Branca	2331	56,85%
Negra	1608	39,22%
Indígena	19	0,46%
Amarela	85	2,07%
Não informado	57	1,39%
Total	**4100**	**100,00%**

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

Tabela 4 – **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Estudante de Graduação, segundo cor/raça**

Raça	Quantidade	%
Branca	146	48,03%
Negra	141	46,38%
Indígena	1	0,33%
Amarela	3	0,99%
Não informado	13	4,28%
Total	**304**	**100,00%**

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

Tabela 5 – **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Graduado, especialista e estudante de Mestrado, segundo cor/raça**

Raça	Quantidade	%
Branca	214	51,32
Negra	187	44,84%
Indígena	2	0,48%
Amarela	3	0,72%
Não informado	11	2,64%
Total	**417**	**100,0%**

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

Tabela 6 – **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Mestre e estudante de Doutorado, segundo cor/raça**

Raça	Quantidade	%
Branca	148	62,45%
Negra	78	32,91%
Indígena	2	0,84%
Amarela	0	0,00%
Não informado	9	3,80%
Total	**237**	**100,00%**

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

Processo de pré-seleção

Pelo regulamento do Prêmio, há uma fase de pré-seleção para todas as categorias do Ensino Médio e do Ensino Superior. Para as categorias *Estudante de Ensino Médio* e *Escola promotora*, a pré-seleção é feita pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério de Educação e pela ONU Mulheres. Para o Ensino Superior o corpo técnico do CNPq fica encarregado de fazer a pré-seleção.

No caso das redações e projetos pedagógicos, a SPM, o MEC e a ONU Mulheres decidiram, devido ao expressivo número de trabalhos enviados, adotar como solução a contratação de duas consultoras, que junto com a Coordenação de Educação da SPM, realizaram a pré-seleção.

Na primeira etapa, a pré-seleção da categoria *Estudante de Ensino Médio* analisou os critérios definidos pelo próprio Edital: redações com um tamanho mínimo de duas páginas e máximo de quatro (1.000 e 1.500 palavras) e textos digitalizados. Nesta fase foram eliminadas 978 redações, ou seja, 24% das redações inscritas estavam fora dos padrões estabelecidos pelo Edital. Portanto, restaram apenas 3.124 (76%) redações nessa fase de pré-seleção.

A segunda etapa passou por uma leitura das redações e sua seleção obedeceu aos seguintes critérios: (1) qualidade do texto quanto ao conteúdo: relevância do tema; (2) qualidade do texto quanto à abordagem do tema: originalidade e criatividade no seu desenvolvimento; (3) qualidade do texto quanto à forma de apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão. Além desses macro critérios, também foi levada em consideração a presença de textos repetitivos e grosseiramente copiados da *internet*.

Todas as Unidades da Federação enviaram redações para o concurso, e desta fase, apenas 6% das redações foram selecionadas para a etapa final. Mas, considerando apenas as redações inscritas segundo as normas regulamentais (3.124 redações), a taxa de aproveitamento foi de 7,5% de redações pré-selecionadas para a etapa final da oitava edição.

A categoria *Escola promotora da igualdade de gênero* foi criada recentemente, apenas na sexta edição (2009) e, portanto, é uma categoria que ainda precisa de um trabalho de divulgação mais específico para firmar-se no sistema educacional do Ensino Médio nacional. Assim, dos 76 projetos inscritos, foram pré-selecionados 28.

A equipe técnica do CNPq seguiu de perto a mesma sistemática da SPM: observância das normas do Edital e originalidade do tema, e a qualidade de sua apresentação (introdução, objetivos, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas), tendo como parâmetros para a avaliação os critérios

genéricos adotados pelas revistas científicas. Assim, nessa etapa foram eliminados 433 (45%) artigos inscritos, taxaque foi maior nos artigos inscritos pelos estudantes de graduação (63%), e menor entre os mestres e doutorandos, em que apenas 25% dos artigos foi rejeitado, o que expressa a maior maturidade cientifica dos estudantes com maior treino científico.

Tabela 7 – **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições eliminadas e pré-selecionadas, categoria do Ensino Superior.**

Categoria	Inscrições recebidas	Artigos eliminados	%	Artigos pré-selecionados	%	Número de artigos por especialistas
Estudante de Graduação	304	192	63%	112	37%	16
Graduado, especialista e estudante de Mestrado	417	182	44%	235	56%	34
Mestre e estudante de Doutorado	237	59	25%	178	75%	26
Total	**958**	**433**	**45%**	**525**	**55%**	**76**

Fonte: MCTI/CNPq, elaboração própria.

As comissões julgadoras

Tradicionalmente, este *Prêmio* tem duas comissões julgadoras: uma para as categorias *Estudante de Ensino Médio* e *Escola promotora da igualdade de gênero* e outra para os artigos científicos. A primeira comissão julgadora foi presidida pela professora Dra. Olgamir Amância Ferreira da Universidade de Brasília e Secretária de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal, e pelas docentes: Bruna Andrade Irineu – Universidade Federal do Tocantins; Constantina Xavier Filha – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Dayana Brunetto C. dos Santos – Secretaria de Educação do Estado do Paraná; Tânia Mara Campos de Almeida – Universidade de Brasília; a radialista Mara Régia Di Perna da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); e a representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Isis Tavares Neves.

A segunda comissão julgadora foi presidida pela professora titular Bila Sorj, (UFRJ) e os professores Ana Paula Vosne Martins (UFPR), Estela Maria Motta Lima Leão Aquino (UFBA), José Eustáquio Diniz Alves (IBGE/ENCE), Lúcia Mercês de Avelar (Unicamp), Mary Jane Spink (PUC/SP) e Miriam Pillar Grossi (UFSC).

Breves comentários sobre esta edição

Esta edição mostra que o *Prêmio* firmou-se no cenário educacional nacional, pois considerando as três últimas edições observa-se que houve um crescimento significativo das inscrições, sobretudo na categoria *Estudante de Ensino Médio*. Mas, a explosão das categorias relativas à comunidade universitária aconteceu somente nesta última edição. Provavelmente isso esteja relacionado ao financiamento de pesquisas sobre relações de gênero, feminismos e mulheres, temas presentes nas chamadas públicas realizadas pela SPM/PR, CNPq/MCTI e MDA nos anos de 2005, 2008 e 2010. Ao todo, o Estado brasileiro alocou nestas áreas do conhecimento 20,6 milhões de reais e 511 propostas de pesquisas foram apoiadas por estas chamadas anteriores. No entanto, estas chamadas públicas receberam 1.005 propostas de pesquisa, embora só tenham sido contemplados 50,8% dos projetos enviados. Provavelmente isso explique esse crescimento extraordinário de artigos científicos concorrendo nesta edição do *Prêmio*, e essa produção abrange todas as fases da vida universitária nacional.

Ainda não foi feita uma análise mais consistente do conteúdo dessa produção acadêmica, mas leitura dos trabalhos inscritos nesta edição na sua fase preliminar de pré-seleção, tanto da categoria *Estudante de Ensino Médio* como das universitárias permite avançar algumas reflexões. A leitura das redações da categoria *Estudante de Ensino Médio* mostra quais os temas recorrentes: painel histórico da luta pela igualdade e denúncia do machismo. Frequentemente esses relatos desenvolvem sobre os avanços femininos, desde a pré-história até os dias atuais. Fazem uma discussão sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres e tratam da questão da violência doméstica. Esses foram tópicos relevantes desenvolvidos pela maioria das redações nesta 8º edição.

O grande destaque do conteúdo dessas redações nesta edição foi a referência exaltada à primeira mulher Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Esta foi citada em perto de 40% das redações inscritas, embora nenhuma redação tenha desenvolvido o texto sobre aspectos de sua vida. Outras figuras femininas brasileiras também citadas, embora numa percentagem menor: a

Princesa Isabel, a Imperatriz Leopoldina e Anita Garibaldi. Das figuras femininas estrangeiras, a chanceler alemã Ângela Merkel, a presidenta da Argentina Cristina Kirchner e a ex-presidenta do Chile Michele Bachelet, foram as mais citadas nos textos estudantis.

A leitura dos projetos encaminhados pela categoria *Escola promotora da igualdade de gênero* evidencia a dificuldade das escolas em elaborar projetos sobre esta temática, e esta pré-seleção, tanto no que se refere aos projetos eliminados, como aos pré-selecionados observa problemas referidos ao desenvolvimento da temática de gênero. Dessa forma, entende-se que é necessário definir critérios mais específicos para esta categoria e que isso possa orientar as escolas na elaboração desses projetos no futuro.

Os artigos científicos abrangem as áreas do conhecimento deste campo temático e toda sua diversidade, e a leitura preliminar feita pela equipe técnica do CNPq aponta para textos mais consistentes, sobretudo os artigos dos estudantes da pós-graduação. Os temas tratam de sexualidade, política, esporte e inúmeros textos de história fazem uma recuperação dos estudos sobre a vida das mulheres nos últimos 100 anos.

Os capítulos seguintes apresentam os trabalhos vencedores em todas as categorias que compõem o *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, bem como os dados referentes a cada uma das suas categorias.

Boa leitura!

Este material é resultado do Acordo de Cooperação Técnica do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Educação, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico e a ONU Mulheres. As opiniões expressas neste livro são de responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a posição oficial das Instituições citadas.

CATEGORIA

MESTRE E ESTUDANTE DE DOUTORADO

ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

Introdução

Nesta edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* a categoria recebeu 237 inscrições; em relação à sétima edição as inscrições praticamente dobraram, o que provavelmente reflete tanto a expansão da pós-graduação brasileira como também a disseminação dos estudos de gênero no País.

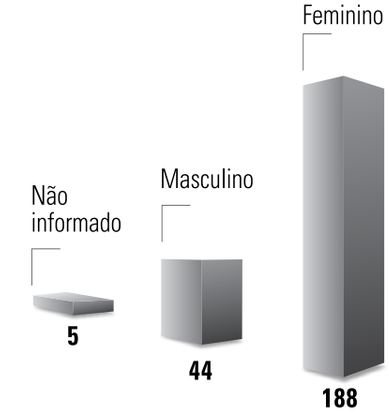
Analisando as inscrições pela variável sexo temos:

8° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero,
inscritos segundo o sexo, categoria ***Mestre e estudante de Doutorado***

Inscrições por Região

Sexo	Quantidade	%
Feminino	188	79%
Masculino	44	19%
Não informado	5	2%
Total	**237**	**100%**

Fonte: CNPq/SPM, 2013



Trabalhos premiados

Juliana Cristina Teixeira (UFMG) com o artigo
As patroas sobre empregadas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão.
Orientador prof. Alexandre de Pádua Carrieri.

Carolina Braz de Castilho e Silva (UFRGS) com o artigo
Gênero e pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul: um estudo sobre Veranópolis e Salvador das Missões.
Orientador prof. Sérgio Schneider.

As patroas sobre as empregadas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão

Juliana Cristina Teixeira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Professor orientador: Alexandre de Pádua Carrieri

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar os discursos de empregadores de trabalhadores domésticos em uma comunidade virtual da rede social Orkut que tem o nome *Vítimas de empregada doméstica*. Por meio dessa análise, pretendemos não só compreender aspectos das relações sociais de trabalho entre patroas e empregadas, mas principalmente entender quais as estratégias discursivas utilizadas para essa vitimização e quais são os aspectos ideológicos a elas relacionados. Nesse sentido, podemos discutir quais são as ideologias veiculadas pelos discursos dos membros dessa comunidade.

Explicamos que utilizaremos os termos "patroas" e "empregadas" no feminino porque, por um lado, as mulheres são as que mais participam das discussões realizadas na comunidade – embora ela também seja composta por uma minoria masculina – e, por outro, as mulheres representam 93,2% do total de trabalhadores domésticos no país (IBGE, 2010). Por esse motivo, e também por desejarmos um enfoque sexuado às análises, optamos por utilizar o gênero feminino, o que se adéqua ao contexto da produção social desses discursos analisados: a existência de uma divisão sexual do trabalho que ainda é mantida na sociedade, mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. Essa divisão ocorre não só em relação aos tipos de trabalho que serão executados pelas mulheres, mas principalmente por ideologias que mantêm o trabalho doméstico como papel da mulher.

Entendemos os discursos neste artigo como formas de construção social, como manifestações não neutras, ideológicas e contextualmente referidas às posições que os sujeitos ocupam em termos de categorias sociais como sexo, classe e raça. Além disso, eles se referem a uma historicidade e também a determinados contextos e panoramas sociais. Em termos de contexto social, consideramos neste estudo não só a divisão sexual do trabalho, mas também as condições históricas do trabalho doméstico no Brasil. Relativamente a ele, abordaremos seus laços com o período de escravidão e seu atual cenário, em que cresce o número de diaristas, diminui-se o número de empregadas que querem trabalhar como mensalistas, e também aumenta a

escolaridade dessas mulheres, que não necessariamente veem mais o trabalho doméstico como única fonte de subsistência, mas também, em alguns casos, como algo provisório.

Ressaltamos o engajamento político dos autores nesta análise, já que, da mesma forma que consideramos os discursos como não neutros, os que serão aqui apresentados também não o são. Nesse sentido, politicamente consideramos que estudar aspectos do trabalho doméstico é "falar de um tema incômodo porque é um tema que escancara a desigualdade social [no Brasil], a desigualdade na divisão do trabalho doméstico e traz para as nossas vidas, para o nosso cotidiano a explicitação e vivência do capitalismo e do machismo" (FERREIRA, 2010, p. 338). E nossa posição é a de que esse contexto de desigualdade nas relações sociais no Brasil (AZÊREDO, 2002) não pode ser negado ou silenciado.

Contextualizando melhor os leitores a respeito dos discursos que serão analisados na comunidade virtual citada, esclarecemos que o Orkut foi a primeira rede social largamente utilizada no país (ESTADÃO, 2012), sendo mantida pela empresa Google. É atualmente a rede social com o segundo maior número de membros no Brasil, cerca de 34 milhões de usuários[1] (COMSCORE, 2012), tendo ficado na liderança no país desde sua criação em 2004, até ser ultrapassado pelo *Facebook* em 2011.

As potenciais contribuições desta pesquisa residem na exploração das ideologias presentes nas relações de trabalho. Embora o foco seja o âmbito doméstico, veremos aspectos que se vinculam a ideologias em contextos mais amplos, pois podemos encontrar as ideologias aqui disseminadas em outras esferas do trabalho. Além disso, em outras esferas sociais, já que tocaremos em dimensões de análise relacionadas a gênero, classe e raça. A pesquisa contribui ainda para o campo de estudos sobre trabalho, ao enfatizar a importância de tratá-lo de maneira vinculada a aspectos históricos e sócio-contextuais.

O artigo se divide em: um referencial teórico que discute os discursos como veículos de ideologias; a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico e a escravidão no Brasil; a seguir, são apresentados os caminhos metodológicos perseguidos; por fim os resultados obtidos (o cenário atual do trabalho doméstico como condição social de produção dos discursos e os aspectos ideológicos defendidos e disseminados); e as considerações finais.

1 Os dados são da ComScore, organização que realiza pesquisas mundiais sobre o mercado digital. O número de usuários se refere à pesquisa que foi publicada em janeiro de 2012, e representa o número de usuários da rede social no Brasil em dezembro de 2011.

2. Discursos como veículos de ideologias

O conceito de discurso, da forma como é apropriado neste trabalho, se opõe à concepção de linguagem presente na corrente tradicional que a entende como um "sistema de signos, ou seja, um sistema virtual e abstrato de regras formais, excluindo a historicidade" (PEREIRA; BRITO, 2009, p. 62). Além disso, contrapõe-se a uma visão comum a respeito da linguagem, que a entende como uma ferramenta utilizada apenas para descrever e informar a realidade (BOJE; OSWICK; FORD, 2004).

Busca-se ir além do discurso como uma forma de uso da linguagem. Seu conceito passa a ter outros componentes essenciais, como quem usa a linguagem, como, por que e quando (VAN DIJK, 1997), os quais nos dão elementos a respeito das condições sócio-históricas de um texto (BRANDÃO, 2002). Nesse sentido, os discursos podem ser entendidos como falas e textos em um contexto (VAN DIJK, 1997). O contexto engloba as posições que os sujeitos ocupam nas categorias sociais, envolvendo também elementos espaciais (ou geográficos) e históricos. Os elementos históricos são importantes porque "é na articulação entre aspectos **linguísticos** e **históricos** que se constrói o discurso" (FARIA, 2009). Por esse motivo, eles serão buscados em nossas análises.

Além da compreensão do contexto, se começa a buscar "uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua como um sistema ideologicamente neutro" (BRANDÃO, 2002, p. 10). Nesse sentido, o discurso surge como uma instância da linguagem na qual se consegue articular os fenômenos linguísticos a processos ideológicos (VAN DIJK, 1997), pois quando se pensa em discurso, e não somente em linguagem, se faz uma ligação entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico.

Na concepção marxista, se entende a ideologia como um sistema ordenado com base em ideias ou representações de forma interligada a uma concepção de classe, e também a uma indicação e prescrição de como se deve pensar, o que se deve pensar, o que se deve fazer e como se deve fazer (BRANDÃO, 2002). Em uma concepção mais geral, tem-se a ideologia como "a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência" (BRANDÃO, 2002, p. 22) por meio da criação de formas simbólicas através das quais se relacionam com a realidade concreta. O discurso é uma forma de concretização da materialidade ideológica (BRANDÃO, 2002) que se realiza por meio de "um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo" (FIORIN, 2005, p. 32).

Retornando à caracterização da noção de discurso, podemos dizer que o mesmo se relaciona ainda a dois outros conceitos: os de enunciado e enunciação. O enunciado compreende aquilo que é literalmente dito

(GODOI, 2005), é o texto propriamente dito (FARIA, 2009). Já a enunciação se refere ao sujeito que há no discurso (GODOI, 2005), é o que constitui um enunciado (MAINGUENEAU, 2006). De acordo com Faria (2009), a enunciação está para o enunciado assim como o processo está para o produto. Ela pode ser entendida como o ato de enunciar e é "um acontecimento único, definido no tempo e no espaço" (MAINGUENEAU, 2006, p. 54), ela é singular e não pode ser repetida como o enunciado. Assim, enunciações diferentes podem apresentar o mesmo enunciado (BRANDÃO, 2002).

Nos itens seguintes, como trabalhamos com uma perspectiva de discursos que enfatiza a importância de sua contextualização histórica, discutiremos a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico como herança do período escravocrata em nosso país.

3. A divisão sexual do trabalho

Há uma divisão do trabalho histórica e socialmente construída de forma atrelada às relações sociais entre os sexos. Essa divisão se caracteriza historicamente pela atuação dos homens na esfera pública e produtiva, e das mulheres na esfera privada e reprodutiva, separação essa que conferia aos homens a ocupação de cargos hierárquica e socialmente superiores (HIRATA; KERGOAT, 2007). A inserção das mulheres na esfera pública e produtiva foi acompanhada pela manutenção dessa divisão e pela participação das mulheres em empregos precários e vulneráveis.

Configura-se um quadro de bipolarização relativo ao trabalho feminino. Em um extremo, há profissionais altamente qualificadas, e no outro, trabalhadoras com "baixa qualificação", baixos salários e ausência de reconhecimento e valorização sociais. Já as mudanças ocorridas na esfera do trabalho doméstico foram durante muito tempo lentas e também menores, não acompanhando a complexidade das mudanças ocorridas em outras esferas do mercado em queas mulheres se inseriam. Além disso, a inserção das mesmas no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma adequada divisão sexual das tarefas domésticas (HIRATA, 2003).

Ainda que algumas funções domésticas sejam delegadas às empregadas, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela manutenção das casas. A própria contratação da empregada pode ser considerada uma forma de se amenizar crises nas relações entre os sexos no ambiente doméstico. Pois, "enquanto as mulheres se complementam na execução do trabalho doméstico, fica garantido o pequeno envolvimento do homem nessas tarefas". Além disso, a própria "cisão [que ocorre] no universo feminino – entre patroas e empregadas – [...] contribui para diminuir o poder de barganha das mulheres no espaço social" (PREUSS, 1996, p. 55). E a mesma falta de reconhecimento social que ocorre com o trabalho doméstico remunerado acontece também com o não remunerado. Assim, o trabalho doméstico foi e é historicamente desvalorizado (PINHEIRO et al. 2009).

Temos sim mudanças no que se refere ao "comportamento do homem ocidental contemporâneo quanto a suas ações com os filhos, família, trabalho" (PINHEIRO et al. 2009, p. 2), o que leva também a mudanças nas relações das pessoas com o ambiente doméstico. Nesse sentido, há um número crescente de homens que compartilham com a mulher ou mesmo assumem a educação dos filhos. No entanto, não é uma mudança ainda hegemônica ou que possa ser percebida em todas as famílias. Além disso, é comum que se considere o desempenho dessas tarefas pelos homens como uma ajuda, ou seja, expressando uma isenção de responsabilidade em relação a essas mesmas atividades (WAGNER et al. 2005).

O trabalho doméstico remunerado é ele mesmo um exemplo de manutenção da divisão sexual do trabalho, pois representa preponderantemente mulheres que saíram de suas casas para trabalhar, mas para assumir a casa de outras mulheres. Nesse processo, há uma manutenção do lugar doméstico às mulheres (CORONEL, 2010). O que diferencia, nesse caso, a patroa da empregada é, dentre outros fatores, a condição sócioeconômica e o tipo de atividade que exercerão. A empregada desempenha as atividades mais operacionais e também as de cuidado, e as patroas continuam responsáveis pela fiscalização do trabalho, por sua manutenção e também por seu planejamento.

E mesmo dentro dessa esfera do trabalho doméstico, em relação a direitos trabalhistas, as mulheres são inferiorizadas em relação aos homens. Enquanto os zeladores, por exemplo, possuem uma carga horária de trabalho, são assegurados por todas as garantias contidas na CLT, e possuem um teto salarial que é acordado em convenções sindicais, os trabalhos domésticos mais convencionais, preponderantemente desempenhado por mulheres, não recebem o mesmo tratamento legislativo (CORONEL, 2010).

3.1 O trabalho doméstico e a escravidão no Brasil

O trabalho doméstico no Brasil acaba se confundindo com a própria história escravocrata. E no período posterior à abolição da escravatura (que ocorreu em 1888), "era preferível [aos antigos escravos] suportar a opressora exploração senhorial em troca de subsistência e condições mínimas de trabalho do que encarar uma sociedade malfazeja que enxergava no negro uma vil anomalia da natureza" (FERRAZ; RANGEL, 2010, p. 8641). Assim, houve uma continuidade de desempenho de trabalhos de natureza doméstica. O

contexto atual não é mais este descrito. No entanto, permanecem ainda na sociedade brasileira heranças históricas desse período.

Na relação que se começa a estabelecer depois da escravidão entre patrões e criados — termo que passou a ser utilizado logo depois —, o fato desses antigos escravos não necessariamente morarem mais com a família empregadora acabava dificultando o controle dos patrões sobre eles, o que acabava trazendo a desconfiança como caracterização dessa relação (RONCADOR, 2007). Nesse sentido, o que se observa na própria comunidade cujos discursos são analisados é uma manutenção dessa ideologia, a qual mantém não só a desconfiança em relação aos empregados, como também uma necessidade de domesticá-los (FREITAS, 2011).

As empregadas domésticas ideais seriam aquelas que contassem com um equilíbrio entre proximidade e distância em relação às suas patroas (FREITAS, 2011). A proximidade diz respeito à necessidade de se aproximar de seus valores, e a distância, à necessidade de que ambas não se "misturem", para que as características e os valores dos locais onde as empregadas residem não estejam presentes nas relações estabelecidas nas casas onde trabalham.

Em cursos de qualificação de domésticas, por exemplo, destacam-se estratégias que visam corrigir hábitos e valores das empregadas, as quais são consideradas por Oliveira (2007) estratégias de modelagem. Houve historicamente o que podemos chamar de um projeto pedagógico de incentivo do medo burguês em relação aos criados, projeto esse reforçado por narrativas de violências e de contágios físicos e morais. Além disso, havia também em livros destinados às patroas a disseminação de estereótipos das domésticas como invasoras da privacidade e da intimidade dos lares burgueses, e também como invejosas, sendo consumidoras desautorizadas de bens e de hábitos da classe de seus patrões (RONCADOR, 2007).

Além desses aspectos mencionados que tocam em temas como gênero e classe, podemos dizer que o trabalho doméstico é uma dos mecanismos de reprodução de um sistema hierárquico "altamente estratificado de gênero, classe e cor" (BRITES, 2007, p. 91). Há construções de gênero que se relacionam também com construções de classe e etnia, permanecendo imbricadas umas às outras. Esse contexto gera um processo de naturalização da subalternidade dos trabalhadores domésticos (BRITES, 2007) o que, no entanto, é uma construção social que é demarcada inclusive no cotidiano. Por exemplo, no próprio ambiente doméstico, ocorre uma separação e uma delimitação de espaços, como é o caso da utilização de uniformes e o uso do elevador de serviço (AZÊREDO, 2002, p. 333).

Por fim, reforçando a vinculação entre gênero e classe quando se aborda o trabalho doméstico, historicamente o exercício de atividades profissionais por parte de mulheres das classes média e alta esteve de modo muito atrelado a um recorte de classe, já que dependia e ainda depende em muitos casos da delegação de funções a empregadas domésticas, as quais seriam, como decorrência, mulheres de classes sociais mais baixas (BRAGA, 2009). Nesse processo, inclusive, "muitas feministas reconhecem que a oferta e os baixos salários pagos às domésticas permitiram que mulheres de outras classes sociais ingressassem no mercado de trabalho" (RONCADOR, 2003, p. 57).

4. Caminhos percorridos

O método de coleta de dados utilizado neste artigo foi a pesquisa documental. Buscamos no Orkut comunidades com os termos "empregada doméstica", tendo sido encontradas 41 comunidades.

Figura 1. Comunidades com o termo "empregada doméstica" no Orkut

Comunidades	Número de Membros
Vítimas de empregada doméstica	1.485
Sou empregada doméstica e daí?	569
Loira é empregada doméstica	228
Apoio as empregadas domésticas	201
Eu amo empregada doméstica	131
Agência de empregada doméstica	77
Empregada doméstica	77
Eu quero 1 empregada doméstica	39
Empregada doméstica x patroa	37
Sindicato Empregadas Domésticas	27
Empregada doméstica é uó	33
Empregada doméstica	23
Não pego + empregada doméstica	15
Eu fui empregada doméstica	21
Emprego - empregada doméstica	13
Empregada? Doméstica? Nãaooo!!	10
Empregadas domésticas BH	9
empregadas domésticas	8
Empregadas domésticas	7
Ex empregadas domésticas	11
Empregada doméstica	4
Outras comunidades	3 ou menos membros

Fonte: Orkut, dados atualizados de 07 de junho de 2012.

Como se observa, a comunidade escolhida para a análise dos discursos é a que apresenta o maior número de membros. Ela possui visualização aberta para não-membros. Por esse motivo, foi possível visualizar todos os fóruns e discussões nela presentes sem que fosse necessária uma adesão. Foi criada em novembro de 2004 e ainda permanecia ativa em julho de 2012, quando a pesquisa foi realizada. Nessa data, havia um total de 86 tópicos de discussão (fóruns) abertos com temáticas variadas a respeito das empregadas com um total de 1.199 respostas (postagens). Com todo esse corpus, o método de análise do discurso foi importante para a identificação dos aspectos mais relevantes dentro de toda essa discussão, de modo a abordarmos os aspectos ideológicos presentes nas discussões dessa comunidade. Para a apresentação dos fragmentos discursivos neste trabalho, optou-se por alterar os nomes dos participantes a fim de preservar sua identificação.

Utilizamos a análise do discurso de corrente francesa. Para adotá-la, nos baseamos em um roteiro de análise elaborado por Saraiva (2009), tendo como base procedimentos de análise do discurso utilizados para fins didáticos pelo "Professor Antônio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, para a análise do discurso na vertente francesa" (SARAIVA, 2009, p. 90). Esse roteiro se baseia ainda em ideias de autores como Mangueneau, Fiorin e Bakthin. As etapas de análise nele descritas são: análise lexical; análise dos temas e figuras (explícitos ou implícitos), inclusive os personagens; análise dos percursos semânticos estruturados; dos aspectos interdiscursivos; da sintaxe discursiva; dos aspectos refletidos e refratados; das condições sociais de produção; dos discursos presentes no texto; dos aspectos ideológicos defendidos e combatidos; e da posição do texto em relação ao discurso que é hegemônico da sociedade.

Esse roteiro permitiu a análise de aspectos como o contexto, as relações de poder, as estratégias persuasivas, os elementos explícitos, implícitos, os silenciamentos, o dito e o não dito, e as formações ideológicas presentes. Além disso, por se tratarem de diálogos os discursos analisados, houve também um envolvimento com o aspecto relacional dos discursos (GERGEN; GERGEN; BARRET, 2004).

É importante ressaltar que não esgotamos todos os passos da análise francesa em todos os enunciados. Nem sequer todos os elementos acima mencionados serão comentados via de regra a respeito de cada uma das postagens analisadas. Por fim, ressalta-se que a transcrição de discursos no

artigo foi feita de maneira a manter a forma como foram escritos, a fim de se preservarem as características das enunciações, como a utilização de negritos, caixas altas e cores diferentes para as letras.

5. Analisando os discursos

5.1 O cenário atual do trabalho doméstico no Brasil como condição social de produção dos discursos

Em primeiro lugar, o que se destaca na análise lexical e na sintaxe dos enunciados discursivos é a tentativa de construção de sentidos coletivos. Em se tratando de uma comunidade em que os membros se inserem por compartilhar algum posicionamento, as patroas desenvolvem estratégias discursivas para criar um sentimento de grupo e de coesão.

Neste item, contextualizamos os discursos das patroas na comunidade dentro do atual cenário de demanda e oferta de trabalho doméstico em nosso país. Essa contextualização permite um maior entendimento das estratégias e dos discursos presentes nos enunciados analisados. Trata-se de um cenário em que o trabalho doméstico vem sendo substancialmente alterado. Ocorre um quadro de envelhecimento das empregadas, o aumento da formalização do trabalho e principalmente o aumento do número de diaristas (FRAGA, 2011), o qual vem acompanhado da redução do número de mulheres que querem trabalhar como mensalistas. Esse cenário representa uma alteração em características históricas e tradicionais do trabalho doméstico.

Como ressalta Sansone (2003), "não se fazem mais empregadas como antigamente" (discurso esse inclusive presente na comunidade), pois há uma mudança em seu perfil, em que as jovens que agora trabalham nessa atividade comumente a consideram como algo temporário para depois exercerem outras atividades que seriam consideradas verdadeiras profissões. Além disso, o aumento no número de diaristas traz também um aumento relativo da independência dessas trabalhadoras no que se refere a escolhas de locais, dias e horários de trabalho.

Essas mudanças no cenário explicam não só algumas estratégias das patroas que serão discutidas adiante, como também a existência de tópicos de discussão que versam sobre dificuldades e estratégias para se encontrar uma "boa" empregada. Há um tópico intitulado "onde vocês conseguem profissionais" e a Figura 2 mostra alguns de seus discursos.

Figura 2. Discursos da comunidade

ONDE VOCÊS CONSEGUEM PROFISSIONAIS??? GENTE, POSTEI NUM OUTRO TÓPICO ME APRESENTANDO, MAS COMO LI EM ALGUNS POSTS, MESMO ESTANDO ABSOLUTAMENTE SATURADA, PRECISO DE UMA PESSOA QUE TRABALHE EM MINHA CASA...TENHO 2 CRIANÇAS PEQUENAS,3 CACHORRINHOS, TENHO PROBLEMAS DE SAÚDE DECORRENTES DE UMA CIRURGIA, NECESSITO DE AJUDA... MAS ESTOU QUEBRANDO A CARA LITERALMENTE DESDE QUE MINHAS FILHAS NASCERAM... COMO VOCÊS "CONSEGUEM" PROFISSIONAIS PRA CASA? AS AGÊNCIAS AQUI DO RIO,PELO MENOS AS QUE CONHEÇO,SÃO UMA FURADA... ADORARIA UMA AJUDA DE QUEM MORAR POR AQUI, PORQUE ESTOU SOZINHA, SEM NEM UMA FAXINEIRA HÁ QUASE UM MÊS...[...] (Ester)
Amiga [...] se vc conhece "rio das pedras", lá é o melhor lugar. Tem muito nordestino... e de lá a mão de obra é legal. Vou lá amanha e se souber de outra eu te falo (Cacilda).
Outra dica... Não pegue garotas com os Hormonios aflorados para não passar o que eu passei...senhoras são mais indicadas! (Cacilda)
Se ser nordestino fosse garantia de boa mão de obra, eu estaria bem servida... (Denise)
KKKKKKKKKKKKK Eu também! Pelo menos aqui elas não querem nada com trabalho! Mas de vez em quando uma escapa! A da minha mãe é ótima! (Neusa)
Vai ver que as boas fogem pro sudeste, Neusa!! [...] (Denise)

Além de uma escolha lexical e de uma estruturação de frases que mantêm o intuito de se criar um sentimento de coletividade e identificação (gente, amiga), observa-se no primeiro discurso implicitamente o tema da divisão sexual do trabalho. Há uma intenção da patroa em justificar o porquê ("mesmo estando absolutamente saturada"*)* não dá conta do serviço doméstico, o que, como mulher, seria sua responsabilidade. Para essa justificativa, ela recorre a aspectos relativos à sua condição social: ter filhos, cachorros e problemas de saúde.

Os vocativos também permanecem na estrutura das frases (não pegue), visando dar instruções às outras patroas sobre o que fazer. As figuras utilizadas nesses discursos são casa, agências, Rio [de Janeiro], Rio das Pedras e Sudeste. Alguns temas presentes são o trabalho doméstico, o cuidado

com a casa e os filhos, problemas de saúde, dependência de empregadas, dificuldade de se encontrar empregadas, sexualidade e regionalidade. As personagens presentes são as patroas (implicitamente), [uma] pessoa, crianças [pequenas], cachorrinhos, vocês, faxineira, nordestino, garotas e senhoras.

Os percursos semânticos criados a partir desses elementos criam identidades (as narrativas, de acordo com Hardy e Maguire (2010), podem construir identidades, como heróis, vilões e vítimas). Há uma criação de identidade do empregado nordestino que vai para o sudeste como um empregado bom e que gosta de trabalhar, negando essa qualidade tanto aos nordestinos que moram no Nordeste, como aos empregados do sudeste. Cria-se também uma identidade para as empregadas que são jovens (garotas) com a sexualidade em destaque; e outra identidade para as senhoras que, implicitamente, por não terem essa sexualidade em destaque, seriam mais adequadas.

Nesses discursos, há então refrações que generalizam a competência para os nordestinos que migram para o sudeste e para as senhoras, e que generalizam a incompetência aos empregados de outras origens e às jovens. Há interdiscursividades entre o bom trabalhador versus o mal trabalhador, entre aqueles que gostam de trabalhar e aqueles que não gostam de trabalhar.

5.2 Os aspectos ideológicos defendidos e disseminados nos discursos

Neste item, apresentamos quais são os aspectos ideológicos presentes nos enunciados discursivos das patroas que fazem parte da comunidade.

5.2.1 Em primeiro lugar, a vitimização das patroas e a vilanização das empregadas

Um dos aspectos ideológicos presente nos discursos da comunidade, e que justifica seu próprio título, é a estratégia de vitimização das patroas e de vilanização das empregadas, a qual é permeada constantemente por refrações que generalizam tanto a vitimização quanto a vilanização, e pela criação de estereótipos das empregadas domésticas.

Para reforçar a vilanização das empregadas, há um tópico de discussão criado sob o nome "Qual foi a coisa mais canalha que a sua empregada fez?", no qual são relatadas várias situações. Curiosamente, este é o tópico em que há maior participação de homens, quase ausentes nas outras discussões.

Figura 3. Discursos da comunidade

Tópico Qual foi a coisa mais canalha que a sua empregada fez?

Nossa. ela leva as minhas coisas... na cidade que eu estudo nao tem mcdonalds... meu pai tava passando por lá e deixou 5 hamburgueres pra mim... isso na hora do almoço... à tarde voltei da facul e tinha 4 só!!! na páscoa minha mae mandou fazer uns 500g de bombons pra mim... levei pra cidade onde eu estudo e comi ummmmmm bombom.... isso no domingo. na terça ela foi em casa e qdo voltei a tarde da faculdade, tavam quase na metade do pote.... fiz as contas e dava uns 25 bombons... oww... noooossa.. fiquei puto da vida!!! se ela me pedisse, claro que eu daria alguns pra ela... mas pegar escondido nao tem desculpa... aí na outra semana fui todo serio pra falar com ela disso mas nem consegui... ela tava tao felizinha contando as fofocas da vida dela.. ahahahah no meu horario de almoco eu so fico escutando.. que mané carai eu vou querer saber do namoro da filha dela com um cara que a familia inteira gosta e torce pra que eles voltem... noooossa... ela vai falando e sabe qdo a gente olha pra pessoa mas viaaaaaaja.. nossa;.. eu dou uma volta inteira no mundo, o dia vira noite e ela ainda ta contando as intrigas... ahhhh rapa fora!!!! Haauhaa um dia ainda vou tomar vergonha na cara e falar umas boas pra ela!!! Ahahah foi bom faalar aqui... dei uma desabafada!! Ahuauahua abraços galera! (Gustavo)

Não respeita meu sono matutino... [...] Outro dia ela começou a lavar a janela por fora (enquanto eu dormia) levei um puta susto com a desgraçada batendo a vassora na janela! (Elano)

Teve uma que quando eu era pirralho inventou que virava o Lobisomem, justamente qdo o sbt vivia com aquela propaganda do filme... bala de prata sei lá o q... Como ela era feia q doía e bigoduda não foi difícil acreditar na história. [...] CHEGA! Sem contar as ladras...E eu continuo dando razão à minha professora de Direito do Trabalho q abomina essa classe. (Leonardo)

[...] Empregada as vezes já é um problema, mas qdo elas começam a trazer seus filhos para frequentarem a nossa casa é uó!!! Quando eu era mais nova tinha uma aqui em casa que sempre trazia a cunhãzinha dela junto, como eu praticava Kung-Fu na época, era bom pq treinava os golpes em casa hauhauhauahua q maldade!!! (Danilo)

A lot de coisas. A cunhã aqui de casa faz tanta merda que nem dá para numerar. Mas posso dizer o que ela NÃO faz, que é tirar poeira das coisas, teias de aranha e afins [...] Quebra todos os copos pra não ter muito copo pra lavar, implica com o cachorros 7hs da manhã pra eles latirem e acorda todo mundo, a comida parece uma lavagem, os talheres sempre tem restos de comida pq ela lava q nem a cara dela e por aí vai... Se eu pudesse, fazia uma rifa dela pq só assim tiraria algum proveito dessa criatura inútil. (Danilo)

[...] ela pendur an otelefone com as outras vassalas...e ficam fococando sobre novelas e coisas do g~enero,
Ai que uó! (Miguel)

Minha empregada, eu cheguei com dois amigos meus, ela tava sentada na cama da minha mae, com a saía nos joelhos e comendo um pedaço de bolo nas maos(toda mulambenta)! OBS: Sem roupa de baixo e ela eh feia pa cassete! (Breno)

Situando socialmente esses homens, são sobretudo jovens que poderiam, utilizando uma metáfora popular, ser chamados de "filhinhos de papai". Eles tendem a reproduzir o discurso de suas mães, que são personagens recorrentes em seus enunciados. Leonardo inclusive utiliza como personagem sua professora de Direito do Trabalho para dar legitimidade à sua opinião sobre as empregadas ("abomina essa classe"). Em geral, são jovens que estão tendo a primeira experiência de morar sozinhos ou que moram ainda com a família. Há relatos de práticas das empregadas como roubos, abandono de emprego, consumo de alimentos e danos a roupas e objetos. Esses relatos criam, como percurso semântico, a ideia de que os jovens não devem ser incomodados por suas empregadas e, implicitamente, que elas deveriam fazer seus trabalhos "silenciosamente", sem barulhos, sem conversar ou contar suas histórias. Refletem também a própria divisão sexual do trabalho, com jovens do sexo masculino em situação de dependência de uma mulher para cuidar da casa.

Ideologicamente, há a criação de uma demarcação entre empregadas e patrões, entre pobres e ricos, o que ocorre também em aspectos espaciais e territoriais ("minhas coisas, fofocas da vida dela, meu sono, seus filhos, nossa casa, cunhãzinha dela, cama da minha mãe"). Há uma "clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos" (BRITES, 2007, p. 93) e aqueles que vendem seus serviços. Além disso, implicitamente se demonstra que o tratamento a empregadas bonitas poderia ser diferente ("como ela era feia que doía e bigoduda", "q nem a cara dela", "e ela eh feia pa cassete").

O processo de vilanização das empregadas, respaldado pelos vários exemplos de suas práticas, é também acompanhado de uma interdiscursividade entre vítimas e vilões que silencia quaisquer defeitos dos patrões. Além disso, ideologicamente se dissemina a visão de que as empregadas, pelos atos que cometem, podem ser chamadas de expressões como "desgraçada", "ladras", "cunhã", "criatura inútil" e "vassalas" (referência à histórica escravidão), sendo que as duas últimas expressões são qualificações baseadas nos quesitos raça e utilidade.

Nesse processo discursivo de desqualificação das empregadas e de vilanização das mesmas há, de maneira recorrente, menções às empregadas de novela. Celina inicia essa discussão criando um tópico chamado "Somente em novela".

Figura 4. Discursos da comunidade

Tópico: SOMENTE EM NOVELA

Somente em novela. Aquela empregaga eficaz que sabe se comportar, que se preocupa com os patrões, que chora a dor do patrão só existe em novela. Pode passar o tempo que for, elas nunca mudarão,Começam bem para impressionar e logo vão avacalhando até que você se cansa e outra vem, e outra vem, e sempre será a mesma coisa. Ah e se você tiver a beñção de encontrar uma que complete suas necessidades, pode ter certeza essa vai ficar doente, ou qualquer outra situação que vai tira-la da sua casa. (Celina)

Escolhas lexicais como "somente", "só existe", "o tempo que for", "nunca", "sempre será a mesma coisa", "benção", "certeza", "doente" e "tira-la da sua casa" demonstram o esforço persuasivo de Celina para apresentar o discurso da incompetência das empregadas domésticas, já que em sua visão a situação nunca mudará. Como reforço à sua estratégia persuasiva, ela inclui em seu discurso a possibilidade de que algumas de suas colegas na comunidade encontrem uma empregada que "complete suas necessidades". No entanto, também refrata ao dizer que inevitavelmente essa empregada saíra do emprego.

O que se observa é que as patroas explicitamente desejam as empregadas como as de novela, as que seriam altamente devotadas aos seus patrões. No entanto, de acordo com Silva (2007), há também na mídia e na teledramaturgia brasileira a criação de personagens de empregadas que são alcoviteiras, característica essa mencionada por Bete no enunciado da Figura 5.

Figura 5. Discursos da comunidade

NEMMMMMM EM NOVELA elas são eficazes!! Prestem atenção nas empregadas das novelas__Mas PRESTEM MESMOOOOOOO, ta?? elas são ABUSADAS XERETAS,INTROMETIDAS, metidas a conselheiras das patroas, fazem mexerico da vida dos patrões, dão palpítes sobre tudo e ainda _-qdo os patrões saem??? Demponstram toda a inveja que sentem da vida dos mesmos!! (Bete)

Para encerrar essa discussão, ressaltamos que os discursos são formas de produção e reprodução de desigualdades étnicorraciais (SILVA, 2007), e quando se criam identidades para as empregadas domésticas ou para as negras, contribui-se para esse processo.

5.2.2 A disseminação de estereótipos...

Ideologicamente, há também a construção e a disseminação de estereótipos para as empregadas domésticas. Aqui, comentaremos alguns deles.

...Elas são sujas e pobres porque querem!

Como ressalta Azêredo (2002), a alusão ao cheiro das empregadas e à sua sujeira é recorrente, o que se confirmou nos discursos presentes na comunidade. No enunciado abaixo, observamos a construção ideológica da visão da empregada e dos pobres de uma maneira geral não só como sujos, mas também como responsáveis pela própria miséria em que convivem.

Figura 6. Discursos da comunidade

[...] Ter empregada hoje em dia, ANTI-ECOLOGICO ate!! Devido ao desperdicio a que elas estão habituadas em praticar em suas casas e_por consequencia, na cada delas TAMBEM!!! Sim!!! Por elas não saberem, nem desejarem economizar nada em nossas casas?? elas TAMBEM NÃO O FAZEM EM SUAS PROPRIAS CASAS!!!! Daí a razão de, por mais que ganhem bons salarios NUNCA SAEM das favelas_vcs ja notaram isto?? por mais que os patrões ajudem, paguem bem, deêm-lhes presentes, roupas, etc?? elas vivem na mais completa miseria_SEMPRE!!! [...] E vcs patroas? Iludidas? acreditam que ESTAS criaturas LIMPAMMMMMM SUAS CASAS????????? é de morrer de rir!!!!!! Pensem: se a casa DELAS PROPRIAS é um lixo e uma imundicie só... elas irão limpar as vossas????????? reflitam sobre isto! melhor ainda: qdo admitirem uma emnpregada, VISITEM-NA DE SURPRESA um dia.....! vcs VOMITARÃO de nojo!!! e... é ESTA fulana que limpa a SUA CASA_ma chèrie!!! KKKKKKKK (Thaís)

[...] faz um mes que comprei o forno e o cook top e não consigo encontrar nem marceneiro nem eletricista p/ realizar o serviço pra mim! pq? pela falta de seriedade e de profissionalismo que só brasileiros possuem. Alias é bpom ressaltar que a maioria de pedreiros eletricistas, marceneiros são esposos de... empregadas domesticas! Agora somemos: marido porco, serviço porco_casado com empregadas domesticas, qual a chance de vc ter em sua casa uma "profissional caprichosa e limpa"?(Luana)

Além dos aspectos já mencionados, Thaís recorre a um discurso atualmente hegemônico na sociedade a respeito da necessidade de sustentabilidade para reforçar sua oposição às empregadas. Ela ressignifica o ter empregada como sendo uma prática antiecológica, porque as empregadas, e também os pobres, são pessoas que desperdiçam. Esse argumento serve também como um reforço ao sentido de que não ter empregada seria uma escolha mais socialmente adequada e sensata.

Retomando a questão de que ser pobre poderia ser uma escolha, e também o discurso de que o trabalho é algo central para a dignificação do homem, há também nos discursos das patroas a criação de uma interdiscursividade entre trabalho e não trabalho, entre esforço e preguiça que opõe, respectivamente, os patrões aos empregados. Há percursos semânticos criados no sentido não só de opor ambos, mas também de afirmar que elas, as patroas, trabalham, "dão duro", e as empregadas (e os pobres em geral) não.

Figura 7. Discursos da comunidade

[...] sofri inumeras vezes com as empregadas domesticas, trabalho e tenho que respeitar o meu patrão, e engolir muitas coisas, mas assim faço pq respeito e pq preciso do meu trabalho, agora essas vagabundas entram e saem de residencias todos os dias, hj eu entendo qdo elas dizem que trabalharam para tal pessoa, tal pessoa e tal pessoa, vamos combinar, quando a empregada é boa não pula de casa em casa, eu por exemplo, estou a 29 anos no mesmo emprego., e agradeço todos os dias a Deus.. [...] empregada todos os dias na minha casa NUNCA mais. Tenho uma faxineira de sexta-feira, que não vou me apegar, não terei dó, não darei nada, não quero saber sobre a vida dela em nada, ela que trabalhe para conquistar o que deseja, assim como eu faço.. (Celina).

Este é o país do desemprego porque.... existem TRABALHO ...mas não existem tantos trabalhadores assim... (Rafaela)

Essa estratégia de interdiscurso entre trabalho e não trabalho acaba contribuindo para que as patroas se alinhem a uma ideologia dominante de invisibilização do trabalho doméstico (CORONEL, 2010). Mesmo sendo mulheres que sofrem as consequências desse trabalho histórico de invisibilização, ao transferir as funções do lar para as empregadas, reproduzem essa mesma ideologia dominante. O que ocorre porque se colocam, socialmente, em termos opostos em relação às empregadas, já que há outros pertencimentos e não pertencimentos envolvidos, como critérios de classe e raça.

...Elas são criminosas!

Outro estereótipo construído é o das empregadas como vilãs criminosas, que se relaciona não só à sua pobreza, mas também ao distanciamento social comumente envolvido nas relações de trabalho entre patrões e empregados. Por essa distância, as patroas tendem a relacionar os furtos das empregadas a sentimentos de inveja das mesmas. Em termos de condições sociais de produção, é importante afirmar que esses furtos de fato acontecem e, quando chega a haver uma recorrência judicial, eles são em geral enquadrados pela justiça como crimes contra o patrimônio e furtos qualificados por abuso de confiança (BASTOS, 2009).

No entanto, o que preocupa em relação aos discursos das mulheres na comunidade é a refração que se faz desse comportamento, generalizando o mesmo para todas as empregadas. Sem neutralidade ideológica, são discursos que criam não só uma imagem para toda uma categoria de trabalhadores, como também se alinham a discursos hegemônicos na sociedade que tendem a atribuir a marginalidade (no aspecto criminoso desse termo) aos pobres, disseminando uma visão de que eles deveriam ser temidos pela "sociedade".

Figura 8. Discursos da comunidade

[...] se EU fosse ladrão? Seria a coisa mais fácil do mundo roubar casa de rico! Era sop fingir que estava interessado na empregada e pronto! Elas me dariam o "serviço" da casa direitinho! vcs já notaram que TODA CASA ASSALTADA TEM EMPREGADAS?? Seria "mera coincidência"? hum hum hum Ter empregadas hoje e no passado? SEMPRE foi fator de risco p/ a segurança da família! Que tal vcs observarem-nas qdo estão varrendo calçadas? Deixam o portão escancarado e vão andando e varrendo pra lonnnnnnge do portão! Vcs já observaram que a maioria dos assaltos, o ladrão "rendeu a empregada"? qdo ELA estava pondo o lixo! qdo ELA estava varrendo a calçada! qdo ELA estava chegando! qdo ELA estava saindo! [...] por uma razão simples: a SUA casa? NÃOOOOOOOO ÉEEEEE A CASA DELAAAAAAAAA! Elas tem a LINGUA COMPRIDA! [...] e isto qdo ELAS PROPRIAS não são as MENTORAS do assalto, ta legal? Pq? pq elas são HUMANAS e HUMANOS SÃO_NA MAIORIA_INVEJOSOS! elas cuidam de coisas em nossas casas que JAMAIS TERÃO! E isto, por si só, já é motivo de inveja! (Bete)

ROUBAR É O QUE ELAS FAZEM DE MELHOR, LIMPAR A CASA É IGUAL A BUNDA DELAS, SÃO TRAMBIQUEIRAS COLOCAM TUDO NA BOLSA, DO PAPEL HIGIÉNICO A JÓIAS, NÃO SE ILUDA ACHANDO QUE A SUA EMPREGADA NÃO ROUBA. TODAS ROUBAM. A DIFERENÇA É QUE UMAS ROUBAM MAIS UMA VEZ POR SEMANA, OUTRAS ROUBAM MENOS TODOS OS DIAS. [...] AGORA VÁ NA CASA DELAS QUE É TUDO LIMPO ARRUMADO E VC AINDA ENCONTRA SUAS COISAS QUE ELA ROUBOU. AH APROVEITE E LEVE A POLÍCIA PARA PRENDER A LADRA (Felipa)

Esses são os primeiros enunciados em que as empregadas aparecem muito bem qualificadas para alguma prática, poderíamos dizer que "finalmente" elas fazem algo bem: roubar ou estar envolvidas nos assaltos sofridos por seus patrões ("dariam o 'serviço' da casa direitinho; "ROUBAR É O QUE ELAS FAZEM DE MELHOR"). Analisando de maneira mais detalhada os dois discursos, vemos vocabulário e frases estruturados no sentido de criação, em termos de percurso semântico, de uma identidade universal para as empregadas domésticas – a identidade de ladra – o que se observa na escolha de léxicos como "*TODA CASA ASSALTADA TEM EMPREGADAS*", "*hoje e no passado*", "*SEMPRE*", "*risco*", "*TODAS ROUBAM*", entre outros.

O vocabulário é estruturado não só de maneira a universalizar essa identidade, como também de persuadir. Escrever com letras maiúsculas e enfatizar algumas palavras faz parte dessa estratégia de persuasão. Outra estratégia utilizada no discurso de Bete é a repetição do pronome "*ELA*", grafado com letras maiúsculas, para indicar a presença da empregada doméstica em todas as situações de assalto às residências. Como a tentativa de criação de sentidos coletivos exerce bastante influência nos membros da comunidade, não observamos, por exemplo, respostas que contestam essa refração e generalização do crime para todas as empregadas, o que acaba reforçando o aspecto ideológico presente nesses estereótipos.

...Da piriguete à evangélica (a falsa santa)

"Será que não pode existir uma empregada que não sea evangélica ou piriguete????"
(Helena)

Há a utilização e a reprodução de outros vários estereótipos para as empregadas, que vão desde a piriguete (as mulheres vagabundas, fáceis e que podem dar em cima dos maridos) até as evangélicas (para elas, falsas santas), como podemos observar no enunciado de Pâmela.

Figura 9. Discurso da comunidade

Desta raça maldita ja passou de tudo,ladra,assustadora de criancinha,pirigueti,crente....tudo de ruim nessa raça ja passou aqui [...] (Pâmela)

Em relação às evangélicas, vemos na Figura 10 como suas identidades são construídas nos discursos.

Figura 10. Discursos da comunidade

Eu tive uma que chegou falando que era evangelica e tomou um esporrro meu, que saiu com os rabo entre as pernas. Como se isso as tornasse melhor do que qualquer outra pessoa de religião diferente. Hj começou uma nova aqui em casa, vamos ver no que vai dar! Só Deus mesmo!!rsrsrsrs Tem que rir. Seria trágico se não fosse cômico. (Fabiana)
[...] A Fabiana tem razão! Me ofereceram uma evangélica e eu disse não na mesma hora. Prefiro ficar só! (Liliane)
Falsas As empregadas q dizem ser evangélicas são falsas.... há um mês atrás fui furtada pela empregada evangélica.... infelizmente não tenho como provar, mas ela deveria estar na cadeia, pq roubou duas jóias avaliadas em torno de mais de dez mil reais. (Elza)
ELZA Eu até me "arrepio" qdo alguma pessoa q pretende trabalhar p/ mim, diz logo que é EVANGÉLICA. Já fico com "o pé atrás"... As piores pessoas (pedreiros, jardineiros, empregadas, faxineiras, secretárias ... etc) q já trabalharam p/ mim ou na empresa do meu marido, "se diziam EVANGÉLICAS" .... como se isso fosse um passaporte p/ o trânsito livre, com total confiança, dentro da nossa casa ou empresa. (Vânia)
Jamais confie em empregadas evangelicas. Jamais. (Júlia)
vai se afastando ... se afastando ... (Inês)
Evangélicas É desculpa pra tudo. Eu já respondo: 95% da população carcerária do Brasil é evangélica. Pois é... (Sandro)

Percebe-se nos diálogos um interdiscurso, uma oposição entre o discurso da religião e o discurso da desonestidade. De um lado, a referência ao discurso de que a religião poderia conferir e pressupor a uma pessoa a honestidade e a filiação a uma determinada moralidade. De outro, o discurso da desonestidade. Em tese, a existência de um (filiação a religião) poderia levar à eliminação do outro (da desonestidade e da amoralidade). No entanto, o que as patroas pretendem criar enquanto percurso semântico é a identidade da evangélica como estando desvinculada dessa moralidade. Ao mesmo tempo, elas utilizam expressões que demonstram, elas mesmas, recorrer a Deus ("Só Deus mesmo"). No entanto, como elas se opõem às empregadas, a atribuição de uma negatividade associada à religião só ocorre em relação às empregadas e a todos aqueles que a elas possam se assemelhar: os pedreiros, os jardineiros, as secretárias e a população carcerária.

O discurso dessas mulheres reflete um aspecto que de fato pode ocorrer, já que, de acordo com Sansone (2003), afirmar-se crente funciona para as empregadas como uma forma de passar a impressão de ser honesta e trabalhadora, sendo esse um dos novos tipos de referência utilizados nas contratações. No entanto, as patroas ressignificam essa prática conforme seus próprios referenciais. Falando do lugar de patroas que se colocam como vítimas das empregadas, elas refratam a presença de mau caráter a todas as empregadas evangélicas – mas não a todas as pessoas evangélicas. A chamada de atenção para o risco dessa generalização, por exemplo, só ocorre por parte de uma patroa que é também evangélica, como podemos observar na Figura 11.

Figura 11. Discursos da comunidade

É reconhecível.....

Quando a cidadã diz ser evangélica, a patroa que também possue Deus em seu coração, imediatamente irá reconhecer se esta pessoa é ou não alguém movida pelo Espírito Santo de Deus ou se é apenas "uma loba em pele de cordeiro". No entanto, não se pode generalizar, é injusto dizer que todas as moças ou senhoras evangélicas são pessoas de má índole. Muito cuidado com o preconceito! O erro maior é sim da patroa que não conhece Deus e por consequencia não conhece quem pertence e quem não pertence a Deus. Ja contratei algumas moças evangélicas e algumas que fingiam ser, consegui sem problemas separar joio do trigo. Graças à Deus! (Sofia)

O joio e o trigo – com essa interdiscursividade metaforicamente criada entre as falsas evangélicas (joio) e as verdadeiras evangélicas (trigo), Sofia apresenta um discurso que tem implicitamente uma ideologia evangelizadora, porque credita a contratação de uma falsa evangélica ao erro da "patroa que não conhece Deus". Ou seja, bastaria que essa "patroa [...] também possue[ísse] Deus em seu coração", para reconhecer as falsas evangélicas. Nesse sentido, ela faz uso também de uma metáfora religiosa: quando opõe o joio ao trigo e afirma que as patroas devem saber reconhecer a diferença, reproduz um discurso religioso que está presente na Bíblia[2].

Falando agora das "piriguetes", expressão utilizada para (des)qualificar mulheres remetendo "a representações do corpo mercadoria, objeto de

2 Trigo e joio são metáforas presentes na Bíblia que representam uma diferenciação entre os servos de Jesus (trigo) e os pecadores (joio). Também na Bíblia, há uma orientação a respeito da necessidade de se ter a capacidade de distinguir um do outro. Paulo, por exemplo, condena a atitude dos servos que se associam a alguém que se faça de irmão, mas na que verdade seja impuro ou roubador (ALLAN, 2011), condenação essa feita por Isabel às patroas que tomam essa atitude.

satisfação masculina e produto de consumo" (PORTELA *et al*, 2011, p. 4), apresentamos esse estereótipo como ideológico primeiramente por ser histórico, já que as escravas (correspondentes às atuais empregadas domésticas) podiam servir como objetos de prazer aos seus senhores e também porque a mulher negra nas mídias é quase sempre construída de modo atrelado a sua sexualidade e a esse passado escravista (SILVA, 2007). Ainda, "o lugar da prostituição, 'a profissão mais antiga do mundo', está muito próximo do lugar do emprego doméstico – esses lugares de mulheres que representam a alteridade de uma identidade de outras mulheres" (AZÊREDO, 2002, p. 333): as mulheres brancas, burguesas, de classe média a alta.

É interessante observar também que na apresentação desse estereótipo a interdiscursividade entre as "qualidades" dos patrões (homens) e os "defeitos" das empregadas está presente, o que podemos observar no discurso de Alice quando "explica" o motivo por que as empregadas dariam em cima de seus patrões.

Figura 12. Discursos da comunidade

[...] e se virar moda,heim? empregadas dando em cima de patrão? e eu não duvido nem um pouco dessa possibilidade sabem pq? pq a quantidade de homens homosexuais está aumentando dia a dia! Ou seja? Daqui a pouco os unicos HOMENS"com H" que estas criaturas vão encontrar serão mesmo em seus emprego, ou seja, nos "lares ,doces lares" das donas de casa que ser recusam a assumir seus lares e tomarem as redeas do serviço domestico!!! tsc,tsc,tsc... a patroa que for passada pra tras, chifrada, enganada, traida pela empregada e pelo marido dentro do proprio lar, PEDIU POR ISTO não é? (Alice)

Sua explicação se baseia na interdiscursividade e oposição implícitas entre os maridos das mulheres que fazem parte da comunidade e os demais homens. Os maridos delas seriam "os unicos HOMENS"com H"" diante de um contexto de aumento da "quantidade de homens homosexuais". Ou seja, esses homens homossexuais estariam na "ala" de convívio das empregadas e não das patroas. Além desse aspecto, Alice reproduz o discurso socialmente hegemônico sobre qual seria o papel da mulher: o de cuidar da casa, do marido e dos filhos. Para ela, a mulher que foge desse padrão assumiria, inclusive, o risco de ser "PASSADA PRA TRAS, CHIFRADA, ENGANADA, TRAIDA". Nesse sentido, o vigiar é duplamente atribuído às mulheres: vigiar as empregadas e os maridos para que não sejam enganadas. De que forma fazê-lo? Ficando em casa.

Após falarmos das evangélicas e das piriguetes, ressaltamos que caracterizamos ambas como categorias estereotípicas construídas nos discur-

sos apenas porque as próprias patroas resumem as empregadas a esses dois "modelos", como observamos em um tópico de discussão que tem como título: "**Evangélica ou piriguete- Só tem essas?**", do qual registramos aqui alguns fragmentos discursivos.

Figura 13. Discursos da comunidade

Já tive diversas empregadas, mas até agora só conheci dois tipos: Ou evangélicas- aquelas tiradas a santas, que deixam a bíblia aberta em cima da cama, fazem cara feia quando a gente xinga, colocam aqueles DVDs de músicas gospel nas alturas em nosso aparelho de som quando a gente sai, [...] mas na verdade, só estão lutando contra os sentimentos negativos que têm no coração, como inveja da gente, revolta porque são empregadas e etc, ou então, as piriguetes, aquelas que vivem com o celular pendurado, são mais procuradas do que cafetinas (se vacilar, viramos suas secretárias de recados), esperam a gente sair para colocar música de pagode ou arrocha nas alturas em nosso som [...] no dia da folga, se aproveitam para se vingar porque não deixamos elas colocarem qualquer roupa para trabalhar e saem com uma saia que dá para ver até o útero, molham os cabelos, colocam óculos escuros e fazem questão de passar na frente dos nossos maridos como se dissessem: tá vendo o que vc tá perdendo? [...] Estou mentindo? Será que não existe uma que não seja nem santa nem demônio? (Anônimo)

Vc falou em "santa" mesmo? Educação vem de berço querida!! E não de "belço"... (Fátima)

[Respondendo à questão presente no título do tópico:] **Piriguete!!!!! HE HE** (Fátima)

Sintaxicamente falando, os discursos são construídos de maneira a caracterizar as duas personagens de que falamos: as evangélicas e as piriguetes. O vocabulário se estrutura por meio de figuras (bíblia, cara feia, coração) e temas (santidade, músicas gospel, sentimentos negativos, inveja, revolta) que constroem a identidade das evangélicas; e também por meio de figuras (celular, saia, cabelos, óculos escuros) e temas (popularidade, prostituição, pagode, arrocha, música alta, vingança, exibicionismo e sexualidade) que constroem a identidade das piriguetes.

Além disso, quando Fátima relaciona a santidade à educação, e diz que "educação vem de berço" e "não de 'belço'", implicitamente atribui a fala errada às empregadas, ao mesmo tempo em que silencia o fato de que elas mesmas escrevem várias palavras com a grafia errada, mesmo se considerarmos a utilização de uma linguagem coloquial típica da Internet. Ou seja, há mais uma vez um silenciamento de possíveis erros ou defeitos das patroas e também a construção de uma implícita interdiscursividade entre as origens das patroas (metaforicamente relacionada a uma educação de "berço") e as origens das empregadas (educação de "belço"). Essas são oposições que podem ser contextualizadas como reminiscências de ideologias da tradição escravocrata que imprimia uma superioridade social às mulheres brancas abastadas (SILVA, 1998).

No entanto, ao contrário do caráter marcadamente interdiscursivo da maioria dos discursos até então analisados, nestes há uma oposição que é apenas aparente entre a "santa" (evangélica) e o "demônio" (piriguete). Porque até a própria evangélica aparece como falsa santa. No último discurso de Fátima apresentado na Figura 13, por exemplo, ela responde que só tem "piriguete!!!!!" diante do questionamento do tópico: **"evangélica ou piriguete-Só tem essas?"**. Implicitamente, Fátima considera que também as evangélicas sejam piriguetes, consideração essa reforçada pelo enunciado de Fernanda apresentado na Figura 14.

Figura 14. Discursos da comunidade

é uma piada essas vagabundas que se dizem evangélicas. As desgraçadas que erraram muito na vida se convertem e mesmo assim caem em tentaçao o tempo todo. E elas mentem tambem que sao evangelicas para parecerem santas, mas roubam calcinhas, ou seja sao descaradas sem vergonha. [...] ja ouviu a historia da raposa????? E a verdade! elas nao prestam, pq se disfarcam de boas qdo na verdade sao piores, viagativas caluniosas e traidoras. NAO SE CULPEM SE DESCONFIAR DE UMA EVANGELICA, DESDE QDO ISSO GARANTE UMA BOA INDOLE????? [...] imagine uma ex vagabunda convertida que trabalhe em sua casa e que se faz de santa para vc nao desconfiar.???? Entao tomem cuidado, elas nao praticam em suas vidas a palavra. (Fernanda)

Há então um discurso que ideologicamente dissemina a imagem da falsa religiosidade das empregadas domésticas que se declaram "evangélicas", havendo um silenciamento a respeito do comportamento de empregadas que sejam, por exemplo, católicas, o que se alinha a um discurso socialmente hegemônico que marginaliza outras religiões que não sejam católicas apostólicas romanas.

Por fim, ressaltamos que a utilização dos vários estereótipos aqui comentados se alinha a uma ideologia dominante que estigmatiza a profissão da doméstica no Brasil, considerada não só subalterna, mas também, em alguns casos, como superior apenas à prostituição e à mendicância (RONCADOR, 2003). Ainda, a demarcação clara que existe entre as empregadas domésticas e

as demais classes de trabalhadores nos demonstra como a cidadania das empregadas pode ser considerada uma cidadania contextualizada (BRITES, 2003).

5.2.3 O discurso ideologicamente classista: a delimitação espacial, moral e cultural entre pobres e ricos

Este item é apresentando com o intuito de situar os discursos presentes na comunidade como sendo de orientação explícita e implicitamente classista, apresentando uma visão dos pobres como os outros inferiorizados diante dos ricos. Há, além disso, uma disseminação ideológica a respeito da necessidade de delimitações espaciais entre pobres e ricos, advindas principalmente de discursos que constroem o que seria a moral e a cultura das classes mais baixas. Ou seja, demarca-se aqui também que os discursos presentes na comunidade não dizem respeito simplesmente a uma categoria de trabalhadoras, mas também a aspectos classistas, por vezes racistas e também sexistas.

...Pois bem, como são então os pobres?

Pretendemos deixar claro com este item que os estereótipos presentes na comunidade refletem não só a imagem que as patroas possuem das empregadas, como do **pobre** de uma maneira geral, criando, conforme expressões por elas utilizadas, identidades da "classe" e da "raça" das empregadas. Constrói-se nos discursos a identidade do pobre como sendo aquele que gosta de falar da vida sofrida; aquele ao qual falta inteligência, cultura e vontade de trabalhar; e aquele que sempre deseja ou deveria desejar aquilo que os ricos possuem ou consomem.

O **falar da vida sofrida** é uma prática atribuída pelas patroas às empregadas, prática a que apresentam rejeição.

Figura 15. Discursos da comunidade

[...] elas são PERITAS em historias tristes pra nos contar___mas acreditem: de 100 historias que elas nos contam???1/2 aconteceu com conhecidas delas e ZEROOOOOO com elas mesmas, ta??? Por isso??não se deixem enganar!!! vcs sabem o que eu fazia qdo elas tentavam me contar as "tristes historias da vida delas" ??? Eu pegava o relogio e punha perto de mim e dela e dizia: pode contar agora a sua historia: vou marcar a hora do inicio e do fim__e depois, no fim do dia__VC COMPENSA o tempo gasto com a historia, ta?? qdo eu fazia isso logo de cara, com as novatas?? elas NUNCA MAIS tentavam me contar coisa alguma!!! (Sônia)

Sônia conta sua estratégia diante da prática comentada. Ao ameaçar exigir que a empregada desconte o "tempo gasto" com a história contada, ela não só utiliza o fator tempo para inibir os relatos das empregadas, como também apresenta implicitamente um discurso de distanciamento e delimitação sociais que seriam importantes, por exemplo, para o caso de empregadas novatas (que implicitamente precisariam ser domesticadas). Por meio dessa repulsa às histórias das empregadas, as patroas podem se manter ignorantes a respeito daquilo que se passa em suas vidas.

As referências à **falta de inteligência** das empregadas também são recorrentes e vêm acompanhadas de relatos a respeito da falta de habilidade delas para lidar com algo que as patroas possuem. Essas referências silenciam o próprio distanciamento que existe entre as empregadas e as patroas no que diz respeito ao acesso a determinados produtos. Com esse silenciamento, deixa-se de reconhecer que as empregadas possam vir a ter algum tipo de estranhamento em relação ao que veem na casa das patroas, estranhamento esse que não precisaria estar necessariamente relacionado a presença ou ausência de inteligência.

No seguinte enunciado de Isabel, por exemplo, ela constrói uma interdiscursividade entre o que seria a fala do pobre, bastante coloquial e com erros gramáticos, e a fala dos ricos, mais correta.

Figura 16. Discursos da comunidade

Certa vez... Estava entrevistando uma "candidata", e ela foi me dizendo...: "Ói... eu fico no trrabaio até umas 2 , 3 horas da tardi... pq, preciso sair cedo.....Então eu disse: "Lamento.... embora vc tenha dito que está "precisando" trabalhar... a vaga não será sua.... Quero uma pessoa que permaneça 8 horas por dia, ou seja saia às 17 horas... Então ela falou: Porque tem que ser às 17 horas....? Eu respondi: Pq tenho de te pagar 13º salario, ferias, abono, repouso remunerado, salario, parcela de previdencia social..., te dar comida, café? Pq vc não limpa minha casa de graça? Ela me olhando com cara de tacho... completei..... nem sendo "Doutora", ou passando em concurso publico, vc arruma um emprego assim..... Passar bem. (Rafaela)

A estruturação do vocabulário de maneira diversa para reproduzir as duas falas contextualiza socialmente ambas, demarcando-as culturalmente. O risco dessa estratégia é justamente seu caráter ideológico, que acaba criando dois modelos pretensiosamente universais para caracterizar a fala de duas categorias sociais, silenciando possíveis exceções a esses modelos.

Tanessa, uma professora do Ensino Médio que conta o plano de es-

crever um livro sobre as "pérolas" das domésticas, também no mesmo sentido ligando a **falta de cultura dos pobres**, desenvolve, segundo ela, algumas "teorias" a respeito das empregadas, "teorias" essas que inclusive ganham o respaldo de outras integrantes e também estão presentes em outros diálogos.

Figura 17. Discursos da comunidade

Eu já sofri tanto nas mãos dessas infelizes que desenvolvi algumas teorias a respeito do assunto.
1- Esse assistencialismo brasileiro, acabou com a dignidade do pobre. Eles agora querem viver de bolsa família e similares. Ninguém quer trabalhar . Associado a isso a impunidade que leva a todos quererem se dar bem , ferrndo o outro.
2- DNA - acredito que elas tragam no DNA memória dos tempos da escravidão. Elas adoram patroa que discrimina, paga mal, obriga a trabalhar muito e desrespeita seus direitos não assinando suas carteiras.
Eu moro no interior e aqui aparece cada figura que trabalhou 10 anos ou mais numa casa sem ter carteira assinada e recebendo meio salário. Eu não entendo!!!!!! Como fica??? Patroas que fazem elas comerem comida de empregada, horário extenso etc e elas ficam 10anooooooooooooos!!!!!!!!!!!!!!! Nós pagamos tudo, assinamos carteira e elas não ficam! Eu quero com certeza escrever um livros. (Tanessa)

AQUI NO SUDESTE TB É BEM DIFICIL, EU É QUE COZINHO .....KKKK ACHO QUE É GERAL MESMO, E A BOLSA FAMILIA COLOBORA MUITO COM ESSA FALTA DE VONTADE DE TRABALHAR... (Amora)

A galera prefere viver mal, mas de favor a trabalhar direitinho pra viver melhor... (Letícia)

A que vinha não apareceu! Disse que era longe da casa dela! Será que precisa mesmo trabalhar?
Deus Santo! O negócio é ter filhos e viver das benesses do governo! Uma legião de preguiçosos, é o que esse governo está criando! e pelo que parece, já conseguiram comprar mais essa eleição! Dilma na frente, pode? (Laura)

Em primeiro lugar, reforçando o que já foi comentado a respeito da visão de que **os pobres seriam responsáveis pela própria miséria** ("a galera prefere viver mal"), Tanessa e outras patroas vinculam o discurso de que os **pobres são avessos ao trabalho** ("a trabalhar direitinho, ninguém quer trabalhar, falta de vontade, precisa mesmo trabalhar?") a um discurso contrário ao assistencialismo do Governo Federal, o que aparece não só como uma crítica que vem sendo colocada no Brasil em relação aos pro-

gramas assistenciais dos governos Lula e Dilma, mas também como um posicionamento que revela uma oposição dessas mulheres ao PT – Partidos dos Trabalhadores.

Em um dos enunciados presentes na comunidade, por exemplo, um jovem chama a empregada de burra por ter lavado de forma errada sua roupa, associando essa burrice ao fato de que ela "ainda votou no Lula!". A escolha lexical nesse trecho ("ainda") constrói semanticamente a partir do tema votação, e da personagem Lula, a ideia de que essa escolha seria uma atitude a ser acrescentada à sua caracterização como burra.

Ressalta-se também no enunciado de Tanessa o discurso da cientificidade. Como fala desde o lugar de alguém que pretende escrever um livro sobre as empregadas, utiliza como esforço argumentativo e persuasivo o tema da ciência, dizendo ter desenvolvido algumas teorias a respeito do assunto. Além disso, estrutura seu discurso, em termos de sintaxe, recorrendo à metáfora do DNA, também ligada à ciência, para naturalizar o comportamento das empregadas, criando a identidade da empregada como diretamente vinculada à escravidão. Essa metáfora guarda a ideia de que a "memória do tempo de escravidão" poderia estar presente, então, no código genético das empregadas.

Tanessa também ressignifica as relações de trabalho entre empregadas e patroas quando afirma que "elas adoram patroa que discrimina", criando uma interdiscursividade entre essas patroas que discriminam e elas que estão na comunidade, que seriam, ao contrário, boas patroas ("nós pagamos tudo, assinamos carteira").

Outra característica identitária atribuída aos pobres é o fato de que *eles sempre desejariam (ou deveriam desejar) aquilo que os ricos têm ou consomem*, porque seria sempre algo superior.

Figura 18. Discursos da comunidade

Eu era recem casada e não trabalhava ainda. Tinha uma faxineira e naquela época eu estava fritando os bifes e perguntei como ela gostava,se bem ou mal passado. Ela respondeu . Coloquei a mesa e naquela época eu sentava com ela para almoçarmos juntas. (meu marido estava trabalhando). Era um bife de contra filé de2 dedos de altura, suculento, uma delícia. Ela foi comendo as outras coisa e não comeu o bife. Ai eu perguntei porque e ela respondeu que não comia bife se não fosse acebolado. Cara , aquilo me deu uma raiva. Não tinha nem o que comer direito em casa. Nunca deve ter visto um bife daquele!!!!!!!!!!!! Um verdadeiro Chorizo arentino!!!!!!!!! PQP é foo mesmo!!!!!!!!! (Lúcia)

Ao considerar que a empregada deveria ter comido o bife porque ele era de boa qualidade, e ela não devia ter "nem o que comer direito em casa", Lúcia nega às empregadas (e implicitamente aos pobres) o direito de escolha e de ter preferências pessoais que sejam independentes de critérios que demarcariam a comida do pobre da comida do rico. Implícita e ideologicamente, se vende a ideia de que os pobres, por passar necessidades, não podem escolher o que comer.

Outro aspecto atribuído aos pobres e não somente às empregadas, como já comentamos, é a **sujeira,** que precisa estar longe de suas (implicitamente maculadas) famílias.

Figura 19. Discursos da comunidade

No outro dia fui guardar os lençóis que estavam no quarto que ela ocupou que tinham sido passados antes dela chegar e senti um mau cheiro esquisito... TIVE QUE LAVAR TUDO DE NOVO E AINDA BOTAR DE MOLHO PRA CATINGA SAIR. Era podre! Parecia carniça! Até hoje não consigo entender como ela fez aquilo! Pelamordedeus! E a gente ainda tem que pagar por isso! (Alice)

Minha prima que tb sofre com elas , me ensinou duas coisas antes de dar emprego. Primeiro olhar os pés e as mãos. Se tiver pé sujo. Dispense. Segundo, quando ela entrar no banheiro, fique atrás da prota. Se não lavar as mãos, dispensem é pórca e vai fazer comida com a mão suja de limpar o poposão!!!!!!rsrsrsrs Parece maluquice mas funciona. Vc ouve o barulho da agúa pelo lado de fora. Não precisa furar a porta com um buraquinho!!!!! Rsrsrsrs (Bete)

No discurso de Bete, observamos uma prática que remete inclusive ao período da escravidão, em que os escravos eram escolhidos por meio de vários critérios relacionados a seus corpos. Como elementos relacionados às condições sociais de produção desses discursos que estereotipam os pobres, há na sociedade brasileira práticas que circulam do "machismo ao racismo, do preconceito de classe aos preconceitos sexuais, naturalizando exclusões e desigualdades e escondendo sob a indivisão imaginária do 'verdeamarelismo' as divisões sociais e injustiças" (CHAUI, 2003, p. 11; CORONEL, 2010, p. 8). Nesse contexto, observamos outro elemento que termina por caracterizar a presença de discursos classistas dentro da comunidade: o compartilhamento de ideologias que pregam a delimitação (inclusive espacial) entre pobres e ricos.

...A segregação entre pobres e ricos

Diante da identidade construída dos pobres, restaria então aos ricos a necessidade de demarcações que os isolassem. No entanto, como essa demarcação pode ser ameaçada quando se contrata uma empregada doméstica que traz consigo elementos do seu local de origem ou de moradia, há discursos que indicam a existência de mecanismos que possam garantir a continuidade dessa demarcação, ainda que dentro do próprio ambiente doméstico.

Figura 20. Discursos da comunidade

Semana passada eu fui ao médico e ficamos a consulta toda falando de empregadas. Ele disse que comprou um apartamento que tinha um banheiro de empregada e ele mandou quebrar e fazer uma despensa. A tia dele brigou dizendo que ela ia usar o dele. Ele respondeu: ¨Tia eu e minha esposa ficamos fora o dia todo. Vc acha que ela aqui sozinha, quando dá vontade de ir ao banheiro, vai sair lá de dentro e ir ao banheiro dela? É claro que não, então para que eu vou perder o espaço que preciso para deixar um banheiro de enfeite.... Completamente certo. Elas usam o nosso mesmo!!! É só ver o consumo de papel higiênico!! E para piorar se na sua casa não puder joar o papel no lixo, fica pior pois elas joam no vaso para não deixar rastro. (Vera)

Há nesse enunciado não só o discurso da delimitação espacial entre empregados e patrões, como também um discurso de falta de confiança nos mecanismos utilizados para essa delimitação. Se a empregada não é alguém confiável, não adiantaria ter, por exemplo, o "banheiro de empregada", já que não haveria a princípio um meio de vigiá-la o tempo todo. Essa discussão se relaciona contextualmente a algo que vem ocorrendo nas plantas de novas residências: a redução ou extinção das dependências de empregada (HARRIS, 2007).

Além disso, há demarcações que indicam que pobres e ricos teriam diferenças relativas até aos tipos de problemas que poderiam ter:

Figura 21. Discursos da comunidade

a minha faltou DOIS DIAS SEGUIDOS... sabendo q minha mae teve derrame, tah em recuperacao e naum pode fikar sozinha, (portanto EU tive que cancelar meus compromissos pra fikar com a minha mãe e quase perdi dois clientes)- e sabem porque??? Porque o filho da FDP da minha empregada que tem OITO anos tah com problemas PSICOLOGICOS... E Ondi jah se viu crianca pobre te problema psicológico??? Essa vagaba vai pra rua assim que eu conseguir outra... Pq NINGUEM merece uma empregada como essa... (Estela)

Há uma interdiscursividade criada entre problemas de saúde da família da patroa, problemas de saúde na família da empregada e os modos de lidar com os mesmos. No caso da família da patroa, sua "mãe" que teve "derrame" "naum pode fikar sozinha". Já no caso da família da empregada, é o "filho da FDP" de "OITO anos" que está com "problemas PSICOLOGICOS" que não deveria ter, já que "crianca pobre [não teria] problema psicológico". Implicitamente, se afirma que problema psicológico seria uma espécie de luxo restrito aos ricos. Além disso, comunica-se a ideia de que o modo de lidar com o problema também seria diferente. Pois a empregada ("vagaba"), ao contrário da patroa que cancelou compromissos para ficar com a mãe, não poderia faltar ao trabalho para ficar com o filho. Novamente, demonstra-se o desejo pela empregada devotada e entregue às necessidades dos patrões.

As demarcações e delimitações entre pobres e ricos nos discursos que falam sobre as empregadas domésticas nos demonstram como "o legado da escravidão imprimiu profundas marcas e instituiu graves divisões na sociedade brasileira" (SILVA, 1998, p. 26). Brites (2007) chama esse processo de didática da distância social, que se alimenta inclusive da própria ambiguidade afetiva presente na relação entre os patrões (sobretudo as mulheres e crianças) e as empregadas domésticas.

É importante contextualizarmos esses discursos como sendo construídos por algumas mulheres que cresceram recebendo a influência de um ambiente e cotidiano hierarquizados. Mesmo que as crianças apresentem um menor distanciamento em relação às patroas (proximidade esta que é temida pelas patroas da comunidade), pois "dialogam com as empregadas, ouvem suas histórias, escutam a mesma música [...], perguntam muitas coisas" (BRITES, 2007, p. 99), na medida em que crescem, acabam contribuindo para a manutenção dessa relação desigual. Como ressalta Brites (2007), são socializadas em uma lógica profundamente hierárquica que acaba colocando as empregadas em um mundo à parte.

Esse processo de distanciamento social pode influenciar não só na maneira como as relações ocorrerão no ambiente doméstico, mas também em outros âmbitos além do doméstico. Por esse motivo, o que se discute aqui não diz respeito somente a relações que permanecem no mundo privado, mas a outras, que estão imbricadas nas várias esferas sociais.

5.2.4 Por fim, aquilo que já estava no início da história: a escravidão

Há nos discursos presentes na comunidade uma estratégia explícita de inversão da relação de escravidão, em que as patroas se colocam como as

escravas de suas empregadas. No entanto, consideramos essa inversão apenas aparente, pois há um implícito clamor e até mesmo um saudosismo em relação à natureza das relações de trabalho desse período.

No que se refere a condições sociais de produção dos discursos, podemos contextualizar esse desejo implícito pela reconstituição das relações de escravidão como algo não só remanescente do próprio período escravocrata, como do período pós-escravocrata, em que as relações de trabalho e as formas de controle tiveram que ser reconstruídas (RONCADOR, 2007).

Trata-se de um saudosismo que acabou hoje constituindo uma espécie de luta entre classes, já que os empregados não são mais propriedades de outrem e não teriam mais o papel de cumprir fielmente todas as obrigações colocadas por seus patrões. Assim, não são mais os empregados que os patrões esperavam que fossem. Não havendo oficialmente uma relação de escravidão à qual recorrer, esses patrões acabam por desenvolver estratégias cotidianas de manutenção de resquícios dessa escravidão nas relações que estabelecem com seus empregados. Nesse sentido, quando afirmam o desejo de ter as "empregadas de novela", devotadas aos seus patrões, acabam clamando implicitamente pelos antigos servos.

No entanto, as patroas integrantes da comunidade se veem em um contexto em que novas particularidades que emergem para o trabalho doméstico acabam distanciando ainda mais essa relação da antiga relação escravocrata. O crescimento no número de diaristas traz novas configurações para as relações de trabalho. Um exemplo é a dúvida postada por Priscila, que ficou confusa diante da afirmação da diarista de que ela seria contratada somente para alguns serviços específicos.

Figura 22. Discursos da comunidade

A minha diarista me disse que lavar roupa não é tarefa dela, ou seja diarista não lava roupa e nem cozinha, é verdade? (Priscila)

[...] se contratou pra algo específico, a pessoa só vai fazer o acertado, se foi para os serviços gerais, seria para tudo. Elas agora acham que cozinhar e passar é serviço especializado, tem que avisar antes. Estão cheias de nove horas, essas moças... (Elisa)

Observamos nesses discursos que há ainda um contexto de adaptação a essas novas profissionais, assim como ocorreu historicamente quando houve a abolição da escravatura. Esse novo contexto é ressignificado pelas patroas como sendo, mais uma vez, uma recusa das empregadas ao próprio trabalho que lhes é peculiar ("estão cheias de nove horas, essas moças").

Interessante observar ainda como se mantêm alguns temas escravocratas na relação de trabalho desenvolvida entre patroas e empregadas: o "prazo de validade" dessas mulheres, por exemplo, é sempre enfatizado, aspecto esse que era considerado na compra de escravos.

Figura 23. Discursos da comunidade

FINALMENTE UM MOMENTO DA CALMARIA. ESTOU COM UMA EMPREGADA A QUASE UM ANO E ESTOU GOSTANDO. NUNCA FALTOU, NÃO ROUBA , É CAPRICHOSA, COZINHA MUITO BEM. REALMENTE AS VEZES EU ME BELISCO ACHANDO QUE ESTOU SONHANDO. QUEIRA DEUS QUE CONTINUE ASSIM. UMA COISA EU APRENDI. EMPREGADA TEM PRAZO DE VALIDADE E ESPERO QUE O DESSA NOVA SEJA MAIS LONGO. (Luana)

A diarista que está comigo agora, Maria, é dessas raridades que quase não se encontra mais. [...] Mas a filha dela vai ter gêmeos, e só tem 17 anos, então ela vai ter que dar assistência nos primeiros dias, e por outro lado euzinha aqui vou ter que viajar para tratamento de saúde em setembro, deixando as minha filhas sós em casa por dez dias. Por isso estou tentando colocar uma outra pessoa, mas só temporariamente, porque sei que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Seria muita sorte conseguir outra igual a Maria (Natália)

Há uma ambiguidade na relação entre patroas e empregadas. Ao mesmo tempo em que pode haver relações afetivas, que são um reflexo da proximidade em que se encontram e também do compartilhamento de responsabilidades domésticas, permanece também, no que se refere a relações trabalhistas, uma herança escravista e um distanciamento social (CANDIOTA; VERGARA, 2010; BRITES, 2007). Além disso, observamos também implicitamente no discurso de Natália a divisão sexual entre homens e mulheres, pois há uma invisibilidade em relação ao compartilhamento das responsabilidades domésticas e com os filhos entre mães e pais. As filhas precisam ficar sozinhas em casa por conta da viagem da mãe.

Por fim, atribuímos a alguns discursos uma espécie de raiva contida, uma espécie de vontade de fazer justiça em relação à libertação dos escravos, algo como uma justiça a ser feita por seus antepassados:

Figura 24. Discursos da comunidade

vão por mim. é regra... vc tem que escravizar e ser bem má... eu faço isso e não me arrependo... gosto de pegar no sítio para morar na senzala (quer dizer na minha casa rsss)... quando começam ficar meio espertinhas descarto..... nunca mais sofri.... elas que sofram trabalhando 14 a 16 horas por dia... (anônimo)

Assim, o que observamos são discursos contextualmente compreensíveis se considerarmos os resquícios do fenômeno que estava no início de toda essa história: o período escravocrata brasileiro.

6. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar discursos de patroas sobre empregadas em uma comunidade do Orkut. Com léxicos que remetem à escravidão nos vários discursos analisados, não poderíamos mesmo deixar de terminar a discussão falando sobre esse tema. Pois os resultados da análise nos permitem afirmar que há uma estratégia de inversão da relação de escravidão atrelada aos principais discursos na comunidade: aqueles que criam como personagens as patroas vítimas e as empregadas vilãs.

Os discursos têm como contexto mudanças significativas no cenário do trabalho doméstico no Brasil, em que parte das empregadas migra para relações de trabalho mais autônomas, se distanciando ainda mais do perfil ideal de empregada doméstica, perfil esse que é ideologicamente construído pelas patroas na comunidade e que se refere a características dos servos do período escravocrata.

Há, nesse sentido, um discurso saudosista das relações de trabalho escravocratas. As heranças desse período persistem não só nas relações de trabalho constituídas, como também nos discursos e ideologias que são veiculados na rede social. Como ressaltam Ferraz e Rangel (2010, p. 8641), "o escravismo não é um triste fato enterrado num distante passado imperial. O ferrete estigmatizador de sua face se projeta na atualidade". O que dizer, por exemplo, da própria segregação sociojurídica que recai sobre o empregado doméstico?

Os resultados da pesquisa reforçam ainda a manutenção da divisão sexual do trabalho em nossa sociedade. De maneira explícita ou implícita, as mulheres ainda se cobram por não estar em casa cuidando do lar e da família, cobrança essa que gera uma implicância com a própria empregada, que faz o trabalho que então deveria ser seu. Em contrapartida, não há um questionamento explícito dessa divisão sexual, já que as mulheres não demonstram reivindicar maior colaboração ou comprometimento dos homens com as atividades domésticas. Sendo assim, há ideologias nesses discursos que acabam contribuindo para a manutenção dessa divisão.

Outro resultado importante das análises, ao qual atribuímos um caráter central, é a presença de discursos ideologicamente classistas que defendem e disseminam a inferiorização dos pobres em relação aos ricos, e a

existência de demarcações e desigualdades entre ambos. Os discursos das patroas se adéquam a um contexto de hierarquização social constituído por aspectos como raça, cor, etnia, classe social, e também religião. Nesse sentido, podem ser considerados discursos alinhados aos hegemônicos em nossa sociedade.

No entanto, podem também de certa maneira ser vistos como subversivos se considerarmos que eles quebram algumas amarras da disseminada ideia do politicamente correto. Os discursos ideológicos relacionados a classe são explícitos, embora os recortes de gênero e raça nem sempre o sejam. Elementos como cor e etnia ficam silenciados ou mesmo implícitos ("ô raça!"). Esse silenciamento ou velamento são compreensíveis se considerarmos que há no Brasil um discurso mítico de democracia racial (GALEÃO-SILVA; ALVES, 2004), um discurso de diversidade cultural e uma tentativa de adesão a esse politicamente correto. Nesse sentido, elas ultrapassam algumas barreiras do politicamente correto, mas também recorrem a ele quando deixam no não dito a própria questão de cor e etnia.

O estudo contribui para o campo de estudos sobre relações de trabalho porque demonstra demarcações de classe, gênero, raça e religião que podem estar presentes em várias outras esferas do trabalho além da doméstica. A postura das patroas em relação às suas empregadas, acompanhadas de discursos que trazem essas demarcações, podem ser um reflexo do que acontece em nossa sociedade, pois essas mesmas patroas se inserem em outras relações sociais.

A perspectiva de discurso adotada e o método de análise empregados contribuem para demonstrar a relevância de se estudar os discursos como formas de construção social e de manifestação e veiculação de ideologias. Por fim, sugere-se para futuros estudos uma análise mais dialógica dos discursos que materializam aspectos das relações entre patroas e empregadas, deixando também vir à tona os discursos das empregadas. Embora o recorte dessa pesquisa tenha privilegiado a comunidade sobre empregadas domésticas que possuía mais membros diante de um número bastante escasso de empregadas em outras comunidades, ainda assim é um esforço que merece ser realizado.

7. Referências bibliográficas

ALLAN, D. O que a Bíblia diz: na parábola do joio, Jesus ensina que devemos tolerar pecadores na igreja? **Estudos Bíblicos**, Karl Hennecke, USA, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdabiblia.net/bd83.htm>. Acesso em 20 jun. 2012.

AZÊREDO, S. A ânsia, o sino e a transversalidade na relação entre empregadas e patroas. In: **Cadernos Pagu**, [S. l.], v. 19, p. 323-334. 2002.

BASTOS, J. J. C. Furto qualificado: interpretação e crítica. In: **Revista da Esmesc**, v. 16, n. 22, p. 153-183, 2009.

BOJE, D. M.; OSWICK, C.; FORD, J. D. Language and organization: the doing of discourse. In: **Academy of Management Review**, [S.l.]. v. 29, n. 4, p. 571-577, 2004.

BRAGA, A. Uma silenciosa luta de classes: relações trabalhistas no espaço doméstico. In: Latin American Studies Association Conference, 2009, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Pittsburgh: Latin American Studies Association, 2009.

BRANDÃO, H. H. N. Introdução. In: _____ **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002, p. 9-12.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. In: **Cadernos Pagu**, [S. l.]. v. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.

BRITES, J. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. In: **Campos**, [S. l.]. v. 3, p. 65-82, 2003.

CANDIOTA, H. S.; VERGARA, D. L. M. Empregadas domésticas, identidade e imagem: uma etnografia no Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas. In: XII Enpos (Encontro de Pós-Graduação) – Mostra Científica, 2010, Pelotas-RS. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010.

CHAUI, M. A filosofia como vocação para liberdade. In: **Revista estudos avançados da Universidade de São Paulo** (USP), v. 17, n. 49, 2003.

COMSCORE. Selected social networking sites in Brazil by total unique visitors. December 2011 vs. December 2010. In: **ComScore Media Metrix**, jan. 2012. Disponível em: http://www.comscore.com/por/Press_Events/Press_Releases/2012/1/Facebook_Blasts_into_Top_Position_in_Brazilian_Social_Networking_Market. Acesso em 07 jul. 2012.

CORONEL, M. C. F. G. "Mulheres domésticas": profissionais de segunda classe. In: **Revista de direito**, [S. l.].v. 13, n. 17, p. 7-18, 2010.

ESTADÃO. Google impulsionou liderança do Facebook no Brasil. In: **Blog do Estadão**, 15 fev. 2012. Disponível em http://blogs.estadao.com.br/link/tag/orkut/. Acesso em 07 jul. 2012.

FARIA, A. A. M. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI *et al.* (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, p. 45-52, 2009.

FERRAZ, F. B.; RANGEL, H. M. V. A discriminação sociojurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito), 2010, Fortaleza – CE. **Anais...** Florianópolis: CONPEDI, 2010.

FERREIRA, J. S. Trabalho em domicílio: quotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. In: **Caderno espaço feminino**, [S. l.]. v. 23, n. 1/2, p. 339-360, 2010.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.

FRAGA, A. B. Serviço doméstico remunerado no Brasil: como interpretar as novas tendências? In: IX Reunião de Antropologia do Mercosul, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, 2011.

FREITAS, J. B. Do quase acaso à quase regra: o emprego doméstico enquanto um lócus de humilhação. In: IX **Reunião de Antropologia do Mercosul**, Curitiba. **Anais...** 2011.

GALEÃO-SILVA, L. G.; ALVES, M. A. A crítica do conceito de diversidade nas organizações. In: **Revista de administração de empresas**, [S. l.]. v. 44, n.3, jul./set. 2004, p. 20-29.

GERGEN, K. J.; GERGEN, M.; BARRETT, F. J. Dialogue: life and death of the organization. In: GRANT, D. et. al. (Ed.). **The** SAGE **Handbook of organizational discourse**. London: SAGE, [S. l.]. 2004. p. 79-104.

GODOI, C. K. Análise do discurso na perspectiva da interpretação social dos discursos: possibilidades abertas aos estudos organizacionais. GESTÃO**.Org**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, p. 95-109, 2005.

HARDY, C.; MAGUIRE, S. Discourse, field-configuring events, and change in organizations and institutional fields: narratives of DDT and the Stockholm Convention. In: **Academy of Management Journal**, [S. l.]. v. 53, n. 6, p. 1365-1392, 2010.

HARRIS, D. E. **"Você vai me servir: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador**. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HIRATA, H. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. In: **Revista educação & tecnologia**, [S. l.]. n. 6, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de pesquisa**, [S. l.]. v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. CENSO 2010**:** características da população e dos domicílios: resultado do universo. Novembro, 2011. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acesso em 07 mai. 2012.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 155 p.

OLIVEIRA, E. P. **Cursos para trabalhadoras domésticas**: estratégias de modelagem. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEREIRA, M. C.; BRITO, M. J. A análise do discurso como prática e processo de produção de sentidos: proposta teórico-metodológica. In: CARRIERI *et al.* (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 53-78.

PINHEIRO, Z. A. C. *et al.* O gênero da casa: percepções masculinas do trabalho doméstico. In: **XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica**. Fortaleza, 2009.

PORTELA, R. L. *et al.* O sexismo nas músicas de pagode em Salvador: discutindo a violência contra a mulher em sala de aula. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2011, Salvador-BA. **Anais...** Salvador: Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade da Universidade do Estado da Bahia, 2011.

PREUSS, M. R. G. Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. In: **Coletâneas da** ANPEPP, [S.l.]. 1996, p. 53-65.

RONCADOR, S. Criadas no more: notas sobre testemunho de empregadas domésticas. In: **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. [S. l.]. n. 21, jan./jun. 2003, p. 55-71.

RONCADOR, S. Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário literário da *Belle Époque* tropical. In: **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. [S. l.]. n. 27, jan./jun. 2007, p. 127-140.

SANSONE, L. Jovens e oportunidades, as mudanças na última década e as variações por cor e classe: não se fazem mais empregadas como antigamente. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). **Desigualdades sociais**: o Estado da Nação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2009.

SILVA, E. B. Tecnologia e vida doméstica nos lares. In: **Cadernos Pagu**. [S. l.]. v. 10, 1998, p. 21-52.

SILVA, P. V. B. Notas sobre os escritos do projeto 'Racismo e discurso na América Latina'. In: VII Congresso Latinoamericano de Estudios del Discurso, 2007, Bogotá, Colômbia. **Anais...** ALED (Associación Latinoamericana de Estudios del Discurso): Bogotá, 2007.

VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as social interaction**. London: Sage, 1997. p. 1-37.

WAGNER, A. *et al.* Compartilhar tarefas? Papeis e funções de pai e mãe na família contemporânea. In: **Psicologia: teoria e pesquisa**. [S. l.]. v. 21, n. 2, mai./ago. 2005, p. 181-186.

Gênero e pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul: um estudo sobre Veranópolis e Salvador das Missões

Carolina Braz de Castilho e Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor orientador: Sergio Schneider

Introdução

Atualmente, observa-se um grande número de estudos sobre as mulheres e relações de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento, ao passo que ações políticas voltadas para elas vêm ganhando destaque na nossa sociedade. Mas durante muito tempo os conhecimentos sobre as mulheres estiveram baseados nas diferenças físicas e biológicas entre elas e os homens, reconhecendo nessas diferenças uma condição de inferioridade feminina e legitimando a desigualdade e dependência em relação aos homens (marido/pai/filho).

O século XIX permitiu a abertura de novas possibilidades sociais para as mulheres, embora tenha sido opressivo para elas. Com a emergência do feminismo as mulheres ganharam espaço na cena política, alterando sua perspectiva de vida e conquistando uma posição de sujeito com mais possibilidades enquanto indivíduos (FRAISSE e PERROT, 1994, p.9).

O capitalismo moderno iniciou um processo de libertação feminina ao dissolver a família proletária e colocar as mulheres no mercado de trabalho, retirando-as do espaço privado da família, de modo que é o trabalho assalariado, e não o direito, que inicia o processo de autonomia e emancipação das mulheres (FRAISSE, 1994, p. 79).

O Brasil do século XIX foi marcado pela consolidação do capitalismo, pelo incremento da vida urbana e pela ascensão da burguesia, reorganizando a vivência familiar e doméstica, o tempo e a atividade femininas. Com a valorização da intimidade e da maternidade, e sob o ideal de retidão de "um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo", no interior das relações da família burguesa nasce uma nova mulher (D'INCAO, 1997, p. 223).

O aumento da distinção entre o espaço público (a rua) e o privado (a casa) afetou a vida familiar, privilegiando a intimidade e privatizando a família. Ao mesmo tempo, as casas mais ricas se abriam para a apreciação de parentes e amigos em saraus, jantares e festas, expondo a família e, sobretudo a mulher, à avaliação social. Dessa forma, a imagem da mulher tornou-se cada vez mais importante na transmissão da imagem da família, dependendo dela a manutenção ou o aumento do *status* e prestígio social familiar (D'INCAO, 1997).

No século XX, com a emergência dos movimentos feministas, as pesquisas sobre mulheres ganharam outra perspectiva. Segundo Santos (2002, p. 39), esses movimentos deram visibilidade aos estudos de gênero, diminuindo os "estudos sobre a mulher" e consagrando a categoria de análise de gênero, a partir dos anos de 1980. Com os estudos de gênero, homens e mulheres passaram a ser compreendidos de forma relacional, através de processos sociais e não mais individualmente, por aspectos físicos e biológicos.

A perspectiva de gênero realiza uma superação dos limites biológicos e trata homens e mulheres sob a ótica de papéis sociais historicamente construídos. Desta forma, abordando o peso do social para as diferenças e para as relações entre homens e mulheres, a perspectiva de gênero permitiu compreender e modificar a situação social da mulher.

No entanto, todas as sociedades apresentam definições de atividades apropriadas ao sexo masculino e ao feminino, dividindo as tarefas relativas à produção e à reprodução social. Ao longo da história, foram consideradas atribuições femininas as atividades domésticas, envolvendo a produção de valores de uso direcionados para a família, as atividades de reprodução da espécie, do cuidado com crianças, velhos e incapazes. Por outro lado, as atividades realizadas no espaço público, como a produção social e a direção da sociedade, ficaram sob a responsabilidade masculina (HOLZMANN, 2006).

Mesmo com a separação entre espaço doméstico e de trabalho, as tarefas reprodutivas, na esfera doméstica, permaneceram a cargo das mulheres. A divisão sexual perdura através da separação entre setores apropriados aos homens e às mulheres, a despeito da inserção delas no mercado de trabalho atual (HOLZMANN, 2006). Além disso, a divisão do trabalho permite uma situação de desvantagem para as mulheres, que recebem menores salários (mesmo em funções iguais), ocupam cargos menos elevados e realizam dupla jornada.

Apesar da abrangência dos estudos de gênero, ainda pouco se sabe sobre as mudanças recentes no mercado de trabalho no meio rural e sobre a inserção feminina nestas novas formas de ocupação da mão de obra. Os estudos brasileiros sobre a mulher rural tenderam a considerá-la a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, enquanto trabalhadora não remunerada e com baixa valorização (BRUMER, 1996; DESER – CEMTR/PR.1996). Embora relevantes, esses estudos não englobaram situações de superação da desigualdade percebida.

A pluriatividade, ou seja, a combinação de ocupações não agrícolas com a agricultura, é intrínseca às unidades de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2005), e atualmente ganha novas formas, com as agroindústrias familiares ou com

a inserção de agricultores em outros setores da economia, despertando o interesse acadêmico (CARNEIRO, 2006; BONI, 2006; FISCHER, 2002; KOPPE, 2005; SCHNEIDER, 2003, SCHNEIDER et al., 2006, e outros).

Essas novas e mais frequentes possibilidades de inserção no mercado de trabalho não agrícola têm contribuído para diminuir as diferenças entre mundo rural e urbano, produzindo aproximações e dinamizando as economias locais e os rendimentos familiares (GRAZIANO DA SILVA et al. 2002; SCHNEIDER, 2005; SCHNEIDER e MATTOS, 2006).

Os efeitos da pluriatividade sobre as famílias agricultoras já foram demonstrados em outros estudos. De acordo com Schneider et al. (2006) a combinação de atividades tem contribuído para a reprodução das famílias e da atividade agrícola, já que proporciona um incremento na renda, utilizado para seu sustento e para investimentos na propriedade.

Ao contrário da renda agrícola que é familiar, o rendimento das atividades não agrícolas é individual e pode representar a independência (ao menos financeira) de jovens e mulheres, cujo trabalho na propriedade tende a ser desvalorizado e não remunerado. As atividades não agrícolas geram renda estável e previsível, podendo alterar as posições sociais na família e fazer questionar o papel de provedor do homem, enquanto chefe de família.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar as inserções das mulheres rurais no mercado de trabalho não agrícola para verificar em que medida elas contribuem para mudanças nos papéis sociais de gênero, entre famílias agricultoras de Veranópolis e Salvador das Missões, no Rio Grande do Sul. A hipótese é que a pluriatividade na agricultura familiar altera as relações de gênero e as posições na hierarquia doméstica à medida que as mulheres têm acesso ao trabalho não agrícola e a rendas fora da unidade de produção familiar.

Foram analisados dados quantitativos e qualitativos, permitindo conhecer algumas características de homens e mulheres rurais, conforme o tipo de família ao qual pertencem e também analisar o trabalho das mulheres rurais, seus limitantes, vantagens e desvantagens. Foram abordados os papéis sociais de gênero, definidos como um conjunto de regras sociais e de expectativas daquilo que a sociedade espera que sejam práticas de homens e práticas de mulheres para analisar as relações de gênero no meio rural.

Metodologia utilizada

Este estudo deriva da pesquisa *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul* (AFDLP), desenvolvida em parce-

ria pela UFRGS e UFPel, e realizada a partir de municípios representativos de quatro microrregiões, a saber, Veranópolis na microrregião Colonial da Serra; Morro Redondo na Serra do Sudoeste; Salvador das Missões na microrregião das Missões; e Três Palmeiras no Alto Uruguai.

Da aplicação de questionários semiestruturados gerou-se informações variadas, como características das famílias de agricultores, a estrutura fundiária, a qualidade de vida, as representações sobre o meio rural, a atividade de agricultor, o tipo de produção, as relações institucionais, entre outros. As primeiras análises sobre as características das mulheres que compõem as famílias agricultoras monoativas e pluriativas de Veranópolis e Três Palmeiras (RS) foram apresentadas em trabalho anterior (CASTILHO E SILVA, 2006) e conduziram ao questionamento da influência da pluriatividade quando ela é realizada por mulheres.

Neste trabalho são apresentados os municípios de maior intensidade de pluriatividade, Veranópolis e Salvador das Missões, cujos índices de pluriatividade correspondem a 59,33% e 46,6% respectivamente. Ambos apresentam índices de desenvolvimento mais elevados em relação à amostra original, embora tenham origem, formação étnica e formas de agricultura distintas. Optou-se por trabalhar em duas regiões para comparação entre diferentes dinâmicas locais, considerando que as características regionais influenciam a maior ou menor participação em atividades não agrícolas (RADOMSKY, 2006; CONTERATO, 2008).

Para a coleta de dados qualitativos realizou-se entrevistas individuais semi-diretivas em profundidade com mulheres rurais que realizam somente atividade não agrícola e que a conciliam com atividades não agrícolas. As entrevistas foram necessárias ao estudo devido às especificidades das relações familiares, permitindo o aprofundamento na obtenção de dados, e se realizaram nos locais de trabalho, na propriedade rural, no salão do hotel, no sindicato ou na sede do clube de mães. Além disso, um único respondente (o responsável pela propriedade) para todas as questões do questionário poderia ocultar os conflitos de gênero.

Em campo, realizaram-se também observações, complementando as informações das entrevistas, buscando ultrapassar os limites impostos pela situação de desigualdade entre entrevistador (que coloca questões) e entrevistado (que oferece informações sobre a própria vida). As entrevistas, norteadas pela aplicação do tópico guia, sugerido por Gaskell (2004), geraram informações descritivas (como idade, escolaridade, composição familiar...) e sobre os tipos de trabalho em que as mulheres se inseriam, de que forma se deu esta inserção e quais as consequências percebidas após seu ingresso no mercado de trabalho alheio ao familiar.

Buscou-se informações acerca do período em que as mulheres iniciaram as atividades não agrícolas, quais motivações e entraves influenciaram nessa decisão, como o seu desenvolvimento é percebido pelas demais mulheres e por suas famílias, como isso altera (se altera) a divisão do trabalho doméstico e na UP, entre outras, buscando compreender as trajetórias de inserção no mercado de trabalho não agrícola por parte das mulheres, relacionando-as com os papéis sociais de homens e mulheres.

Segundo Bauer et al. (2004), esta pesquisa se caracteriza por ser um estudo de caso, no qual a geração de dados se dá através de entrevistas individuais, tendo como meio de análise o texto dela produzido. Esta forma é caracterizada como "informal", pois não exige um conhecimento especializado, ou seja, o entrevistado pode se expressar de acordo com suas capacidades e de acordo aos estímulos que recebe na situação de entrevista. Este trabalho de cunho qualitativo conta também com informações quantitativas, considerando que a união de métodos e técnicas permite aprofundar a análise da realidade social (CORTES, 1998).

Na pesquisa qualitativa é impossível definir uma amostra representativa aos moldes quantitativos, devendo-se construir um *corpus* equivalente a uma amostra representativa (mas com estrutura diferenciada) (BAUER e AARTS, 2004). O *corpus* cresce durante sua formação de acordo a alguns critérios que o compõe (a relevância do assunto, por exemplo), não apresentando um número predefinido de casos. O principal critério usado para seleção dos entrevistados foi a indicação das responsáveis pelos programas sociais da Emater nos municípios. Em Veranópolis contribuíram também as funcionárias da Secretaria de Assistência Social e de setores de pesquisa em saúde para a indicação das entrevistadas.

Por ser impossível prever o número de entrevistas para uma pesquisa, um critério usado foi a inexistência de informações novas, afinal, as representações individuais são também sociais, e tendem a se repetir em grupos e ambientes específicos (GASKELL, 2004). Esse limite também se relaciona com o fato de que as entrevistas podem ser longas, e sendo muito numerosas, poderiam acarretar perda de informação, já que é preciso ser capaz de reviver a situação de entrevista, através das transcrições (GASKELL, 2004, p. 70 – 71).

Seguindo essas orientações foram realizadas entrevistas até encontrar o ponto de saturação, ou seja, o ponto em que a realização de novas entrevistas não acrescenta informações novas, não contribuindo para a diversidade de representações sociais sobre o tema proposto. As entrevistas analisadas em Veranópolis foram de cinco mulheres e dois homens, além de conversas informais,

sobretudo com funcionários da Assistência Social e do Centro de Proteção à Mulher, inaugurado há poucos meses da época da visita a campo.

Em Salvador das Missões, além das entrevistas, tentou-se introduzir o assunto e deixar as mulheres mais à vontade para falar com a apresentação do documentário brasileiro *Nem honra nem gravata*, cujo tema é as percepções de homens e mulheres de várias idades sobre as diferenças entre eles. Mesmo com este estímulo, as mulheres tendiam ao silêncio, até que fossem bem direcionadas as questões, e os maiores comentários vieram de um pequeno grupo. Nesse momento, elas deram algumas visões gerais sobre a importância da família e do diálogo familiar na resolução de conflitos, sobre o trabalho na agricultura, sobre as igualdades e desigualdades, sobre o lazer e sobre a participação dos maridos nas tarefas "femininas".

Veranópolis e Salvador das Missões

O município de Veranópolis, localizado a 170 quilômetros da capital Porto Alegre, é considerado representativo da microrregião de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, região esta com fortes traços da formação colonial italiana ainda presentes e uma das mais desenvolvidas economicamente do Estado. O município foi formado principalmente por italianos e poloneses, no final do século XIX e mesmo após ampliação da economia e urbanização. Manteve os costumes, formas de sociabilidade e a importância das relações de parentesco e de interconhecimento (RADOMSKY, 2006).

As atividades econômicas na localidade eram praticadas esporadicamente por indígenas, tropeiros e viajantes até a colonização em 1884, quando na busca por terra, colonos de Bento Gonçalves ali se estabeleceram para forçar a abertura de outra colônia. Devido ao seu crescimento e à distância do centro administrativo do município ao qual pertencia, Lagoa Vermelha, a nova colônia (Alfredo Chaves) logo se tornou independente, reforçando os laços de solidariedade existentes no início da colonização pelo isolamento (RADOMSKY, 2006).

Com os imigrantes europeus na então chamada Veranópolis criou-se um modo de vida semelhante ao camponês, designado por Henri Mendras "sociedades de interconhecimento", em que imperam relações personalizadas, com homogeneidade cultural e sociabilidade baseada no parentesco. Sociedades camponesas também se caracterizam por certa autonomia social, pela importância estrutural do grupo familiar, pela indistinção entre produção e consumo e pela participação dos mediadores e notáveis da comunidade (RADOMSKY, 2006, p. 45 – 46).

O tipo de colonização da região gerou uma sociedade centrada no parentesco, nas amizades, na etnia e no catolicismo, com relações de interconhecimento estruturando o trabalho e a participação política, base do desenvolvimento local, permitindo a diversificação da base produtiva e a industrialização a partir de pequenas unidades (RADOMSKY, p. 169).

Na década de 1950, a região deixou de ser celeiro de trigo e milho devido ao deslocamento da produção de cereais para outras regiões, e tem a produção de suínos diminuída pelo surgimento de óleos à base de soja. Introduziram-se então novas culturas como a maçã, o alho, a batata inglesa e a especialização em uva e vinho. A partir daí, houve melhoria nas condições de moradia e instalações da propriedade, aumentou a monetarização da economia (estimulando comércio e indústria), incentivando a criação de bancos e diversificando o comércio. A indústria e comércio de pequeno porte

se tornaram atraentes para suprir o sustento familiar e receber os recursos da agricultura colonial (CASTILHO E SILVA, 2006).

Na década de 1960, a agricultura tornou-se fortemente dependente do mercado e o sistema colonial de reprodução social (baseado na produção para autoconsumo e na venda de excedentes) se transformava em um modelo fundado na especialização produtiva de algumas culturas e no uso de insumos industriais. Nos anos de 1980, as agroindústrias passam a investir em leite, frango e suínos, e agricultores denominados "fruteiros" passaram a escoar a produção agrícola local. Surge então um terceiro grupo, excluído da especialização agrícola, formado pelos jovens rurais e agricultores mais pobres e que será absorvido pelo mercado de trabalho local, diferenciando Veranópolis da maioria das regiões onde ocorreram mudanças na base tecnológica agrícola (CASTILHO E SILVA, 2006).

Hoje, a vida colonial mistura-se com novas relações de trabalho e produção. No desenvolvimento do capitalismo na agricultura as novas formas não eliminaram as particularidades da estrutura do trabalho e da produção da agricultura familiar, possibilitada pelo fato de que os agricultores passaram a produzir mercadorias, mantendo a propriedade dos meios de produção (terra, trabalho e capital), produzindo a custos menos elevados, já que não remuneram terra e trabalho. Mas esse processo também influencia a reprodução da agricultura familiar, pois os agricultores inseridos em um meio capitalista submetem-se a condicionantes, alterando o funcionamento e a reprodução no interior da propriedade, fortalecendo o vínculo com a sociedade que o envolve (RADOMSKY, 2006, p. 48 – 49).

Segundo dados disponíveis da Fundação de Economia e Estatística (FEE), a população de Veranópolis era de 24.280 habitantes em 2008. No ano 2000, registrava taxa de analfabetismo de 4,55% e expectativa de vida ao nascer de 75,51 anos. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R$ 18.161, em 2006. Na classificação dos municípios do estado Veranópolis ocupa o 19º lugar no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE).

Diferindo da colonização italiana de Veranópolis, Salvador das Missões, correspondente à microrregião de Cerro Largo, na região Missioneira do Estado, presenciou a colonização por descendentes de alemães no período mais recente, embora o território já tivesse sido ocupado por indígenas, jesuítas e caboclos (grupo formado por descendentes de indígenas e europeus colonizadores) anteriormente (NIEDERLE, 2007).

Nesta região, até meados do século XVIII estavam dispostos os Sete Povos das Missões, nas quais indígenas e jesuítas criaram uma forma de organização social e de trabalho bastante incomum — que veio a se desfazer

pelas disputas territoriais entre Espanha e Portugal —, histórico facilmente percebido pelo nome "Missões" em grande parte dos comércios locais.

Após a Guerra Guaranítica (1754-1756), que culminou com a destruição das colônias indígenas, os caboclos ocuparam as terras devolutas até o início do século XX, quando se iniciou uma política migratória pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo condições para a ocupação da colônia de Serro Azul, reassentando migrantes das "Colônias Velhas" (as primeiras a receber imigrantes da Alemanha, em 1824). Assim, dos Sete Povos restaram as ruínas e influências religiosas e míticas, enquanto os demais elementos culturais não foram apropriados pelos colonos de origem alemã que ali se instalaram (NIEDERLE, 2007).

Foi dos caboclos da região que os novos colonos receberam maior influência, no que se tornou o município de Salvador das Missões, emancipado de Cerro Largo em 1992. Apropriaram-se da agricultura de corte e queima para a subsistência e de atividades extrativistas, como da erva-mate, que permitiram pequena participação mercantil. A princípio, os caboclos forneciam mão de obra barata para os colonos, mas acabaram expulsos das terras devido a conflitos agrários (WENZEL, 1997 apud NIEDERLE, 2007).

Em princípio, a distância dos centros regionais mais próximos e as condições das estradas dificultavam a venda dos produtos, tratamentos de saúde e a compra de produtos não gerados na propriedade. Em um primeiro momento de maior isolamento, a produção era voltada para a subsistência, com produtos típicos produzidos pelos caboclos devido às características da região (NIEDERLE, 2007).

Um segundo período é marcado pela diversificação das culturas, com novos produtos e agroindustrialização. Houve o melhoramento técnico, geração de excedentes e a chegada de estradas de ferro a localidades próximas. Nesse período, na linha São Salvador (que originou Salvador das Missões), há a construção da escola, da capela, de casas comerciais, moinhos, entre outros, aumentando a relevância da vila na vida dos colonos (NIEDERLE, 2007).

Uma terceira fase se inicia com a integração da agricultura colonial à sociedade (incorporando características do modo de vida urbano) e com aumento da diversificação produtiva. Este é o período também da crise do modelo colonial, devido ao desgaste do solo, aos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas e ao pequeno tamanho das propriedades. O modelo de reprodução social – em que cada filho recebia um lote para produzir – ameaçado pelos altos preços e pela impossibilidade de novas partições na terra levou à migração para Santa Catarina e Paraná (NIEDERLE, 2007).

Na década de 1960, com a modernização tecnológica brasileira, ins-

talaram-se as primeiras indústrias de tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes, defensivos e medicamentos veterinários, afetando, sobretudo os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (FILHO, 1994). Esse processo, financiado pelo governo através de crédito, também influenciou a agricultura na região missioneira. Nos anos de 1960 e 1970, as mudanças ocorridas foram influenciadas pelo Estado e pelo capital externo, visando à maior produtividade. Consolidou-se então o binômio trigo-soja, diminuindo produções de grande importância até então (milho, mandioca e suinocultura). A mão de obra na agricultura diminuiu e a mecanização e o uso de defensivos, adubos e corretivos aumentou. Aumentou também a interligação com os mercados e com os bancos, agroindústrias e cooperativas (NIEDERLE, 2007).

De acordo com dados da FEE, em 2008, a população de Salvador das Missões era de 2.673 habitantes. No ano 2000, a taxa de analfabetismo era de 2,23% e expectativa de vida ao nascer 74,45 anos. O PIB per capita foi de R$ 13.067, em 2006. Salvador das Missões é o 26º município na classificação do IDESE.

Gênero e pluriatividade na agricultura familiar

Woortmann (1987) demonstra as especificidades das famílias agricultoras, indicando a ética camponesa como constitutiva de uma ordem moral. O princípio norteador da moral das famílias camponesas é a busca pelo bem-estar familiar, sobreposto à lógica econômica. Woortmann (2001) concorda com Chayanov, ao afirmar que a família camponesa busca garantir a satisfação das necessidades em uma busca subjetiva de adequar o consumo e a produção familiar, equilibrando a satisfação das necessidades e a penosidade do trabalho.

A unidade familiar e o rendimento agrícola precisam ser analisados como um todo, considerando que a lógica de produção familiar é caracterizada pela ausência de salário para os trabalhadores da família, que é ao mesmo tempo, uma unidade produtiva e de consumo. O ponto de equilíbrio é modificado pela composição familiar (tamanho e quantidade de trabalhadores e não trabalhadores) ao longo do tempo. Nesse modelo, as mulheres, idosos e crianças consomem mais do que produzem (WOORTMANN, 2001).

As famílias são influenciadas pelas diferenças de gênero, pois existe uma divisão do trabalho que é intimamente relacionada a tais diferenças. Dessa forma, muitas vezes, homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, mas obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com papéis sociais que lhes são atribuídos. Conforme Carneiro (2001) são as mulheres as principais transmissoras dos valores sociais para as crianças, desempenhando papel fundamental para a reprodução das famílias.

Em regiões de colonização alemã e italiana, em geral, a sucessão da terra segue o princípio de que somente quem trabalha na terra tem direito a ela (para não inviabilizá-la produtivamente). É costume dar aos filhos um lote de terra para sustento de sua família e, às filhas é dado um dote e um enxoval, já que, ao casar, passaria a fazer parte do grupo familiar do marido, sendo este o responsável pelo seu sustento e dos seus filhos (CARNEIRO, 2001).

Além disso, o trabalho feminino realizado na propriedade, considerado "ajuda", não legitimava para elas mesmas o recebimento de herança, reforçando as formas tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (CARNEIRO, 2001).

A busca por atividades não agrícolas nas regiões rurais tem aumentado, sem que haja, necessariamente, o abandono da atividade agrícola. No Rio Grande do Sul, a prática da pluriatividade corresponde a 44,1% das famílias de agricultores, sendo mais ou menos concentrada de acordo com a região e a dinâmica local (SCHNEIDER et al., 2006).

Dentre as motivações que levam uma família a combinar atividades agrícolas e não agrícolas como estratégia de reprodução social estão a queda dos rendimentos agrícolas, a modernização tecnológica que dispensa mão de obra, as políticas de incentivo a atividades não agrícolas, de geração de emprego e de contenção de migrações e as mudanças nos mercados de trabalho, especialmente com a descentralização das indústrias (SCHNEIDER, 2005). Outro fator que influencia a maior ou menor recorrência da pluriatividade é a composição das famílias rurais, ou seja, a disponibilidade de força de trabalho.

Combinar atividades contribui para a reprodução familiar e da agricultura à medida que grande parte dos recursos obtidos em atividades não agrícolas é aplicada para suprir as necessidades básicas das famílias e para investimentos na propriedade (SCHNEIDER et al., 2006). A pluriatividade é apontada como fator de um desenvolvimento rural que extrapola o desenvolvimento da agricultura. Por ser uma alternativa para a geração de emprego e renda e para o êxodo dos jovens, entre outros problemas, ela possui um papel estratégico para o desenvolvimento rural, de um ponto de vista qualitativo (SCHNEIDER e MATTOS, 2006).

A agricultura familiar é, conforme Schneider (2003), um conjunto de indivíduos que forma um grupo doméstico, com posse e exploração de uma mesma propriedade, constituindo uma só unidade de produção (UP) e de consumo. A pluriatividade, estratégia de reprodução social, é definida pela combinação de atividades, na qual uma delas é a agricultura (o que mantém o grupo doméstico enquanto agricultores familiares). Assim, são pluriativas as famílias agricultoras onde um ou mais de seus membros realiza atividades

não agrícolas (parcial ou integralmente) e famílias monoativas, ou exclusivamente agrícolas, são as que fazem uso somente de atividades agrícolas para sua reprodução social (SCHNEIDER, 2005).

As atividades consideradas não agrícolas são aquelas exercidas dentro ou fora da UP, de forma autônoma ou assalariada, como por exemplo, prestação de serviços, artesanato, trabalho em indústria ou comércio ou mesmo o trabalho agrícola assalariado fora da unidade familiar (SCHNEIDER, 2003). Cabe destacar que a combinação de atividades não é mero fruto da vontade dos indivíduos, estando ligada às dinâmicas locais em que estão inseridos. Significa dizer que o recurso à pluriatividade tende a aumentar conforme a diversificação das relações entre o ambiente socioeconômico e os agricultores (SCHNEIDER, 2005).

Contudo, é preciso considerar, além das trajetórias internas das famílias, as mudanças mais gerais que ocorrem nos dias atuais. A estrutura da agricultura e a vida rural estão se modificando devido à liberalização e globalização dos mercados, da agricultura internacional e de mudanças nas políticas de desenvolvimento. As famílias precisam arcar com a crescente competição global, o aumento dos custos de produção e o declínio dos preços de venda, o que, para Bock (2006), gera migrações e abandono das UPs, além de incentivar as combinações de atividades, deixando para trás a lógica familiar de organização e diminuindo o desenvolvimento.

Todas essas transformações afetam a estrutura e a identidade em comunidades rurais e modificam, conforme as características dos países e regiões, as relações de gênero nas propriedades e áreas rurais. Mas, se as relações de gênero se alteram pelas mudanças na agricultura e nas áreas rurais, elas também geram tais transformações. Por isso, segundo Bock (2006), é importante estudar as relações de gênero para compreender o desenvolvimento rural.

Apesar da necessidade de sua apreensão, a definição de gênero não é consensual. Louis (2006) demonstrou que as formas de utilização do "gênero" são diversas, tanto nas ciências sociais, quanto no campo político, e apontou diversos tipos de estudos e pesquisas sobre gênero, incluindo questões ligadas ao trabalho, ao poder, às relações sociais, às famílias e às transformações sociais, fazendo perceber que a questão do gênero no meio rural não foi demonstrada de maneira expressiva, especialmente em relação a modificações recentes, introduzidas pelo aumento da prática da pluriatividade.

Kergoat (1996), utilizando o conceito de "relações sociais de sexo" ao invés de "gênero" ou "relações de gênero", afirma que a divisão sexual do trabalho é indissociável das relações sociais de sexo. A noção de relações sociais

demonstra que os papéis sociais de mulheres e homens são construções sociais com bases materiais, e não um resultado do destino biológico (KERGOAT, 1996, p. 19).

Abordar a divisão sexual do trabalho, para Kergoat (1996), é unir a descrição do real com a reflexão sobre processos pelos quais a sociedade usa a diferenciação de sexo para hierarquizar as atividades, de forma que a divisão sexual do trabalho tem posição central no poder exercido por homens sobre mulheres. O conceito de relações sociais de sexo conduz a uma visão sexuada dos fundamentos e organização sociais, fundados na divisão sexual do trabalho. Assim, o conjunto social é pensado de forma particular (pela percepção da opressão feminina) e não fragmentada, pois as relações sociais de sexo são aplicadas a todas as esferas sociais (KERGOAT, 1996, p. 20-21).

Existindo uma relação social específica entre homens e mulheres, existem também práticas sociais variáveis conforme o sexo, mas não determinadas biologicamente, de forma que a noção de práticas sociais permite restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, enfraquecendo seu determinismo. As relações sociais de sexo podem ser periodizadas, dando espaço para a abordagem de transformações, permitindo também conceber sujeitos que agem sobre e sofrem os efeitos de relações sociais. Uma mulher pensa a si mesma dentro de uma rede de relações sociais, enquanto trabalhadora ou mãe, por exemplo, e sofre e/ou exerce dominação conforme sua posição nas diversas relações sociais (KERGOAT, 1996, p. 21-23).

Para Saffioti (1995), o sujeito individual é forjado nas relações sociais e através delas, ele é a história de suas relações sociais. O sujeito (o *eu*) é construído na sua relação com outros *eus*. O pertencimento a um sexo serve socialmente como base para a construção de uma identidade de gênero, porém, sexo e gênero não são *coextensivos* (SAFFIOTI, 1995. p. 159).

As categorias de sexo (mutuamente excludentes) são um dado prévio da realidade, mas as diferenças sexuais são produzidas através de sistemas de representação, portanto, não são reconhecidas por antecipação. Existe uma gramática sexual aplicada à esfera social e à psique que indica os comportamentos aceitos para homens e para mulheres. Dessa forma, o gênero participa da formação do sujeito como outras categorias como classe social e raça/etnia, as três identidades sociais fundamentais (SAFFIOTI, 1995. p. 160-161).

Enquanto a oposição entre igualdade e diferença conduz a relações hierárquicas e promove seu congelamento, a análise das relações sociais de gênero permite visualizar as relações. Não sendo a oposição simples que define o *eu* em relação ao *outro*, pode haver similitudes e diferenças nas relações sociais (SAFFIOTI, 1995. p. 162-163).

Para Giddens (2004), o gênero, "feito" nas interações sociais do dia a dia, influencia a construção de todos os aspectos da existência, como o tom de voz, os gestos e normas de comportamento. Dessa forma, "reproduzimos socialmente – fazemos e refazemos – o gênero em milhares de pequenas ações praticadas ao longo da vida" (GIDDENS, 2004, p. 108).

As grandes linhas de interpretações sociológicas para as diferenças e desigualdades de gênero se dividem em três. A primeira explica os comportamentos de homens e mulheres por uma base biológica, através das características físicas. A segunda corrente destaca a socialização como fundamental para a formação do gênero, mesmo que aceite o pertencimento a um sexo biológico (a criança nasce com um sexo e desenvolve um gênero em relação a ele). Na terceira perspectiva o sexo e o gênero são produtos sociais, já que o corpo humano é moldado conforme forças sociais e podem ser modificados, contrariando os padrões "naturais", com atividades físicas, dietas, vestimentas e mesmo cirurgias (GIDDENS, 2004).

O gênero orienta os tipos de oportunidades disponíveis e influencia os papéis de homens e mulheres nas instituições sociais. Em todas as sociedades, as mulheres tendem a possuir papéis menos valorizados e recompensados do que os homens. Geralmente, na divisão do trabalho, elas são as responsáveis pelos cuidados com a família e a casa, enquanto eles devem sustentar a família, gerando posições desiguais de poder (GIDDENS, 2004, p. 114).

Bourdieu (1996) adverte que a dominação masculina, estudada através da sociedade cabila, é a forma mais acabada e um caso particular de dominação simbólica. Para entender a dominação masculina pode-se basear na análise da ordem institucional, que existe tanto nas coisas (divisão espacial, por exemplo) como nas mentes (como os princípios de visão e divisão) (BOURDIEU, 1996, p. 29-30). Entre as nossas sociedades e a sociedade cabila existe coincidência entre as zonas quentes (masculinas) e frias (femininas). A separação entre quente e frio se coloca na divisão produtiva de modo que mesmo uma revolução técnica não a altera.

Isto porque, tal oposição existe na objetividade e existe também dentro das cabeças, continuando assim a reproduzir estruturas das quais são o próprio produto. Para compreender essas diferenças que são irredutíveis à sua dimensão tecnológica, mesmo que elas sejam quase sempre justificadas em nome de argumentos tecnológicos, a tecnologia exercendo em nossa sociedade o papel que a natureza exerce nas sociedades pré-capitalistas, é necessário ver que elas são quase sempre enraizadas nessa estrutura de ordem (masculina) que existe ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, sob forma de princípios de divisão ou nos corpos sob forma de muitas maneiras de usar

o corpo, cuidados, postura, *hexis* (palavra grega que significa *habitus*) etc. (BOURDIEU, 1996, p. 30-31. grifos do autor).

Para compreender a dominação masculina é preciso analisar ao mesmo tempo as estruturas inscritas na objetividade (maneiras de usar o corpo) e as inscritas na subjetividade (percepção sobre os corpos dos outros). As relações de dominação simbólica existem tanto objetivamente, enquanto divisões objetivas, quanto sob a forma de estruturas mentais que as organizam, inibindo o combate a essa dominação (BOURDIEU, 1996, p. 30-31). Significa dizer que tudo aquilo que diz respeito ao gênero aparece sempre na forma de evidências, e assim, o universo masculino se impõe através de evidências, para as quais é necessário existir.

> (...) uma produção coletiva de mentalidades coletivamente estruturadas conforme as estruturas objetivas e de acordo com essas estruturas. Quando se percebe um mundo estruturado por meio de estruturas subjetivas e de acordo com as estruturas objetivas, tudo parece evidente. A evidência nasce do acordo das estruturas. Para que tudo isso funcione, é preciso se ter universos nos quais a ordem objetiva, as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Os ritos de instituição (que provocam separações entre categorias) contribuem para a reprodução e conformação das estruturas objetivas e subjetivas. A imposição do modo de operar da dominação simbólica representa a imposição de uma representação dos órgãos sexuais, ou seja, uma construção social das diferenças anatômicas visíveis. É o mundo social que constrói a diferença anatômica e esta, construída socialmente, se torna a base da diferença social que a cria, invertendo causa e efeito (BOURDIEU, 1996, p. 31-32).

O sistema escolar reproduz as categorias que constroem a diferença entre homens e mulheres, sendo instrumentos cognitivos. Isso significa que há a estruturação das mentalidades e lutas cognitivas, de forma que as mulheres se voltam contra as representações da masculinidade, a partir das próprias representações. Dito de outra forma, nas lutas simbólicas, os dominados costumam utilizar as categorias dos dominantes que constroem o objeto contra o qual se colocam os dominados (BOURDIEU, 1996, p. 32-33).

Todo o corpo é construído socialmente através de oposições. Da mesma forma, há ensinamentos sobre modos de vestir e formas de se portar mas-

culina e feminina, o que pode ser chamado de uma "gramática dos corpos", um trabalho de educação que possibilita a incorporação das construções sociais, tornando-se maneiras de fazer e ao mesmo tempo categorias de percepção destas mesmas maneiras de fazer (BOURDIEU, 1996, p. 36).

Deve-se destacar que os dominados precisam incorporar as estruturas com as quais os dominantes os percebem para que a dominação simbólica se efetive, ou seja, a submissão não pode ser um ato consciente. Portanto, para compreender a dominação masculina é preciso abordar as disposições e não a lógica da consciência, afinal, a consciência não tem controle sobre aquilo que está no nível das disposições corporais (BOURDIEU, 1996, p. 37).

A dominação se perpetua e transforma apesar de mudanças tecnológicas e econômicas por haver uma autonomia relativa da ordem simbólica sobre as demais. Existe uma lógica que é específica da economia dos bens simbólicos e que se distingue da economia econômica, mas que pode funcionar e se perpetuar mesmo na ordem puramente econômica. O fundamento da situação de dominação das mulheres e sua perpetuação também residem na alienação simbólica à qual elas são condenadas por serem sempre percebidas e se perceberem através das categorias masculinas. O ser social feminino é um ser-percebido, um ser para o olhar, para o outro, e passível de ser utilizado como capital simbólico (BOURDIEU, 1996, 38 - 39).

Outra vez Bourdieu (2005) aborda a permanência ou mudança da ordem sexual e analisa se as relações entre homens e mulheres se alteraram menos do que se acredita. Questiona também que tipos de mecanismos históricos são responsáveis pela continuação das estruturas e princípios da divisão sexual (BOURDIEU, 2005, p. 5). Como dito, para Bourdieu a dominação masculina é uma consequência da violência simbólica, exercida através de vias simbólicas como a comunicação e o conhecimento, sem ser percebida pelas suas vítimas. Por essas vias são transmitidas e legitimadas as formas de agir e pensar dominantes e, neste caso, são reafirmadas as categorias masculinas que ordenam o mundo social.

Novamente recorrendo à sociedade cabila (organizada sob o princípio androcêntrico), Bourdieu (2005), propõe a análise de nosso inconsciente para romper com um processo coletivo de socialização do biológico e de biologização do social que inverte a relação entre causas e efeitos e faz ver uma construção social naturalizada como o fundamento natural de uma divisão arbitrária (BOURDIEU, 2005, p. 9-10).

A divisão sexual se mostra como natural ou até mesmo inevitável e está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e *habitus,* funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação. Isto, pois

existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas que leva a uma referência ao mundo que apaga as condições sociais que a torna possível e o arbitrário é legitimado como se fosse natural (BOURDIEU, 2005, p. 17).

Nas palavras de Bourdieu, "A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la" (BOURDIEU, 2005, p. 18).

Atuam aí a divisão social do trabalho, a estrutura do espaço e a estrutura do tempo. A primeira é responsável por designar tarefas para cada sexo, o local, o momento e os instrumentos atribuídos a elas, enquanto o segundo atribui ao homem os espaços públicos e à mulher, o espaço privado, da casa e, mesmo esta, com divisões. Já o terceiro, divide o tempo de trabalho ou ciclo da vida, relacionando longos períodos de gestação com a mulher, enquanto períodos de ruptura são relacionados aos homens (BOURDIEU, 2005, p. 18).

A diferença entre os sexos biológicos é construída pelo mundo social, de acordo com uma visão mítica de mundo, que está enraizada na relação de dominação masculina, reiterada na ordem social pela divisão do trabalho, de forma que as diferenças biológicas servem de justificativa natural a uma diferença social entre gêneros, especialmente na divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2005, p. 20).

Assim, os papéis sociais aqui analisados podem ser definidos como um conjunto de regras sociais e expectativas daquilo que a sociedade espera que sejam práticas de homens ou de mulheres. Esses papéis são estudados com base nas reflexões de Bourdieu (2005) sobre a posição das mulheres e os ensinamentos do que se espera delas, juntamente com a análise da divisão do espaço, mesmo em situações em que experimentam certo distanciamento da unidade de produção, da família e de seus cônjuges. Para isso, são utilizadas, sobretudo, as informações sobre o tipo e o setor de atividade não agrícola realizada pelas mulheres (por exemplo, vendedora no comércio) e mesmo a localização (dentro ou fora da UP).

A análise dos dados disponíveis demonstra certa predominância de homens na composição dos núcleos familiares, sugerindo a migração mais acentuada por parte das mulheres, ficando em cerca de 52%, tanto em Veranópolis quanto em Salvador das Missões. Mas esse aumento no número de homens não expõe a complexidade que se apresenta a partir de uma análise mais detalhada. Da mesma forma que em outros contextos, como no meio rural paranaense, catarinense ou holandês (GELUK-GELUK, 1994; BONI, 2006; DESER – CEMTR/PR.1996), as mulheres no meio rural gaúcho são vistas como colaboradoras, sem poder de decisões, já que não são as responsáveis pelas propriedades.

Em Veranópolis, a maioria dos homens figura entre o responsável pela propriedade ou filho deste, enquanto grande parte das mulheres é considerada cônjuge do responsável ou são suas filhas. Já a porcentagem de rapazes na amostra é o dobro da de moças identificados como filhos/filhas dos responsáveis. Em Salvador das Missões, grande parte das mulheres figura como cônjuges dos responsáveis, inexistindo mulheres na posição de responsáveis. Percebe-se que também aí os rapazes na posição de filhos são em maior quantidade do que as moças desta categoria.

Tabela 1: Posição de homens e mulheres na família, por município:

	Veranópolis		Salvador das Missões	
Posição (%)	**Homens**	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**
Responsável	39,58	1,57	44,62	0,00
Cônjuge	0,70	43,31	0,00	47,46
Filho/filha	45,14	22,83	41,54	30,51
Genro/nora	0,70	7,09	1,54	5,08
Avô/avó	2,80	7,09	0,77	2,54
Neto/neta	3,50	7,87	3,08	3,39
Irmão/irmã	3,50	2,36	0,00	0,00
Pai/mãe	0,00	0,00	6,15	10,17
Outros	3,50	7,87	2,31	0,85
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

A tabela 2 apresenta um novo desdobramento para as posições ocupadas, conforme os tipos de famílias. Nela, percebe-se que apenas em famílias pluriativas de Veranópolis é possível encontrar mulheres entre as responsáveis pela propriedade, mas em porcentagem pequena (2,25%). Por consequência, encontra-se 1,09% dos homens figurando entre os cônjuges das responsáveis.

Analisando-se a porcentagem de filhos e filhas da amostra fica evidente a seletividade das migrações, corroborando a afirmação de Brumer (2004), de que mulheres jovens tendem a migrar com mais frequência. Na amostra predomina o número de rapazes, chegando a ser nula a quantidade de moças entre as famílias monoativas de Veranópolis. Em Salvador das Missões, também a quantidade de rapazes supera a de moças na posição de filhos/filhas.

Durante a pesquisa de campo percebeu-se o peso da migração nos locais de estudo. Grande parte dos jovens passava a semana fora para realização de estudos ou já migrou definitivamente. Também, no comércio de Veranópolis, grande parte dos atendentes eram mulheres, reiterando a sua saída das propriedades rurais, enquanto em Salvador das Missões os homens realizavam atividades sazonais longe de suas propriedades.

Comparando-se apenas as moças de famílias pluriativas (32,58% em Veranópolis e 36,51% em Salvador das Missões) e monoativas (inexistente em Veranópolis e 23,64% em Salvador das Missões), pode-se perceber que a porcentagem delas é menor em famílias que se dedicam somente à agricultura. A tabela 2 revela, ainda, que a presença das noras compensa em parte a saída das filhas do grupo familiar, enquanto, o mesmo não acontece no caso dos rapazes, já que não chegam a somar 5% do total. No entanto, onde há menor concentração das filhas, há a maior concentração das noras (13,16% em famílias monoativas de Veranópolis).

Tabela 2: Posição na família por tipo de atividade da família e município

Posição na família	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. monoativa		Fam. pluriativa		Fam. monoativa		Fam. pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Respon-sável	47,06	0,00	35,87	2,25	50,82	0,00	39,13	0,00
Cônjuge	0,00	60,53	1,09	35,96	0,00	54,55	0,00	41,27
Filho/filha	37,25	0,00	50,00	32,58	36,07	23,64	46,38	36,51
Genro/nora	0,00	13,16	1,09	4,49	1,64	3,64	1,45	6,35
Avô/avó	7,84	13,16	0,00	4,49	1,64	0,00	0,00	4,76
Neto/neta	3,90	5,26	3,26	8,99	0,00	1,82	5,80	4,76
Irmão/irmã	1,96	2,63	4,35	2,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Pai/mãe	0,00	0,00	0,00	0,00	9,84	14,55	2,90	6,35
Outros	1,96	5,26	4,35	8,99	0,00	1,82	4,35	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

Conforme a Tabela 3, sobre o tipo de trabalho realizado pelos membros das famílias, percebe-se que o trabalho doméstico e o trabalho na

unidade de produção são predominantes entre as mulheres, reafirmando ao mesmo tempo as atividades domésticas e o espaço privado enquanto legitimamente femininos, de acordo com o que demonstra Bourdieu (2005).

Nas famílias monoativas de Veranópolis a maior concentração da atividade feminina é entre o trabalho na UP (39,47%) e o trabalho na UP aliado ao trabalho doméstico (34,21%), seguidos do trabalho doméstico (10,53%) totalizando 84,21% das mulheres. Nas famílias pluriativas, há menor porcentagem de mulheres realizando só trabalho doméstico (4,49%), trabalho parcial na UP e trabalho doméstico (22,47%) e apenas trabalho na propriedade (23,60%). Apenas 1,96% dos homens unem atividades domésticas ao trabalho na propriedade.

Nas famílias estudadas de Salvador das Missões, a quantidade de mulheres dedicadas somente à propriedade é praticamente a mesma, tanto em famílias monoativas (23,64%) quanto em pluriativas (22,22%), ao passo que os homens que combinam atividades não agrícolas e agrícolas é a maior (40,58%).

Nos dois municípios, a maior busca por atividades não-grícolas, é por parte dos homens (somando-se "tempo parcial: fora e dentro da UP" e "tempo integral fora da UP"), enquanto as mulheres realizam as tarefas domésticas — embora em Salvador das Missões a inserção delas em atividade de tempo integral fora da UP (11,11%) seja superior.

Tabela 3: Tipo de trabalho realizado, por tipo de família e município:

Tipo de trabalho realizado	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. monoativa		Fam. pluriativa		Fam. monoativa		Fam. pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Tempo integral na UP	64,71	39,47	44,57	23,60	67,21	23,64	20,29	22,22
Tempo parcial: fora e dentro da UP	0,00	0,00	15,22	3,37	0,00	0,00	40,58	14,29
Trabalho parcial UP + trabalho doméstico	1,96	34,21	0,00	22,47	0,00	32,73	0,00	15,87
Trabalho parcial UP + Estudo	7,84	0,00	6,52	0,00	9,84	9,09	13,04	7,94
Tempo integral fora da UP	0,00	0,00	21,74	21,35	0,00	0,00	7,25	11,11
Somente trabalho doméstico	1,96	10,53	0,00	4,49	0,00	9,09	0,00	3,17
Somente estuda	3,92	0,00	3,26	8,99	3,28	5,45	13,04	12,70
Criança menor de 7 anos	3,92	7,89	5,43	6,74	11,48	10,91	1,45	6,35
Idoso: apenas tempo parcial na UP	11,76	5,26	0,00	7,87	6,56	9,09	2,90	6,35
Não trabalha por deficiência ou invalidez	3,92	2,63	2,17	1,12	1,64	0,00	1,42	0,00
Desempregado	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

* A condição de família monoativa impede apresentar trabalho em "tempo parcial: fora e dentro da UP" ou "tempo integral fora da UP".

Nota-se que, mesmo em famílias pluriativas, grande parte dos homens se ocupa de forma integral na UP, já que a atividade agrícola (trabalho produtivo e "pesado") é responsabilidade masculina. Somente nas famílias pluriativas de Salvador das Missões a quantidade de homens que trabalha em tempo integral na UP é menor, o que se relaciona às atividades disponíveis fora do âmbito familiar serem, em grande parte, agrícolas em propriedades de terceiros ou a distribuição de produtos agropecuários em cooperativas.

Quanto ao trabalho doméstico, a tendência dos homens é a lavar a louça, varrer, esquentar o próprio almoço — que as mulheres deixaram pronto pela manhã — denotando que, neste âmbito, são eles quem apenas "ajudam", como dizem das esposas e filhas na agricultura. Mesmo havendo valorização do trabalho produtivo feminino dentro e fora da propriedade e participação masculina nas atividades domésticas, permanece a visão da mulher enquanto dona de casa, por um dom natural:

> [...] é que antigamente mulher era para serviço de casa. Hoje em dia, a mulher trabalha fora, ou estuda... não é? Não é mais aquele sistema de "mulher é para cuidar da cozinha", por exemplo. Hoje em dia, eu ajudo; o marido da guria também ajuda. Se precisa varrer, precisa lavar a louça... a gente faz, sabe. (entrevistado n.1).
>
> [a filha ter retornado à casa e ao trabalho agrícola] É bom porque ela deixa tudo pronto, sabe, roupa lavada, almoço, limpa a casa [...] sim, porque nós aqui, dois homens e sem uma mulher pra (sic)... mulher é mais, assim, pra fazer comida... sempre dá uma comida melhor, né... (entrevistado n.1).

Apesar de valorizarem o trabalho fora da propriedade, algumas mulheres preferem os trabalhos domésticos, para melhor cumprir suas atribuições de cuidado com a casa e a família. Na verdade, para muitas mulheres, a valorização do emprego fora da propriedade demonstra estar mais profundamente ligadas à necessidade de incrementar a renda famíliar do que aos benefícios próprios de independência e realização profissional e pessoal.

> [o trabalho fora] Eu acho que tem mais vantagens. A única coisa difícil é deixar os filhos em casa, que nem agora as minhas já tão grande e tudo, já não é mais tão difícil. Eu acho que [trabalhando fora] recebe mais. [...] Bom, feliz dessas que podem só ficar em casa, né. É, é bem mais fácil. Daí a casa sempre ta arrumada, limpa né. Mas nem todas têm essa sorte... [Se eu pudesse seria] só dona de casa. [Mantém] tudo organizado... (entrevistada n.8).

Da mesma forma, permanecer em casa quando os filhos são pequenos é a melhor opção encontrada, já que os rendimentos auferidos pelas mulheres não são elevados, ao passo que os gastos com babás e creches correspondem a grande parcela do que recebem. Novamente as funções da mãe se sobressaem, com papel de destaque à criação dos filhos.

> Preferia ficar em casa e cuidar dos filhos, porque se tu tem que pagar uma empregada, ou "botar eles fora", acho que o custo seria o mesmo. Melhor, eu prefiro cuidar os meus filhos que entregar nas mãos de outros. Eu, pelo menos, sou assim. (entrevistada n.9).

De acordo com as entrevistas realizadas em Veranópolis, com a saída das esposas para uma atividade fora de casa, o trabalho na UP é percebido pelo marido, ao afirmar que sua atuação era relevante. Quando ambos os cônjuges saem para trabalhar fora da propriedade, deixando filhos em casa, a divisão das tarefas domésticas torna-se mais complexa:

> [...] Ah, sabe, aqui ela me ajudava um monte. É... acumulou mais pra mim, sabe, porque sobrou prá mim [...] porque a gente vivia nós dois só, sabe. E... aí, sobrou mais, assim. Nos aviários então, de vez em quando tinha que chamar alguém para ajudar. Pagava o dia, sabe, quando precisava. (entrevistado n.1).
>
> [Para cuidar da família] tinha que se organizar pra conseguir fazer. A [filha] mais velha tinha que tomar conta da mais nova, e daí o almoço eu fazia de manhã, antes de começar a trabalhar. Ela tinha 12, 13 anos (...) cuidava a pequena, 5:30 acordava, fazia o almoço... deixava tudo pronto, daí eu ia (entrevistada n.8).

Quanto ao trabalho dentro e fora da agricultura, foram apontadas vantagens nos dois casos, mas a carteira assinada e a renda fixa aparecem como fatores relevantes do emprego fora da propriedade familiar. Diante disso, a escolha individual por determinada atividade é influenciada pelo conjunto da família.

> É... estar longe... [...] eu me sinto assim, obrigada, que nem, a ficar com eles, ajudar eles, porque a gente quase nunca que ficou junto, agora que nós estamos morando juntos [...] eu sempre paguei aluguel, sempre fiquei longe. Aí, quando eu vou trabalhar [...], mais fico pensando aqui, né. O pensamento aqui, o pai já tem uma certa idade.... acho que é isso. (entrevistada n.2).

Conforme a tabela 4, na amostra de Veranópolis, a distribuição dos membros de famílias pluriativas entre as faixas etárias apresenta maior equilíbrio, predominando entre homens e mulheres os estratos acima dos 51 anos. Enquanto isso, as famílias monoativas apresentam maior concentração na faixa etária de 61 anos ou mais, para ambos os sexos, apresentando baixa porcentagem nos estratos mais baixos, sobretudo para mulheres. Já em Salvador das Missões há maior concentração de jovens até 16 anos na amostra masculina (31,88%), contra 25,40% feminina , havendo também concentração no estrato entre 41 e 50 anos.

Comparando as famílias pluriativas e monoativas de Veranópolis e de Salvador das Missões, percebe-se de forma geral um incremento de pessoas de até 30 anos na amostra das primeiras, o que indica a seletividade das migrações e a importância da pluriatividade e maior autonomia para a permanência das jovens no meio rural (BONI, 2006; BRUMER, 2004).

Tabela 4: Faixa etária, por tipo de família e município

Faixa etária	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. monoativa		Fam. pluriativa		Fam. monoativa		Fam. pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 16 anos	11,76	7,89	14,13	13,48	24,59	20,00	31,88	25,40
17 até 21 anos	7,84	0,00	15,22	10,11	1,64	5,45	7,25	4,76
22 até 30 anos	7,84	10,53	11,96	15,73	4,92	3,64	8,70	7,94
31 até 40 anos	15,69	5,26	14,13	11,24	18,03	21,82	8,70	20,63
41 até 50 anos	7,84	23,68	11,96	13,48	19,67	12,73	26,09	19,05
51 até 60 anos	17,65	21,05	16,30	17,98	8,20	12,73	7,25	7,94
61 anos ou mais	31,37	31,58	16,30	17,98	22,95	23,64	10,14	14,29
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

A tabela 5 indica que, quanto ao estado civil, não há maiores diferenças entre os sexos masculino e feminino, exceto para as famílias monoativas de Veranópolis, em que encontra-se maior quantidade de mulheres casadas e, em situação oposta, de homens solteiros. Percebe-se que separações e divórcios não são frequentes, reforçando a imagem da família tradicional.

Já nas famílias pluriativas de Salvador das Missões há mais homens e mulheres solteiros. No entanto, é preciso ter em mente que é nesse mesmo município que se apresentam maiores quantidades de jovens abaixo dos 16 anos. Isso ocorre sobretudo entre as famílias pluriativas que compõem a amostra analisada, influenciando na definição do estado civil.

Tabela 5: Estado civil por tipo de família e município

	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa		Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Casado	56,86	78,95	52,17	51,69	62,30	67,27	49,28	53,97
Solteiro	37,25	10,53	44,57	37,08	32,79	25,45	49,28	41,27
Viúvo	5,88	10,53	0,00	8,99	3,28	7,27	1,45	3,17
Divorciado	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1,59
Outros	0,00	0,00	2,17	2,25	1,64	0,00	0,00	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

Em famílias monoativas e pluriativas de Veranópolis, as faixas de escolaridade mais frequentes estão entre os primeiros e últimos anos do Ensino Fundamental. Entre as famílias pluriativas, percebe-se maior participação em estratos mais elevados de escolaridade, como o Ensino Médio, chegando a somar 8,99% as mulheres com Nível Superior (In)completo[1]. Já em Salvador das Missões, as frequências mais encontradas são entre as primeiras séries do Ensino Fundamental até os últimos anos. No entanto, há maior concentração no Ensino Médio do que em Veranópolis, sobretudo considerando-se o tipo de atividade das famílias (ver tabela 6).

Tabela 6: Grau de escolaridade por tipo de família e município:

Escolaridade	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. monoativa		Fam. pluriativa		Fam. monoativa		Fam. pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analfabeto/lê e escreve	3,92	5,26	2,18	5,62	3,28	3,64	1,45	0,00
1ª a 4ª série (in)completo	43,14	57,89	27,17	37,08	34,43	36,36	42,03	41,27
5ª a 8ª série (in)completo	35,29	28,94	43,48	24,72	36,07	29,09	33,33	22,22
E. M. (in)completo	9,80	2,63	18,47	14,61	13,12	16,36	17,39	23,81
Nível técnico	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superior (in)completo	3,92	0,00	2,18	8,99	1,64	3,64	5,80	6,64
Criança sem idade escolar	3,92	5,26	5,43	6,74	11,48	10,91	0,00	6,35
NS/NR	0,00	0,00	0,00	2,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

Conforme a tabela 7, em Veranópolis, a principal localização da atividade não agrícola feminina (41,67%) e masculina (53,13%) é o centro urbano do mu-

1 Neste artigo a autora usa a grafia (In)completo para referir-se às pessoas que completaram essa etapa da formação escolar, mas também àqueles que não terminaram essa formação (Nota de Revisão).

nicípio. No entanto, 20,83% das mulheres realizam as atividades no interior da propriedade, e apenas 4,17% deslocam-se até outros municípios A maioria das mulheres de Salvador das Missões encontra atividades na própria comunidade rural, enquanto os homens se deslocam para o centro urbano do município. A parcela de mão de obra, masculina e feminina, que se desloca para outros municípios (13% para ambos) não causa espanto devido ao tamanho do município e a sua proximidade com outros de maior porte, como Cerro Largo, por exemplo.

Tabela 7: Localização da atividade não agrícola, por município:

Localização da atividade não agrícola	Veranópolis		Salvador das Missões	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
No domicílio ou na UP	12,50	20,83	0,00	0,00
Na localidade/comunidade rural onde reside	25,00	33,33	36,36	73,33
No centro urbano do próprio município	53,13	41,67	50,00	13,33
Em outro município	9,38	4,17	13,64	13,33
Total	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

As relações familiares e conjugais podem tanto ser fonte de estímulo como de limitações para as possibilidades e desenvolvimento individuais, à medida que os papéis sociais se manifestam através dos ciúmes dos cônjuges. Dessa forma, também para se colocar no mercado de trabalho não agrícola, há indicações de algumas das dificuldades sofridas por parte das mulheres rurais:

> Olha, eu, o meu sonho sempre foi, se tivesse estudado quando minha mãe disse que tinha que estudar... eu gostaria muito de ter sido psicóloga. [...] daria tempo ainda. [...] mas o marido não... [...] Eu gostaria muito de voltar a estudar agora. [...] é, é difícil porque ele não concorda. Porque, se fosse pelo meu pai, minha mãe, meu Deus, o sonho deles é me ver numa faculdade. [...] É aquele ciúmes forte doente. [...] Ele nunca gostou que eu trabalhasse. [...] Eu ficava fazendo hora, já não gostava. Não dava certo. Daí eu penso, se eu vou trabalhar e pra vim pra casa para me incomodar, eu já me incomodo aqui. (entrevistada n. 2)
> Ah sim, com meu marido cabeça dura. Daqueles homens assim, que a mulher saiu de casa, já tá indo em volta. Mas eu soube contornar. É só não dar muita bola, se tu começar a dar bola, tu acha motivo mesmo. Não foi fácil, porque ele foi criado assim, que... a minha sogra mora perto de mim, mas ela também é daquela educação que mulher é fogão, cozinha, casa e roça. (entrevistada n.3).

A divisão das tarefas domésticas não é igualitária, mas também não gera maiores conflitos explícitos, já que as mulheres tomam para si a maior parte da obrigação de cuidados com a casa e a família, tanto pela representação do feminino quanto pela recusa ao conflito. No entanto, quando se trata da atividade agrícola, a divisão das tarefas ocorre de forma diferente, sendo igualitária na visão feminina, porém diferenciada na visão masculina:

> [...] Ele não é muito que se importa assim pela comida, mas eu nunca deixei de fazer. [...] Mas nos fins de semana, com as crianças que vêm pra casa, a gente se divide. Então, alguém vai mais pra horta, alguém vai cortar grama, porque eu tenho um pátio enorme lá em casa. Se dividindo assim, nos fim de semana. [...] Ah, ele é assim, que se eu fizer um prato que tem que esquentar, ele vai comer frio, pra não se dar o luxo de ligar o fogão. Ele é bem assim. Eu fiquei fora de casa quando que eu tive o menino, que ele era prematuro, 20 dias no hospital. Ele usou só uma xícara e uma colher. [...] Usava, passava uma água e guardava. Só sujou aquilo, mas é por falta de vontade mesmo. (entrevistada n.3).
> Todo mundo faz a mesma coisa. Mas assim, quando é época, se é safra de uva, essas coisas, é trabalho igual. Pra homem, pra mulher, tem que pegar parelho. [...] [o serviço] leve é eles, o leve. Que na hora de carregar caixa, então as mulheres também têm que ajudar. Ah, sim, eles dizem isso, mas não existe. (entrevistada n. 3).

> a minha idéia seria que ela [a filha] trabalhasse aqui em casa, sempre ajuda a fazer alguma coisa. [...] Porque com os aviários, tem que limpar bebedor, coisa assim. Serviço leve que ela poderia fazer. [...] [Serviço leve] é limpar bebedor. Ah, por enquanto, a gente tem tudo manual, sabe, aí tem que tratar com balde. Então, ela não, porque ela é fraquinha, sabe. Então ele [o genro] me ajuda um monte. (entrevistado n.2).

Além disso, evidenciou-se maior apreço pela postura frágil e dependente da mulher, que permitia ao marido ajudar ela nas tarefas domésticas somente enquanto desempenhava este papel, situação rompida quando a esposa passou a encarnar uma postura mais independente e autônoma, a partir do seu crescimento profissional. Além disso, a dupla jornada feminina e a recusa masculina em participar das atividades domésticas acabam por gerar conflitos indissolúveis, em alguns casos:

> Mas, o conflito ele é em casa, assim, em relação ao meu marido, tem aquele bloqueio. Normalmente é homem que sai muito de casa para trabalhar e lá é o contrário. Ele sai bastante, mas eu tava sempre em casa, agora não tem nenhum em casa. E ele ta sentindo muito forte essa mudança. [...] [Em casa] não tem divisão de tarefas, é tudo comigo. [...] O meu filho me ajuda um pouquinho até, mas em relação a ele [o marido], não. O meu filho ele me ajuda a estender roupa, recolhe roupa, põe na máquina. Arruma alguma louça, mas em relação a eu e ele [o marido] não tem muito isso não. Ele já teve, agora não tem mais. (entrevistada n.7).
>
> [A divisão das tarefas domésticas] não é mais um assunto, já foi. É quer saber, eu cansei. Eu dou um jeito e faço se dá, se não dá, eu não faço. Se tem uma faxina mais pesada pra fazer, de vez em quando eu pego alguém pra fazer, pra me ajudar e faço ele pagar, claro. Mas eu não, eu desisti de cobrar, de pedir uma situação assim. Ele não aceita mais, eu também não quero mais nem saber. (entrevistada n.7).

Sobretudo nas entrevistas obtidas em Salvador das Missões, as mulheres valorizaram mais a harmonia familiar, destacando a participação de todos os familiares nas decisões sobre a propriedade. Em outras situações, a posição do "ganhador do pão" conforme cita Geluk-Geluk (1994) é questionada pelas mulheres com salário fixo, já que são elas que pagam as despesas mensais, que compram a prazo objetos para a casa, ajudam nas despesas dos filhos.

> Lá não tem chefe, a gente trabalha tudo junto. Os filhos tudo, a gente... até os filhos ajudam a cuidar, às vezes, a gente pede. Um pede o quê que o outro acha melhor, geralmente é tudo junto. (entrevistada n. 9).
>
> Eu acho, se é em termos de dinheiro, quem mais bota dinheiro dentro de casa sou eu que trabalho fora. Senão eu tenho o marido, tenho dois filhos, mas eles já moram na cidade para poder estudar na faculdade e fica difícil para voltar no interior que é longe, então eles já param aqui na cidade. (entrevistada n.3).

Dessa forma, as informações analisadas indicam determinadas situações em que emerge o conflito entre homens e mulheres, porém, não se apresenta um questionamento contínuo e explícito, já que foi evidenciado, sobretudo em situações informais e não pelas entrevistas. Apesar de haver uma grande carga de trabalho para as mulheres, sobretudo entre as que realizam também atividades não agrícolas (elas possuem emprego, cuidam da casa e da família e ainda se ocupam da atividade agrícola), a necessidade de realizar as atividades tem se sobressaído aos questionamentos acerca de uma divisão de tarefas mais igualitária.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se demonstrar de que forma a prática da pluriatividade pelas mulheres de famílias rurais dos municípios gaúchos de Veranópolis e Salvador das Missões contribui para mudanças nas relações de gênero no interior das famílias. Buscou-se saber em que condições as mulheres se inserem no trabalho não agrícola e quais as consequências dessa inserção para mudanças da posição das mulheres nas famílias. A hipótese foi a de que a pluriatividade altera as relações de gênero e as posições na hierarquia doméstica quando as mulheres têm acesso ao mercado de trabalho e rendas fora da unidade familiar de produção.

A literatura consultada demonstrou que momentos históricos influíram para acentuar a delimitação dos papéis sociais de gênero, com a separação entre a casa (espaço privado) e o trabalho (espaço público). Contudo, a entrada no período moderno permitiu maiores aberturas na vida social e política para as mulheres, acentuadas pelos movimentos feministas, no século XX, levando à introdução do conceito de gênero, já na década de 1980. Demonstrou também que a noção de família não necessariamente representa uma unidade livre de conflitos. Muitas vezes, é no interior desta que persistem maiores desigualdades entre homens e mulheres, na valorização desigual do trabalho realizado e na definição das tarefas de cada sexo.

Apesar das mudanças sociais a partir da segunda metade do século XX, homens e mulheres permanecem em situações desiguais, sobretudo na família e no trabalho, persistindo fortes demarcações de papéis e de poder. Assim, para situar as relações de gênero no interior das famílias rurais buscou-se entender suas especificidades e utilizaram-se as definições de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003) e de pluriatividade (SCHNEIDER, 2005).

A discussão de Bourdieu (2005) sobre os papéis de gênero e a dominação masculina aponta esta última como uma forma de violência simbólica, que legitima maneiras de agir e pensar dominantes, responsáveis pela reafirmação das categorias masculinas, em detrimento das femininas. As divisões que conformam papéis sociais masculinos e femininos guiaram este trabalho, tomando-se por base de análise as regras e expectativas sociais para ambos.

Com os dados da Pesquisa AFDLP (2003) caracterizou-se as famílias rurais, comparando-se nos dois municípios, homens e mulheres e as famílias pluriativas e monoativas. Os municípios estudados apresentam semelhanças, porém diferem entre si, com formações bastante distintas, a começar pela etnia predominante e pelo tipo de colonização. Veranópolis teve colonização italiana e polonesa no final do século XIX, enquanto Salvador das Missões passou pela colonização jesuítica, seguida do predomínio dos caboclos, e posteriormente foi novamente colonizada por descendentes de alemães provindos das Colônias Velhas.

O banco de dados revelou ser raro mulheres entre as responsáveis pelas propriedades, na fala dos respondentes dos questionários (homens), havendo casos somente em famílias pluriativas de Veranópolis. No entanto, as entrevistas indicaram a negação de um único responsável, sendo o conjunto da família quem tomava as decisões. Também as mulheres se

consideravam responsáveis à medida que contribuíam para as despesas do lar, pagando contas, adquirindo utensílios domésticos, comprando os itens básicos de alimentação, questionando o papel do "ganhador do pão" (GELUK-GELUK, 1994).

Observaram-se, sobretudo em situações informais, posições demarcadas entre homens e mulheres de Veranópolis, ao passo que parecia não haver uma "questão de gênero", as relações sendo interpretadas a partir do natural, conforme Bourdieu (1996). Surgiram, ainda, elementos de análise relevantes, como a permanência no trabalho rural na propriedade familiar por pressões do cônjuge ciumento (apesar da preferência por emprego assalariado fora da unidade de produção) e a valorização dos estudos para as filhas, como maneira de evitar para elas a repetição da sua própria trajetória de vida — engravidar e casar cedo, ocasionando o abandono de planos individuais em detrimento das obrigações familiares.

Pelo modelo de produção agropecuária de Veranópolis, as mulheres dividiam grande carga de trabalho com os cônjuges e demais membros da família. Em Salvador das Missões, o modelo que dispensa mão de obra favorecia a menor participação das mulheres na produção, diminuindo sua carga de trabalho, em relação aos anos anteriores e a Veranópolis. Ocupando a posição de filhos e filhas nas propriedades, percebeu-se a predominância de homens e um maior êxodo por parte das mulheres jovens, especialmente entre as famílias monoativas.

Quanto ao tipo de trabalho realizado por homens e mulheres, verificou-se que em Veranópolis grande parte das mulheres dedicava-se ao trabalho doméstico, parcial ou integralmente. O que muda das famílias pluriativas para as monoativas, é que se torna menos frequente a ocupação do tempo somente no trabalho doméstico. Em Salvador das Missões, as mulheres se inseriam em tempo integral fora da propriedade com mais frequência do que os homens. No entanto, são eles que, em geral, mais recorrem às atividades fora da propriedade.

A análise das faixas etárias, comparando-se o tipo de famílias, reforça a seleção das migrações, mais frequentes entre os(as) jovens e demonstra que nas famílias pluriativas de Veranópolis há uma menor concentração em determinadas faixas etárias, embora haja predominância em todos os casos de jovens até os 16 anos, seguida de uma diminuição dos jovens entre 17 até 21 anos, denotando o abandono do meio rural por parte dos(as) jovens.

A análise do grau de escolaridade não apresentou maiores diferenças entre homens e mulheres, sendo mais frequente o Ensino Fun-

damental. Apesar disso, 8,99% das mulheres de famílias pluriativas de Veranópolis figuravam com nível Superior incompleto. Em Salvador das Missões esse número era de 3,17%, mas, era maior a porcentagem das mulheres de famílias pluriativas que concluíram o ensino superior (também 3,17% do total).

Conforme os dados sobre a localização do trabalho realizado, as mulheres tendiam a realizar as atividades no centro urbano de Veranópolis, enquanto em Salvador das Missões elas tendiam ao deslocamento para municípios vizinhos. Isso pode ser explicado pelas dinâmicas locais, pois o primeiro município apresenta maior desenvolvimento econômico e maior concentração de população urbana, superando o segundo em termos populacionais.

As observações em Veranópolis demonstraram também predominância das mulheres nos estabelecimentos comerciais locais, repletos de vendedoras e atendentes do sexo feminino – em maior quantidade do que o masculino. Não obstante, nos dois municípios, grande parte das mulheres realiza atividades não agrícolas em domicílio ou na própria comunidade em que reside, de forma que não precisam se afastar dos cuidados da casa e com a família.

As análises das entrevistas indicaram diferenças e mudanças nas relações de gênero em comparação a épocas anteriores e aos tipos médios descritos pelas teorias, pois as famílias não são todas iguais, havendo maior ou menor integração aos padrões mais antigos ou mais recentes na sociedade. No entanto, os papéis de gênero tendem a se reproduzir, mesmo quando as mulheres têm ocupações remuneradas fora da propriedade devido à tendência de elas se reconhecerem com uma feminilidade que lhes atribui a função de cuidar da casa e da família, e por esbarrarem em conflitos considerados indissolúveis com os seus cônjuges.

Assim, acredita-se que o meio rural gaúcho não vislumbre ainda uma situação de igualdade entre homens e mulheres, pois as posições e papéis sociais tradicionais permanecem sendo referências na socialização de homens e mulheres, de forma que será preciso a emergência de novas formas de masculinidade, de acordo com as novas atividades femininas, para que essas novas possibilidades se efetivem para as mulheres rurais, tendo em consideração que a identidade de gênero se constitui na relação com o sexo oposto.

Referências bibliográficas

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2004.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2004.

BOCK, B. Introduction: rural gender studies in north and south. In: BOCK, B; SHORTALL, S. **Rural gender relations: issues and case studies.** Wallingford, UK; Cambridge, MA. Cabi Publishing, 2006.

BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. 30º ANPOCS. In: **Anais do 30º Encontro Anual da** ANPOCS**.** Caxambu, 2006.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.;

WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996, p. 28-40.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista estudos feministas**. Florianópolis: V. 12, n° 1, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104--026X2004000100011&lng=pt&nrm=iso Acesso: 05/05/2008.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 165-186.

_____. **Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares brasileiros**. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban14.html 23/10/2001.

CASTILHO E[ILVA, C. B de. **Divisão sexual do trabalho entre agricultores familiares em duas regiões do Rio Grande do Sul**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul:** uma comparação a partir dos estilos de agricultura familiar. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: **Cadernos de sociologia.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v.9, 1998.

DESER - CEMTR. DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PARANÁ. **Gênero e agricultura familiar:** cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba, 1996.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997, p.223.

FILHO, F. R. de S. As transformações no espaço agrário "sul-rio-grandense" pós 60. In: **Cadernos de sociologia**. N° Especial. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, outubro 1994, p. 74-96.

FISCHER, I. R. **A participação da mulher no orçamento familiar. Trabalhos para discussão**. Nº 133/2002. Abril de 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/tpd/133.html . Acesso em: 04/05/2009.

FRAISSE, G. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente**. Vol. 4: O século XIX**.** Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1994.

FRAISSE, G.; PERROT, M. Introdução: ordens e liberdades. In: Idem.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

GELUK-GELUK, A. The position of farm women in the netherlands. In: **Rural gender studies in Europe**. PLAS, L. van der, FONTE, M. (orgs). Van Gorcum, Assen, 1994.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. In: **Estatísticas** FEE – Índice de Desenvolvimento Sócioeconômico (IDESE). Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI, M; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 19, nº 1, , jan/abril 2002, p. 37-67.

HOLZMANN, L. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

KOPPE, L. R. **A estratificação social e a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

LOUIS, M.V. Diga-me: o que significa gênero? In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n° 3. set./dez 2006, p-711-724.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho**: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Nº Especial de Cadernos de Sociologia. Ed. da Universidade, UFGS, 1995. p.159-165.

SANTOS, T. S. **Carreira profissional e gênero**: a trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS. Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). **Cadernos do Ceam**: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate. Brasília: UNB/CEAM/NEAGRI, 2005.

SCHNEIDER, S, CONTERATO, M. A., KOPPE, L. R., CASTILHO E SILVA, C. B. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiar do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 137-164.

SCHNEIDER, S; MATTOS, E. J. A pluriatividade no meio rural gaucho: Caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n 1/2, jan/ago, 2006.

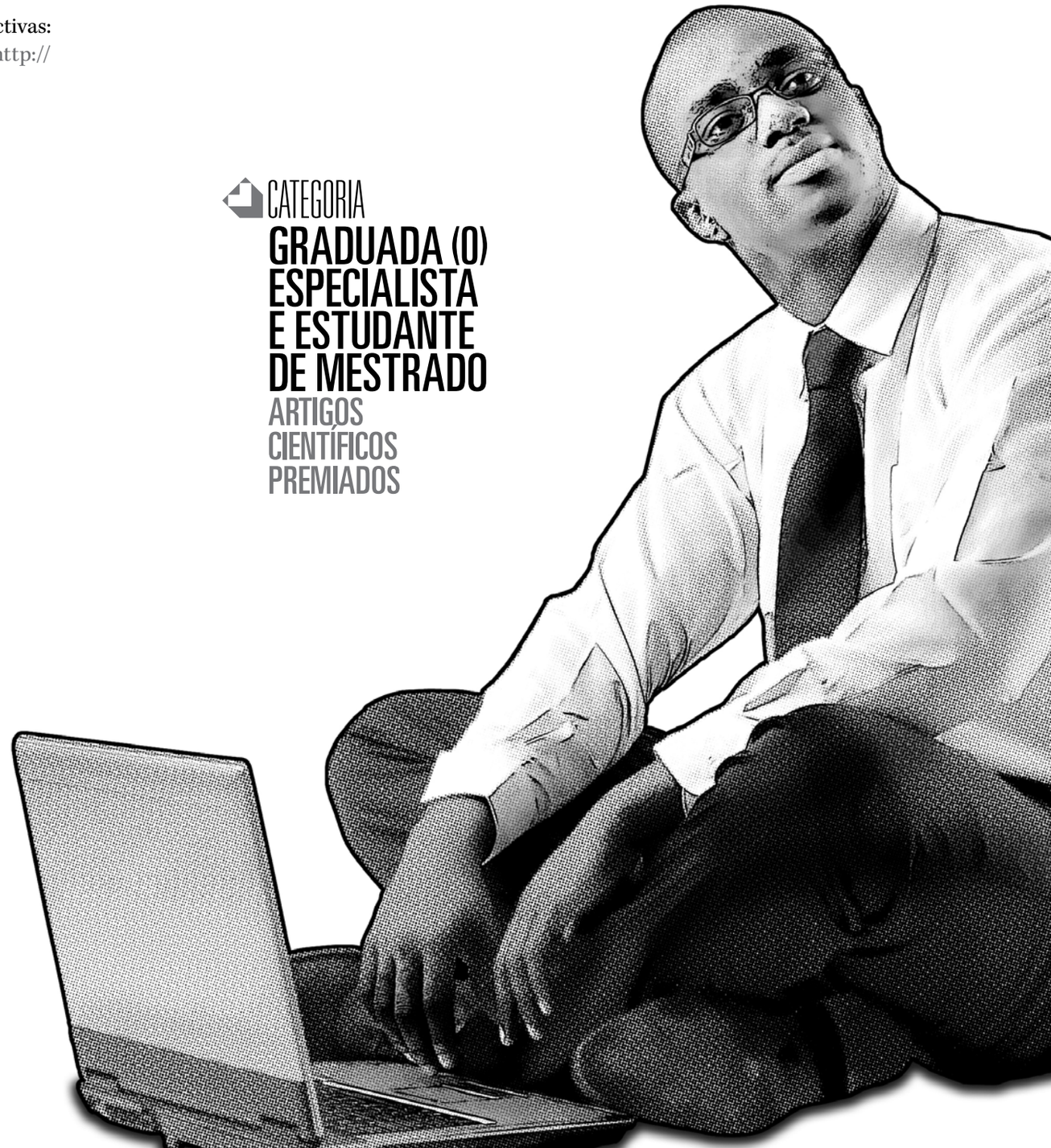
WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro,1987.

_____. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. **Série Antropologia**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf. Acesso em: 15/06/2008.

CATEGORIA

GRADUADA (O) ESPECIALISTA E ESTUDANTE DE MESTRADO

ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS



Introdução

As inscrições desta categoria do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* somaram **417** artigos científicos, o que representou um crescimento extraordinário entre as duas últimas edições de praticamente 100%.

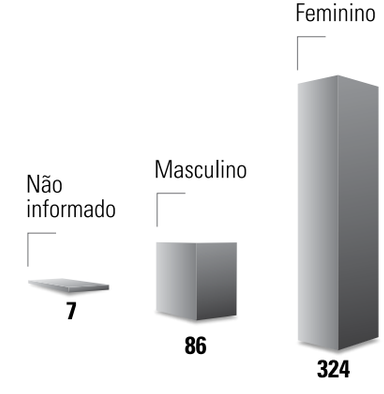
Avaliando a participação feminina no *Prêmio* observa-se que há uma predominância feminina nesta categoria:

8º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, inscritos segundo o sexo, categoria ***Graduado, especialista e estudante de Mestrado***

Inscrições por Região

Sexo	Quantidade	%
Feminino	324	78%
Masculino	86	21%
Não informado	7	1%
Total	**417**	**100%**

Fonte: CNPq/SPM, 2013



Trabalhos premiados

Mariana dos Santos Parra (PUC/SP) com o artigo
Direitos humanos e direitos coletivos – a violência doméstica e as mulheres indígenas no Brasil.
Orientador prof. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

Camilla da Silva Souza (UFPA) com o artigo
Ataíde, aquele que "se serve do outro": narrativas que compõem o imaginário homoerótico de Bacuriteua (PA).
Orientador prof. Flávio Leonel Abreu da Silveira.

Direitos humanos e direitos coletivos – a violência doméstica e as mulheres indígenas no Brasil[1]

Mariana dos Santos Parra
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Professor orientador: Rinaldo Sergio Vieira Arruda

Introdução

O presente artigo irá analisar, através de pesquisa bibliográfica, os caminhos para a construção de mecanismos de garantia dos direitos humanos das mulheres indígenas no Brasil, no que concerne à sua proteção contra violência doméstica, respeitando-se sua autonomia étnica e cultural, enquanto pertencentes a povos indígenas. Autonomia não somente dos povos indígenas enquanto coletividades, mas também das próprias mulheres indígenas, hoje mobilizadas e organizadas (de PAULA In: VERDUM, 2008).

Nos relatos presentes na publicação *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas* do Inesc, fica claro que, se não houver o desenvolvimento de políticas públicas especialmente direcionadas às mulheres indígenas, construídas com a ampla participação destas, a ação pública do governo visando à proteção da mulher indígena contra a violência doméstica muitas vezes trará mais problemas à mulher e sua comunidade do que a efetiva proteção de seus direitos e de sua integridade. Estes mecanismos de proteção precisam ser desenvolvidos não somente de forma participativa[2], como de forma emancipatória.

O objetivo será examinar as aparentes contradições existentes entre os direitos coletivos dos povos indígenas e os direitos humanos individuais das mulheres indígenas, no que concerne ao direito de viverem livres da violência doméstica, analisada aqui como uma forma de tortura (COPELON, 1995).

À luz de uma abordagem multicultural e emancipatória dos direitos humanos (SANTOS, 2003) será evidenciada a indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos.

Contexto dos povos indígenas no Brasil

O processo de desestruturação pelo qual as sociedades indígenas sofreram ao longo do período de colonização e formação da nação brasi-

1 Este artigo foi derivado do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do Bacharelado em Relações Internacionais na PUCSP no ano de 2010.

2 A ação publica de forma participativa muitas vezes não se mostra genuinamente participativa e emancipatória em relação aos povos indígenas no Brasil, como mostra Arruda em *Representação e participação indígena nos processos de gestão do "campo indigenista": Que democracia?*

leira, e ainda sofrem, é fonte de diversos conflitos e mazelas sociais. Como mostrou Ribeiro, esse processo de deterioração social levou muitas delas ao completo extermínio.

O envolvimento pela sociedade nacional desencadeia processos irreversíveis, com a deterioração da cosmologia da tribo, seus mitos, sua economia, em suma, os mais importantes pilares de sua sociedade. Elas tentam reconstruir suas bases sociais adaptando-as à nova realidade, reformulando seus mitos, recriando os papéis, mas este processo mostra-se na maioria dos casos traumático e difícil.

Um dos elementos estranhos introduzido nas sociedades indígenas que mais trouxe efeitos nefastos, marcadamente no que concerne à violência doméstica, foi o consumo de álcool. Aliado à desestruturação social, com a sufocação das crenças tribais, a perda de sentido da divisão sexual do trabalho em muitos casos, e até mesmo a perda do gosto pela vida (RIBEIRO, 1996), o alcoolismo é apontado com unanimidade como um dos maiores vilões na luta contra a violência doméstica.

Algumas organizações de mulheres indígenas chegam a pedir o fim da comercialização de bebidas alcoólicas nas comunidades e arredores. (CASTILHO In: VERDUM, 2008, p.25). Em reportagem publicada pela revista *Brasileiros*, com o título *Sobraram 300*, o quadro de depressão social somado à calamidade do alcoolismo mostra-se uma triste realidade entre os Nambiquara, povo indígena contatado pela primeira vez pela Comissão Rondon e que foi posteriormente objeto de estudo do antropólogo Claude-Levi Strauss, sendo tema de seu famoso livro *Tristes trópicos*.

A reportagem descreve que poucos dos rituais ainda são realizados, e que a invasão e destruição de suas terras deixaram poucas possibilidades para este povo. O alcoolismo atinge os homens desde muito cedo. Muitos se tornam viciados e deixam de garantir o sustento da família e dos filhos, e a violência contra a mulher é quase uma regra nesses casos: "A mulher indígena é a que mais sofre. É muito triste ver as crianças passando fome e o marido bêbado, batendo na gente[3]".

Os líderes dessa comunidade também reivindicam o fim da venda de bebidas alcoólicas nas mediações da comunidade, na luta contra a dependência química, e mostram seu claro ressentimento em relação aos nefastos efeitos do contato com o homem branco. E apesar desta triste situação, continuam resistindo, "num trabalho de formiguinha", como diz Milton – "mostrar aos índios que precisam estar lúcidos e sãos para as grandes negociações que terão que travar no futuro com o homem branco"[4].

3 Declaração de mulher indígena nambiquara, revista *Brasileiros*, n. 29, p 91

4 Ibidem, p 91

Os atuais avanços no campo dos direitos humanos para a defesa dos direitos dos povos indígenas podem ser um sinal de que sua luta e resistência estão cada vez mais fortalecidas, marcadamente com a *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*, adotada em 2007 pela Assembléia Geral da ONU, e anterior a esta, a *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais*, de 1989.

Mas as ameaças à sobrevivência dos povos indígenas estão longe de terminar em todo mundo. Exemplo maior disso é que a Convenção 169 da OIT, bem como a própria Constituição Brasileira, são constantemente desrespeitadas, no atual contexto de forte expansão das fronteiras do capitalismo no país, em sua face mais predatória.

A condição dos povos indígenas no Brasil, tão bem problematizada por Ribeiro na obra referida, mostra a importância de que esta civilização, que foi responsável pelo extermínio de parte desses povos, desenvolva uma relação de respeito e igualdade com estes, que reconheça os seus direitos enquanto habitantes autóctones do território brasileiro. As políticas voltadas aos povos indígenas precisam visar a sua autonomia, tanto econômica, quanto cultural e política, se pretendemos pôr fim a este histórico de extermínio.

É preciso garantir as condições para que eles possam retomar sua autonomia étnica e cultural, não somente para que possam relacionar-se em pé de igualdade justamente com o Estado e a sociedade em geral, como para que possam garantir sua própria sobrevivência, tanto física, quanto cultural, étnica e social. Só assim terão condições de retomar o controle do próprio destino (SAHLINS, 1997), e enfrentar seus problemas internos, inclusive, o de maior interesse para este artigo, a violência doméstica contra as mulheres. E esta é condição *sine qua non* para que o diálogo intercultural (SANTOS, 2003) possa existir, tema que será aprofundado ao longo do artigo.

Garantir aos povos indígenas os territórios que precisam para sua reprodução econômica, social e cultural, apoiar e dar espaço às organizações indígenas[5], investir em educação e saúde, garantindo sua autonomia e plena participação no desenvolvimento e oferecimento destes serviços, dando assim as condições para que possam sobreviver, se reorganizar e resistir culturalmente (SAHLINS, 1997) são os primeiros passos para que as mulheres indígenas e suas comunidades possam enfrentar suas mazelas sociais, inclusive a de maior interesse para o presente artigo, a violência doméstica.

5 Embora a relação das organizações indígenas com a democracia, funcionando como instância de representação das comunidades indígenas seja difícil por conta da organização política e da configuração do poder dentro destas sociedades, como mostrado por Arruda (ARRUDA, 2003).

Mutações nas relações de gênero

Esta deterioração do modo de reprodução econômica e cultural das sociedades indígenas traz em muitos casos conflitos para as relações de gênero. Por vezes, acarreta a sobrecarga de trabalho atribuída ao gênero feminino, já que a função da guerra e da defesa, um dos principais papéis do homem em muitas sociedades indígenas, perde seu sentido e função originais.

A introdução de instrumentos novos, a partir do contato permanente, também gera desajustes na divisão de tarefas, já que trabalhos que outrora demoravam dias e semanas, com estes instrumentos passam a levar poucas horas, enquanto o trabalho atribuído ao gênero feminino muitas vezes não é influenciado (BALDUS apud RIBEIRO, 1996). Ainda segundo Ribeiro, os efeitos da mudança tecnológica aculturativa "obriga a especialização dos indivíduos, principalmente dos homens, minando o sistema tradicional da divisão do trabalho por sexo e agravando a posição da mulher" (RIBEIRO, 1996, p.379).

As mudanças no processo de adaptação compulsório também podem trazer a perda do reconhecimento e da autoestima dos líderes e chefes de família, além da deterioração do papel masculino, antes tão essencial e respeitado na vida tribal.

Com relação à participação política do gênero feminino nas sociedades indígenas, sua forma de inserção nos processos de decisão da comunidade foi afetada pelo contato com agentes do Estado, de ONGs e outros atores externos, segundo Segato. De acordo com a autora, as mulheres indígenas participavam "na tomada de decisões políticas a partir do espaço doméstico", e com a interação com estes novos agentes, esta lógica é rompida, gerando muitas vezes uma fragilização na unidade da comunidade.

Além das já citadas mazelas trazidas pelo contato com o homem branco, estas transformações são relevantes para a incidência da violência doméstica, na medida em que agravam a situação de vulnerabilidade do gênero feminino em relação a este problema. Sacchi analisa esta questão, mostrando que novos e velhos costumes convivem e se entrelaçam em novas configurações sociais.

Ao mesmo tempo, nesta reconstrução das relações de gênero, as mulheres indígenas procuram conquistar mais espaço e participação nos processos que afetam suas comunidades e maior participação política, desempenhando muitas vezes um importante papel na luta de seus povos.

Relações de gênero e a violência contra a mulher nas sociedades indígenas

"Nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto seus homens" (PNUD: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997). A frase, presente no relatório desta agência da ONU e citada na introdução do trabalho da antropóloga Rita Laura Segato intitulado *Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas no Brasil*, mostra que as desigualdades de gênero independem da cultura ou etnia para que estejam presentes.

Carmen Junqueira, em seu livro *Sexo e desigualdade entre os Kamaiurá e os Cinta Larga*, relata a condição das mulheres indígenas nestas duas sociedades indígenas, mostrando que o papel do gênero feminino é em grande medida secundário e desvalorizado. A mulher ocupa um espaço "acanhado", na maioria das vezes circunscrito à esfera privada, enquanto o homem ocupa um lugar de prestígio, poder e maior conhecimento sobre as questões materiais e espirituais.

Desta relação desigual, resulta que a violência de gênero configura-se como um fenômeno aceito socialmente (como em boa medida o é em nossa sociedade), sendo inclusive um dos elementos da reafirmação e da manutenção desta relação desigual.

Junqueira relata uma situação muito específica em que a violência do marido contra a esposa é quase um praxe social: quando este a flagra em adultério, ou em suposto adultério. E mesmo com a punição sendo extremamente severa em muitos casos para a mulher, isso não as impede de praticá-lo, em grande medida por conta dos mesmos motivos pelos quais Simone de Beauvoir mostra que a mulher o praticava e pratica nas sociedades ocidentais: por ser uma das únicas formas de resistência, libertação e até mesmo vingança do gênero feminino em sua situação de subordinação em diversas situações sociais e históricas (BEAUVOIR, 1970). Junqueira deixa isso claro a respeito das mulheres Cinta Larga ao afirmar que:

> Do ponto de vista da mulher, a proeza indica rejeição da tutela masculina que coincide com uma feliz oportunidade de envolvimento numa relação que conjuga o desejo ao interdito. Não deixa de ser também uma demonstração de independência, de reafirmação da própria vontade e, talvez, uma forma peculiar de vingança. (JUNQUEIRA, 2002, p.107).

E a consequência para essa rebeldia é na maioria dos casos a violência, aceita pelo coletivo, e que recai somente sobre as mulheres. Nos casos em que a mulher é traída, há relatos de que a mulher furiosa desconta sua raiva não no próprio marido, mas sim na outra mulher, "extravasando sua ira naquela com a qual pode medir forças." (JUNQUEIRA, 2002, p. 49).

O estudo dos Cinta Larga em relação às trocas matrimoniais dá um bom e claro exemplo a respeito da teoria da troca de mulheres (como bens ou mercadorias) de Lévi- Strauss, como elemento fundador da sociedade, em sua obra *Estruturas elementares do parentesco*[6].

As mulheres têm sua vontade respeitada na hora de efetuar o matrimônio, porém: "A supremacia masculina acompanha a mulher por toda vida, fazendo com que passe do domínio de um homem para o outro." (Ibidem, p.98). Entre os Cinta Larga, assim como pode ser constatado na maioria dos relatos etnográficos, a mulher pode se separar do marido se assim quiser, e "é integrada imediatamente no processo de circulação, através de seu pai ou irmãos que cuidarão de selar nova aliança" (JUNQUEIRA, 2002, p.83).

Os relatos de Junqueira, embora mostrem a situação de subalternização do gênero feminino nestas sociedades indígenas, não deixam de notar as diferentes formas de resistência ("o lado de reciprocidade que estabelece o casamento não se firma entre homens e mulheres e sim entre homens através de mulheres que são apenas a principal oportunidade dele") da mulher frente à supremacia masculina, bem como seu importante papel desempenhado na sociedade.

Embora afirme que "é curioso como a mulher não enfrenta o homem. Sua reação é de se render mesmo antes do enfrentamento, ao contrário do homem que não se conforma com a posição de perdedor", Junqueira mostra que a mulher possui grande autonomia nos âmbitos que ocupa e predomina, principalmente em relação ao controle não só reprodutivo como social, principalmente na educação dos filhos, desempenhando papel fundamental "de garantir a existência e a reprodução do mundo Kamaiurá".

A respeito do controle do próprio corpo exercido pela mulher Kamaiurá, Junqueira afirma:

> Poucos povos modernos conseguem garantir tão amplo domínio sobre o próprio corpo como o exibido pela mulher Kamaiurá. Vê-se que ela tem liberdade porque dispõe de informação e conhecimento para tomar decisões conscientes e porque conta com o apoio da sociedade. A situação é invejável principalmente se comparada com a que vigora no mundo capitalista, onde a mulher enfrenta severas limitações. (JUNQUEIRA, 2002, p.56)

6 "O lado de reciprocidade que estabelece o casamento não se firma entre homens e mulheres e sim entre homens através de mulheres que são apenas a principal oportunidade dele".

Mulheres indígenas: o grupo étnico, o grupo de gênero e suas diferentes reivindicações

A identidade de grupo se constrói através de diferentes dimensões que dão significado à vida e determinam como o indivíduo se realiza socialmente: gênero, raça, etnia, religião, sexualidade se entrelaçam e influenciam na forma como o indivíduo se identifica e se reconhece. O estabelecimento e reconhecimento desta identidade é condição crucial para que grupos oprimidos possam tomar consciência de sua condição e possam emancipar-se coletivamente, unir esforços e lutar por seus direitos.

A identidade da mulher indígena se constrói, dessa forma, segundo essas diferentes dimensões. Os processos de desestruturação social, como já colocado, trazem novas configurações às relações e aos papéis assumidos segundo o gênero. E a dimensão étnica, sem dúvida a mais determinante, pode por vezes entrar em conflito com a dimensão de gênero, com as transformações desencadeadas pelo contato da sociedade indígena com agentes externos (SACCHI, 2006).

O movimento de mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que participa fortemente da luta pelos direitos de seus povos como um todo, reivindicando o direito ao território, à saúde, autodeterminação etc., traz também novas pautas e demandas, dentre elas algumas específicas de sua condição enquanto gênero feminino.

A luta por maior espaço político se dá por conta das novas dinâmicas sociais desenvolvidas na interação com agentes externos, em que as mulheres indígenas também querem fazer parte da luta de seus povos. E também porque sofrem de maneira diferenciada o contato com a sociedade envolvente e com os processos de desestruturação social sofridos por seus povos, como já colocado aqui.

A organização das mulheres indígenas em grupos específicos e o impacto desta divisão nas sociedades indígenas são analisados por Luciano, que avalia o perigo que esta divisão pode representar à coesão social das comunidades indígenas, podendo representar um novo polo de poder fragmentador (LUCIANO, 2006). O autor coloca que não só as organizações

de mulheres indígenas, como outras subdivisões (como organizações de professores), podem trazer maiores fragmentações às sociedades e à luta dos povos indígenas.

O autor defende uma maior participação das mulheres indígenas dentro das organizações indígenas já existentes, para que possam ter seus direitos garantidos enquanto mulheres e enquanto pertencentes aos povos indígenas. Mas também admite que as associações específicas das mulheres indígenas podem ter um papel importante na luta pelos seus direitos específicos, desde que estejam articuladas com os movimentos indígenas como um todo.

O autor coloca que estas demandas precisam surgir das próprias comunidades indígenas, e não impostas por organismos externos. Este ponto também é aqui defendido. Como colocado por Nobre, "... é impossível construir um sujeito político forte pela imposição externa" (NOBRE, várias, 2006, p.10). A organização das mulheres indígenas para lutar por seus direitos, e inclusive para o tema central deste trabalho, a superação da violência doméstica, precisa partir das próprias mulheres indígenas, para que efetivamente possam conquistar seus direitos e lutar por maior igualdade dentro de suas comunidades. E essa mobilização já acontece em muitas comunidades indígenas no Brasil.

Sem este processo coletivo de emancipação, as mulheres dificilmente poderão se dar conta das razões pelas quais sofrem com a violência doméstica, e encontrar maneiras de superá-la junto com suas comunidades, desenvolvendo um processo que envolva todos e que encontre soluções conjuntas. Como colocado por Nobre, "Quando são sujeitos de suas próprias vidas e da vida de seus povos, as indígenas e quilombolas põem em questão o argumento de que o debate de gênero é uma imposição externa".

A luta pela terra e pela autonomia econômica e cultural de suas comunidades está sempre presente. Mas suas demandas específicas e sua condição enquanto gênero feminino exigem que lutem e construam pautas reivindicatórias em fóruns diferenciados.

Esses processos também podem colaborar para a reconstrução da identidade étnica das mulheres indígenas e suas comunidades. Tanto porque as mulheres, ao se unirem à luta de seus povos, fortalecem esta luta, quanto por que levam novos elementos que poderiam ser negligenciados pelo movimento indígena majoritariamente masculino, como aspectos relacionados à saúde das crianças e à educação.

A mobilização das mulheres indígenas faz com que queiram lutar, não só pelos problemas que as afetam por conta da fragmentação social e das mazelas trazidas pelo contato com a sociedade ocidental, mas faz muitas vezes com que repensem características de suas próprias culturas com as quais não mais se identificam ou que as insatisfaz, no que concerne à sua condição feminina. Sobre este aspecto, Segato afirma que cabe às mulheres indígenas decidir pelas características que pretendem manter, e quais buscarão superar. A organização das mulheres indígenas é essencial para que tomem em suas mãos as rédeas destas transformações e para que possam decidir sobre suas vidas e preservar a integridade de seus povos.

Dessa forma, sua luta nunca se mostra separada da luta de seus povos, e seus esforços para se organizarem e conquistarem cada vez mais espaço dentro do movimento indígena mostra que a questão de gênero tratada dentro do universo indígena não é resultado da intervenção do mundo branco nas sociedades indígenas. Procuram chamar a atenção de toda a comunidade para o grave problema da violência contra a mulher, e buscam conquistar seu respeito junto às lideranças tradicionais.

O aumento nos últimos anos do número de organizações de mulheres indígenas, assim como da realização de conferências e oficinas para debater a questão de gênero, e a reivindicação dos movimentos indígenas em geral para os direitos específicos das mulheres mostra que a mobilização e a luta das indígenas por seus direitos específicos estão crescendo e ganhando força. Como também visto na bibliografia pesquisada, as lideranças indígenas masculinas tendem cada vez mais a respeitar e reconhecer a importância da participação política das mulheres e de suas reivindicações específicas.

Existem no Brasil, segundo de Paula (de PAULA, In: VERDUM, 2008), 34 organizações de mulheres indígenas, a maior parte delas se encontra na Amazônia brasileira (SACCHI, 2006). Essas organizações começaram a surgir na metade da década de 1990, quando o movimento indígena era majoritariamente dominado por lideranças masculinas, embora antes disso as mulheres indígenas já acompanhassem seus povos na luta pela terra e por seus direitos, e lideranças indígenas já nas décadas de 1970 e 1980 tratavam de questões de gênero. A participação das mulheres indígenas em fóruns e conferências nacionais e internacionais também começa a acontecer com maior frequência, segundo Sacchi.

Foi com a Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, realizada em Beijing em 1995, que as mulheres indígenas tiveram pela primeira vez seus direitos humanos específicos reconhecidos, através da Plataforma de Ação para as Mulheres Indígenas (SACCHI, 2006). Antes disso, as agências e organismos de direitos humanos internacionais tinham foco apenas nos direitos dos povos indígenas como um todo. Isto facilitou o surgimento das organizações, através do financiamento de sua institucionalização e apoio técnico.

Em um momento histórico em que diversas comunidades indígenas sofrem com o perigo de perderem suas terras, sua autonomia étnica e sua própria sobrevivência, como é o caso dos povos indígenas que habitam a região do Xingu; em que muitas comunidades já perderam direitos inalienáveis, e lutam pela sobrevivência, como é o caso dos Guarani no Mato Grosso do Sul; por conta da expansão de um modelo econômico desenvolvimentista imposto pelos atuais padrões civilizatórios vigentes no país, o fortalecimento dos movimentos indígenas com uma maior participação das mulheres se mostra também de extrema importância.

A violência de gênero na pauta reivindicatória das mulheres indígenas

O combate à violência doméstica, segundo a bibliografia pesquisada, é um dos maiores consensos do movimento de mulheres indígenas do Brasil. O tema está sempre presente na pauta de encontros, seminários e conferências indígenas onde as mulheres participam. Isso mostra a importância do tema para as mulheres indígenas que fazem parte de organizações e participam desses eventos, mulheres que podem, enfim, ter suas vozes ouvidas.

Os casos de violência doméstica relatados na bibliografia pesquisada mostram que eles acontecem em diferentes contextos e realidades, e com diferentes níveis de gravidade. Há relatos de mulheres que chegam a ser mortas, e casos em que o companheiro da vítima era um não indígena. Essa diversidade de contextos faz com que as reivindicações das mulheres indígenas também sejam distintas de acordo com a situação em que vivem.

Desta forma, a Lei Maria da Penha pode ser um importante instrumento para a defesa das mulheres indígenas, mas não sem que elas se apropriem desta lei como instrumento para sua proteção, e articulem isso junto a suas comunidades. Considerando-se essa lei um importante instrumento de defesa dos direitos humanos das mulheres, o contexto cultural em questão deve dela se apropriar (SANTOS, 2003). E como mostra Pereira Kaxuyana, a respeito da aplicabilidade da Lei em suas comunidades:

> A lógica de que a Lei Maria da Penha parece ser a resposta suficiente às demandas não é verdadeira. Hoje, as mulheres indígenas admitem que a violência doméstica as atinge, mas questionam os efeitos da Lei nas suas comunidades. Seus maridos e filhos terão de responder, nas cadeias e prisões das cidades, pelo abuso cometido? Quem irá caçar? Quem irá pescar? Quem irá ajudar na roça? Talvez o que elas queiram é ter mais informações sobre essa Lei, para poderem decidir se tal instrumento legal serve para elas ou se preferem a utilização dos códigos de conduta já estabelecidos pelos seus povos (KAXUYANA, In: VERDUM, 2008, p.43).

Nesse trecho fica evidente que qualquer intervenção por parte dos órgãos públicos, tanto a Funai, quanto os órgãos de assistência social e de justiça e forças policiais, que desconsidere as especificidades das comunidades indígenas e seu direito à autonomia, será fadada ao fracasso.

Isto fica claro quando vemos que muitas mulheres indígenas chegam a temer a Lei Maria da Penha, com medo que seus companheiros possam ser presos nas cidades, e que elas sejam levadas a abrigos, longe de suas comunidades (VERDUM, 2008). Mas, quando apropriada pelas mulheres indígenas, ela pode ser um instrumento importante, como mostra o trecho a seguir:

> [A Lei Maria da Penha] fortaleceu e reavivou nossa luta que vem de muitos anos em defesa do direito das mulheres e contra o consumo e venda de bebida alcoólica nas comunidades indígenas, por ser ela a causa dos mais diversos tipos de violência, discriminação e enfraquecimento das lideranças em defesa dos nossos direitos (CASTILHO, In: VERDUM, p.25).

Frequentemente nos casos em que a intervenção do Estado é a única possível, os direitos das populações indígenas são sistematicamente desrespeitados, já que não têm sua autonomia étnica e econômica, encontram-se desmobilizados, e dificilmente poderão encontrar juntos maneiras de proteger e resguardar os direitos das mulheres indígenas. Nestes casos, o contato com a sociedade envolvente não só deteriora todo o seu modo de vida e subsistência, como também traz mazelas como a prostituição, o aliciamento para a mão de obra escrava, o tráfico de drogas, entre outras mazelas.

Podemos, desta forma, verificar em um caso prático a indivisibilidade, interdependência e inter-relação dos direitos humanos, destacados na Declaração de Direitos Humanos de Viena. Com o sistemático desrespeito aos direitos coletivos dos povos indígenas, os direitos individuais das mu-

lheres indígenas (que obviamente também abarcam os direitos coletivos de seus povos), e também o direito de viverem livres da violência doméstica, e de poderem construir uma sociedade mais igualitária em suas relações de gênero, também estes direitos se inviabilizam. Fica evidente, assim, que a luta das mulheres indígenas é também a luta de seus povos, e que essa luta está intrinsecamente relacionada à luta por seus direitos específicos, pelo direito de viverem livres da violência doméstica.

O reconhecimento por parte das próprias mulheres indígenas da violência doméstica como um desrespeito aos seus direitos humanos, como um problema a ser combatido por toda comunidade, e não apenas em âmbito doméstico, um problema entre o casal, não é um processo natural e óbvio, mas sim fruto da mobilização dessas mulheres e de toda a comunidade para este reconhecimento. A violência doméstica, sem a mobilização das mulheres indígenas e de toda comunidade, permanece circunscrita à esfera privada, assim como nas sociedades ocidentais, sendo um problema a ser resolvido dentro da família, entre o casal e os parentes mais próximos.

Ou, no caso em que as comunidades indígenas vivem com seus direitos fundamentais sendo sistematicamente desrespeitados, a violência doméstica será uma entre as outras tantas mazelas sociais, sem grandes chances de ser sanada; nem por mecanismos internos, nem pela ingerência de políticas impostas por órgãos externos.

O diálogo intercultural e as mulheres indígenas no Brasil

O diálogo entre as mulheres indígenas e outros grupos sociais pode ser de grande importância para que as mulheres indígenas possam encontrar caminhos junto às suas comunidades para superar a violência doméstica, criando novas bases de relação entre os gêneros e mecanismos de punição nos casos de violência.

A situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas vezes as sociedades indígenas, onde a situação das mulheres pode ser considerada ainda mais vulnerável, coloca o diálogo com outros grupos como fator muitas vezes crucial para que seja possível a sua mobilização, para que possam se dar conta das causas da violência que sofrem, e assim lutar contra este mal dentro de suas comunidades.

O diálogo intercultural, como proposto por Santos, teve alguns exemplos na história do Brasil em relação ao contato dos indígenas com a sociedade nacional. Respondendo a pressões nacionais e internacionais, este diálogo foi por vezes desenvolvido no sentido de diminuir os enormes

impactos da expansão das fronteiras nacionais nas populações indígenas, com auxílio à sua reestruturação e readaptação a novos contextos. A criação do Parque Indígena do Xingu, sob a liderança dos irmãos Villas-Bôas, bem como a atuação de organizações como a Opan (Operação Amazônia Nativa) e o ISA (Instituto Socioambiental), podem ser considerados exemplos neste sentido.

O autor propõe o diálogo intercultural como caminho para uma abordagem dos direitos humanos como roteiro emancipatório (SANTOS, 2003). Para ele, os direitos humanos concebidos como universais são uma forma de imperialismo, como ele coloca, de localismo globalizado. Para que os direitos humanos possam servir como roteiro emancipatório, para os povos de diferentes culturas, precisam ser reconceitualizados como multiculturais.

Diante disso, o autor desconstrói e procura superar a velha discussão entre o universalismo dos valores e o relativismo cultural, colocando-o como um debate falso. E põe a superação deste debate como primeira premissa para a construção de um projeto cosmopolita dos direitos humanos.

A preocupação isomórfica entre diferentes culturas, que é o objeto de estudo do presente trabalho, é a construção de mecanismos de proteção das mulheres contra a violência doméstica, bem como a superação das estruturas sociais que mantêm esta prática como aceita socialmente, que a mantém como o símbolo da dominação masculina da sociedade (COPELON, 1995). As mulheres indígenas expressam essa preocupação ao se unirem em grupos para lutar por seus direitos, ao reivindicar políticas públicas específicas para a defesa dos mesmos, em suma, ao expressarem claramente que querem viver livres da violência doméstica.

A segunda premissa é a de que todas as culturas possuem concepções de dignidade humana, não necessariamente expressas nos termos dos direitos humanos. E a terceira é a de que "todas as culturas são incompletas e problemáticas em suas concepções de dignidade humana" (SANTOS, 2003, p.442).

O autor reconhece as múltiplas dificuldades e problemas que implica a busca deste diálogo, mas sem deixar de acreditar em sua viabilidade. Como recomendar a culturas que foram historicamente massacradas pelo colonialismo europeu, e que ainda hoje são vítimas de verdadeiro genocídio cultural, que reconheçam a sua própria incompletude cultural? E a partir disso propor diálogos interculturais para que superem os traços culturais com os quais não mais queiram se identificar?

Santos coloca esta questão como um dilema, o dilema entre conquis-

ta e fechamento cultural. No caso dos povos indígenas, esta última opção pode representar também outra face da conquista cultural[7]. A saída seria a construção de condições para que este diálogo possa ser desenvolvido sem o perigo da conquista cultural, nem o do fechamento cultural.

Na pesquisa realizada para o presente trabalho, as barreiras culturais existentes no diálogo entre as mulheres indígenas e outros grupos de mulheres, organizações e órgãos do governo não pareceram causar problemas substanciais ao diálogo nas ocasiões pesquisadas. Porém, na experiência das mulheres Aymarás na Bolívia, relatada na publicação *Mujeres indígenas en movimiento*, da organização IWGIA (International Work Group for Indigenous Affairs), este conflito ficou muito evidente, e é um bom exemplo de como "a luta pelos direitos humanos ou pela dignidade humana nunca será eficaz se for baseada em canibalização ou mimetismo cultural" (SANTOS, 2003, p.444).

As mulheres aymará não concordam com a suposição de grupos feministas urbanos de que a opressão do sexo feminino se sobreponha à opressão sofrida por seus povos, nem tampouco creem que os ideais de liberdade e justiça que apregoam sejam ideais para elas, enquanto mulheres e pertencentes ao povo aymará:

> Nosotras nos organizamos en una agrupación de mujeres Aymarás; porque somos consientes al mismo tiempo de que pertenecemos a un pueblo concreto, al pueblo aymará, del cual somos la mitad femenina. No creemos que pueda existir la "mujer" como una abstracción que elimine los contextos culturales y sociales propios. Hemos visto a muchas mujeres de la cultura y sociedad que nos oprime, que pertenecen incluso a las clases sociales pudientes, que nos hablan de liberación, de justicia para todas etc., cuando en realidad se trata de una liberación y una justicia al interior de sus concepciones, al interior de sus límites de nación, de clase, de cultura de ellas mismas. Por ello creemos que el deber de la mujer aymará es organizarse por ella misma y de acuerdo a nuestras propias costumbres, cultura e intereses. (Vários, 1990, p. 12)

7 ...o fechamento cultural é, quando muito, uma aspiração piedosa que na prática oculta e implicitamente aceita a "fatalidade" de processos caóticos e incontroláveis de desestruturação, contaminação e hibridação cultural. Tais processos são baseados em relações de poder e em trocas culturais tão desiguais que o fechamento cultural se transforma na outra face da conquista cultural. (SANTOS, 2003, p.454)

Categoria Graduada (o), Especialista e Estudante de Mestrado

Neste trecho, fica evidente que os grupos feministas com os quais as mulheres aymarás tiveram contato pretenderam impor a estas ideais de libertação femininos, ou seja, ideais de dignidade humana, sem que atentassem para o histórico massacre que sua própria cultura perpetrou contra o povo Aymará, sem ter no diálogo com as aymarás o respeito às suas especificidades culturais e à sua etnicidade.

A respeito da abstração do "ser mulher" Segato aponta que "a tentativa de unificar as questões das mulheres, portanto, pode acabar levando a interpretações equivocadas e de difícil atuação junto aos diversos grupos étnicos". A autora mostra, assim, como diferentes formas de entender a questão de gênero em cada cultura devem ser respeitadas no diálogo intercultural.

O reconhecimento de que as mulheres indígenas possam ser um elo oprimido e subalternizado nas sociedades indígenas, sem porém com isso acreditar que grupos feministas e de defesa dos direitos humanos possam impor a estas mulheres o ideal de emancipação humana, de libertação e de entendimento de sua própria condição feminina, pode ser um bom caminho para o desenvolvimento de diálogos frutíferos e positivos para que este grupo social possa ter seus direitos humanos verdadeiramente protegidos.

Conclusão: por uma concepção multicultural e emancipatória dos direitos humanos

Como já frisado, a tentativa de impor políticas assistenciais e punitivas para o combate à violência doméstica em comunidades indígenas só irá amedrontar as supostas beneficiárias, levando mais conflitos às comunidades indígenas.

Por outro lado, desconsiderar que este problema as afeta, ou considerá-lo um problema secundário, se comparado à questão da defesa dos direitos dos povos indígenas, pode ser uma postura no mínimo simplista e até mesmo marcadamente preconceituosa, se considerarmos que a violência contra a mulher, inclusive no contexto das sociedades indígenas, pode chegar ao feminicídio[8]. E diante das reivindicações apresentadas pelas mulheres indígenas, diante das inúmeras iniciativas levadas a cabo para encontrar soluções para este problema, também seria silenciar as vozes destes grupos.

8 "O conceito 'assassinato baseado em gênero' foi introduzido por Diana Russell e Jill Radford no livro *Femicide: the politics of woman killing* (*Femicídio: a política da matança de mulheres*), publicado em 1992. O conceito de femicídio se refere à matança de mulheres em função de seu gênero em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre as mulheres" (Isis Internacional apud Diana E.H. Russell e Jill Radford. Femicide: The Politics of Woman Killing. Twayne Pub., New York, 1992) Disponível em: http://www.isis.cl/temas/vi/activismo/Portugues/feminicidioPORT.pdf

Levando-se em conta a diversidade de conjunturas em que as mulheres indígenas vivem no Brasil, os mecanismos, do ponto de vista jurídico, para a proteção dos seus direitos também devem abarcar soluções diversas, dependendo das condições em que vivem seus povos, quais são os graus de interação com a sociedade envolvente e os impactos que implicam esta interação, entre outros fatores.

Em todos os casos, a solução jurídica terá de levar em conta as especificidades da situação da mulher indígena, cabendo à Funai o papel de mediar os conflitos existentes e monitorar os casos em que for diagnosticada a necessidade de se aplicar a lei e penalidade estatal e de se assegurar a assistência do Estado à mulher indígena.

Nesse contexto, a busca por um sistema de garantia dos direitos humanos baseado no pluralismo jurídico, com o reconhecimento dos costumes e leis existentes nas sociedades indígenas para a punição dos culpados e a proteção das vítimas, será o mais adequado para a proteção das mulheres indígenas da violência doméstica, conforme mostram as reivindicações das próprias mulheres indígenas.

A Lei Maria da Penha, como já colocado, pode ser utilizada não somente como instrumento para garantir a assistência do Estado à mulher indígena vitimada e a pena ao violador da lei, mas pode servir como um meio das mulheres e sociedades indígenas para combater a violência, cabendo à comunidade a punição do culpado. Da mesma forma, a prevenção e assistência às mulheres que sofrem com a violência podem ser desenvolvidos dentro da comunidade.

Nesse contexto, o conceito de *fórum shopping*, de Keebet Von-Beckemann, que, segundo Castilho, "expressa a ideia do uso seletivo por parte de litigantes das ordens normativas que melhor sirvam a seus interesses", poderá ser um importante meio para a proteção das mulheres indígenas contra a violência doméstica. Quando suas comunidades tiverem condições de desenvolver mecanismos para coibir e punir os perpetradores da violência doméstica, sem dúvida uma solução interna será encontrada, e as mulheres indígenas não precisarão recorrer à lei estatal e a mecanismos externos para resguardar seus direitos.

Se, porém, a situação das mulheres indígenas for distinta, como em contextos urbanos, ou em casos em que o contato interétnico desestruturou de tal forma os arranjos sociais indígenas, os órgãos responsáveis, principalmente órgão indigenista, de assistência social e de justiça, terão de atendê-las e, se necessário, oferecer assistência social.

Para além do ordenamento jurídico para a proteção das mulheres

indígenas contra a violência doméstica, se estas não se enxergarem como sujeitos de direitos, se não identificarem as causas da violência que sofrem, se enfim, não lutarem para por fim à violência que as acomete de forma autônoma e consciente, dificilmente qualquer ordenamento jurídico poderá de fato protegê-las da violência.

Analisando-se a aplicação da Lei Maria da Penha no Brasil, o mesmo pode ser afirmado a respeito dos outros grupos de mulheres do país. As denúncias de violência doméstica vêm aumentando a cada ano, mas são comuns os casos das mulheres que não querem denunciar seus parceiros, mesmo sofrendo gravemente com a violência. Dentre as que denunciam, também são comuns os casos de mulheres que retiram a queixa. Fato que comprova esta situação é que o STF decidiu que a aplicação da Lei Maria da Penha vale mesmo sem a denúncia da vítima[9].

Além disso, os impactos positivos da lei podem ser medidos na sociedade brasileira não somente por conta do aumento da pena prevista aos agressores, sua abrangência e a proteção que oferece às vitimas, como também devido ao efeito pedagógico que a lei teve na sociedade. O assunto ganhou grande espaço nos debates da mídia e na vida quotidiana, contribuindo para que a cultura que mantêm a violência doméstica contra mulher como algo aceitável socialmente, como algo a ser resolvido em âmbito doméstico, possa ser substituída por uma cultura que condene essa prática, que a veja como uma violação da integridade física e moral das mulheres, uma violação aos seus direitos humanos.

O reconhecimento da violência doméstica como violação dos direitos humanos, deixando então de ser um tema invisível, veio a ocorrer em âmbito internacional apenas em 1993, com a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher e, como coloca Montes: "esto implica que el ámbito privado, donde tiene lugar la mayor parte de esta violencia, también entre en la esfera de acción del Estado" (MONTES apud TORRES, 2009).

Desta forma, o artigo procurou mostrar que as contradições existentes entre os direitos podem ser solucionadas com a busca da promoção dos direitos humanos como roteiro emancipatório. Que as soluções para estas contradições podem ser encontradas quando os sujeitos envolvidos são empoderados e podem decidir, por eles próprios, os caminhos para a superação destas contradições.

Para que sejam assegurados os direitos das mulheres indígenas no que diz respeito à sua proteção contra a violência doméstica, os direitos co-

9 Lei Maria da Penha vale mesmo sem denúncia da vítima, decide STF http://sindijusms.jusbrasil.com.br/noticias/3021469/lei-maria-da-penha-vale-mesmo-sem-denuncia-da-vitima-decide-stf

letivos de seus povos devem ser respeitados, e a busca de seus direitos individuais deve estar articulada, como as próprias mulheres indígenas afirmam em suas declarações, às dinâmicas de suas comunidades e a seus traços culturais específicos.

No entendimento dos direitos humanos como multiculturais e como roteiro emancipatório, desta forma, os sujeitos de direito não são apenas receptores direitos e cumpridores de leis, mas sim sujeitos que se apropriam desses direitos, cujas premissas são absorvidas pelos contextos culturais dos quais fazem parte.

Bibliografia

a) **Artigos**

ARRUDA, R. Representação e participação indígena nos processos de gestão do "campo indigenista": que democracia? **Revista Antropológicas.** ano 7, v.14. [S. l.]. 2003.

COPELON, R. Terror íntimo: la violencia doméstica entendida como tortura In: **Derechos humanos de la mujer**: perspectivas nacionales e internacionales. [S. l.]. Ed. Rebecca Cook, 1995.

MONTES, S. G. Violencia contra las mujeres, derechos y ciudadanía en contextos rurales e indígenas de México. **Convergencia revista de ciencias sociales**. Universidad Autónoma del Estado de México, ano 16, n.50, 2009.

SACCHI, Â. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Anthropológicas**, ano 7, v. 14 (1 e 2), [S. l.], 2003.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. In: **Mana**. vol. 3, n. 1, 1997.

VÁRIOS. **Mujeres indígenas en movimiento**, Iwgia, 1990.

b) **Livros**

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. v. I. [S. l.]. São Paulo: Ed. Difusão européia do livro, 1970.

JUNQUEIRA, C. **Sexo e desigualdade: entre os Kamaiurá e os Cinta Larga**. São Paulo: Ed. Olho d' água, 2002.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, B. de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

c) Publicações, cartilhas, documentos finais de eventos etc.

NOBRE, M. et al. **Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas**. [S. l.]. SOF, 2006.

OMIR e SOF. **Um futuro sem violência**. 2006. Disponível em http://www.sof.org.br/arquivos/pdf/omir.pdf

LUCIANO, G. dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Edições MEC/ UNESCO, 2006. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf

SEGATO, R. L. **Que cada povo trame os fios da sua história – em defesa de um Estado restituidor egarantidor da deliberação do foro étnico**.

_____. Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil. In: **Série Antropologia**, n. 326. Brasília: Departamento de Antropologia/ Universidade de Brasília (UNB), 2003. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf

STAVENHAGEN, R. **Los pueblos indígenas y sus derechos**. México: UNESCO, 2007. Disponível em: http://www.cinu.org.mx/prensa/especiales/2008/Indigenas/libro%20pdf/Libro%20Stavenhagen%20UNESCO. pdf

VERDUM, R. (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 12 a 19 de abril de 2006, Brasília - D.F. - Documento Final. Brasília: FUNAI/CGDTI, 2006.

Revista Brasileiros, n. 29, Brasileiros Editora Ltda. Dezembro de 2009.

Vários. **O progresso das mulheres no Brasil**. UNIFEM, 2006.

Vários. **Rumo à igualdade de gênero**. CEDAW, Pequim e os ODM. UNIFEM.

Vários. **Promover la igualdad de gênero**. UNIFEM. 2005.

d) **Teses**

SACCHI, Â. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia brasileira. Recife: UFPE, 2006.

Ataíde, aquele que "se serve do outro": narrativas que compõem o imaginário homoerótico de Bacuriteua (PA)

Camilla da Silva Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Professor orientador: Flavio Leonel Abreu da Silveira

Introdução

O presente trabalho mergulha no complexo mundo das relações de gênero, mais precisamente, do homoerotismo masculino. Um campo de certa forma espinhoso, gerador de discussões, preconceitos, retaliações. Nesse contexto, a pesquisa concentra-se na comunidade de Bacuriteua (PA). Para tal, apropria-se da etnografia enquanto norteamento metodológico, tendo em vista a dialogicidade entre aquele que pesquisa e aqueles que são pesquisados. A escolha do *lócus* de estudo tem como principal motivo a afirmativa "aqui não tem gay", que de imediato causa um estranhamento, pois o que está omitido nesse discurso de negação? Desse modo, compreender os sentidos que circundam as relações de gênero na vila significa efetuar uma imersão na vida cultural da mesma, isto é, perceber que campos de poder constroem-se a partir da cultura, constituindo hegemonias, é também conceber que o gênero, o corpo e o sexo são constructos culturais e por sua vez produzem relações de poder. Acerca disso, Michel Foucault, pensador das práticas discursivas e autor de obras como a *História da sexualidade* e *Microfísica do poder*, vislumbra o corpo como um dispositivo, ou ainda, "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições (...). Em suma, o dito e não dito são os elementos do dispositivo" (FOUCAULT, 1979, p.244). Constituída de discursos que envolvem poder, a sexualidade não pode ser vista como algo que o poder deve conter, mas, que do mesmo modo o opera num movimento recursivo. Foucault, portanto, (des)constrói o conceito estabelecido de poder, no qual, alguns o têm e outros estão destituídos dele, evidenciando a capacidade de capilarização do poder, pois ele agencia, negocia trocas. Com isso, cada lugar, cada cultura dispõe de especificidades, de práticas que, por sua vez, promovem diversidade das/nas mesmas. Logo, no intuito de falar de um lugar na Amazônia e não incorrer em generalidades, mergulhamos nas águas do Rio Caeté e chegamos à vila do Bacuriteua.

Bacuriteua é um espaço miscigenado que possui particularidades culturais constituintes de um cenário amazônico diverso, heterogêneo de práticas e saberes. Nesse espaço social deparo-me com a narrativa do Ataíde, singularidade presente no cotidiano dos grupos da região bragantina. Elemento este que, à

primeira vista pode não demonstrar conexões com a pesquisa, configurou-se em fundamental importância na compreensão do cotidiano da comunidade, assim como das relações de gênero. Apesar de existirem discursos relacionados à figura do Ataíde, aproximando-o da noção de preservação ambiental, suscitando a modificação de práticas de degradação, na medida em que no lugar onde houve o aparecimento do Ataíde, as pessoas deixaram de explorá-lo, favorecendo a renovação de recursos naturais daquela área. Nota-se que este ser está vinculado ao trabalho no manguezal e na pesca, principais atividades dos moradores da vila. Todavia, este trabalho concebe o Ataíde como uma "criação religiosa" (ELIADE, 2010, p.57). Dessa forma, emprega-lhe a categoria de mito, e é na escuta das narrativas orais que se dá a observação de aspectos como a violação dos corpos dos homens, condizentes à reflexão de que essa criatura personifica relações sexuais entre homens, práticas estas que não são bem vistas na comunidade.

A Vila de Bacuriteua, localizada aproximadamente 9 km depois de findada a área urbana da cidade de Bragança/PA, à margem esquerda do Rio Caeté, constitui-se heterogeneamente de uma população de pescadores e coletores de caranguejos. Vale frisar, que no próprio lugar há certa divisão territorial definida pelos próprios moradores, onde os coletores de caranguejos situam-se predominantemente na "Pontinha do Bacuriteua", ou seja, próximos à beira do Rio Caeté, enquanto que os pescadores estão no "centro da vila" perto da estrada (rodovia PA-458 que corta a comunidade na direção da praia de Ajuruteua), como pode ser observado no mapa da figura 1.

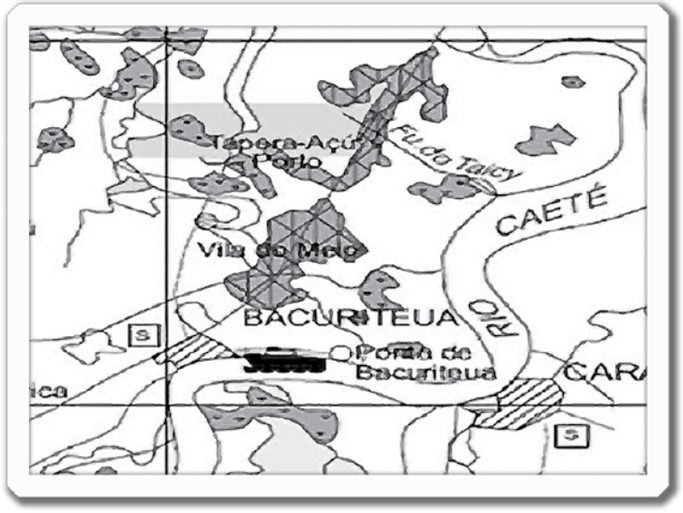


Figura 1: Localização da área de estudo retirado do site do Ministério de Minas e Energia. Disponível em: www.cprm.gov.br/gestao/ecotur/pturis_tracuateua.pdf

Ataíde, de acordo com relatos, é um ser que possui um grande órgão sexual masculino, que ataca homens que estão sozinhos no mangue, no mato, perto de embarcações na água. Mas, o mote propulsor da pesquisa concentra-se nas desigualdades sofridas pelos homoeróticos masculinos, como o fato de terem dificuldades nas relações de trabalho, resultando, por vezes, em casos de prostituição, agressões físicas e verbais e preconceitos diversos. Uma demanda social que se apresentou de forma escancarada.

As narrativas que serão analisadas ao longo do texto são especificamente dos coletores de caranguejo, já que o mito em questão está diretamente ligado ao espaço do manguezal, lugar onde se realiza a coleta de caranguejo. Dessa forma, verificar como o imaginário mítico é pautado pelas relações homoeróticas, e como se configura a partir disso o trabalho na coleta de caranguejo e a vida social de Bacuriteua (PA) é trazer o gênero enquanto chave de análise para possibilitar uma leitura dessas interações. Evidencia-se que este trabalho perde de vista a "reafirmação do mito da comunidade", isolada, aquém das relações com o mundo globalizado, e que esta pesquisa parte do local (Bacuriteua) sempre em relação com o global, ou seja, mostra como se dão as tensões, as articulações, os movimentos dentro da comunidade implicam em compreender práticas desses grupos em outros lugares, ratificando que o intuito não é generalizar e/ou universalizar, mas possibilitar a construção de reflexões acerca das especificidades de cada cultura, e que pesquisas como essa possam estabelecer elementos para a criação de políticas públicas que garantam direitos de acordo com as necessidades dos sujeitos em questão.

Logo, para construir os sentidos desse universo adota-se como recorte metodológico a perspectiva de imaginário de Gilbert Durand (2010), ou seja, parte-se do princípio de que o imaginário é o conjunto das diversas imagens evocadas pelos membros do grupo acerca de seu cotidiano, englobando as narrativas como o mito do Ataíde que, por sua vez, é um dos elementos desse conjunto de imagens produzidos pelo homem, ou seja, o mito. Logo, a abordagem de Mircea Eliade (1992) para a análise das narrativas, de como a memória opera baseada em Maurice Halbwachs (2006). As narrativas orais apontam para as imagens que são construídas pelos sujeitos a fim de criar uma representação de práticas que não devem ser ditas, expostas. Assim, a perspectiva de Gaston Bachelard (1989) corrobora para a ideia de que a imaginação resulta de práticas da realidade, do mundo concreto, logo, parte-se do pressuposto de que o mito configura um simulacro de lógicas sociais, de modo que, o Ataíde personifica práticas homoeróticas que, entretanto, não podem ser desveladas.

I. Meu lugar de enunciação e as tensões em campo

O campo de estudo da sexualidade e do gênero sempre requer do pesquisador melindres no trato com as discussões. Não que outros campos de saber das humanidades não mereçam o mesmo trato, mas, a dificuldade e o cuidado maior concentram-se na própria pesquisa de campo. Muitos trabalhos[1] discutem as adversidades insurgentes, e aqui não será diferente. Para iniciarmos as questões da pesquisa de campo é importante, preliminarmente, explicitar a utilização do termo homoerótico no contexto da pesquisa. Esse termo foi trazido pelos sociólogos e antropólogos que perceberam algumas confusões em torno da palavra homossexual. Homossexualidade faz referência ao relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo, e vem sendo utilizada nos estudos perdendo de vista o contexto histórico, os valores da época, como se a mesma relação que acontecia na Grécia Antiga ocorresse nos dias de hoje, sem mudanças. Ao contrário:

> *Homoerotismo*, que através das raízes de duas palavras gregas pode ser traduzida por "sexo (ou amor) entre iguais", elaborado para pensar muito mais as ações e posturas a definir categorias aprisionantes dos sujeitos de sociedades que não viam diferenças num relacionamento entre o mesmo gênero ou entre diferentes gêneros (SOARES, 2008, p.14).

Um dos autores brasileiros que estuda o homoerotismo masculino é o psicanalista Jurandir Freire Costa (1992), e ao longo de seu estudo explica as razões que o levaram a adotar o termo homoerotismo, um dos quais, a carga de preconceito de "ordem histórica": "A palavra 'homossexual' está excessivamente comprometida com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexológico e higienista de onde surgiu." (COSTA, 1990, p.23). Desse modo, afasta-se do termo homossexual e apropria-se do vocábulo homoerotismo visando demonstrar os valores envolvidos nas relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo na comunidade de Bacuriteua.

À pesquisa de natureza etnográfica — em que a observação participante, a entrevista intensiva e a interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado se fazem necessários —, o convívio com as pessoas

1 Ver caminhos de uma pesquisa acerca da sexualidade em aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul; A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual; Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas; No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital, entre outros.

na comunidade é imprescindível. Para tanto, o primeiro contato deu-se a partir de um trabalho de outro enfoque realizado por outros pesquisadores na mesma vila. Seguidamente, fui conhecer melhor a vila e deparei-me com Dona Inezila, atualmente com 62 anos, tesoureira da igreja de São Sebastião da Vila de Bacuriteua. Organiza o Festival do Marisco, festa de tradição na comunidade, e participou da criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú-RESEX, do qual, Bacuriteua faz parte. Ela me indicou as pessoas que tinha interesse em conhecer. E foi a partir dessa convivência que pude observar, primeiramente as consequências de minha presença, já que sempre vou ser a estrangeira de Georg Simmel (1983), no sentido em que não nasci e nem moro no local. Seguidamente, as tensões entre os moradores que descreverei. Mas, um dos grandes problemas referente às relações de gênero e da própria constituição da pesquisa é: como eu (mulher, universitária) entrevisto e convivo com homens (coletores de caranguejo, pescadores, resistentes ao assunto) em situações e lugares em que as mulheres não adentram sob certas circunstâncias, como o mangue? Nas entrevistas exploratórias sobre o Ataíde, primeiramente os discursos referenciavam que o ser "mítico" atacava apenas as mulheres (em teoria), mas, no progredir das relações de confiança quando pedia que narrassem os ataques, os relatos concentravam-se apenas na presença de homens (atacados). Dito isto, é evidente que não conseguirei atingir a totalidade dos dados, e não representa meu interesse, mas, alguns dados não podem ser apreendidos por conta das diferenças de gênero nas relações com os moradores da comunidade.

Em relação à minha presença, parece-me que perturbava a ordem (em momentos, por exemplo, em que os homens estavam todos juntos, conversando, na "casa de forno" onde fazem farinha etc.). Quando chegava perto (nos primeiros contatos) as brincadeiras paravam e as primeiras conversas eram sempre envoltas de certa desconfiança, e no que diz respeito às relações homoeróticas na comunidade, um silenciamento. Outro aspecto interessante na mobilidade dentro da comunidade refere-se à casa onde eu estava: caso estivesse na casa de um gay assumido todos me olhavam com curiosidade e suspeita, sendo mal vista por alguns moradores. Uma estratégia para que isso não se repetisse foi a própria distância entre a Pontinha e o centro da vila, pois conversava com os coletores na Pontinha pela parte da manhã e à noite com os gays na vila. Ressaltando que na Pontinha, há precisamente dois gays e um destes é o filho de um caranguejeiro, com quem eu conversava apenas à noite, na vila.

É notório que a comunidade se reserva o direito de não falar dos gays e, mesmo aqueles que se propuseram a dar seus pontos de vista, ainda pouco

detalham, pois é difícil falar. Observei isto quando o pai de um gay falou-me de seu filho, na conversa, as pausas sucederam-se uma após a outra, o que demonstra o sentimento de constrangimento e sofrimento percebido por mim e confirmado por ele. A tensão não está presente apenas nos dias de hoje: Dona Raimunda, que já foi parteira, contou-me que há uns vinte anos atrás um pajé e/ou rezador chamada Odete, um homem que se vestia de mulher, fora morto não se sabe o porquê. Quer dizer, reflete-se a atmosfera de negação da prática homoerótica. No entanto, é nessa negação que se encontra certa contradição, já que o Ataíde reafirma a presença das relações homoeróticas.

II. Narrativas: teias de imagens e de significação

O ato de narrar é operado através da memória, logo, não se pode deixar de considerar o processo intersubjetivo dele com seu grupo. Dessa forma, o sujeito traça sua rede de intencionalidades, por isso, é necessário compreender que a construção de sentido da memória está relacionada com o coletivo. No âmbito dessa discussão é imprescindível citarmos o sociólogo Maurice Halbwachs (2006), o primeiro a delimitar a memória como um objeto de estudo específico. Halbwachs em suas elucidações sublinhava a memória enquanto coisa concreta, estruturada em hierarquias, e vinculada ao social. Para ele, nossas memórias ligam-se à memória de um grupo, desde a família até uma nação. Neste caso, pensaremos a comunidade de Bacuriteua, a memória desse grupo social, os componentes que relacionam o cotidiano, as experiências e as lembranças partilhadas pelos seus membros que vão ao encontro das relações de gênero; portanto, trataremos de uma memória coletiva, que nas palavras do sociólogo, "(...) se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo" (HALBWACHS, 2006, p.41).

Ora, quando falamos de uma memória coletiva não podemos deixar de situar o lugar da memória individual, e na concepção de Halbwachs, o indivíduo traz consigo marcas do coletivo e "que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva", ou seja, a memória individual é construída a partir do lugar ocupado pelo indivíduo no grupo e é reconstruída porque este lugar também não é estanque. Sendo assim, mesmo que o indivíduo exerça suas subjetividades, seus pontos de vista, sua memória sempre estará arraigada no coletivo, pois o ser humano vive em grupo, estabelecendo seus laços sociais, e nessas relações com seu grupo e com grupos próximos são gerados seus pensamentos, as memórias.

Os tiradores de caranguejo demonstram em suas narrativas a imagem mítica do Ataíde, sempre acionado no seu cotidiano, no trabalho, nas suas experiências em sociedade. Comecemos, então, a "escutar" as vozes de nossos três narradores, para em seguida, observarmos como a memória opera nas narrativas, os ditos/não ditos e quais as imagens relacionadas às práticas homoeróticas.

Os recortes escolhidos formam um cruzamento geracional, ou seja, os três[1] narradores são de gerações diferentes. A primeira narrativa é do Senhor Benedito ou Tio Paquinha (como o chamam na comunidade), com 83 anos de idade, começou a tirar caranguejo desde os 10, também trabalhou na pesca, mas atualmente não trabalha, visto suas condições de saúde. Ele e sua esposa, Dona Raimunda (84 anos), são os mais antigos da Pontinha do Bacuriteua. Observemos a seguir:

> É, eu tinha né [medo], mas era o jeito eu (risos). Eu tinha medo é que no mangal aparece tanto, tanta, tanta movimento. Eles dizem que aparecem um tal de Ataíde (risos) que eu nunca vi e nem desejo (risos). É um bicho né, é um bicho. Eu me lembrava, mas eu lembrava também de Deus e os seus gemidos (risos), mas, graças a Deus nunca vi nada. (...) Era os antigo, os velhos, meus avô. Esses antigo daqui diziam que no mar, no mangal tem esse bicho, Ataíde, tal de Ataíde (risos) né... Invisível, o bicho se transforma em qualquer coisa né, às vezes se tem, olha seu coisa, seu marido. Quando ele vê, ele se transforma no seu marido, é. Ali no Caratateua tinha um cara que era filho de Ataíde e o pessoal diziam né. Eu digo porque eles diziam (...) porque o pai dele trabalhava na praia, então ele saia pro curral e o cara vinha e se transformava no marido dela e vinha.
> (...) ele é um homem, um homão grande, Deus o livre, ele é grandão, um pretão. (...) Então ele é um casal, ai eu tenho muito medo, mas, como conto a história era o jeito né. Não tinha companheiro pra ir, mas Deus me livrava. Uma hora dessa, sete horas, eu tava no mangal... Aí secava na cabeceira do

1 Todos os entrevistados deram autorização para a exposição de seus nomes.

> garapé, só saía quando a maré dava, dava lá pras duas horas, três horas da tarde é que eu saía de lá. É, ele ataca quarquer na, na... Ela tando sozinho, hum, quem tá sozinho ele vem mesmo aí e mata o cara mermo. É, ele grita. Muita gente ainda não viu e nem quer ver porque quando eles tavam tirando [caranguejo], eles cansaram de ver grito do, sendo... Dentro do mangal aquele grito muito feio. (...) Ele judia dos homem. Ele invade mesmo! É, invade, agride mermo e mata mermo. Bicho pretão medonho. (...) É só no mangal, é porque é invisível, a gente não vê. É só no mangue, nessas, tem muita ilha dentro dos mangal né.

Alguns termos sublinhados nos demonstram algumas representações acionadas pela memória individual e coletiva, em um processo dialógico entre as intersubjetividades, pois a construção de sentido da memória está relacionada com o coletivo. Acerca do desenvolvimento e transmissão da memória, José Guilherme Fernandes afirma que:

> (...) a memória só tem razão de ser por seu caráter de transmissão, ou seja, ela se constitui individualmente, a partir das experiências do sujeito retidas em suas funções psíquicas, mas adquire uma dimensão social por se tratar de ato interativo da cultura: eu narro sempre a outrem e, particularmente, em sua modalidade oral a transmissão requer obrigatoriamente um interlocutor, ou narratário, isto é, há necessidade de um ouvinte, pois não falo para um vazio. Por isso a memória assume caráter de tradição, aprendizagem e poder. (FERNANDES, 2011, p. 39)

Observando esse caráter da memória apontado pelo autor, no primeiro parágrafo, Seu Paquinha fala que a narrativa do Ataíde foi passada pelos avôs, uma tradição transmitida por aqueles que trabalhavam no mangue, uma forma de aprendizagem que interfere diretamente na sociabilidade, de como se adentrava o mangue (sozinho ou em companhia). Um elemento que se repete nas narrativas, como se poderá perceber nas próximas, é o enunciado: "eu nunca vi e nem desejo". O advérbio de negação 'nunca' já nos aponta

para a reflexão de que ver o Ataíde não é bom, pois se pressupõe logo que, se alguém encontra com o Ataíde, algo ele faz à pessoa. E isso diz respeito à imagem homoerótica, já que, na relação sexual homoerótica têm-se a junção de pessoas do mesmo sexo. Seguidamente, verifica-se que quando se pede para contar uma história de alguém que tenha visto o Ataíde, o personagem principal é sempre o outro e não o narrador, assim como, o narrador na maioria das vezes está fora da narrativa (extradiegético), e não se compromete "eu digo porque eles diziam". A memória de Seu Paquinha nos traz uma versão diferente do Ataíde, e conta que ele se encontrara com uma mulher metamorfoseado em seu marido, e com esta tivera um filho. Quer dizer, sugere-se uma situação de adultério, mas no segundo parágrafo são descritas as características físicas do Ataíde (homem, preto e grande), assim, há uma associação de virilidade masculina ao homem negro, em que o falo exerce uma imagem subjetiva de poder em decorrência do tamanho. Seu Paquinha mediu as palavras por conta de minha presença e gênero, pois, como falar para uma mulher que o Ataíde possui um pênis de grande tamanho? Tanto que ele não cita essa característica, um dos elementos indissociáveis à imagem do Ataíde. Contudo, no terceiro parágrafo ele indica nos termos "invade", "agride" as ações do mito.

A segunda narrativa é do Seu João Paca, e como o nome já remete, é filho do Seu Benedito (Paquinha) e Dona Raimunda; tem 55 anos de idade, começou a tirar caranguejo com aproximadamente 10-11 anos, profissão que aprendeu com o pai. E da mesma forma, não trabalha por falta de condições de saúde. As questões físicas que a coleta de caranguejo demanda de seus executores será abordada *en passant* na terceira narrativa. Dentre as várias narrativas que Seu João Paca conta, escolheu-se a história do Ataíde que ele ouviu na época que estava pescando. "Escutemos":

> (...) Eu já vi, eu já vi. Já vi não, eu já escutei. (...) Eu tenho tio que mora ali, que ainda conta essa história. Um que anda de cadeira de roda ali. Nós tava pescando pra Bossa Nova: tinha bem na boca do furo que vara pro Quatipuru, praia, tinha um rancho lá. Aí tinha só um velhinho lá, nós encostemo lá de maré grande, conversando lá, o velhinho tava dizendo que lá nesse rancho uma vez encostou uns caiqueiro sabe! Era bem uns cinco, então, todo dia ficava um rancheiro lá que eles deixavam o peixe salgado lá no rancho. Toda noite ficava um lá e o resto

ia pescar, quando vinha cuidava do peixe. Quando foi uma noite, diz que ficou um quando eles saíram. Quando foi umas oito horas da noite diz no luar grande, ele disse que lá vinha uma mulher lá pro pancada né... Na proa veio, subiu, falou com ele, diz que mulherão! Diz que muito bonita a mulher, ixi! E ele ficou já... Diz que ele nem cismava mais, nem cismava nada. Diz que era branca, diz que era bem loira a muleca, mulherão mesmo! E ele pensava que era mulher daí da Bossa Nova, que a Bossa Nova ficava mais aí em baixo né, do furo. Ela veio pedir uma bóia pra ele. Ele disse: pois não, pode tirar aí. O monte de peixe que tava lá! Não, tire aí pra mim! Pegou, enfiou o peixe numa cambada bacana, deu pra ela, desceu. Diz que quando ela desceu, na escada no rancho, diz que o rancho balançava, mas ele não cismou nada. Quando foi noutra noite, ele ficou de novo, foi quando ela bateu no mesmo horário. Pedia a bóia e também num escassiava pra ele. Vai esperar desse que tem um coração bom também né?! Aí veio, deu do peixe de novo. Quando os pessoal chegaram ele contou. Sempre no meio da turma tem um gaiato (risos) né... Ele contou. Rapaz o que tu fez com ela? Só dei o peixe pra ela. Mas rapaz tu é mole pra mulher! Pois hoje quem vai ficar aqui agora é eu! O Arrai da pescaria disse: rapaz tu não sabe o que é. Que nada rapaz! Se ela vim aqui, comigo tudo é duro! Tá bom, então fica. Ele não queria deixar ele. Ficou. Ele sentou lá no rancho, acendeu um cigarro, olhando né, com interesse já na mulher. Incuído pra ela vim. Quando foi no horário certo mesmo ela bateu lá. Aí diz que já veio mais bonita já ela. Pra ver né... O bicho já sabe! Envesseja uma coisa. Diz que muito bonita a mulher. Chegou, conversaram, conversaram. Aí tocou no assunto com ela, aí ela disse que: ia deixar o peixe lá e volto. Ele disse: tá bom! E ficou muito alegre. Aí ela desceu e foi embora, demorou. Aí lá vem ela com um meninozinho assim, pretinho. Vinha com um meninozinho quando

acaba era o chefão! Só que ele se transformou numa criança. Chegou no rancho e olhou e disse olha aqui ele. O cara, quando ele olhou pra cima, custou de vê o monstro de homem. Aí entraram. Ele entrou dentro do rancho, aí foram vadiar no teçado, mas num aguentou não. Pegaram ele! Esse bicho pegou ele e saiu. O pessoal chegaram. Só rancho esbandalhado em cima e, por onde ele ia, ia arrebentando a raiz e ia levando com tudo! Aí ele correu no furo novo, o pessoal vieram pra mais de quarenta macho atrás dele. Num acharam. Quando foi no outro dia eles foram, deram desde de manhã, quando foi meio-dia acharam ele. Já tava morto, esbandalhado, já tava morto já! Invadiu ele, esbandalhou tudinho, quebrou! Esse rancho esbandalharam de lá pra ninguém ficar mais lá. Mas o que faz isso é a duvidação né... Por isso que digo: todos lugar tem seu dono! O Ataíde, a curupira são dono do mangal. (...) Esse negócio desse bicho, ele se transforma na pessoa e vai saindo no mangal pra vê se a pessoa vai atrás. É, de qualquer pessoa ele se transforma, pra enganar.

Seu João Paca conta a versão do Ataíde em que ele está acompanhado de uma mulher. Contrariamente às características do Ataíde, ela é "loira" e "branca", isto é, indica o que seja o ideal de mulher "bonita" para eles, voltada para um tipo físico de matriz europeia. Note-se no início da narrativa a hesitação dele ao assumir que já viu, ou melhor, "escutou" de alguém sobre o Ataíde; novamente a perspectiva de distanciamento daquilo que não é bem visto no seu grupo social. A transmissão oral da história deu-se no momento de descanso na pescaria, mais uma vez a tradição ligada a uma forma de aprendizado. Aqui, o Ataíde estava metamorfoseado em criança para ludibriar o pescador. A mulher que acompanha o Ataíde configura um elemento incitador que atrai os homens para servir ao Ataíde. Dito isto, observa-se a narrativa, quando Seu João Paca chama a atenção para o pescador que deu o peixe para a mulher, referindo sentimentos como "coração bom", e que por não assedia-la foi julgado pelos companheiros "mas rapaz, tu é mole", apontando para o fato de que o homem deve insinuar desejo por uma mulher e que, caso não o faça, será visto como sinal de fraqueza masculina. Enquanto que, o segundo disse "comigo tudo é duro", o adjetivo reitera termos da

imagem masculina de virilidade. Nessa situação, o mais "macho" não tem um bom final, já que foi pego pelo Ataíde. Seu João Paca emprega, então, os vocábulos "invadiu", "esbandalhou", "quebrou" para sugerir que o pescador havia sido estuprado pelo Ataíde e, ainda, releva o porquê do mal feito: "isso é a duvidação". Desse modo, compreende-se que o mito é algo que deve ser respeitado, e que aqueles que trabalham no manguezal, território do Ataíde, como ele próprio se refere, como "dono do mangal", devem seguir os ensinamentos trazidos pelas narrativas orais. O Ataíde é a representação daquilo que os homens da comunidade repugnam: as relações homoeróticas. E, se eles não seguem o que foi passado pelos antigos ocorre o que Vladimir Propp (1984) denomina dano ou prejuízo, neste caso, o aparecimento e ataque do Ataíde. Pois a narrativa representa um modelo social, podendo negar esse modelo ou ratificá-lo.

Por fim, a última narrativa oral é de Adailton, conhecido como Amarelo, que com 25 anos de idade é tirador de caranguejo. É o único de nossos narradores que atualmente realiza a coleta de caranguejo como forma de sustento da família. Adailton começa sua narrativa esboçando as dificuldades do trabalho:

> É um serviço pesado! É muito pesado! Só trabalha ali atolado, ali todo tempo. (...) a gente sofre muita dor de coluna nesse serviço, de muito peso que a gente carrega (...). Rapaz... eu, eu que num fumo, eu passo por muita dificuldade no mangue olha! Porque tem muito inseto no mangue! Hum, cara eu trabalho muito aperreado!
> (...) o Ataíde (risos) diz que é um, um bicho que tem dentro do mangue que eu nunca vi nem desejo. A senhora não ouviu a história do Ataíde não? Ali em Bragança fizeram até um carnaval, saiu até um garotão lá, foi vestido de Ataíde (risos). Diz que ele é um negão. Ele agarra as pessoas, diz que dentro do mangue. E faz o que não deve entendeu? Estrupa, diz que os... Aconteceu isso aí, aqui não né?! Né nem bom acontecer. Aconteceu distante daqui já isso. A gente, só histórias que a gente vê contado aí. Esse bicho né... Só que a gente trabalha meio cismado lá dentro do mangue porque é deserto ali né. A gente não vê nada ali, vê só uns pássaros mesmo e o guaxini e o macaco também a gente sempre vê. (...) Eu já corri já (risos) dentro do mangue. Estava tirando caranguejo eu e meu primo na beira dum, duma pancada. Foi assim, foi umas quatro horas da tarde. Nós tava lá tirando de boa né. Nós fomos dá a última caminhada. A gente tava tirando lá de cabeça baixa, lá tirando aí, de repentemente a gente vemo aquele barulho, um barulho esquisito, como se fosse uma pessoa que tivesse morrendo, gemendo, desesperada ali, como se tivesse morrendo mesmo. Aí eu gritei pro meu primo: é seu primo, ah é o bicho! Nós se atrepemo porque a raiz do mangue é alta né? Se atrepemo em cima das raízes assim, fiquemo olhando assim pra frente, pra onde tava gemendo. Só que tava gemendo atrás de uns mangue baixinho assim que tinha né... Tava gemendo lá no meio daqueles mangue baixinho, tava remexendo aqueles mangue lá assim e aquele bicho gemendo, gemendo, gemendo. Eu disse: é seu primo lá vem o bicho! E eu todo tempo olhando pra lá né, quando eu olhei pro meu parceiro, o meu parceiro já ia correndo. Rapaz e eu também olha (estala os dedos indicando rapidez). Foi. Nós saímos correndo, pulando em cima das raízes igual macaco. Foi. Correndo mesmo feio. Aí (risos) nós não vimos nada, só vimos esse barulho só, é gemendo e aqueles pé de mangue assim dessa altura assim (mostra o tamanho) mexendo assim. E o macaco por cima doidinho gritando aí. (...) É diz que ele é negão ele. O pênis dele, diz que é enrolado por aqui (mostra o pescoço). Assim a história rola né, dele! Eu nunca vi não. Rapaz ele é um negão tarado, ele faz, faz o que não deve. Assim o pessoal dizem né.

Adailton frisa as intempéries que circundam o trabalho no mangue, fato que pôde ser verificado na etnografia, pois, praticamente todos os moradores que tiravam caranguejo sofrem algum problema de saúde devido ao trabalho. A força braçal que o trabalho exige é constante a partir do momento que se adentra no mangue, como ele diz, os caranguejeiros ficam "atola-

dos" na lama do manguezal, isso significa ter que suportar o próprio peso e a cambada de caranguejo, assim como as condições naturais do ambiente.

Retomando as outras narrativas, o enunciado de distanciamento permanece "eu nunca vi e nem desejo", e presente também no ato de narrar, Adailton expressa muitas risadas em seu discurso, uma forma que demonstra certo receio e ao mesmo tempo acanhamento em tratar do assunto. Mas, diferentemente de Seu Paquinha e Seu João Paca, ele utiliza a palavra "estupro" e "pênis", antes, emprega "agarra", "faz o que não deve" imprimindo cautela frente à minha presença. É possível que estivesse mais à vontade porque havia um colega ao meu lado e acrescenta "negão tarado", isto é, através do adjetivo 'tarado', o seu ponto de vista está presente em sua narrativa. Apesar de Adailton descrever como é o Ataíde e o que ele faz, frisa que não o viu, só ouviu seus "gemidos", haja vista que é o protagonista de sua narrativa (intradiegética).

Outro elemento pertinente no discurso é a locução "diz que", construindo um enunciado sem comprometimento, trazendo a ideia de que alguém/o outro, falou do enorme tamanho do pênis do Ataíde, mas eu (enunciador) nunca vi "assim a história rola"; percebem-se também as gírias, marcas de sua fala. Assim, Adailton tece sua narrativa mostrando que o ambiente do mangue é misterioso, por isso, ele trabalha "cismado", quer dizer, desconfiado, sempre à espera de que algo aconteça.

Desse modo, a seleção de três narradores serve para confirmar tanto os aspectos fixos relacionados à imagem do Ataíde (seus traços físicos e a maneira como ataca os homens), como as diferentes versões construídas pelos sujeitos citados. Isso vislumbra uma máxima de Paul Ricoeur (2007), a qual estabelece o trabalho com a memória não a partir da polaridade memória individual ou memória coletiva, mas numa perspectiva tripla, com três sujeitos (eu, os coletivos e os próximos), logo, Ricoeur, em sua leitura de Halbwachs, apropria-se da seguinte assertiva:

> Agrado-nos dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios (RICOEUR, 2007, p. 133-134).

Logo, na utilização da memória enquanto categoria de análise, não se pode deixar de considerar que o narrador constrói seu discurso tendo em vista um interlocutor ou narratário e sua subjetividade dialoga com as

subjetividades daqueles que estão próximos a ele, e também em relação a outros grupos sociais, daí a intersubjetividade; dessa forma, o sujeito traça sua teia de intencionalidades, de acordo com Paul Ricoeur, fazendo usos e abusos da memória, ou mesmo uma memória manipulada. Nesse sentido, captar os gestos, a "performance" do narrador, o uso de dêiticos, entre outros é conseguir abstrair o máximo de pistas daquilo que o narrador quer dizer ou não. Pois houve a presença de pausas e silêncios, principalmente quando perguntava sobre algum homoerótico assumido ou não da comunidade. As narrativas do Ataíde sugerem o ato sexual entre dois homens, contudo, isso está situado apenas no ato de narrar, o dito. Os não ditos, por sua vez, são as relações homoeróticas que ocorrem cotidianamente na comunidade e, possivelmente, no trabalho.

III. Ataíde: mito e realidade

Não seria o mito ainda mais verdadeiro por permitir que a história real adquirisse um significado mais rico e profundo, revelando um destino trágico?
Mircea Eliade

Ancora-se na concepção de imaginário de Gilbert Durand, para quem o imaginário é considerado "o 'museu' de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas" (DURAND, 2010, p.6). É nesse pluralismo de imagens que o mito ocupa lugar privilegiado. Não é por acaso que Durand apoiou-se em autores como Gaston Bachelard e Mircea Eliade para conjeturar sua proposta acerca do imaginário, pois o estudo bachelardiano concentra-se em ressaltar que as imagens poéticas possuem uma matéria, ou seja, a imaginação, os devaneios, os sonhos e o mito se constituem das impressões dos indivíduos, de uma via material. Nas suas palavras:

> A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que *cantam*[2] a realidade. É uma faculdade de sobre-humanidade. Um homem é um homem na proporção em que é um super-homem. Deve-se definir um homem pelo conjunto das tendências que o impelem a ultrapassar a *humana condição* (BACHELARD, 1997, p. 17-18).

2 Grifos do autor.

O mito trata-se de uma narrativa exemplar, modelar, "é sempre um *precedente* e um *exemplo*, não só em relação às ações – 'sagradas' ou 'profanas' – do homem, mas também em relação à sua própria condição" (ELIADE, 20102, p.339); sem autoria conhecida e simbólica por excelência. Por conseguinte, o Ataíde é prenhe de simbologia. Ligado ao espaço do manguezal, é constantemente trazido à tona nas narrativas enquanto um saber do passado, uma clara manifestação memorialística. Todavia, que influências são essas que caracterizam os traços constitutivos do Ataíde, aspectos como a cor da pele, a protuberância de seu órgão sexual? Que simbólicas são essas vinculadas ao espaço e ao gênero que também podemos encontrar em outros grupos sociais? Quais os implícitos dessa narrativa?

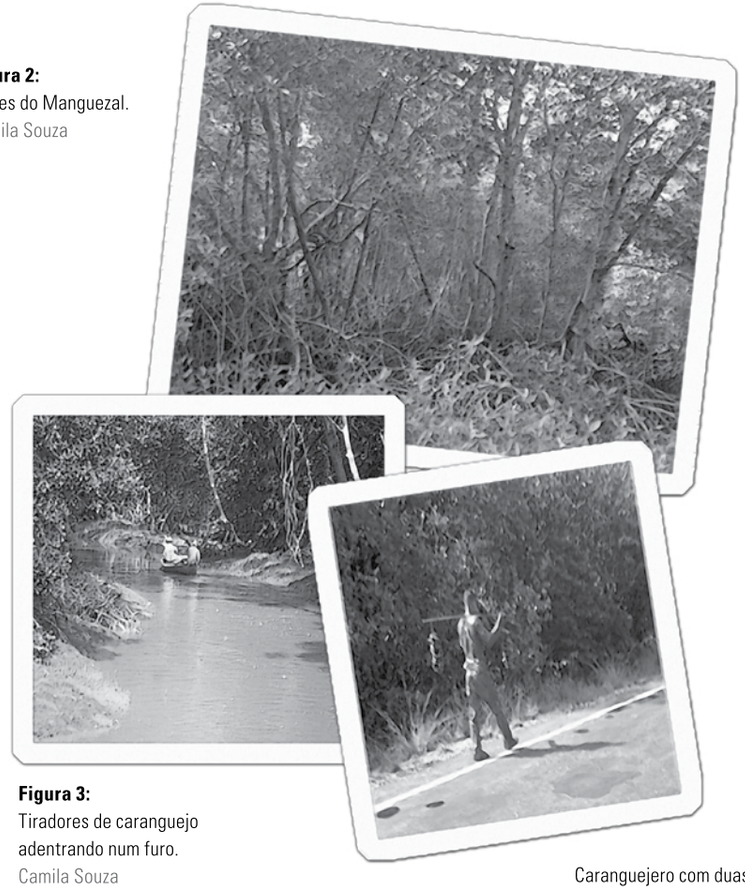


Figura 2:
Raízes do Manguezal.
Camila Souza

Figura 3:
Tiradores de caranguejo adentrando num furo.
Camila Souza

No intuito de responder essas interrogativas, devemos partir do seguinte pressuposto: o manguezal é uma das materialidades básicas da vida não somente do coletor de caranguejo, mas de todos aqueles que vivem em função do rio Caeté e é a partir desses espaços que os indivíduos constroem suas outras materialidades, como o Ataíde, suas subjetividades, suas sociabilidades. E, as narrativas só têm razão de ser porque são apreciadas pelos membros da comunidade, exercendo uma função social. É nesse contexto que Mircea Eliade insere-se com o estudo do simbólico, do mito.

Para Eliade "ainda que não exista a palavra, a coisa está presente; só que ela será 'dita' – isto é, revelada de forma coerente – por meio de símbolos e mitos" (ELIADE, 1992, p.17). Portanto, o mito é uma imagem criada pelos coletores de caranguejo que, de certa maneira, desvela relações homoeróticas. É claro que os valores atribuídos a estas relações superam a ideia de apenas contato sexual entre homens, mas uma prática depreciada por parte dos moradores de Bacuriteua. Além do que, o discurso de tio Paquinha revelou que o trabalho de coleta de caranguejo era feito no passado por homens totalmente desnudos, então, em que medida isso interferia nas relações sociais dentro do mangue é o que se procura saber com o andar da pesquisa. Assim, reflete-se que valores eram atribuídos e como se davam as relações homoeróticas no trabalho de coleta do caranguejo nesse período específico, quando "antigamente iam tudo nu, só com dois saquinho nos dedo". As narrativas carregadas de imagens, por vezes divergentes, são a forma que os sujeitos utilizam para materializar suas práticas, não significando dizer que quem narra o mito do Ataíde seja um homoerótico; eles narram porque compõem e recompõem suas subjetividades, resultado de suas práticas cotidianas nas relações dialógicas entre eles e os próximos e os outros grupos sociais, como nos lembra Paul Ricoeur (2007), efetuando coerentemente dessa maneira, o elo entre o dito e o não dito.

Definida a posição de importância do manguezal, um dos territórios de Ataíde, comecemos a explorar os sentidos operacionalizados pelo mito. Inicialmente, torna-se evidente a afirmativa de que o mito determina os modos, a conduta humana. Em função disso, nota-se que no trabalho da coleta de caranguejo as mulheres não participam, o mangue é um espaço exclusivamente masculino. Dona Raimunda confessou-me que às vezes ia tirar caranguejo escondida do marido. Essa questão de espacialidade que influi nas questões de gênero remete-me à relação dos índios Guaiaquis, em que os espaços feminino e masculino eram demarcados pela floresta, onde os homens caçavam e onde as mulheres "reinavam" pelo acampamento: "os guaiaquis não conhecem forma de trabalho em que participem ao mesmo

Figura 4:
Caranguejero com duas cambadas de caranguejo na estrada.
Camila Souza

tempo homens e mulheres" (CLASTRE, 1988, p.72). Na etnografia acerca dos Guaiaquis, Pierre Clastre apresenta o caso de um índio chamado Krembégi que havia adotado o comportamento de uma mulher e por isso não caçava com os outros homens. Em Bacuriteua não existe, no discurso dos coletores, gays no trabalho de coleta do caranguejo, um trabalho fundamentalmente masculino. Talvez, o estereótipo homoerótico esteja entrelaçado ao próprio discurso heterossexual, logo, os gays são encaixados na condição de homem ou de mulheres, de acordo com seu ato performativo. Então, os gays tidos como mulheres, exercem o papel social de uma mulher na comunidade, ou seja, trabalho doméstico, sendo restringido seu trabalho no manguezal. A partir disso extrai-se uma questão principal:

> A presença das assim chamadas convenções heterossexuais nos contextos homossexuais, bem como a proliferação de discursos especificamente gays da diferença sexual, como no caso de "*butch*" e "*femme*"[3] como identidades históricas de estilo sexual, não pode ser explicada como a representação quimérica de identidades originalmente heterossexistas. E tampouco elas podem ser compreendidas como a insistência perniciosa de constructos heterossexistas na sexualidade e na identidade gays (BUTLER, 2003, p.56).

Nessa reflexão, Judith Butler alerta para a categorização das identidades em relação aos "gays", de modo que efetuar uma caracterização de um homoerótico enquanto um representante do gênero feminino ou masculino é retornar à matriz binária, desconsiderando as outras possibilidades de gênero.

Um dado interessante abstraído na pesquisa de campo revelou, a partir de entrevistas com os pescadores cearenses, de passagem por Bacuriteua, que havia gays na pesca, mas, estes eram omitido pelos pescadores. Quer dizer, o pescador não pertencente à comunidade que não se reconhece como tal, não agrega os valores do lugar, na medida em que, falar de gay para ele demonstrava ser um assunto sem interdições.

As narrativas do Ataíde referenciam-no como um casal, ao mesmo tempo esse ser conjuga um homem e uma mulher. Esta característica remete à ideia de bissexualidade de alguns mitos no estudo de Mircea Eliade denominado de androginia divina. Conforme o autor, "são andróginas até mesmo *divindades masculinas ou femininas por excelência*[4]", cujo sentido está ligado à coexistência de contrários. E o Ataíde representa coincidência de opostos, haja vista que homem preto e mulher branca caminham juntos. Dando margem, ainda, para o cruzamento de culturas africanas, indígenas e europeia. Um encadeamento de imagens, no qual o africano é aquele possuidor de um falo grande em tamanho, vigoroso; a mulher branca, de olhos azuis é tida como parâmetro de beleza; o ataque do Ataíde consiste na violação do ânus masculino. Nota-se a quantidade de sentidos que imperam nesta unidade.

No âmbito das socialidades, a narrativa aponta para um ensinamento, o ideal de coletividade, que não se deve adentrar o mangue sozinho, é preciso estar junto de companheiros. Atualmente, a maior parte dos tiradores de caranguejo trabalha em grupos, com raras exceções. Dentro do mangue, eles ficam emitindo gritos, sinais de que estão bem, caso algo aconteça emitem sons distintos. Um coletor de caranguejo confessou-me que no mangal "rola todo tipo de sacanagem, brincadeira da canalha", nesse sentido explicou-me que o comportamento dentro do mangue era diferenciado das atitudes na comunidade, estabelecendo, dessa forma, a relação do que é público e do que é privado. Será que as regras são transgredidas no espaço do manguezal? E que ideal é este de masculinidade? Um horizonte inatingível?

À guisa de conclusão

O imaginário acerca do Ataíde pode indicar aspectos de relações homoeróticas e as diversas subjetividades dos narradores. *A priori*, é pertinente esclarecer que o presente trabalho não tem a intenção de afirmar que Bacuriteua é uma comunidade *gay* ou que todos os coletores de caranguejo e pescadores o são, nem mesmo que os narradores do mito do Ataíde sejam homoeróticos. Intenta-se desconstruir um discurso, compreender as razões construtoras deste processo em que o homoerotismo é negado. Na processualidade dessa discussão, torna-se indispensável o pensamento de desconstrução da lógica binária, este pensar que reduz e considera o "isto ou aquilo", "homem e mulher", "sim e não". Aquilo que está no hiato dos opostos e não se encaixa dentre as categorizações é posto à margem. Entretanto, deve-se sublinhar a existência de uma diversidade de gêneros, de identidades, de culturas, de possibilidades de ser do humano no mundo.

Nesse contexto, a aproximação com a etnografia possibilitou-me uma série de interrogações, reflexões, dilemas e, acima de tudo, experiências

3 *Os termos "*butch*" e "*femme*" designam os papéis masculino e feminino eventualmente assumidos nos relacionamentos lésbicos. (N. do T.)

4 Grifos do autor.

concretas. Eu, enquanto iniciante na área antropológica, obtive um aprendizado diário na pesquisa de campo, onde minha subjetividade dialogava com outras diversas subjetividades, propiciando um contínuo repensar de mim mesma e dos outros. E creio que isto não retira o caráter de "cientificidade" do meu trabalho, ao invés disso, o amplia.

A dinâmica de repensar o meu lugar e o do outro advém de outro exercício fundamental, a escuta de um narrador, ou seja, um ouvir atencioso, cuidadoso de interpretação, compreendendo que o interlocutor é dotado de idiossincrasias, de um lugar específico de enunciação "e de um conhecimento contingenciado pelo sexo, a idade, o *status,* e tudo o que determina a sua perspectiva específica" (MALIGHETTI, 2004, p.116). Ao lado disso, perceber que cada cultura tem o seu ritmo, suas temporalidades, implicando a existência de mudanças e de perduranças na vida social.

Mesmo que momentaneamente este trabalho necessite de um ponto final, é em minha consciência que a dinâmica das relações de gênero é contínua e complexa. E que essa pesquisa configura uma das mil leituras possíveis; um despertar para outras reflexões e diálogos.

Referências

ARAÚJO, A.F.; TEIXEIRA, M.C.S. **Gilbert Durand e a pedagogia do imaginário**. Porto Alegre: v. 44, n. 4, Letras de Hoje, out./dez. 2009. p. 7-13.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 15-60.

CANCELA, C. D. ; SILVEIRA, F. A.; MACHADO, A. Caminhos de uma pesquisa acerca da sexualidade em aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul. **Revista de Antropologia**. São Paulo: v. 53 nº 1. USP, 2010.

CLASTRE, P. O arco e o cesto. In: **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

ELIADE, M. **Mito do eterno retorno**. Trad. José A. Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. **Tratado de história das religiões**. Trad. Fernando Tomaz, Natália Nunes. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FERNANDES, J.G.S. **Pés que andam, pés que dançam**: memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança (PA). Belém: EDUEPA, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 20

MALIGHETTI, R. Etnografia e trabalho de campo. ***Caderno Pós Ciências Sociais***. São Luís: v. 1, n. 1, jan./jul. 2004, p. 109-122.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

PROPP, V. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1984.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SOARES, L. C. Homoerotismo e homossexualismo, a historicidade de um conceito. In: **Artciencia.com**. ano 3, n.7, março 2008. Disponível em: www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/view/243.

CATEGORIA

ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

Introdução

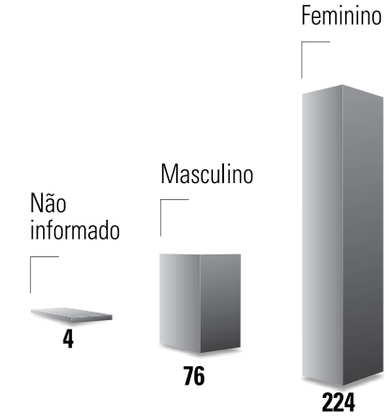
Na categoria *Estudante de Graduação* foram inscritos 304 artigos; comparando com a sétima edição, o aumento das inscrições nesta oitava edição foi de cerca de 50%, o que demonstra a penetração da temática da igualdade, racismo e discriminação no espaço universitário.

8° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, inscritos segundo o sexo, categoria ***Estudante de Graduação***

Inscrições por Região

Sexo	Quantidade	%
Feminino	224	74%
Masculino	76	25%
Não informado	4	1%
Total	**417**	**100%**

Fonte: CNPq/SPM, 2013



Trabalhos agraciados

Luna Borges Pereira Santos (UnB), com o artigo *Diálogos entre feminismos e poder judiciário: a implementação da Lei Maria da Penha no DF como política pública de reconhecimento do direito das mulheres à não violência.* Orientadora: profª. Lia Zanotta Machado.

Helisangela Maria Andrade Ferreira (UFRPE), com o artigo *Entre usos e táticas: a conquista dos espaços público e privado pelas "blusas-verdes" na cidade do Recife (1932-1937).* Orientadora profª. Giselda Britto Silva.

Diálogos entre feminismos e poder judiciário: a implementação da Lei Maria da Penha no DF como política pública de reconhecimento do direito das mulheres à não violência.

Luna Borges Pereira Santos
Universidade de Brasília (UNB)
Professora orientadora: Lia Zanotta Machado

Introdução

O pano de fundo deste trabalho e da situação que procura problematizar está baseado em um contexto democrático[1] de busca por justiça social, que é mediado pelo reconhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, p.461) de direitos das mulheres à não violência. Narrativas "modernas" consideraram as relações desiguais entre homens e mulheres como arcaicas e permitiram a superação das legislações penais e civis[2], ao introduzirem, nas Novas Constituições, o princípio da igualdade de direitos (MACHADO, 2009b, p.60 e 61). No entanto, apenas com a Lei 11.340/06 a violência[3] doméstica e familiar contra a mulher é criada como tipo penal – representando uma entre as várias atuações em que Estado, grupos feministas[4] e indivíduos se veem envolvidos na busca pela igualdade de gênero[5].

Não obstante, os dados de violência doméstica e familiar contra as mulheres ainda são alarmantes[6]. Tal indício nos leva a entender a perenidade, em nossa sociedade, de fatores institucionais, sociais e culturais que impedem o combate de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher, inclusive em Juizados Especiais.

---

1 Os campos legislativo e judicial brasileiro vêm acompanhando e constituindo o processo de democratização e o retorno do Estado de direito. A Constituição Federal de 1988 e leis – inspiradas em legislações de proteção de direitos – representam a institucionalização de novos princípios, orientações e linguagens democráticos que aparecem no cenário brasileiro (SCHUCH, 2006, p. 55).

2 O direito brasileiro apresenta uma memória social de longa duração (à semelhança do restante da América Latina) sobre o papel legítimo do homem de corrigir e castigar mulheres. Em tais legislações, até a segunda metade do século XX, somente os excessos não eram permitidos (Cf. MACHADO, 2010, p.58 e 59).

3 Neste trabalho o termo violência fará referência à explicação trazida pela LMP, em seu artigo 5º.

4 A expansão da dimensão individualista que acompanhava o processo de modernização e que nutrira o romantismo dos anos cinquenta produziu nos anos sessenta e setenta um cenário político muito mais heterogêneo, de reivindicações por direitos, no qual se insere o surgimento do movimento feminista (MACHADO, 1998, p.2).

5 Ainda que não seja possível delinear apenas um conceito de gênero que abarque as complexidades das relações sociais, é possível elucidar alguns aspectos por meio da leitura de pesquisadoras feministas (Cf. BUTLER (1990) e SCOTT (1996)).

6 O espaço privado no Brasil é o local onde ocorrem 98% das violências contra as mulheres. (MACHADO, 2009a, p.163). Sabe-se, ainda, que o Brasil ocupa o 7 º lugar no *ranking* mundial na porcentagem de homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2012).

O presente trabalho pretende analisar tais entraves e ambiguidades existentes dentro do campo[7] do direito. Este, ao ser visto como parte normativa de uma determinada sociedade – e não como campo autônomo – possibilita o desnudamento de relações de poder e significados previamente ocultos pela neutralidade e isolamento forjados em relação a essa mesma sociedade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010; BOURDIEU, 2002). Objetiva-se, portanto, demonstrar quais são os significados culturais e as relações de poder que processos judiciais não deixam ver claramente – tanto no discurso, quanto na prática do Juizado.

Para tanto, o desenvolvimento deste artigo procura (i) apresentar aspectos teóricos necessários para abordar a dimensão simbólica presente na implementação da LMP; (ii) elucidar as práticas judiciárias no tocante à não necessidade de representação nos casos de lesão corporal, e como as ambiguidades das relações violentas são consideradas durante o processo; (iii) explicitar ,ainda, as formas de atuação da equipe multidisciplinar no que tange aos atendimentos realizados e às formas de resolução do conflito violento; (iv) por fim, analisar os tratamentos dados aos casos cuja causa da violência é atribuída a uma corresponsabilidade.

O termo "feminismo" apresentado neste trabalho pode acarretar rechaço por seu conteúdo extremamente político. No entanto, a reflexão feminista faz interlocução com bases disciplinares da produção científica das ciências sociais, que nem sempre são sensíveis às posições desiguais de gênero (MACHADO, 2010, p.66). Além disso, a crítica feminista pode traçar linhas de ação contra as diferentes formas de opressão e violência derivadas das diferenciações de gênero, possuindo efeitos na forma histórica de construção da lei e na operação do sistema jurídico.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada conjuntamente com a estudante Renata C. de F. G. Costa, e faz parte da pesquisa *Práticas judiciárias e disputas legislativas: representações sociais sobre violências familiares e direitos sexuais e reprodutivos*, realizada pela orientadora Lia Zanotta. Reflete, ainda, minha experiência como estudante de direito, feminista e militante pelo combate à desigualdade de gênero. O substrato empírico está centrado na análise de casos de violência doméstica da circunscrição do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar do Núcleo Bandeirante/DF, no ano de 2012, entre os meses de abril e julho. Foram observados diretamente 26 processos, dentre 18 audiências – nas quais estavam presentes Juiz, Ministério Público, Defensoria e Advogadas voluntárias das *ofendidas*[8] – e 8 atendimentos multidisciplinares realizados pela Equipe Multidisciplinar (EM). No caderno de campo foram registradas as falas das partes, além da leitura dos autos dos processos.

Do total de casos, 38,4% apresentaram lesão corporal como uma das incidências penais; em 69,2% houve o crime de ameaça; em 30,7% o de injúria, e em 11,5%, o de perturbação. Apesar de existirem processos com ambos os tipos penais caracterizados, procurou-se analisar os casos e os diferentes crimes separadamente, de acordo com suas peculiaridades e os objetivos de verificação da prática judiciária. No entanto, entende-se que as discursividades e práticas observadas na singularidade dos casos podem desvelar um plano mais universal de aplicação da LMP (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, p. 454).

O poder simbólico da Lei Maria da Penha: judiciário e feminismos entre discurso e prática

Os movimentos feministas – assim como sua interlocução com Legislativo, Executivo e Judiciário – foram fundamentais para os processos de elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha. Em 2002, foi formado um consórcio entre entidades feministas[9] e juristas para estudar e elaborar uma minuta de Projeto de Lei Integral, estabelecendo prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres. O Projeto de Lei nº 4.559/04 foi aprovado no ano de 2006, e em setembro, a Lei 11.340 era assinada pelo Presidente da República (CFEMEA, 2009).

É preciso, portanto, ressaltar que os diálogos referidos no título em epígrafe se referem tanto aos discursos, quanto às práticas na esfera jurídica e dos feminismos. No âmbito do discurso, feministas chamam a atenção para o fato de que as causas da violência se apoiam em valores cristalizados dentro de uma determinada cultura que, embora não seja uniformada, possui condicionantes fundamentais para a legitimação de certos comportamentos (MACHADO, 2010, p.129). Não é por outro motivo que a análise de princípios formais/legais deve ser necessariamente aliada a práticas cotidianas da constituição de direitos, dos seus sentidos, usos, apropriações e reformulações na particularidade das experiências sociais (SCHUCH, 2006, p. 59). Inclui-se nesse deslocamento da perspectiva de análise, as próprias instituições e as pessoas que as constituem.

7 Utilizar-se-á neste trabalho o conceito de campo utilizado por Bourdieu (2002).

8 Optou-se por não utilizar o termo vítima, pois se entende que a mulher encontra-se "em situação de" violência (assim como estabelecido na Lei 11.340). Este termo é utilizado no lugar de vítima de violência, visto que a condição de vítima pode ser paralisante e reforça a representação da mulher como passiva e dependente.

9 Tal consórcio foi formado pelos grupos CFEMEA, ADVOCACY, AGENDE, CEPIA, CLADEM E THEMIS (ROMEIRO, 2009. p. 61).

Mais especificamente, as instituições do campo jurídico[10] se avocam uma autonomia que é forjada por meio da criação de um "monopólio de dizer o direito" (BOURDIEU, 2002, p. 212); e pelo fechamento e operacionalização das ferramentas jurídicas para a normatização da sociedade em prol de uma classe dominante (BOURDIEU, 2002, p. 213). Bourdieu (2002) vai mais além, e afirma que as práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força que lhe conferem a sua estrutura e, por outro, pelos conflitos de competência que nele têm lugar, e pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço das soluções propriamente jurídicas. O ponto principal, portanto, seria responder quais são as possibilidades transformadoras neste campo jurídico – porquanto legitima a ordem estabelecida ao consagrar uma visão de ordem que é a do Estado (SCHUCH, 2009, p. 42).

Representação e ambiguidades da violência doméstica: a prática judiciária nos casos de lesão corporal

No que tange à aplicação da LMP e a aspectos do processo penal brasileiro, o ano de 2012 foi marcado por uma importante decisão: o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4424[11], interpretou os artigos 12, I, 16 e 41 da LMP, considerando-a integralmente constitucional e afastou, ainda, a aplicação da Lei 9.099/95 nos casos de violência doméstica e familiar. Assim, os casos de lesão corporal – independentemente de sua extensão[12] – voltariam a ser incondicionados à representação (tal qual prevê o Código de Processo Penal Brasileiro), ou seja, o Ministério Público pode realizar a denúncia, independentemente da vontade da parte ofendida.

10 O "sistema simbólico" representado pelo direito produz também integração social, vez que torna possível o *consensus* acerca do sentido do mundo. Essa última função (que provoca uma integração moral entre os indivíduos e as instituições existentes) pode ser exemplificada por meio do trabalho de decisão de juízes/as: a interpretação de uma lei nunca representa um ato solitário de um magistrado, pois o efeito jurídico da interpretação da regra é traduzido como significação real do texto, de modo que o trabalho coletivo feito fará atestar que a decisão não exprima (pelo menos não em termos explícitos) a vontade e a visão do juiz, e sim que faça parecer traduzir uma *voluntas legis* ou *legislatoris* legítima e imparcial (BOURDIEU, 2002, p. 225).

11 Apesar de o acórdão não ter sido publicado ainda, a força simbólica de tal decisão foi tamanha que alguns Juizados passaram prontamente a atuar conforme o estabelecido pela Suprema Corte. Alguns votos foram publicados em sítios da internet, a exemplo daquele proferido pelo Min. Luiz Fux. Recuperado em 7/8/2012 de: http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/1178_Voto_Min._Fux.pdf.

12 Nesse caso, inclusive o tipo de penal "vias de fato"- comum nos casos processados no Juizado em analisado – são também incondicionados à representação. Recuperado em 07/08/2012, de: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=1data99853.

No Juizado analisado, a aplicação da LMP vai ao encontro desse posicionamento, pois (i) nega-se o direito à parte ofendida de desistência nos casos de lesão corporal; e, nos demais casos, requerem audiência de justificação própria para o pedido de arquivamento do processo; (ii) considera-se inconstitucional a suspensão condicional do processo, vez que se trata de procedimento albergado pela Lei 9.099/95 dos Juizados Especiais Criminais. Por tal motivo, a análise dos casos de lesão corporal se dá de modo separado, enfocando-se as falas e aspectos processuais específicos. Ao total, foram analisados dez casos de incidência do crime de lesão corporal e seis no caso do tipo penal "vias de fato". Neste tópico do artigo, será relatado apenas um caso, cuja análise pretende, entretanto, demonstrar diferenças observadas no tratamento desses tipos penais, além de imaginários sociais – e advindos do campo jurídico – encontrados.

Em uma das audiências de justificação observada (Data da audiência: 3/5/12), a ofendida (O) havia sido injuriada (fora chamada de velha e de outras palavras de baixo calão), ameaçada (de ser queimada viva), sofrido perturbação (ligações e impossibilidade de residir em sua própria casa) e agredida (empurrada na parede, configurando "vias de fato"). Iniciada a audiência, a O afirmava que o suposto agressor[13] (SA) estava "uma benção", e que ela estava lá apenas para "retirar [a queixa] e pedir desculpas". Em resposta, o Juiz substituto (Js) explicou que o prosseguimento da ação "não dependia da vontade" dela, pois se tratava de um caso de lesão corporal. Ele apresentou, ainda, a possibilidade de **suspensão do arquivamento**, para que a O ainda tivesse um tempo para recorrer ao Poder Judiciário, caso voltasse a se sentir ameaçada.

Faz-se uma breve explicação sobre a prática *sui generis* do referido Juizado de utilizar como alternativa ao arquivamento imediato (previsto em lei), a suspensão do arquivamento do processo, ou seja, diante da desistência, por parte da O, aguardam-se seis meses (fim do prazo decadencial[14]) para arquivar o processo. Assim, busca-se mais tempo para reflexão da O, ou ainda, mais tempo de acompanhamento psicossocial da situação do casal, pois se entende que o prolongamento da tutela jurisdicional permitiria resolver os conflitos violentos de modo mais eficaz que o arquivamento imediato. No caso em questão, a O perguntou repetidamente se o SA saberia da suspensão do arquivamento ou do conteúdo da audiência. Por tal motivo, Promotor/a (P) e Js indagaram várias vezes se a O possuía algum temor:

13 O termo "suposto" é utilizado em respeito a princípios do constitucional e do direito penal, tais como o do contraditório (Constituição Federal de 1988, artigo 5º, incisos LIV e LV. Recuperado em 18 de agosto de 2012, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm).

14 Estabelecido no artigo 38 do Código Penal Brasileiro.

> Js – Pode falar tudo, não precisa ficar com receio. Ele não vai saber exatamente o que a senhora fala[15].
>
> O- Eu só quero retirar e pedir desculpa.
>
> P– Não tem que pedir desculpa. A senhora foi à delegacia? (03/05/12)

Em razão da conciliação, as medidas protetivas de afastamento do lar, separação de corpos e proibição de contato foram revogadas. No entanto, advertiram a O sobre a possibilidade de recorrer à delegacia ou ao próprio Juizado, caso o SA voltasse a ofendê-la, e que era fundamental o comparecimento deste ao atendimento psicossocial.

Há diversas críticas, advindas do direito, da antropologia, ou de segmentos feministas, em direção à não necessidade de representação[16]. Diz-se que seria arriscado politizar as ferramentas jurídicas dessa forma, pois uma das consequências poderia ser o delineamento de uma mulher constantemente vulnerável (e, portanto, não entendida como sujeito ao longo do processo). Por outro lado, alguns setores afirmam que simplesmente caracterizar uma mulher – sem poder de decisão sobre o arquivamento do processo – como uma pessoa sem autonomia implica ignorar construções subjetivas das mulheres envolvidas em situação de violência (MACHADO, 2010b, p. 72).

É possível pensar, portanto, que a não necessidade de representação pode ser um delineamento de uma política pública (a LMP) de modo a torná-la mais efetiva, pois essa forma de aplicação da lei abre espaço para que, no ambiente da audiência, promotoras/es, juízas/es e advogadas/os, ou os/as responsáveis pelos atendimentos multidisciplinares, estejam mais atentos/as à complexidade da relação violenta e a possíveis ambiguidades nas falas de mulheres reais[17] (CAMPOS, 2006; MACHADO, 2010b), que, não raro, são coagidas a desistir do processo. Como exemplo, podem-se citar as falas da O no referido caso, vez que ela apresentou uma posição ambígua sobre o próprio relacionamento, pois, ao ser indagada por P, afirmou que possuía interesse em continuar o relacionamento, no entanto, em outra ocasião ocorreu o seguinte diálogo:

> P – No caso foram *vias de fato* e há indício de autoria e materialidade. Foram fatos contra a filha da senhora também. Além disso, são fatos recentes, por isso concordo com o juiz [sobre o a suspensão do arquivamento].
>
> O- Não tenho mais interesse em estar com ele. Quero me ver livre. Ele vai ficar sabendo que eu não retirei isso hoje? (3/5/2012)

Os silêncios e a quase inexistente contra-argumentação por parte da O, delineiam uma situação em que a decisão sobre o arquivamento já estava tomada por ela, antes da audiência. Há a possibilidade de interpretar as curtas falas como estando baseadas muito mais na existência da relação conflituosa e violenta, do que na vontade de proteger efetivamente sua integridade. Apesar de se sentir mais protegida durante a audiência, por consequência da atuação dos/as agentes do Judiciário, o temor e a coerção claramente vividos diminuíram as possibilidades de ação e narrativa da O.

O grau de violência implícito em uma ameaça não pode ser indubitavelmente compreendido pela existência da LMP ou por outros meios jurídicos. É preciso possuir uma escuta sensível em relação às ambiguidades sociais e relacionais que permeiam a vida das partes. Não que fosse necessário pontuar e explicar a elas que se tratava de um relacionamento baseado em dominação masculina – inclusive porque tal posicionamento condena a mulher a ser um eterno objeto (MACHADO, 2010, p. 76). Mas deveriam explicitar que o histórico entre o casal e as perspectivas elucidadas pelo depoimento representavam uma clara forma de estabelecimento de hierarquias[18] prejudiciais à O e para a construção de sua autonomia.

Dessa forma, procurar-se-ia combinar a possibilidade de maior acompanhamento do processo pela equipe multidisciplinar (EM), por meio da suspensão do arquivamento, com uma mudança nos padrões de relacionamento conflituosos e hierarquizantes, de modo que seja factível o movimento subjetivo de se desentranhar das situações impregnadas pela violência. Talvez assim, as formas de violência doméstica e de gênero não fossem "consideradas facilmente superáveis pelas vontades e escolhas individuais e autônomas de cada pessoa" (MACHADO, 2009a, p.61). Ademais, como afirma DEBERT e OLIVEIRA (2007, p.223), exigir a representação da parte seria uma forma de retirar, definitivamente, o caráter propriamente criminoso dos crimes de lesão corporal que ocorrem no espaço doméstico.

15 E, em direção à promotora e à escrivã: "hoje a audiência é mais informal" (Audiência do dia 05/08/2012).

16 Cf. CAMPOS e CARVALHO, 2006.

17 A análise jurídico-feminista, com base na categoria "gênero", opõe-se à criação discursiva de *vítimas abstratas*, quase virtuais, pois, na linha metafísica da dogmática tradicional, nega-se a concretude do problema: mulheres que há anos convivem com maridos/companheiros violentos. (CAMPOS, 2006, p. 6).

18 O que predomina nos conflitos é a oposição de interesses, havendo sempre o interesse do dominador: desejo de mando e a montagem de um sistema que permita que ele se efetive e se perpetue. De outro lado, há o interesse da mulher que não é claramente definido porque ela está sujeita a uma violência simbólica, que anula a possibilidade de definirem seu destino e interesse. (AZEVEDO, 1995)

Atuação da equipe multidisciplinar: utilização das medidas protetivas de urgência e os resquícios de mecanismos conciliatórios

A equipe multidisciplinar[19] (EM) do Juizado em questão é composta por uma pessoa bacharela em direito (B), uma assistente social graduada em direito (AS) e três psicólogas (Psi1, Psi2 e Psi3). Além disso, participam periodicamente uma assistente social do Tribunal (AS2) e advogados/as das partes. Segundo a fala de B, desde o fato violento, a dinâmica de atendimento na EM (e no Juizado), em geral ocorre da seguinte forma: na delegacia é possível fazer o pedido das medidas protetivas; e, em 48h, o termo circunstanciado deve ser remetido ao Juizado. Neste, entram em contato com a O, e o juiz, ao analisar a situação exposta, defere ou não a/s medida/s protetiva/s. No mesmo dia, um/a oficial/a de justiça informa a ambas as partes das medidas, e é marcado o atendimento com a equipe. Nesta ocasião, há uma avaliação do processo e das falas das partes para que sejam realizados os devidos encaminhamentos psicossociais[20]; e, caso seja uma situação muito grave, já é marcada a audiência na presença do juiz.

A EM é um espaço destinado a conversas de modo mais informal, com o intuito de dar espaço aos depoimentos das partes e está sempre sob a supervisão do juiz, por meio (i) do envio do relatório de atendimento, cujo objetivo é dar uma maior base de contextualização sobre a relação entre as partes; e (ii) a partir de conversas informais, de acordo com a demanda da situação. No atendimento, a O pode optar por: suspensão do arquivamento, desistência (excetuando os casos de lesão corporal) ou revogação das medidas protetivas. Tais medidas, aplicadas com celeridade e em atenção à situação vivida pela ofendida, representam um dos grandes avanços da lei, vez que protegem mulheres e familiares nos casos de ameaça e violência iminente. Outro ponto a ser abordado em relação aos atendimentos multidisciplinares é a dificuldade de aliar esse espaço – em que as narrativas e as complexidades envolvidas no caso concreto sejam consideradas – com encaminhamentos e relatórios que não adotem uma lógica de conciliação prejudicial à O, pois, segundo DEBERT e OLIVEIRA (2007, p. 323), uma audiência de conciliação pode ser transformada num espaço privilegiado para

19 A Lei 11.340/06 prevê a existência da Equipe Multidisciplinar nos artigos 29 a 32.

20 Os encaminhamentos psicossociais são realizados, na maioria dos casos, pelo Serviço de Assessoramento a Magistrados Sobre Uso de Drogas (SERUC), responsável por partes com problemas relacionados a álcool e drogas; e Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência – SERAV, responsável pelo acompanhamento psicossocial em casos de violência doméstica. Além deles, há também o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Alcoólatras Anônimos (AA).

a indução das vítimas a desistirem da causa levada à Justiça. Esse ponto de tensão é, por um lado, considerado pela atuação da EM, pois seus/suas integrantes tratam das questões cíveis, por exemplo, separadamente; e, apenas se houver consenso entre as partes, elas podem se encontrar para finalizar o acordo.

O Juizado Especial deve prezar, certamente, pela celeridade e resolução de conflito para que as partes encontrem a melhor maneira de reparar o dano resultante da violência e impedir sua repetição (MACHADO, 2009b, p.176). Não devem, entretanto, opor inexoravelmente economias simbólicas diferentes, entre um modelo baseado no consenso e outro, focado no conflito; sob pena de simplificar os significados políticos que os procedimentos conciliatórios podem ganhar em diferentes contextos (NADER,1994 *apud* DEBERT e OLIVEIRA, 2006). Mas é salutar que a mulher seja tratada como sujeito que possui o direito legítimo de estar amparada pelo Estado, independentemente de valores familiares, ou do bem jurídico da harmonia familiar.

Exemplo de resquícios de mecanismos conciliatórios[21] foi o caso (Data: 29/5/12) em que a O fora ameaçada de morte por seu ex-namorado (disse que compraria "uma arma e faria besteira"). O SA não aceitava o término do relacionamento e assumia ter controlado, durante o relacionamento, a forma de se vestir da O. Esta, amedrontada, narrou que passou por um período de depressão após a ameaça. Além disso, disse claramente que não gostaria de encontrar com o SA, pois não lhe faria bem. Diante dessa situação, a Psi1 afirmou que ela possuía a opção de arquivar ou suspender o arquivamento, e manter as medidas protetivas em qualquer um dos casos. Perguntou à O, ainda, se ela não se opunha a ver a avó do SA, que havia pedido para conversar com ela. Após negar, a O foi convencida de que seria importante conhecer a avó do SA, e o faria com a presença da AD (advogada voluntária). A O decidiu, com auxílio da AD, pela suspensão do arquivamento, mantendo as medidas protetivas.

Observa-se, especialmente nos casos de ameaça e ofensas à honra[22] (condicionadas à representação), a intervenção da EM deve se fazer no sen-

21 Se o ponto de encontro é a máxima proteção do mais fraco (sujeito passivo, débil), a perspectiva crítica dos discursos direciona-se à classificação legal de inúmeras formas de violência doméstica como "*delito de menor potencial ofensivo*" e, em consequência dessa definição, sua forma de processualização (justiça consensual). A interação discursiva renova ambas as perspectivas e permite a construção de um *locus* de diálogo, no campo penal e processual penal, que é desafiante aos próprios discursos originários. Entende-se, portanto, que esse esforço, por si só, é salutar quando se trabalha com a perspectiva de reduzir danos acarretados pelas violências públicas (do Estado contra o indivíduo) e privadas (entre indivíduos em conflito) (CAMPOS e CARVALHO, 2006, p.2).

22 Ambos os tipos penais representaram, respectivamente, 19% e 15% dos atendimentos observados. Cf. tabela em anexo.

tido de *empoderar* as mulheres e oferecer formas de reflexão sobre as condutas em situação de violência (MACHADO, 2009a, p.176). A EM representa ponto crucial da efetivação da política pública, pois procura entender a violência em cada caso. Não obstante, é imprescindível apresentar a pertinência de uma perspectiva de gênero para que categorias como "mulher, mãe, esposa, vítima" não sejam essencializadas. E, assim, a LMP seja instrumento legal de construção de igualdade material de direitos das mulheres.

Atribuição de corresponsabilidade em situações de violência

Um argumento contrário à aplicação da LMP se refere a uma tendência em predeterminar o sujeito (masculino) e a vítima (feminina) da violência, de modo a prejudicar a focalização nos múltiplos fatores e dinâmicas que geram violência conjugal e familiar (MACHADO, 2009b, p.160). No mesmo sentido desta crítica, a análise do relatório de atendimento do serviço psicossocial do Juizado nos apresenta a violência conceituada como "um produto relacional, construído nas vivências sociais, e não como uma patologia individualizada e subjetivizada do autor" (Termo de Audiência do dia 24/5/12).

Denota-se que, tanto a crítica, quanto o conceito de violência referido optam por se reportar a questões relacionais, que não tornam fixos papeis e identidades de homens e mulheres. Não é por outro motivo que o conceito de gênero, analisado em contexto e história específicos[23], é tão importante para entendermos que a violência muitas vezes se propõe a "restaurar o sentido da ordem" (que não é absoluto) esperada para a relação. Essa expectativa de os envolvidos compartilharem, em grande medida, uma mesma percepção de "ordem" está edificada em identidades do masculino e do feminino, ou seja, em idealizações que refletem não só o que o sujeito é, mas o que se espera do/a outro/a (MACHADO, 1998, p.26). O que as mulheres buscam e disputam, ao negarem a ordem anteriormente legitimada, é que a relação seja de maior igualdade entre ela e o SA.

Na análise de uma audiência (data: 12/6/2012), de um caso de lesão corporal entre um casal de namorados, percebe-se claramente que a construção cultural do masculino parece estar tecida como depositário da lei simbólica[24] e, ainda, produtor arbitrário de lei (MACHADO, 1998, p.37):

23 A violência doméstica e familiar está centrada na construção de uma realidade cultural Ocidental e influenciada por uma história específica de construção do poder masculino no espaço privado, que ocorre desde o século XVII (FOUCAULT, 1975 *apud* GROSSI, 2000).

24 BOURDIEU, 1999.

> O – Fomos a uma festa da minha colega. E lá teve um momento eu fui pegar uma carne pra comer e chegou um rapaz perguntando se tinha uma linguiça pra comer. Eu falei que já tava pronta. Eu e ele estávamos altos já. Acho que ele não gostou de presenciar esse fato e pediu para irmos embora.
>
> ... P – Foi uma forma mais agressiva, ríspida?
>
> O – Isso. Aí quando viramos, saímos da quadra [já dentro do carro]. Ele começou a falar que eu estava me oferecendo pro cara... Eu estava me olhando no espelho com a luz do carro ligada. Ele ficou brigando, quebrou a luz do carro e o retrovisor, me machucando.
>
> ...D– A senhora se recorda com o que a senhora lesionou ele?
>
> O– Com as minhas unhas, eu já estava sangrando, ele ficava empurrando e batendo minha cabeça. Eu arranhei ele para ele me soltar (12/6/2012).

Na análise das falas, percebe-se que a O não se coloca em uma posição de vítima, pois narra com detalhes as possíveis causas da violência, demonstrando, inclusive, comportamentos violentos de sua parte. Entretanto, é preciso estabelecer limites entre o posicionamento de aceitar a mulher como sujeito e parte do relacionamento conflituoso; e entender que existe uma desigualdade fundante nessa relação. Tal iniquidade está baseada em uma determinada **assimetria** presente nas disputas de poder inerentes a qualquer relacionamento: a posição masculina como local legítimo de controle disciplinar (MACHADO, 1998, p.25 e 26), como pode ser evidenciado pelo seguinte trecho da mesma audiência (Data: 12/06/2012):

> ...P- Essa foi a primeira vez?
>
> O – Não [foi a primeira agressão]. Teve agressão antes, mas não registrei. Ele me disse que nunca faria mal a nenhuma mulher. Um dia eu peguei carona com um colega. **Tudo bem que eu menti pra ele, mas ele não poderia me agredir quando entrei no carro dele**. Ele me dava murro mesmo, na cabeça. **Me levou em casa e falou pra minha mãe**...Ela [mãe] acreditou nele e me bateu também. Eu tinha 17 anos. Essa foi a primeira. Aí teve outra... (grifos meus)

Considera-se, portanto, a violência como sistêmica, não se esgotando em um fato isolado, mas sim formada por padrões de conjugalidade e disputa de poder entre duas pessoas (MACHADO, 1998, p.26). Vê-se que o homem e a mulher não podem ser considerados separadamente, pois a tensão existente **entre ambos**, além de proporcionar o delineamento específico de determinada relação, expõe a violência como algo que não é arbitrário. Pelo contrário: representa um texto próprio de cada casal (GROSSI, 2000, p.8), que está totalmente carregado de significados culturais, de comportamentos legitimados socialmente, tal como o exemplo da tentativa do SA de castigar[25] e corrigir sua companheira.

Em se tratando de pessoas de "carne e osso" (humanas, demasiado humanas), o litígio judicializado[26] representa uma patologia da relação afetiva (CAMPOS e CARVALHO, 2006, p.12). Tal disfunção relacional, em quase todos os casos, opera por meio da subalternidade feminina na manutenção das relações violentas, calcada, por sua vez, no âmbito cultural da dominação de gênero. Assim, uma perspectiva feminista deve entender que sujeitos mulheres estão disputando poder, não podendo ser consideradas essencialmente vítimas. No entanto, uma visão abstrata sobre a necessidade de autonomia feminina não consegue ouvir as construções subjetivas das mulheres envolvidas em situação de violência (MACHADO, 2009a, p.71). No âmbito doméstico e familiar, por sua vez, é construída culturalmente uma disposição da mulher não ser a lei, de ser passiva[27]; nem por isso, as mulheres deixam de reagir à violência.

Atos de violência – inclusive quando perpetrados por mulheres – são resultado de uma atitude internalizada por elas diante de regras que lhes são impingidas e reiteradas pelos costumes e tradições (GREGORI, 1993, p.123). O próprio ciclo da violência doméstica demonstra que há circulação e disputa de poder no interior da casa e uma dificuldade de se manter as duas pessoas em um plano horizontal de poder (GROSSI, 2000, p.9). O problema é que a relação de submissão a que as mulheres estão submetidas nunca é tocada, mas a

25 Porque os ciúmes são percebidos pelas envolvidas e envolvidos nas relações conjugais como manifestação de amor, são também entendidos sempre mais do que manifestação arbitrária da possessividade masculina (MACHADO, 1998, p.33).

26 Ocorre que invariavelmente, nos casos de violência doméstica, os dois atores se apresentam em disparidade. Se, por um lado, a convivência durante muitos anos revela o padrão da relação (violenta), a busca da solução judicial revela a tentativa de ver restabelecido o equilíbrio rompido. Por isso, nessa situação não há possibilidade de relações isonômicas. (CAMPOS, 2006, p. 7).

27 Questão observada durante as audiências foi a tentativa constante da Defensoria em construir uma imagem da mulher como **coautora do ato violento**. Na audiência referida, D dirigiu-se à O para perguntar-lhe questões como: No momento em que a senhora pegou a tranca do carro, a senhora tentou agredi-lo? Ele também ficou machucado no dia? A senhora é nervosa? A senhora nas discussões ou fora delas já o agrediu fisicamente? Percebe-se que se procura invocar, com tais perguntas, a fundação do poder disciplinar que supõe a legitimidade simbólica do não revide (MACHADO, 1998, p.29).

ameaça da supressão dessa relação é que está na origem da relação conflituosa da violência (GREGORI, 1993, p.161).

Percebe-se, portanto, que é preciso atuar com cautela e percepção crítica ao dizer que a mulher é **corresponsável** pela situação de violência, ideia que advém, em larga medida, de conceitos da terapia familiar e do não reconhecimento da assimetria de poder entre homens e mulheres. Como solução, agentes do Poder Judiciário poderiam integrar dimensões culturais e subjetivas da violência (MACHADO, 2009a, p.74). Assim, as identidades das partes poderiam ser analisadas com aspectos relacionais do casal e da sociedade, de modo que aspectos simbólicos[28] e de desigualdade de poder da violência doméstica fossem evidenciados. Partindo desse pressuposto, os atos de violência no vínculo conjugal poderiam ter seu cenário pré-estabelecido modificado, de modo que homens e mulheres não possuíssem papeis que lhes fossem outorgados por um texto socialmente conhecido que oscila entre amor e dor (GROSSI, 2000, p.11 a 13), marcado, entretanto, por desigualdades de poder e diferentes legitimações sociais dadas a agressões perpetradas por homens ou mulheres.

Conclusão

A existência da LMP foi e é importante, dentre outros fatores, por sua força simbólica e pela possibilidade de modificar a estrutura e o modo de atuação do Judiciário para o atendimento de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres. Exemplo muito profícuo dessa mudança foi o Juizado analisado, porquanto apresenta um aparato físico e pessoal que está em construção para melhor atender às mulheres em situação de violência, em consonância com a LMP. No entanto, ainda há questões estruturadas e estruturantes em nossa sociedade que obstam o combate a essa violência. Ressalta-se que formas de operacionalizar juridicamente tais obstáculos não contam com soluções lineares. Tampouco as reivindicações e saídas encontradas pelos feminismos o são. Os avanços, em ambos os espaços, são como ondas que chegam à praia e se vão, e que devem entender como instáveis as opressões sofridas por mulheres em nossa sociedade culturalmente específica.

Recorre-se, portanto, ao diálogo como meio de entender que a autonomia do direito é forjada porque as dimensões social, cultural e política são inerentes ao jurídico. Nesse sentido, os significados produzidos pelo direito

28 Para Bourdieu (1999), a forma de operar da violência simbólica pode ser útil para perpetuar uma dominação em relação às mulheres, pois para ele, a violência simbólica é exercida com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem, e também daqueles que a exercem, na medida em que não têm consciência de exercê-la ou sofrê-la.

(BOURDIEU, 2002, p.12) são sempre específicos de um determinado contexto cultural e histórico; e, mais importante: necessariamente compartilhados. Por isso, vozes feministas não podem se apoiar apenas em gritos por igualdade: é preciso ver efeitos contraditórios (MACHADO, 2010, p.129) de um contexto social que busca, de modo institucionalizado, o fim da violência doméstica e familiar contra a mulher. Afinal, o direito também possui gênero, tanto no discurso, quanto na sua própria forma de operar na sociedade, pois o campo jurídico não apenas reflete a realidade; também a constrói – tanto na descrição dos fatos, quanto na elaboração das leis (SCHUCH, 2009, p.47; BOURDIEU, 2002, p.338).

Nesse ponto, a antropologia e outros saberes podem auxiliar o direito a equacionar conflitos violentos, de forma que, tanto nos atendimentos multidisciplinares, quanto nas audiências, seja possível abrir espaço para a voz de mulheres em situações de opressão, de modo que o silêncio seja substituído pelo protagonismo das partes. O direito deveria ser o último recurso para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, mas isso não impede que seja reivindicado como espaço de disputa. Espaço em que repertório de ações específicas e possibilidades interpretativas sejam capazes de trazer à tona subjetividades construídas dentro de um universo simbolicamente pré-estruturado. Para tanto, opções políticas devem ser tomadas por olhares que não se preocupem apenas com questões judiciais, pois – por serem fruto desse mesmo pano de fundo repleto de significados compartilhados – devem ser imparciais, não neutros.

É importante, portanto, problematizar essas questões no âmbito da academia, que deve pensar criticamente, ou seja, de acordo com os anseios e desejos de uma época (mais especificamente no caso deste trabalho, vinculando-se tal perspectiva crítica a repertórios de ações e discursos feministas). A janela escolhida neste artigo demonstra que a ideia de autonomia pode ser ressignificada, por meio de novos olhares que incorporem subjetividades, experiências pessoais do "estar no mundo", contextos e significados culturais. Sem esquecer-se, entretanto, que e o direito também contribui para que possibilidades de ação de mulheres sejam cada vez maiores, por meio da construção autônoma de suas subjetividades dentro de relações sociais, livres de opressão ou violências.

Referências

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em http://goo.gl/Lfbvs Acesso em 16/08/2012.

BRASIL. Lei nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União 2006. 22 de agosto de 2006. Disponível em http://goo.gl/U6YI7 Acesso em 10/08/2012.

CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais**:** análise a partir do feminismo e do garantismo. **Revista de estudos feministas**: Florianópolis, 14, (2), 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**. São Paulo: v. 53(2) 451-473. USP, 2010.

CFEMEA. **Lei Maria da Penha**: do papel para a vida. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. Apoio MDG3Fund, 2ª edição, 2009.

_____.O ofício do antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas. **Série Antropologia**. Brasília: v. 413, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2007. pp. 6-19.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, M. B. de**.** Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". **Cadernos pagu**. (29). Campinas: julho-dezembro de 2007, pp. 305-337.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: relfexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs) **Masculino ,feminino no plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

KANT DE LIMA, R. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. In: **Anuário Antropológico**. [S.l.]. 2009 (2), 2010. p. 25-51

MACHADO, L. Z. E.; MAGALHÃES, M. T. B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. M. (eds.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: EDUnB/Ed. Paralelo 15, 1999.

_____. A longa duração da violência de gênero na América Latina. In. FERNANDES, A. M.; RANINCHESKI, S. **Américas compartilhadas**. São Paulo: Francis, 2009a.

_____. Onde não há igualdade. In. SORJ, B. e MORAES, A. F. (Orgs). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009b.

_____. **Feminismo em movimento**. 2 ed. São Paulo: Francis, 2010.

ROMEIRO, J. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização**.** In. SORJ, B. e MORAES, A. F. (Orgs). ***Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.*** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SCHUCH, Patrice. Uma etnografia das práticas da justiça da infância e juventude. In: GROSSI, M. P.; HEILBORN, M. L.; MACHADO, L. Z. (Orgs). **Antropologia e direitos humanos 4**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

_____. Antropologia do direito: trajetória e desafios contemporâneos. In: **Práticas de justiça. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

STF. Supremo julga procedente ação da PGR sobre Lei Maria da Penha. Disponível em http://goo.gl/l1myx. Acesso em: 22/08/2012.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2012. Disponível em: http://goo.gl/djWXj Acesso em: 11/08/12.

Entre usos e táticas: a conquista do espaço público pelas "blusas verdes" na cidade do Recife (1932-1937)

Helisangela Maria Andrade Ferreira
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Professora orientadora: Giselda Brito Silva

Introdução

Em meados do século XX as capitais brasileiras passavam por processos modernizadores, tanto nos espaços como nos costumes. A região nordestina era marcada fortemente pelo patriarcalismo, modelo familiar numeroso e com autoridade centrada na figura do homem. A mudança das famílias para a cidade vai modificar os locais de vivência e, consequentemente, os costumes serão outros. Com a chegada da República o processo de urbanização se intensifica, ruas são alargadas, automóveis tomam conta das ruas como sinônimo de tempos modernos.

Tais códigos deveriam ser seguidos pelas mulheres de classes abastadas, que deveriam evitar frequentar os espaços públicos sozinhas, já que tinham uma reputação a zelar. Os pobres eram considerados classes perigosas, afinal de contas eram sujeitos indesejados, e sendo assim, deviam ser "varridos" dos centros urbanos. Projetos eugênicos são difundidos nas principais capitais do Brasil nas primeiras décadas do século XX, e Maciel (1999, p.121) reitera, "o movimento eugenista, ao procurar 'melhorar a raça', deveria 'sanar' a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas 'indesejáveis' [...]".

O processo de industrialização em Pernambuco contou com um número significativo de fábricas têxteis que empregava o operariado da época. Segundo Lima e Ferreira (1994, p. 3): "No início dos anos 30 se inaugura uma época extremamente favorável à indústria têxtil nacional, impulsionada pelo crescimento do mercado interno e pela intervenção do estado [...]".

As mulheres que ocupavam os postos de trabalho não eram "bem vistas" pela sociedade que zelava pela honra, mencionada por Oliveira (2004, p. 3): "a defesa da honra ainda era observada enquanto uma marca de superioridade moral e de civilização avançada".

Edna Leite Gueiros, Edwiges de Sá Pereira e Isnar Moreira eram algumas das mulheres de destaque da sociedade recifense que atuaram como jornalistas em jornais de grande circulação na cidade (MEDEIROS, 2009).

As mulheres pobres trabalhavam no comércio, em casas de família e muitas nas fábricas espalhadas pela cidade. A respeito disso, Rago (1985, p. 63)

comenta: "às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em loja, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam como alternativas possíveis e miseráveis".

Muitas mulheres tinham que complementar a renda do marido ou dos pais que não possuíam um poder aquisitivo que suprisse a demanda de todos.

> Dentre as leis promulgadas durante a gestão Salgado Filho, esteve a da regulamentação do trabalho das mulheres, decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, considerada a mais importante medida sobre o trabalho feminino no período (VENANCIO, 2001, p. 20).

É nesse contexto, de um Recife que inspira modernidade, mas em que nota-se que essas transformações para muitos não deveriam invadir o espaço privado, onde deviam primar a moral e os bons costumes, que estão os sujeitos de nossa pesquisa: as mulheres integralistas eram também chamadas de "blusas verdes", em alusão a seus uniformes, compostos de saia preta ou branca, blusa verde de meia manga com a gola aberta e um chapéu branco. Nossa pesquisa tem como finalidade revisitar esses locais de enunciação em que as mulheres tiveram uma participação significativa.

Estudar as práticas assistencialistas das mulheres integralistas na cidade do Recife nos anos de 1932 a 1937 entre as mulheres pobres e operárias é o objetivo geral da presente pesquisa. Foram elencados como objetivos específicos conhecer o papel e o lugar das mulheres dentro das famílias integralistas durante as atividades da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Recife, mostrar o trabalho dessas mulheres dentro dos Núcleos da AIB nos diversos bairros em que atuou e relacionar a ação assistencialista dessas mulheres no campo da cultura, da saúde e da educação com as práticas políticas da AIB nos momentos eleitorais.

Para a realização da presente pesquisa foi feito um levantamento, estudo e discussão historiográfica acerca do tema proposto.

A pesquisa está pautada na mulher integralista da década de 1930 na cidade do Recife. Algumas problematizações foram necessárias para o melhor entendimento do sujeito social. A nova história cultural surge como uma reação à história dos grandes acontecimentos e passa a perceber a história dos excluídos, dos vencidos e principalmente a micro-história.

A história das mulheres surge como um tema plural, incitando a discussão sobre as relações de gênero. A análise de jornais da época e a leitura

de autores que retratam a cidade do Recife na década de 1930 foram primordiais para o melhor entendimento sobre os principais acontecimentos.

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento durante muitos anos relegado ao esquecimento ou simplesmente taxado de "fascismo tupiniquim", por apresentar algumas características fascistas. Esses conceitos preestabelecidos a cerca do movimento são esclarecidos com o aumento dos estudos sobre a AIB. Com a criação do Grupo de Estudos do Integralismo (GEINT), do qual faço parte, um número significativo de pesquisadores de todo o Brasil passaram a debater temas relacionados à temática integralista e correlatos a um ponto de vista histórico científico.

Quando o historiador se propõe a estudar a história das mulheres é notada uma lacuna no que diz respeito à historiografia, pois a mulher durante muito tempo foi restringida à esfera privada, ficando de fora da vida pública, já que era justamente o homem quem ocupava esse espaço de poder.

A história foi escrita durante muito tempo sob a ótica masculina, pois o homem além de fazer parte da vida pública era o mesmo que manuseava a escrita da história, ficando a mulher à margem desse fazer historiográfico. Segundo Perrot (1995, p. 9):

> Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes ('Não se sabe nada das mulheres', diz-se em tom de desculpa).

A história das mulheres é um campo historiográfico que precisa ser estudado como um todo, não sendo isolado dos demais acontecimentos como a política e a família. Tanto o público, quanto o privado são lugares estabelecidos socialmente, sendo considerada a rua para os homens e o lar para as mulheres. A vida política se desenrolava nesses espaços considerados genuinamente masculinos, sendo a vida doméstica considerada "natural" para as mulheres.

Segundo Perrot (2005, p. 457), "As donas de casa dirigem a sua gente,

seus filhos e a criadagem, construindo uma cultura da reprodução muito coerente que dá seu sentido ao menor detalhe (a costura, por exemplo)". A partir da utilização de fontes do cotidiano feminino que essa escrita da história é tecida.

Os acontecimentos políticos e econômicos determinam os lugares na sociedade de homens e mulheres. Dessa maneira, as mulheres das camadas médias e altas urbanas não exerciam atividade remunerada, pois tinham que zelar pelo marido e filhos, tendo as mulheres pobres que trabalhar por necessidade; mas tais situações sofreram mudanças: "O ingresso das mulheres da classe média na força de trabalho ameaçava o modelo de família burguesa, a qual exigia uma divisão sexual do trabalho" (BESSE, 1999, p. 145).

A sociedade de 1930 reconhecia a necessidade financeira que exigia que a mulher fosse à rua trabalhar, mas sempre ressaltando que tais atividades não deveriam atrapalhar os cuidados com o lar. Esses discursos que legitimavam a mulher como frágil e indefesa, devendo se ausentar dos perigos da rua era partilhado pela Ação Integralista Brasileira — AIB.

A AIB, movimento com características fascistas, surge como alternativa, propondo um novo modelo de sociedade, pautado na tríade Deus, Pátria e Família, que para a sociedade conservadora seria a fórmula de salvação diante do processo modernizador. De acordo com o Monitor Integralista (1937, apud CAVALARI, 1999, p. 34), o movimento integralista chegou a ter mais de 1 milhão de pessoas, precisamente 1.352.000 militantes.

Na cidade do Recife, o local escolhido para que o movimento fosse apresentado aos pernambucanos foi a Faculdade de Direito, sendo lançado o manifesto do núcleo da mesma:

> Nunca uma geração brasileira teve tantas responsabilidades como esta, que já tem, por mais de uma vez, escutando o tamborilar trágico das metralhadoras. Mas talvez como nunca uma geração esteja tão capaz de desempenhar a sua vocação histórica. [...] A mocidade nordestina de modo algum poderia ficar indiferente. E muito menos alunos da Faculdade de Direito do Recife. Esta escola, que certa vez ouviu proclamar a morte da metafísica [...] precisa torna-se uma célula vivíssima desse grande movimento de renovação política social e espiritual (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1932).

A partir dessa data o integralismo ganhou muitos adeptos não somente no Recife, mas no Estado de Pernambuco. Homens, mulheres e crianças atenderam à convocação de Plínio Salgado[1], chefe nacional do movimento.

As fileiras do Sigma[2] abrigavam como militantes jovens intelectuais, pessoas simples do campo, senhoras, estudantes enfim, era um movimento que agregava indivíduos de origens distintas.

Geralmente o marido se interessava pelas ideias do movimento e posteriormente trazia a família que seria inserida em atividades destinadas para mulheres e crianças, tanto que foi criada a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos:

> Art. 1ª. O Departamento Nacional Feminino é um dos órgãos da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude que tem por fim, arregimentar, orientar e controlar as atividades Femininas no Movimento. Art. 2ª. O Departamento Nacional Feminino compreende os seguintes órgãos hierarchicamente designados: a) Departamento Nacional Feminino; b) Departamento Provincial Feminino; c) Departamento Municipal Feminino; d) Departamento Districtal Feminino[3].

O estado de Pernambuco possuía diversas sedes de núcleos integralistas, que na sua maioria tinham departamentos femininos. A cidade de Caruaru tinha a D. Cordula como chefe do departamento feminino, a senhora Maria Mamede dos Santos no núcleo de Afogados da Ingazeira, no município

1 Plínio Salgado foi um cidadão participante da sociedade brasileira, conhecido de alguns brasileiros antes da fundação da Ação Integralista Brasileira. Fez parte da Semana de Arte Moderna de 1922 junto a Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo; compôs *O Curupira e o carão*, livro programa da Revolução da Anta, denominação que sugerira em homenagem ao mamífero-totem dos tupis. Em fevereiro de 1928 foi eleito deputado pelo Partido Republicano Paulista; participou de um movimento ligado ao partido conhecido como Ação Renovadora Nacional, mas não se consolidou. Com a chegada das eleições de 30 apoia a candidatura de Júlio Prestes, o qual era oposicionista de Getúlio Vargas. Uma viagem que Plínio fez percorrendo diversos países, em especial a Itália, foi extremamente decisiva para seu futuro, já que esteve em contato com as ideias do Fascismo, e após se encontrar com Mussolini relata que um fogo sagrado entrara em sua vida. Ao regressar ao Brasil resolve por em prática algumas das características do movimento presenciado.

2 A AIB, também chamada Movimento do Sigma, devido ao uso do símbolo matemático que corresponde no nosso alfabeto à letra S, que seria a soma, estando presente na bandeira e no distintivo integralista no sentido de integrar as forças sociais.

3 Prontuário Funcional nº 5996 - Arquivo Público Jordão Emerenciano - DOPS - PE.

de Palmares[4] a senhora Maria José Rogério, onde havia uma escola primária com aulas diurnas e noturnas, tendo-se matriculado 84 alunos, as sessões femininas eram feitas aos sábados das 20 às 21 horas. Em alguns núcleos foram encontradas mulheres à frente, como no Município de Queimadas, D. Carmem de Almeida, e em Sirinhaém a senhora Maria do Carmo Leitão[5].

1. Imagem[6]

Essas reuniões integralistas eram realizadas com o intuito de instruir a militante acerca do seu papel, tanto no movimento como na sociedade. Para tanto, o movimento oferecia cursos e conferências. O integralismo estava presente nos meios educacionais, por meio das escolas que ofereciam a alfabetização de crianças, jovens e adultos. As mulheres eram responsáveis pela educação das crianças e mulheres; os homens, pela educação do público masculino. A educação feminina, nos núcleos do movimento, era voltada para a elevação moral, intelectual e principalmente os cuidados com o lar.

É de alçada da divisão de educação orientar as atividades femininas

4 Núcleo Municipal da Ação Integralista nesta cidade - Palmares. 30 de abril de 1937. Prontuário Funcional nº 4938. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano - DOPS - PE.

5 Prontuário Funcional nº 4938. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano - DOPS - PE. Recife, 11 de junho de 1936.

6 Prontuário Funcional nº 29.078 - Arquivo Público Jordão Emerenciano - DOPS - PE

nos seguintes setores: a) Alphabetização; b) Enfermagem; c) Puericultura; d) Dactylographia; e) Culinária; f) Corte e Costura; g) Boas Maneiras; h) Contabilidade Caseira e Economia Doméstica[7].

As obras de assistencialismo eram desempenhadas por mulheres, sendo assim elas deviam estar capacitadas para as funções. As bandeirantes da caridade eram mulheres que visitavam os bairros pobres instruindo as famílias em relação à saúde. Elas tinham a função de encaminhar os necessitados aos cuidados médicos que seriam tratados nos lactários e dispensários. Para ser bandeirante de caridade havia a preferência por jovens que fossem dispostas e tivessem noções de enfermagem ou que tivesse conhecimento das leis de assistência social. Como o trabalho seria lidar com o público em geral a paciência era considerada uma das virtudes e uma extrema delicadeza.

No artigo "Mulheres integralistas: enfermeira 'blusas verdes' a serviço da nação" (2012) os autores apresentam de maneira detalhada como o curso de enfermagem era desempenhado dentro do movimento integralista. No dia 3 de outubro de 1935, foi inaugurada a primeira Escola Integralista de Enfermagem, na província da Guanabara. Como as obras de assistencialismo eram bastante significativas, o movimento resolveu criar sua própria escola de enfermagem para formar as profissionais que atuariam nos seus lactários e dispensários. No decorrer da pesquisa não foi encontrada nenhuma escola de enfermagem na cidade do Recife. O curso oferecido gradativamente atraiu o público feminino, uma vez que através dessas atividades poderiam ser inseridas no mercado de trabalho.

Havia na cidade do Recife diversas sedes do movimento espalhados por bairros como: Santo Amaro, Afogados, Pina, Cordeiro, Olinda, Beberibe, Campo Grande, Torreão, Encruzilhada, Mustardinha, Estrada dos Remédios, Areias, Tejipió e Caxangá[8] que eram chamados de núcleos distritais. O Departamento Feminino (JORNAL AÇÃO, 1934)[9] provincial do Recife contava como chefe com a senhora Maria de Lourdes Mousinho e como chefe do Gabinete a D. Maria do Carmo, que coordenavam as atividades voltadas para as mulheres e crianças, mas sempre respaldadas pelo discurso integralista. Segundo Salgado (1947, p. 55) "é um absurdo a mulher não ser instruída, perdendo na civilização burguesa e sem Deus todos os fundamentos da sua eficiência mental e da sua grandeza moral".

Percebe-se que as mulheres que ocupavam cargos de chefia ou mes-

7 Prontuário Funcional nº 5996 - Arquivo Público Jordão Emerenciano - DOPS - PE.

8 Prontuário Funcional nº 4938. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano - DOPS - PE.

9 Instalou-se solenemente no dia 18 do corrente ano, em sua sede à Rua Barão de São Borja, 98, o Departamento Feminino. Presidiu a reunião o chefe provincial, ladeado pelo secretário do D. P. O. P., e por Anita Pires, nomeada secretaria geral do D. F., que já conta com numerosas adeptas.

mo proferiam discursos na sua maioria eram letradas, geralmente professoras, profissão considerada adequada para a mulher da época: "na última reunião apresentou um interessante trabalho sobre a doutrina integralista a companheira Professora Maria de Lourdes Mousinho que focalizou ainda com precisão e inteligência o papel da mulher no integralismo" (JORNAL AÇÃO, 1934).

Entende-se que o ideal feminino para o integralismo seria aquele em que a mulher ocupasse a esfera pública, mas na condição de militante integralista; a rua lhe seria permitida com o intuito de conscientização do que seria o verdadeiro papel da mulher. O fato de a mulher ocupar o espaço da rua, era considerado a decadência da estrutura familiar:

> Confrange o coração de qualquer pessoa interessada na melhoria de vida das classes trabalhadoras examinar o estado de abandono material e moral da nossa mulher operária de Pernambuco. Sujeita ao mesmo regime de trabalho que vigora para o homem. [...] Se a gente considera a situação das operárias que trabalham no centro da cidade, facilmente conclui que ela é precaríssima, porque além do mais, essas trabalhadoras se escravizam à vaidade pessoal. [...] A promiscuidade no local de trabalho e os continuados encontros na saída, tudo concorre para esse ambiente de perigo que cerca a mulher trabalhadora (DIÁRIO DO NORDESTE, 1937, p. 5).

O fato de a mulher ser submetida ao mesmo regime de trabalho que o homem era considerado um absurdo, já que para o movimento integralista a mulher não era igual ao homem, mas diferente. "Por conseguinte, a mulher integral, a mulher que se realiza na plenitude biológica e espiritual, não é nem superior nem inferior ao homem: é diferente" (SALGADO, 1947, p. 71).

O que os diferenciava seria a divisão sexual dos papéis na sociedade: para a mulher, a maternidade seria uma função moral, sendo ela considerada impulsiva, a mulher deveria ser instruída. Quanto à educação feminina, de nada adiantaria a instrução sem a educação. O movimento, através dos cursos que eram oferecidos, tinha o intuito de enriquecer a mulher culturalmente. "Note-se que, de acordo com a visão do Integralismo, a divisão sexual dos papéis socialmente determinados era explicada pela natureza, pelo temperamento diferente dos dois sexos" (CAVALARI, 1999, p. 59).

Tanto homem como mulher eram considerados complementos um

do outro, tendo cada um sua função física e social, estando pautada na função biológica. A mulher era vista como um ser angelical e altruísta pelo movimento.

A civilização burguesa era considerada como grande escrava das mulheres, pois os atrativos do capitalismo seriam perigosos, transformando as mulheres em bonequinhas de luxo. Salgado (1947) afirmava que a mulher que aspirasse uma igualdade ridícula com os homens ou tivesse atitudes masculinas seria classificada como mulher soldado. Sendo assim, o integralismo negava as ideias do movimento feminista que lutava pela igualdade de direitos.

Em relação a essa luta contra o movimento feminista e suas ideias, vários movimentos de mulheres surgiram na década de 1930 no Recife pregando que a mulher deveria participar das discussões políticas, mas sem jamais perder o título de rainha do lar.

A Cruzada das Educadoras Católicas foi uma das frentes da igreja que atuou para manter o tradicionalismo, Almeida (2001, p. 85) afirma que:

> Na petição das futuras mestras, e estas se auto-intitulavam mulheres defensoras da Educação e da Pátria, identificamos a mesma linguagem da Cruzada de Educadoras Católicas contra o comunismo, em que as normalistas afirmam que a defesa do patrimônio moral do estado é tarefa das educadoras católicas.

Susan Besse (1999) intitula tais movimentos de antifeministas, atitudes como ridicularizar e vulgarizar o feminismo eram comuns na década de 1930. A autora apresenta o movimento integralista e apresenta o antifeminismo que se encontra presente no livro de Salgado (1947, p. 109):

> O desvio do seu destino começa por essa moderna forma de romantismo que baptizou com o nome de <<feminismo>> e que antes deveria chamar-se <<masculinismo>>, e termina – após todos os cânticos à liberdade – com a anulação completa dessa mesma liberdade e a queda vertical até os extremos da escravidão e da degradação.

Para Plínio Salgado o movimento feminista escravizaria a mulher, pois a desviaria da sua verdadeira vocação que seria a de esposa, mãe e dona

de casa. A mulher não poderia exercer funções consideradas masculinas e o para o homem não seria adequado ajudar a mulher nos serviços domésticos, perdendo assim seu teor viril.

As mulheres foram bastante requisitadas por Plínio Salgado quando ele se candidata a presidente do Brasil. A constituição de 1932 concede às mulheres o sufrágio universal, sendo substituída pela de 1934 que estabelece o voto obrigatório para maiores de 18 anos, secreto e legitima o voto feminino. A Ação Integralista Brasileira, a partir do II Congresso Integralista realizado na cidade de Petrópolis em 1935 torna-se partido político, sendo aprovado pela Justiça Eleitoral em 1937. Por todos os núcleos do Brasil há um intenso apoio e comícios são realizados para a candidatura de Plínio Salgado, como se descreve:

> A frente proletária pro-Plínio Salgado convida todo povo deste arrabalde para assistir ao grande comício que será realizado domingo 24 do corrente, às 15 horas, no Largo da paz, em propaganda da candidatura do eminente brasileiro Plinio Salgado, a presidência da República[10].

A província de Pernambuco, como eram chamados os Estados pela AIB, emitia uma

circular ao município de São Vicente, requerendo o número de integralistas que possuía título de eleitor e os que ainda não o tinham.

"A victoria do Sigma depende de cada um de nós. Por isso chamo a vossa atenção para a Campanha Eleitoral. Deveis incentivar essa campanha[11]."

Para que os cidadãos pudessem votar tinham que saber ler e escrever, logo as mulheres tinham que alfabetizar os militantes e simpatizantes do movimento em tempo hábil. O departamento feminino foi importante no alistamento eleitoral, uma vez que as mulheres eram responsáveis pelas escolas integralistas que ensinavam crianças, jovens e adultos a ler e escrever.

Através da Secretaria Provincial de Organização Política foi organizado o 1º Congresso Provincial Feminino[12], que se realizaria na 2º quinzena do mês de junho de 1936 no Recife, tendo como finalidade a conscientização das blusas verdes na campanha eleitoral. O núcleo integralista de Pernambuco redigiu um documento no qual lembrava às mulheres integralistas que as mesmas deviam atender ao chamado do chefe nacional em ir às urnas.

10 Prontuário Funcional nº 1066-A. Arquivo Estadual Jordão Emerenciano - DOPS - PE.

11 Prontuário Funcional nº 6002 - DOPS/APEJE.

12 Prontuário Funcional nº 6002 - DOPS/APEJE.

Desse modo, transcrevem-se na íntegra as determinações da Secretaria Nacional Feminina que devem ter fiel cumprimento[13]:

> a) qualificação urgente e imediata de todas as blusas verdes não eleitoras e com qualidade para tal; b) a formação de uma massa eleitoral integralista, pela alfabetização rápida das companheiras analfabetas; c) trabalhar para que o integralista analfabeto consiga aprender o mais depressa possível, afim de poder fazer o seu requerimento e obter o título de eleitor para as próximas eleições; d) qualificação das pessoas das famílias dos nossos companheiros, simpatizantes e amigos; e) organizar o trabalho por grupos que farão visitas as fábricas e a domicílios angariando alfabetizantes e facilitando assim as qualificações; f) divisão do Município por zonas com uma encarregada para cada zona; g) prestar serviços a Chefe Provincial na alfabetização rápida de todos os companheiros e simpatizantes; h) organizar um serviço coletivo em turmas pequenas ou se preciso individual para a alfabetização; i) lembrar a toda Blusa-Verde que ela tem o dever de responder pelo preparo de um analfabeto e pelo alistamento de um eleitor no mínimo; j) nas localidades onde estejam fechadas as nossas sedes, que cada lar de Blusa Verde seja um centro eleitoral.

Pesquisar as mulheres integralistas é um tema intrigante, é sabido que o oficio de historiador é como o de um detetive do passado que procura provas. A documentação é um vestígio que foi manipulado, as imagens e representações são fabricadas pelos sujeitos (CERTEAU, 2008).

A história das mulheres integralistas está imersa na história política e social, não são

fatos isolados, escrever uma história das mulheres é dialogar com as relações de gênero. Scott

(1990, p. 75) afirma que o gênero é uma maneira de indicar as construções sociais.

13 Prontuário Funcional nº4938 - Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e Plinianos. Província de Pernambuco - APEJE/DOPS.

A década de 1930 estabelece para a mulher o espaço do lar como adequado, mas essa regra estabelecida socialmente passa por transformações que vão desde a economia, passando pela política.

As blusas verdes eram constantemente lembradas de seus papéis sociais, papel esse que seguia a tradicionalidade. Mas será que as próprias mulheres tinham essa imagem delas mesmas, como rainhas do lar e da nação? A documentação pesquisada nos apresenta um perfil feminino estabelecido, mas que provoca inquietações acerca desse lugar.

Segundo Heller (1993, p. 104):

A disponibilidade para uma determinada mensagem é a característica geral da consciência histórica. O primeiro passo dado pela historiografia como conhecimento verdadeiro consiste na decifração da mensagem a partir de vestígios ou na busca por indícios que configurem mensagens que possam ser lidas. Tal procedimento tem de ser metódico e crítico.

Deve-se ressaltar que esses discursos que enquadravam a mulher no tripé mãe, esposa e dona de casa eram difundidos por uma maioria que combatia os atrativos da modernidade. A honra e a moral eram valores pelos que a mulher deveria zelar. Sendo assim, poderia ocupar o espaço público por necessidade, mas sem esquecer-se da sua verdadeira vocação.

2. Imagem[14]

14 Prontuário Funcional nº 29.078 - Arquivo Público Jordão Emerenciano - DOPS - PE

É inegável que as mulheres integralistas tiveram uma visibilidade através dos meios de comunicação[15] (CAVALARI, 1999) que registravam suas atividades assistencialistas, congressos, núcleos, lactários, discursos, enfim, uma série de solenidades. Com as mudanças sociais e econômicas, a mulher ocupa a rua, e consequentemente o movimento integralista teve que adaptar seus discursos. Para muitas, a militância seria uma forma de participar politicamente da sociedade, proporcionando instrução profissional e intelectual.

Legitimar o espaço privado como adequado foi a forma encontrada para muitas mulheres, que a partir dessas atitudes conquistaram o espaço público. Uma das características da invenção do cotidiano é que esse cotidiano é controlado por uma série de forças que constantemente são infringidas.

"Toda sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem" (CERTEAU, 2008, p. 83). A ambiguidade dos papeis das mulheres no movimento

é latente, afirmam que seu lugar é em casa, mas muitas estavam nos espaços da rua.

Havia uma pluralidade de mulheres nas fileiras do movimento de camadas sociais diversas. Muitas ingressavam na AIB por influência de seus maridos, outras acreditavam nos ideais integralistas e queriam um país diferente. Não se pode afirmar que todas as mulheres concordavam com a doutrina integralista ou quem sabe ingressavam no movimento em busca de uma visibilidade na sociedade. No papel que lhes era possível, as mulheres ocuparam diversos locais utilizando usos e táticas que o próprio sistema proporcionava.

Conclusão

A partir do lugar social que era devido, a mulher integralista ocupou a esfera pública afirmando que, em nome de Deus, Pátria e Família, seu papel na sociedade seria como mantenedora da moral e dos bons costumes no âmbito privado. A vida pública remetia à política, espaço considerado proibido à participação feminina, já que a mulher era considerada uma "mente vazia", sempre preocupada com as futilidades do mundo burguês.

O processo de modernização chega às principais cidades brasileiras que rapidamente tratam de se adequar aos novos costumes. A mulher assume novas posturas diante da sociedade de 1930, passa a frequentar a rua, seja por necessidade financeira que lhe obriga a trabalhar, seja em momentos de lazer. A economia e a política ditam os novos rumos para as relações de gênero.

15 O *Sigma-Jornais Reunidos*, um grande consórcio jornalístico criado em 1935, subordinado à Secretaria Nacional de Propaganda, devidamente autorizado pela chefia nacional, compreendia um conjunto de 88 jornais em circulação em todo território nacional.

A Ação Integralista Brasileira, percebendo tais mudanças na sociedade, convoca as mulheres para compor as fileiras do movimento. A participação delas trouxe benefícios para a AIB que passou a ter visibilidade em obras assistencialistas, muitas vezes desempenhado o papel que cabia ao Estado, como o de manter funções educacionais e de saúde. A luta pelo direito ao voto feminino tem uma grande trajetória ao longo da história, tanto que em 24 de fevereiro de 1932 as mulheres conquistam esse exercício da cidadania.

O movimento integralista determina que as mulheres desempenhem sua função junto a cada blusa verde ou simpatizante de alfabetizá-las para que pudessem votar no chefe nacional: Plínio Salgado.

As fontes históricas demonstram que, a partir de retalhos do passado, podemos tecer um caminho, é bem verdade que a sinuosidade marca esse fazer historiográfico. As mulheres utilizaram essas oportunidades que o movimento lhes proporcionara para ocupar locais antes restritos a elas. Afirmavam seu papel social, mas contribuíram para a mudança no próprio movimento, muitas mulheres ocuparam lugares de destaque e tomavam decisões.

O discurso integralista feminino vai além da objetividade, está nas entrelinhas de uma leitura possível.

Referências

ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

CAVALARI, R. M. F.. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Manifesto do Núcleo da Faculdade de Direito do Recife. **Diário de Pernambuco.** Quinta feira, 24 de Novembro de 1932.

Mulheres operárias. **Diário do Nordeste.** Recife, 26 de outubro de 1937.

HELLER, A. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

Quinzenário de propaganda integralista. **Jornal Ação**. Recife, 10 de Novembro de 1934.

LIMA, J. C.; FERREIRA, B. C. **Trabalhadores urbanos no nordeste.** Trajetórias Profissionais, mobilidade espacial e organização operária. 1º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

MACIEL, M. E. de S. **A eugenia no Brasil**. Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf Acesso em: 10 ago. 2012.

MEDEIROS, H. A. V.. **Mulheres e o reino das letras**: imprensa e gênero no Recife dos anos 1930. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. 2009.

OLIVEIRA, I. B. de. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

_____. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). **Revista História Hoje**. v. 02, n.05. São Paulo: 2004.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**. (4). Campinas: Unicamp, 1995. p. 9-28.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALGADO, P. **A mulher do século XX**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947.

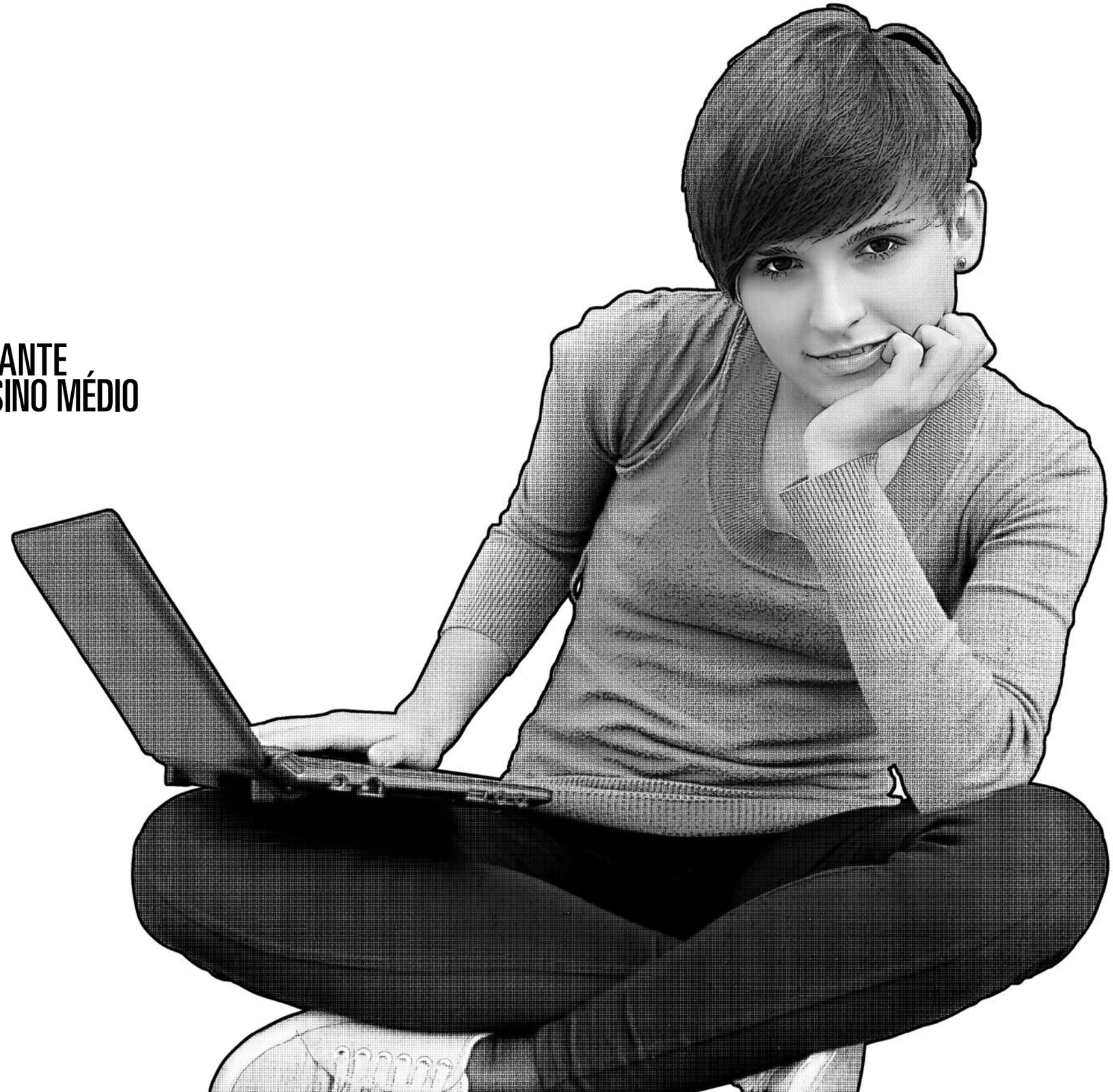
SIMÕES, R. D.; SIMÕES, R. D.; SILVA, T. R. da. Mulheres integralistas: enfermeiras "blusas verdes" a serviço da nação. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianopólis: jan.-mar., 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista educação e realidade**. v. 15, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 72-99.

VENANCIO, G. M. Lugar de mulher é... na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História**: questões e debates. Curitiba: n. 34, UFPR, 2001, p. 175-200.

CATEGORIA

ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO



Introdução

A categoria *Estudantes de Ensino Médio* tem duas etapas: a primeira escolhe as três melhores redações de todo o país, e a segunda premia a melhor redação de cada Unidade da Federação participante do certame, caso estas apresentem mérito. Esta oitava edição recebeu um número recorde de inscrições, 4.105 redações inscritas de todo o Brasil, o que significou um crescimento de 22% em relação à sétima edição.

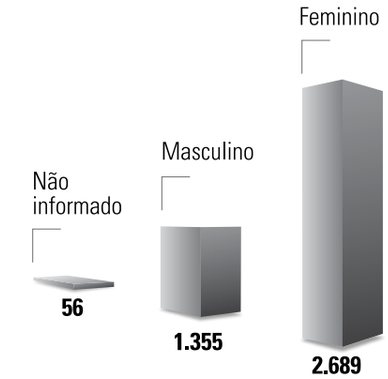
Todas as Unidades da Federação inscreveram trabalhos nesta edição do *Prêmio*. A Comissão Julgadora selecionou 17 delas como as melhores: três para a etapa nacional: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. E na etapa Unidades da Federação foram 14 os Estados agraciados: Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins.

8° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, inscritos segundo o sexo, categoria ***Estudante de Ensino Médio***

Inscrições por Região

Sexo	Quantidade	%
Feminino	2.689	66%
Masculino	1.355	33%
Não informado	56	1%
Total	**4.100**	**100%**

Fonte: CNPq/SPM, 2013



Etapa Nacional

São Paulo
Agraciada – ***Karine Rafaela Sampaio da Silva***
Título da redação – ***Mulher de todos os tempos***
Escola – ***EE Professor Vicente Ferreira dos Santos***
Orientador – ***Luiz Guilherme***

Mato Grosso do Sul
Agraciada/o – ***Tairine Aparecida e Tiburcio de Oliveira***
Título da redação – ***Mulheres Itacira resgatando desigualdades***
Escola – ***Escola Estadual Vespasiano Martins***
Minas Gerais
Agraciado – ***Leandro Ferreira Pires***
Título da redação – ***O homem que dança: vivenciando no corpo, o acordo e desacordo***
Escola – ***Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Curvelo***
Orientador – ***Adriano Gonçalves da Silva***

Etapa Unidades da Federação

UF – ***Alagoas***
Agraciada – ***Danielle Stéphanny Pereira de Alcântara***
Título da redação – ***O confronto***
Escola – ***Instituto Federal de Alagoas - Campus Arapiraca***

UF – ***Bahia***
Agraciada – ***Bruna Lais dos Santos***
Título da redação – ***Mãe Maria, uma mulher do campo***
Escola – ***Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Santa Inês***
Orientador –***Derneval Ferreira Andrade***

UF – ***Espírito Santo***
Agraciada – ***Camila Crivilin de Almeida***
Título da redação – ***Ó abre alas***
Escola – ***Centro Educacional Leonardo Da Vinci***
Orientador –***Lucio Alves Vieira***

UF – ***Maranhão***
Agraciada – ***Mardiani da Silva de Alencar***
Título da redação – ***Relatos de Marias***
Escola – ***Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Maranhão - Campus Codó***

UF – ***Amapá***
Agraciado – ***Igor Costa***
Título da redação – ***A equidade de gênero: uma nova luta de igualdade entre sexos nas profissões***
Escola – ***Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP***
Orientadora –***Karoline Fernandes Siqueira***

UF – ***Pará***
Agraciada – ***Natália Freitas Araújo***
Título da redação – ***O fim da fragilidade feminina***
Escola – ***Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará***
Orientadora –***Miranilde Oliveira Neves***

UF – ***Pernambuco***
Agraciada – ***Daniele Bruna Belarmino Ferreira***
Título da redação – ***O ser humano, o estranho ímpar***
Escola – ***Colégio Grande Passo***
Orientadora –***Josete Oliveira Targino***

UF – ***Piau***
Agraciado – ***Renato Souza Vieira***
Três de Maio de 1932
Escola – ***Escola Santa Angelica***
Orientadora –***Roberta Andreia Coelho Cabral***

UF – ***Paraná***
Agraciado – ***Henrique Gabriel Barroso***
Título da redação – ***A prisão de minha vida***
Escola – ***Colégio Universitário***
Orientadora –***Sandra Arcuri***

UF – ***Rio de Janeiro***
Agraciada – ***Ana Carolina Corrêa Pereira Haber***
Título da redação – ***O jogo da minha vida***
Escola – ***Colégio de Aplicação da Fundação Educacional de Macaé***
Orientador –***Paulo Henrique Dantas Pinto***

UF – ***Rio Grande do Norte***
Agraciada – ***Ana Karolina Vieira Holanda***
Título da redação – ***Igualdade de gênero no Brasil: apesar das conquistas, ainda há uma longa estrada a ser trilhada***
Escola – ***Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte***
Orientador – ***Aleksandre Saraiva Dantas***

UF – ***Rio Grande do Sul***
Agraciada – ***Larissa D'Avila Bianchi***
Título da redação – ***Os tempos em Luxemburgo***
Escola – ***Colégio São José***
Orientadora – ***Tatiane Kaspari***

UF – ***Santa Catarina***
Agraciada – ***Gabriela Dialencar Reitz***
Título da redação – ***Quem se define se limita***
Escola – ***Fundação Universidade Regional de Blumenau***

UF – ***Tocantins***
Agraciado – ***José Victo Pinto Dias***
Título da redação – ***Batalhas e esforços: ingredientes de grandes mulheres***
Escola – ***Colégio Estadual Dr. Abner Araújo Pacini***
Orientadora – ***Caroline Stephanie Aguiar***

CATEGORIA ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO REDAÇÕES PREMIADAS NA ETAPA NACIONAL

***SÃO PAULO** - Araras*

Mulher de todos os tempos

Karine Rafaela Sampaio da Silva
E. E. Professor Vicente Ferreira dos Santos
Professor orientador: Luiz Guilherme

Quer você saiba quer não, existe um lugar paralelo, algo como uma estação entre esse mundo e o "para onde vamos", onde o tempo não é medido e os dias não são cronometrados. Por lá passam aqueles que aqui jazem e, ainda que seja considerado um local provisório, os que lá passam, de certa forma sempre permanecem. Lugar que também é morada de todos os personagens criados, aqueles que são frutos da imaginação. Bem-vindo, estamos falando de Masla, província das terras de Thur, local de nosso evento, onde hoje o dia está levemente ensolarado com previsão de pancadas de chuva à tarde, então, ao sair de casa não se esqueça do guarda-chuva. Para você que imaginou um local completamente diferente do que vemos no dia a dia temo decepciona-la. É claro, você não vê Aslam passeando, tomando sorvete todo dia por ai... mas fora isso, Masla é um tanto quanto comum, com direito a engarrafamento e condução lotada.

Estamos agora no centro de Masla, em frente à praça da fonte, e é aqui, no anfiteatro Cair Paravel que ocorrerá a votação para a mulher de todos os tempos, uma mulher capaz de representar todas as mulheres. Com direito a tapete vermelho e paralelo de seguranças femininas, as personalidades que por ele passam não deixam a desejar, e por falar nisso, para você, que sempre quis um autografo da Marlyn Monroe, agora é a oportunidade. Ao redor, a multidão é diversificada, desde donas de casa, faxineiras, empresárias, pedreiras até quengas e prostitutas (por que não?). São diversas mulheres com cartões de apoio, faixas, caras pintadas, sutiãs queimados, e tudo o mais a que se tem direito.

Ao entrar no evento o cenário muda, a decoração é de uma qualidade e bom gosto inquestionável, tudo impecável, e ainda que seja muita gente há certa organização característica. Ao parar no salão principal o que chama mais atenção são as enormes janelas presentes de cada lado, com cortinas imensas de um lindo tom verde claro e detalhes dourados que dão certo requinte ao local. No centro, a atenção é voltada a uma mesa redonda de madeira cheia de detalhes e com um perfeito acabamento, o centro do nosso debate, logo mais à frente se encontra um púlpito reservados a "elas". O local está cheio e iluminado, não digo apenas pelos enormes e artísticos lustres que ornamentam, mas a presença feminina traz essa luz e essa beleza ao recinto, afinal não há como negar que não há

nada mais belo do que a diversidade feminina. O contraste está presente em cada personalidade que ocupa o local. Todas unidas por um mesmo motivo.

O evento segue da seguinte forma: é feita uma votação entre todas as nossas estrelas, sendo que não vale votar em si mesma. As mais votadas são divulgadas e então devem levantar-se e anunciar seus feitos, de certa forma tentando persuadir as outras, explicando o porquê poderiam ser consideradas um exemplo ao gênero feminino, por que pode ser considerada a mulher de todos os tempos.

Como preletora da ocasião, está Margareth Durand, feminista de renome internacional, formadora da primeira biblioteca de documentação feminista, mulher culta e escolhida a dedo para a ocasião. A primeira etapa estava concluída e Margareth expunha uma lista, anunciando quais as mulheres que disputavam a próxima etapa. A figura que se vê em pé com a palavra traja uma roupa típica dos anos 60 com um gracioso avental e cabelos perfeitamente alinhados; trata-se de Amélia, a "mulher perfeita".

– Não entendo essas feministas, ora, onde já se viu?! Contrariar o marido, largar os filhos para trabalhar, existe algo mais prazeroso do que arrumar a casa, preparar biscoitos, guloseimas e ajeitar tudo para o momento em que a família estiver reunida? Devo ser escolhida como representante de nós mulheres, pois como já dizia Roberto Carlos, *eu que sou mulher de verdade*.

O comentário gerou certas caretas de discordância entre algumas, como Betty Friedan. Não sei se você é uma mulher, caso não seja se convive com muitas, mas não é necessário um vasto conhecimento do universo feminino para saber o estado em que fica a mais doce das mulheres quando contrariada... A próxima da lista era Patrícia Galvão, a primeira mulher presa no Brasil por motivações políticas, que aproveitou dessa oportunidade para contestar a senhorita "mulher de verdade". A cena presente era uma militante comunista, de cigarro na mão, cabelos desgrenhados, batom vermelho e blusa transparente, que em discurso avançado para sua época e repleto de palavrões, Pagu (como era conhecida) discordava daquela submissão imposta ao sexo feminino:

– Façam-me o favor, é isso que vocês querem passar de exemplo para as garotas de hoje? Um bando de dondoquinhas sem sal nem açúcar, dependentes de um príncipe frouxo e ridículo montado em um cavalo que acho que é o único descente nessa merda toda (desde que não seja branco).

O comentário, seguido de um olhar de desdém de Pagu gerou exclamação de surpresa e injuria das inseparáveis amigas Cinderela, Rapunzel e Bela Adormecida, que estavam na plateia mas não podiam dar seu parecer, afinal, prometeram aos maridos que iriam se comportar. Ao Pagu terminar, foi a vez de uma princesa um tanto quanto diferente das convencionais ter a palavra. Por falar nela... cadê? Só estou ouvindo a voz...

– Ei, eu aqui! Um pouco mais pra direita, não, essa é Dorathy, estou entre a Joana d'Arc e a Kanno Suga – o foco foi dado a uma mãozinha erguida e um rostinho angelical escondido entre rebeldes e armados cachos ruivos; tratava-se de Merida, uma princesa valente. Que tomou seu lugar rente ao púlpito e começou:

– Ow, Zazá também não se pode generalizar, sou princesa, mais ainda assim, sei me impor, sei me defender, e o melhor de tudo, não preciso de nenhum príncipe pateta na minha história para ter um final feliz. Posso não ser o padrão estético considerado necessário para uma princesa, mais sou uma guerreira, a ponto de ser muito bem capaz de representar o gênero feminino.

Mulan, que estava entre as eleitoras, concordou, afinal, assim como Merida, era uma princesa guerreira, e ainda fora capaz de se travestir de homem para derrotar o exército de Unos. Ela até tinha sim um príncipe, deveras bonito, diga-se de passagem, mas é ele quem se encarrega de lavar a louça limpar a casa e pegar as crianças na escola enquanto Mulan participa de algumas batalhas.

Houve um pequeno intervalo na eleição. Agora é o momento onde diferentes mulheres expõem suas teorias, e a dona da voz é Danièle Kergoat, que explica como os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material. Ângela Carter pediu a voz para completar Kergoat:

– Foi a essas concepções que desejei dar fim ao escrever releituras dos contos de fadas em *The bloody chamber* ... – não foi possível o término das palavras antes que se levantasse uma linda moça de lindos olhos e cabelos castanhos claros, tratava-se de Bela.

– Então é você a Ângela Carter? – Seus olhos transbordavam fúria, o rosto tão angelical adquiriu em segundos uma expressão firme, e de punhos cerrados prosseguiu – foi você quem criou uma história onde me usou como pagamento de uma dívida de jogo e ainda me obrigou a ficar desnuda para a Fera como parte do pagamento, sabia que eu tinha uma reputação?! Sabia que os vizinhos falam? Para Reino Pequeno, onde lugar de mulher é na cozinha, isso é um baque e tanto. – Ângela estava sem palavras, quem falou por ela foi outra pessoa.

– Ah, minha filha, fique contente, você poderia estar em situação pior! Como eu, que tenho um príncipe e que deveria estar vivendo meu felizes para sempre, mas não consigo, pois amo os sete anões, e sinto saudades deles, mesmo que não tenha como voltar... O que seria de mim, da minha reputação, do meu casamento, como você mesma disse, o reino é pequeno, o povo comenta... – o desabafo foi concluído com o início de um choro, um choro contido, delicado, comovente.

Os ânimos de todas já haviam se alterado, hora de continuar com a eleição em si. Logo então foi a vez de Dandara, mulher de Zumbi dos Palmares, uma guerreira do quilombo, ainda que por muitos esquecida, de incontestável importância, afinal, era ela quem orientava os guerreiros e seus planos de guerra no Quilombo de Palmares. Infelizmente, por muitas décadas o racismo ocultou e transformou a história de Zumbi dos Palmares em uma lenda, retirando dele o caráter de herói para transforma-lo em uma figura mítica, fruto da imaginação dos escravos brasileiros e seus descendentes. Assim como hoje, é possível afirmar que paulatinamente o machismo acabou contribuindo para ocultar figuras tão importantes como Dandara, Acotirene e outras mais que perderam suas vidas heroicamente na luta contra a barbárie da escravidão.

– Não fique assim, Branca, não se limite pelo que dizem os outros, guerreie pela sua felicidade, pelos seus ideais. Muitos dizem que enquanto o machismo prega o direito ao homem de usar quantas mulheres quiser, o feminismo prega o direito à mulher de ser usada por quantos homens ela quiser. Apesar de não ser, pode ser, afinal, o feminismo luta por direitos iguais. Não coloca a mulher como alguém melhor que o homem, mas como alguém igual, com salários iguais e justos! – Assim prosseguiu o evento, mulher por mulher, das mais épicas, clássicas, excêntricas, contemporâneas e diversas, subindo e expondo ideais.

Encerrada essa etapa, era momento da votação, que seria feita de modo secreto. Todas estavam ansiosas pelo resultado, que foi de certa forma surpreendente. A vencedora não precisou de um discurso comovente, nem usar de grandes artifícios de persuasão, pois ao longo dos séculos acompanhou mulher por mulher, ideal por ideal, desejo por desejo. A vencedora foi a Luta, aquela capaz de guerrear pelo respeito dos patrões, pelo direito de ter filhos, com ou sem maridos, pelo direito de trabalhar fora, mas também pelo direito de ser dona de casa, e capaz de buscar dia e noite pelo direito de ser o que quisesse, da forma que quisesse, sem ter de dar satisfação. Foi ela quem esteve junto das 130 operárias da fábrica de tecidos norte-americana que morreram carbonizadas durante repressão à manifestação por melhores condições de trabalho. Ela quem seguia com as irmãs Mirabel, e acompanhava Las Mariposas. Luta se revoltou, queimou sutiãs, fez greves, e não desistiu daquilo que acreditava. E é ela quem acorda todos os dias com as milhares de mulheres que mantêm relações obrigadas, que apanham caladas, que sofrem estupros, são mortas, apedrejadas e queimadas ao longo dos anos, pois sabe que tudo isso um dia terá fim, e seu esforço será recompensado. Aprovei a escolha, sabe, afinal, quem melhor que Luta para demonstrar o que é ser mulher?

MATO GROSSO DO SUL – *Campo Grande*

Mulheres Itacira rasgando desigualdades

Tairine Aparecida Tiburcio de Oliveira
Escola Estadual Vespasiano Martins

Meu nome é Itacira, que em Tupi quer dizer “Pedra afiada”. Recebi esse nome, com esse significado, porque minha mãe desejava que eu fosse forte e soubesse encarar a vida com destemor e determinação. Ela dizia que mulheres como nós deviam ter bravura para viver no mundo dos brancos ou então os mesmos iriam nos massacrar como haviam feito com as mulheres de sua geração. Não tive oportunidade de crescer na aldeia à qual minha progenitora pertencia, mas fico com as lindas histórias que conta e os nossos costumes, os quais ela faz questão de ensinar para que eu não perca minha origem.

O governo substituiu a tribo onde minha mãe vivia por civilização. Sua tribo era uma das últimas que havia conseguido se manter em um mundo globalizado e prioritariamente urbano, mas logo teve que se adaptar ao modo de vida de acordo com o sistema capitalista. A região foi tomada pela urbanização, era inconcebível deixar os índios viverem pelos entornos da sociedade. Minha gente aprendeu a se vestir, a comer comida industrializada e a receber água em casa através de canos. Foram alfabetizados, mas seu conhecimento não se adequava às exigências do mercado de trabalho. Sofreram muito até acostumarem-se à nova vida de pobre-urbano. Se antes era necessário ter força para caçar, agora era necessário ter dinheiro para comprar.

Uma indústria instalou-se na cidade e os índios foram empregados por um salário miserável. Com uma remuneração deplorável, não puderam sanar todas as dívidas, o que fez com que muitos perdessem suas casas supostamente dadas pelo governo e virassem andarilhos de rua. Não tendo rumo certo, mamãe viajou para a capital por ouvir boatos de que a vida seria melhor. Sem nenhuma bagagem aproveitou carona e foi para a temida cidade grande sem muito pensar. Passou dias a fio com fome e sede. Nada do que disseram era verdade, principalmente para uma mulher, pois a realidade era bem diferente. Os perigos e o medo de ser estuprada a perturbavam. Sofreu dia após dia, até achar um homem “compadecido” de sua situação que ofereceu moradia em troca de serviços em sua padaria. Linda índia, de corpo belo possuía, uma ingenuidade natural e trazia a beleza da natureza no olhar. O comerciante ficou embevecido ao vê-la, e esta foi forçada a dormir com

o mesmo, mas ela encarou essa situação de um jeito diferente, ele por tê-la tirado da rua, a fez sentir-se na obrigação de retribuir o favor da maneira que ele o quisesse, então no ato, engravidou de mim.

Moça bonita consegue o que quer, mas também está sujeita a carregar a maldição da beleza. Fascinava-me ao ouvir as lendas da tribo. Uma delas dizia que a mais bela moça da aldeia havia seduzido, não intencionalmente, um homem branco que não se conteve em somente olhar e quis ir além, quis mais, como sempre. Fez da moça sua peteca, e após os rebates da diversão a largou na beira do rio. Tomada pelo sentimento de raiva e nojo, a índia, temendo que algum dia novamente fosse violentada, traçou vários cortes pelo corpo e rosto, feriu-se propositalmente, para que toda a sua beleza permanecesse oculta em meio às cicatrizes que agora carregavam sua história. Sempre que dava luz a uma menina, a criança ao atingir certa idade, recebia cortes pelo corpo como forma de proteção. Penso que mulher sofre todo tipo de abuso; entre tantos, Anauá, a moça da lenda, sofreu o pior deles.

Quando completei seis anos fui matriculada na escola. Minha vida escolar resume-se a exclusão e *bullying*. Sou índia, mas não sou bela como minha mãe. Termos pejorativos como "bugrinha" ou insultos como "índia mais feia que o cão" marcaram minha existência e reproduziam-se constantemente na minha memória toda vez que resolvia me martirizar por ser um trapo social de raça Indígena. A biologia diz que é errôneo utilizar o termo "raça" como classificação e divisão do ser humano.

Graciosa Iracema, como mamãe era chamada pelo piá da vizinha, cuidava da limpeza da padaria, da casa, de mim, e do seu casamento. Enquanto meu pai cuidava da parte administrativa do pequeno comércio. "Limpeza é serviço de mulher, cuidar da casa também, ai de mulher minha que pense em trabalhar fora", dizia ele aos amigos quando os mesmos contavam que suas mulheres os largaram após começarem a trabalhar. Independência: quando se prova dela não encontra motivos para manter-se dependente de alguém, entretanto, pobre da mamãe, jamais pensou em trabalhar fora, sua realidade era aquela de viver ao lado de seu marido e servi-lo.

Sou sim uma contestadora e questionava toda vez que via minha mãe servir comida para o meu pai e levar até o sofá onde o mesmo estava sentado. A maioria das mulheres administra melhor suas famílias que os homens, era assim em minha casa, portanto não fazia sentido ele ser o chefe do lar. O comportamento submisso materno por dependência financeira me incomodava, queria que ela tivesse teimado com ele, arrumado um emprego para depender do seu próprio dinheiro e assim tornar-se um pouco mais emancipada. Mas é claro que mulher encontra grandes desafios no mercado de trabalho.

São grandes as injustiças, mulher ganha menos, necessita discernimento para trabalhar bem e ainda driblar o patrão que se atreve a desrespeitá-la e acredita ter a liberdade de poder passar a mão ou dar aquela intimada para um momento de prazer. Tarefa difícil mulher impor respeito, mesmo sendo o item fundamental para um bom convívio em sociedade.

Não gosto da forma agressiva como meu pai nos trata e o jeito como lembra mamãe de que foi ele quem deu-lhe uma "vida digna", como costuma dizer. Eu não podia ousar me envolver nos assuntos dos meus pais, então me retraía toda vez que o ouvia agredi-la. Tenho medo de ser como ela, uma pessoa subserviente.

Todo dia graciosa Iracema levanta cedo, pois meu pai não sai de casa sem antes tomar um bom café. Pedrão, como é chamado pelos amigos, realiza em casa os eventos de domingo. Muita cerveja e comida, mas quem faz o almoço é minha mãe e ainda recebe bronca se não faz direito como o chefe gosta. O que eu percebo na maioria das mulheres de história semelhante é uma espécie de gratidão aos seus maridos. Em uma sociedade onde as mulheres são diminuídas, as esposas agradecem pela vida que têm aos seus maridos e por as fazerem se sentir útil. Útil na cozinha, útil nos afazeres domésticos, útil na cama. Como se eles, quando as escolhem como cônjuges, atribuíssem alguma utilidade a suas existências.

Anos mais tarde minha mãe engravidou novamente, logo meu irmão nasceu. Exatamente, um menino. Sua chegada foi a maior felicidade para meu pai e até para mamãe que agora estava feliz por vê-lo empolgado pela primeira vez, era filhão pra cá, filhão pra lá e várias fotos com o "Garotão do Papai", senti como se eu nunca tivesse existido. Além de ter nascido em tempos de turbulência, não fui tão bem recebida por ser menina e às vezes sinto que sou somente amada por mamãe. Meu pai diz que filha mulher só traz problemas e dor de cabeça, mas filho homem é inteligente e sábio como o pai. Pedrão contribuiu de maneira direta na construção de um ser humano machista. Meu irmão tem valores deturpados e uma visão de que mulher só serve para a satisfação masculina. Ele não respeita minha mãe e não respeita a mim. Nunca pude falar palavrão em casa, enquanto meu irmão era livre para dizer o que quisesse, desde xingar Dona Iracema, pois não a chamava de mãe, até chamar de gostosa uma atriz de novela. Eu, ao elogiar um menino, mesmo que fosse de maneira educada e discreta, era classificada por meu pai como assanhada, ele usava expressões degradantes como "apaga esse fogo antes que eu o faça", sentia-me uma depravada por ouvir isso.

Sou fisicamente semelhante a minha mãe, traços, cor, olhos. Só de olhar é perceptível que sou índia. Mas meu irmão não, Pedro Mastrittu Filho

como é chamado, nasceu evidentemente branco. Se há alguma característica de minha mãe? Diria os dedos dos pés talvez. Mesmo sendo mais novo, as imposições e restrições ao Pedro Filho eram mínimas comparadas às minhas. Eu não podia nem pensar em respirar o ar das 18h na casa de uma amiga.

Queria que minha mãe tivesse sobrenome bonito, chamar-se-ia Iracema Alcântara e assim seria eu, Iracema Alcântara Filha, mas menina não recebe esse tipo de nomeação. Mulher não tem legado.

É como li nos livros e como percebo no cotidiano, mulher não tem voz. Percebi que o gênero impõe seu valor na sociedade e o seu grau de influência, você tem valor de acordo com o que biologicamente possui como órgão genital. Existem ainda os estereótipos preconceituosos e machistas que corrompem a imagem feminina. A nossa sociedade é falocêntrica, o homem detém o poder desde os princípios e isso masculinizou a visão moral das pessoas. O senso comum perverte a existência feminina como se mulher fosse instrumento que leva ao pecado.

A satisfação que meu pai sentia por ter um filho me fez invejar milhares de vezes meu irmão, sentia a angústia e a dor massacrante de ser menina todos os dias. Desejava ter nascido menino, senão menino ao menos branca dos olhos azuis e cabelos loiros. Queria mudar e ser diferente, ter beleza exuberante, queria encaixar-me socialmente. Mas essa ideia não durou muito, pois logo percebi algo que abriu meu olhar para novas expectativas, que iam além do que pensava sobre mim. Não sou eu o problema, portanto, não sou eu quem deve mudar e adequar-se ao mundo, o mundo deve mudar seus valores e desprender-se das ignorâncias preconceituosas. Imaginei que poderia fazer a diferença, provar todo o valor que carrego e que ultrapassa a genética dos olhos puxados e cabelo escorrido, mas não é chinês; da pele morena, mas não é negro. Sou índia e carrego a história da nação, seja qual for minha trajetória; tenho sangue branco e portanto carrego dois povos, duas culturas distintas em um só ser; que possui verdades e desejos, sonhos e esperanças. Sou mulher capaz e sábia, sou a pedra afiada que irá rasgar as diferenças entre homens e mulheres com meus feitos.

Devemos adotar de maneira intrínseca a frase, em princípio tão brasileira, mas que é usada tão levianamente, sem a devida compreensão, que acaba perdendo sua força, a qual é bem simples e diz: SOMOS TODOS IGUAIS!

MINAS GERAIS *- Curvelo*

O homem que dança: vivenciando no corpo, o acordo e o desacordo.

Leandro Ferreira Pires
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Curvelo
Professor orientador: Adriano Gonçalves da Silva

Dançando e dançando eu estava com os olhos fechados imaginando um mundo diferente. Quando abro meus olhos, me deparo com os olhares das pessoas, cheios de estranhezas em minha direção. A dança para mim é um refúgio, uma libertação. Na verdade, uma investigação em que eu tenho que descobrir os limites e possibilidades do meu corpo. Um trabalho de sincronia entre corpo e mente, uma confiança no que eu vou ouvir, produzir e reproduzir. Sendo um homem que dança me sinto, às vezes, constrangido pelos olhares e comentários preconceituosos que algumas pessoas fazem. Contudo, é maravilhoso realizar algo que me faz sentir tão bem, escutar um simples elogio ou poder ver um espetáculo pronto depois de exaustivas tentativas.

Quando eu era mais novo, sempre tinha medo e vergonha de liberar os movimentos com meu corpo. Preocupava-me principalmente com o que as pessoas diriam, tendo por base o senso comum. Hoje sinto que quando estou dançando é que mostro quem sou eu, minha dança interior, minha verdadeira identidade. Danço como se estivesse em outro mundo, um mundo surreal. Libero os movimentos simbolizando a minha liberdade. A dança é a linguagem que expressa meus sentimentos através de movimentos.

Antes mesmo de a humanidade usar a linguagem oral, os indivíduos dançavam, usando a linguagem gestual e expressões faciais. Dançava-se para exprimir emoções, em rituais para deuses ou para distrair. Entretanto, com o tempo as coisas foram mudando, a linguagem gestual veio se restringindo e instituiu-se a diferença entre o que era dança e linguagem gestual. Assim, foram criados ritmos e esses ritmos foram sendo rotulados. Como linguagem, a dança veio reproduzindo o papel do homem e da mulher na sociedade em diferentes tempos e culturas.

A dança enquanto arte é vista aos olhos do senso comum como algo sensível, leve e suave, enquanto que a visão sobre o masculino está relacionada à atitude, força e brutalidade, criando-se assim um desacordo entre o masculino e a dança. Porém, para dançar é preciso equilíbrio entre leveza e força, liberdade e limitação. Para dançar, a mente precisa estar em equilíbrio com o corpo, para que possa absorver o áudio e transformá-lo em movimentos. É como pensar: es-

cutar a música, criar na mente e produzir movimentos com o corpo. Pensar e dançar deixa o sujeito cara a cara com o risco, sempre em constantes mudanças, fluxos inventivos e instabilidade. As crianças dançam desenfreadas, sem se importar com ritmo ou rótulos, o que importa é que estão dançando, pensando e exercitando. E assim elas absorvem a música e liberam os movimentos.

Nas cortes da Itália e da França surgiu o balé que, ao longo dos anos foi dando origem a outros estilos, sempre deixando bem clara a presença forte, galante e elegante do homem, que ainda sustentava a mulher, para que ela pudesse mostrar toda sua leveza e graciosidade. Quando um espectador homem estava assistindo uma coreografia ou peça de teatro e procurava um dançarino ou ator que admirasse, ou mesmo em que pudesse se espelhar, comumente quando procurava se identificar com a imagem do dançarino, era provocado por um incômodo, pois o homem dançarino, por mais que realizasse passos de dança diferentes da mulher, apresentava alguma suavidade. Dessa forma, houve um desacordo entre o homem espectador e o homem dançarino. Surge, então, um choque de identidades que leva à discriminação do homem dançarino.

Temos uma identidade que está em criação, com dúvidas e uma série de negações. Antes de nascermos, nossos pais e a sociedade vão produzindo uma identidade para cada um de nós. Entretanto, com o tempo, em diálogo ou desacordo com essas construções sociais, o sujeito vai moldando sua própria identidade. E é construindo as identidades como algo "natural" que a sociedade define os papéis de gênero e espera que os sujeitos se adequem a eles. Assim, a sociedade, organizada a partir dessa dicotomia masculino-feminino, define as funções, atuações e possibilidades corporais. Crianças aprendem na escola as coisas que são de meninas e aquelas que são de meninos. Por exemplo, rosa é cor de meninas e azul é cor de meninos. Esse é apenas um dos rótulos impostos pela sociedade. E como nas cores temos os rótulos, na dança não é diferente. Se um homem vestir rosa ou dançar balé, ou uma mulher jogar futebol, os olhares de estranheza, com certeza, não deixarão de fitá-los.

O homem que dança, muitas vezes, esconde talentos, prende movimentos por medo e vergonha do que a sociedade pode dizer. E daí? Tem alguns homens que tem uma melhor desenvoltura para dançar do que algumas mulheres. E algumas mulheres uma melhor desenvoltura para futebol do que alguns homens. Mas o preconceito é tão grande que afasta os homens da dança. Procurei informações na minha escola e entre os 319 alunos, onde a maioria é de homens, temos um grupo de dança que desenvolve vários estilos, com dez estudantes. Destes estudantes, nove são mulheres e um único homem. E até mesmo em outras escolas ou academias de dança, o número de mulheres sempre é maior do que o número de homens.

Apesar do quadro que se apresenta, outras possibilidades têm surgido. Novos ritmos de músicas e coreografias adaptaram-se ao longo do tempo. Com o desenvolvimento da dança foram favorecendo movimentos comuns em ambos os sexos, possibilitando a desconstrução de paradigmas baseados na divisão masculino-feminino. Não precisaria da presença masculina para sustentar a mulher para que assim ela pudesse mostrar sua graciosidade. Houve uma neutralização dos gêneros, dançariam agora em grupos, nos quais homens e mulheres fariam os mesmos movimentos, tanto em sincronia quanto individualmente.

A dança pós-moderna traz mulheres que realizam movimentos masculinos e vice-versa. Assim, estes foram trabalhados com o coletivo para que o peso corporal da coreografia fosse responsabilidade de todos os dançarinos, eliminando os níveis de ativo e passivo. E quanto ao espectador e o dançarino, o dançarino entraria nos palcos sem preocupar-se em apresentar-se para o espectador e agora entraria nos palcos somente com a preocupação da realização da coreografia.

Alguns coreógrafos recriaram os aspectos considerados da masculinidade como características brutais, sexuais e agressivas, destruindo imagens positivas, tanto da heterossexualidade como da homossexualidade. Como por exemplo, uma coreografia em que um homem dança com uma boneca erótica inflável, trocando carícias e toques. Mas também, poderíamos ter uma coreografia em que uma dupla de dançarinos começasse a dança com dois elásticos e terminassem colados por um só elástico. Então, quando o espectador procurar se identificar com a coreografia, nesses casos, ele terá uma facilidade em se identificar, sendo ele heterossexual ou homossexual.

Apesar de todas essas desconstruções e recriações, ainda temos olhares cheios de estranhezas para o homem que dança. Com o tempo, os homens vão ocupando seu espaço nos palcos, procurando ser valorizados pela sua arte. Espera-se que a sociedade compreenda a diversidade de identidades. As escolas e todo sistema educacional pode contribuir nesta empreitada. Ao invés de reforçar a ideia de uma identidade pronta e de papéis moldados, a instituição escolar é um local privilegiado para ampliar as possibilidades de vivências e convivências dos estudantes, concretizando uma educação para a diversidade. O homem que dança não deveria ter vergonha e nem medo de dançar.

Dançando e dançando eu estou com os olhos fechados, imaginando um mundo diferente, em que a diferença é respeitada, em que a dança é uma linguagem artística vivida e vivenciada por todos e todas. Quando abrir meus olhos, quero me deparar com os olhares das pessoas cheios de admiração e respeito em minha direção. Aquela mesma admiração e aquele mesmo respeito que tenho por elas.

CATEGORIA ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO REDAÇÕES PREMIADAS NA ETAPA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

***ALAGOAS** – Arapiraca*

O confronto

Danielle Stéphanny Pereira de Alcântara
Instituto Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

Esses dias andei pensando em nós dois: ou melhor, em você e eu. Em como éramos e realmente somos diferentes. Como você estaria depois de todo esse tempo? O que fez ou fará da vida? E como se houvesse um espelho onisciente de frente para mim, tracei um paralelo, fiz um comparativo entre nossas vidas.

Dos tempos em que estudávamos naquela escola pequena, acredito que ganhei bem mais respeito do que você. Estranho? Só por que você era um garoto? Talvez para os outros, não para mim. Sempre fui tímida e nunca gostei de vulgaridades, devo isso, em grande parte, à educação tradicional que recebi em casa. Mas, por ser um menino, você teve mais liberdades do que eu, mesmo eu sendo mais velha (você também é irmão mais velho: uma das poucas coisas que temos em comum). Enquanto eu ficava trancada em casa, você podia ficar em sua calçada, ir de bicicleta à casa de um colega e conseguir dizer, com desprendimento inimaginável para mim na época, que estava namorando uma conhecida qualquer.

Por ser uma menina, tinha mais maturidade do que você. Sempre vi meus pais se esforçarem para minha irmã e eu termos os privilégios que eles mesmos não tiveram. Ouvia minha mãe reclamar-se mais de meu pai que do próprio trabalho. Na verdade, era ele quem tornava pior a cansativa rotina.

Você se achava o tal, arriscava beijos, abraços e amassos com outras que eu sequer admirava. Tinha dó do seu machismo, afinal, fingir aos outros ser conquistador era o mesmo que dizer, ao menos para mim, que você ainda era infantil demais. Aliás, esse disfarce é típico dos homens, os quais quando veem uma mulher com uma máscara ou até mesmo total personalidade como essa, julgam de modo a esquecerem de si mesmos e a criticar mais o sexo oposto. A sociedade tenta perder esse velho costume, mas, quando coisas como essas perduram por tantos séculos, é como deixar de lado uma regra implícita no cotidiano.

Sem dúvida você nunca foi esforçado o suficiente para tornar-se prendado em afazeres domésticos. Claro, você era um garoto, mas... e eu? Eu, que também não dava valor para isso, tinha de mostrar que sabia ser dona de casa (metade, ao menos). Não tinha tempo para cuidar de minha casa – que para mim era grande e despertava preguiça – era o que acreditava. No entanto, quando meus pais chegavam à noite, cansados de uma árdua jornada, minha mãe era quem recebia a culpa por não formar a filha, obrigada a ter

diploma em tarefas do lar. Meu pai a culpava por não me "educar", como se a educação dos filhos dependesse apenas da figura materna dentro da família. Certo que em casa eram apenas duas garotas, mas, ainda assim, tal fato não altera a responsabilidade do pai na formação da identidade de uma filha.

Já você, sem dúvida, o máximo que fazia, e quando o fazia, era arrumar a cama. Se estivéssemos em outros tempos, você iria gastar-se num elevado exercício de força bruta, sendo castigado pelo cansaço de trabalhar no pesado para ajudar a família; eu estaria em casa, preparando o almoço, cuidando de irmãos. Houve muitas mudanças, em diversos aspectos, para homens e mulheres, entretanto, por que, mesmo depois de tantos anos, para você é tão diferente e para mim continua igual? Para o sexo feminino, os encargos do passado são os mesmos do presente: pouca coisa mudou para nós.

Daqui a alguns anos você estará iniciando a carreira de sua vida, fará vestibular, e como nunca se contentou com o pouco que nossa cidade pode oferecer, estudará num lugar de mais prestígio. Daqui a alguns anos eu estarei iniciando a carreira de minha vida, farei vestibular, e como nunca me contentei com o pouco que nossa cidade pode oferecer, "menina, você não sabe se virar aqui, quanto mais numa capital...", "mas, mãe, a gente precisa aprender essas coisas um dia", eu falava para que ela tentasse mudar de ideia, ou ao menos pensasse no assunto. Só por ser homem você não está sujeito a menores preocupações, responsabilidades ou perigos do que eu.

Se depender das pesquisas, estarei sempre recebendo salários inferiores ao seu, mesmo se ocuparmos o mesmo cargo (acredito que isto não ocorrerá, já que pensamos e somos tão diferentes). Temos diretos iguais, deveres iguais: nenhum de nós é superior ao outro.

Você sempre foi machista, mas, por favor, não passe esse pensamento bobo às gerações que surgirão a partir de você. O passado de minha vida, em que você viveu, foi uma simples memória, uma infância, boas lembranças superficiais apenas. Seu futuro... um bom futuro o seu, o meu será maravilhoso também. Tudo recentemente é feliz, ganhei tantos bons presentes nessa vida... Quanto a você, seu presente não me interessa, pouco importa para mim. "Feliz futuro pra você!"

O pouco tempo que foi nosso parece que nem foi uma história perfeita... Ao contrário do que há em contos de fada, o príncipe não precisou ficar com a princesa para que pudessem ser felizes, sequer precisou salvá-la. Essa nova geração de princesas é bastante independente, para elas não é essencial serem salvas, estar com alguém da realeza e somente olhar os perigos, sem sair de sua posição de ingenuidade.

Era disso que precisávamos: uma revolução, ao menos, até que os príncipes mudem.

***BAHIA** – Mutuipe*

Mãe Maria, uma mulher do campo

Bruna Lais dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês
Professor orientador: Derneval Ferreira Andrade

Mãe Maria é uma mulher da zona rural, do campo, do campo... Desde sempre, ela vive marginalizada e excluída nesse Brasil tão desigual e faz parte das tristes estatísticas sociais que evidenciam a precariedade de sua vida. Quando pequena, ela não estudou. Sua família não achava conveniência em estudar. Apesar de admirar todas as filhas do patrão que sabiam ler e escrever, ela nunca teve tal oportunidade. Ao invés de brincar e se divertir, ela aprendeu desde cedo a trabalhar com a enxada de sol a sol, a troco de uns míseros trocados. Mãe Maria tinha treze irmãos e como era a irmã mais velha tinha a obrigação de ajudar a mãe a cuidar dos outros irmãos.

E assim foi crescendo, labutando na roça e auxiliando nas tarefas domésticas, num esforço, muitas vezes, que não condizia com sua idade. Seus direitos de criança: alimentação, habitação, recreação e assistência médica, quando não eram relegados, eram primariamente supridos. Quando ficou moça, recebeu logo um aviso da mãe:

- Mia fia, tu toma cuidado com esses frangote porque se tu pegar barriga, teu pai num vai querer que tu more mais aqui. Tu morre de veiz.

Ela retrucava:

- Mas mãe por que eu devia pegar barriga?

A mãe não respondia. Nunca respondeu a nenhuma pergunta que a ingênua menina fazia. Maria não sabia direito por que todo mês toda mulher tinha seus dias de reserva, não sabia como os bebês iam parar na barriga da mãe e nem sabia como saíam de lá. A mãe não conversava com ela, nem ninguém mais próximo. Não ia para a escola e as coisas da vida ela aprendia pouco em casa. Inexistia um diálogo aberto com seus pais e familiares sobre as mudanças que ocorriam em sua transição de criança para adolescente. E assim se passavam os dias para Maria, naquela rotina monótona que se perpetuava em sua família por várias gerações.

A relação de Maria com sua família parecia um monólogo. Eram apenas os monossílabos que fixavam a relação entre eles, muitas vezes rudes e agrestes com a própria natureza humana. O silêncio era o alimento da salvação e o alívio da dor. E todos... todos se acostumavam com aquela situação

que parecia arrastar tudo e para o trágico. Mas Maria, mulher do campo, parecia que tinha uma pérola nos olhos que brilhava, sinalizando resistência, luta, mudança. A menina moça, mulher não podia inflar os números de uma estatística fria e calculista de um país bonito, rico, e ao mesmo tempo pobre e cruel. Era a esperança que brotava da roça. Broto mesmo com pouca chuva, mas com muita perseverança.

Assim...

Assim um dia. Dois dias. Vários dias. Muitos dias se passaram e Maria...

Maria se enrabichou por Tião, um homem forte e bruto. Eles se enrolaram no matagal onde Maria ia buscar lenha todo fim de tarde. Não demorou, Maria ficou grávida. E seu pai... como já havia dito a mãe... o pai de Maria não gostou nada disso, e ela teve que morar forçadamente com Tião.

Juntaram os trapos e só. Não teve casamento, muito menos festa e comemorações. Os anos se passaram e os filhos multiplicaram-se. Por mais que lhe parecia inevitável, Maria não queria que sua história se repetisse com as filhas. Não queria que elas crescessem sem estudar nem receber nenhuma orientação. Mas como? Ela não tinha dinheiro, não tinha trabalho e morava muito longe da cidade para ter algum benefício. E o fim de Maria? E suas esperanças? Suas certezas são como sementes jogadas em pedregulhos, ou serão cultivadas por sua prole em terras férteis e espaçosas?

Essa história de Maria, Maria do Campo é também a de muitas mulheres do campo no Brasil. Nascem, crescem e morrem repetindo a história de outras mulheres da família. Existem milhões de Marias pelo nosso país. Mas apenas Marias? E as Amandas, Marialvas, Lúcias, Magnólias? Será que também não fazem parte desse cenário desigual e extremamente preconceituoso? É vergonhoso o estado de inércia instaurado no sistema de políticas públicas brasileiras que pouco tem feito pelas mulheres do campo, pelas Marias, pelas Carmelitas, pelas Josefas e por tantas outras, tantas outras Marias!

As diferenças econômicas impostas a essas mulheres perpassam pelos meandros da exclusão no campo político, social, cultural, educacional e trabalhista que aprimoram o viés da desigualdade e acentuam o caráter desumano da sociedade em que estão inseridas.

Temos uma enorme dívida com esse contingente populacional. Os bens fundamentais, que deviam ser semelhantes a todos os seres humanos, são continuadamente negados a esta parcela de indivíduos. Mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos deixando explícito o direito ao acesso às condições básicas de bem-estar e dignidade, ignoramos esta orientação e mantemos nossos semelhantes à margem social.

Essas disparidades não são peculiares à sociedade brasileira contemporânea, a qual consolida tal vertente quando preconiza uma ideologia arbitrariamente machista e segregada, muito pelo contrário. O curso da história demonstra que as diferenças econômicas em relação às mulheres rurais foram marcadas por diferenças políticas, sociais e culturais que sacralizaram a figura feminina num indivíduo frágil e vulnerável, destinando-lhe apenas o matrimônio e a maternidade.

Esse *apartheid,* não declarado, faz com que os processos motores da exclusão da mulher do campo no Brasil proliferem ainda mais o viés da exclusão feminina. Por ora, os índices de Marias crescem assustadoramente, e sua invisibilidade perante o governo não foi extinta. Enquanto o governo não se mobilizar, parece que a sociedade nada fará para integrar as Marias numa dinâmica social mais justa. Quando nós não protestamos acerca da vida de Maria, estamos alimentando e reforçando uma exclusão instaurada pelos poderes públicos. Quando não refletimos sobre a situação de Maria, estamos, consciente ou inconscientemente, restringindo sua inserção na sociedade e contribuindo para a sua perpétua marginalização. Enquanto negligenciarmos a cidadania dessas mulheres, elas vão continuar com seus direitos relegados e alijadas de uma capacidade crítica que refute o ambiente que as circunda.

O pior é saber que o país onde Maria não tem acesso a educação, moradia, alimentação, saúde e lazer de qualidade é considerado o "país de todos". Não se pode pensar num país de todos sem que haja a reformulação dos padrões sociais que promovam a inclusão de todos os indivíduos democraticamente, que seja empreendido o desenvolvimento social, assegurando que os direitos fundamentais não sejam negligenciados nem que vivam à mercê de uma máquina pública que não assegura qualidade de vida aos seus cidadãos.

É preciso que todo o Brasil empreenda uma luta unida e coesa, onde esteja presente um discurso hegemônico que erradique da sociedade toda forma de dominação, subjugação e segregação da mulher do campo. A sociedade civil precisa desenvolver uma luta incessante em prol do respeito e cumprimento dos direitos individuais de cada cidadão. E que essa luta possa inviabilizar os pilares que sustentam o fenômeno da desigualdade, além de oferecer à população maior justiça social e, sobretudo cidadania e igualdade em seu conceito pleno.

Até quando a triste sina de Maria vai continuar? E o que nós, parte integrante da sociedade, podemos fazer para que a história de Maria não continue se repetindo? Como cidadãos, devemos empreender uma luta unida e coesa em busca da verdadeira redemocratização do país, diminuindo os preconceitos, discriminações e desigualdades. Além disso, é preciso difundir e subsidiar um ambiente de debate, de mobilização. Para que as Marias do campo possam ser mães de filhos que mudem o cenário desse país.

ESPÍRITO SANTO *– Vila Velha*

Ó abre alas!

Camila Crivilin de Almeida
Centro Educacional Leonardo da Vinci

Vitória, oito de março de 2013.

Querida Chiquinha,

Antes de qualquer coisa, devo lhe dizer que desde minha infância sonho com esse momento da materialização do que antes era tratado como simples devaneio: a concretização da comunicação com o passado! Sinto-me orgulhoso de ser um dos pioneiros nesse projeto tão desafiador.

Ainda me lembro da primeira vez em que escutei a célebre marchinha de Carnaval de Francisca Edwiges Neves Gonzaga *Ó abre alas*. Comecei a cantarolar a letra como se fosse um velho mantra conhecido. Chiquinha Gonzaga. Minha tataravó. É com grande orgulho que proclamo aos meus conhecidos o meu parentesco, ainda que distante, com uma das mulheres mais importantes da história brasileira. Emociono-me ao recordar a bela e suave voz de minha mãe ao pé do meu ouvido cantando baixinho *Lua branca*. Seus olhos azuis brilhavam intensamente, ora olhando em minha direção, ora fitando o seu antigo retrato pendurado na parede do meu quarto. Eu implorava que repetisse a canção. Os seus lábios permaneciam imóveis, mas seu olhar sorria. Então, ela se rendia aos meus desejos e sussurrava só mais uma vez aqueles versos tão conhecidos. Havia uma deliciosa cumplicidade entre nós que compartilhávamos ao som de antigas canções da música brasileira. Coisa de mãe e filho.

As reminiscências mais vívidas de minha infância são os sons que ouvia quando criança. Os passos delicados de minha mãe no assoalho de nossa casa na calada da noite e a sua voz terna cantarolando as composições da senhora. Ainda adolescente, perdi a mulher mais inspiradora que conheci em toda a minha vida. Quantas vidas, em trinta e dois anos, viveu Ana? Esse era o nome de sua bisneta, Chiquinha. Falecida há anos, essa grande mulher contou-me toda a notável trajetória de sua bisavó. Infelizmente, a violência doméstica vitimou minha mãe. Ela sentia-se envergonhada e humilhada pelos atos cometidos por meu pai. Não teve coragem de contar às pessoas a violência sofrida dentro de sua própria casa. Pagou caro o preço do silêncio, mas deixou um legado notável para as mulheres do seu tempo. Ana, apelidada carinhosamente pelo meu avô como Anita, sofreu com os menosprezos,

com as afrontas e com os ultrajes impostos pelo dito "homem da família". Padeceu diante de tanta brutalidade e agressões diárias. Ao colocar a cabeça no travesseiro todas as noites, as brigas constantes e os gritos estridentes ainda me dão pesadelos. Um triste fim para o que parecia um conto de fadas destinado ao sucesso.

Advogado, casado e com duas filhas, a lembrança materna torna-se cada dia mais nítida e presente no meu dia a dia. Não compactuo com aqueles que julgam a humanidade como sendo um mundo masculino, onde às mulheres restam os papéis de subserviência, como se fossem meras figurantes. No palco da vida, as mulheres não devem entrar mudas e sair caladas como muitas fazem, ao contrário, elas têm que participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas. Por meio desta carta alegro-me, ao lhe contar que as mulheres alcançaram enormes conquistas na sociedade contemporânea. A mulher do século XXI preocupa-se muito mais com a sua realização pessoal, profissional, intelectual, sexual e afetiva.

Impossível descrever como seria a história da música popular brasileira sem Chiquinha Gonzaga. Além disso, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Guerra do Paraguai são alguns dos episódios marcantes da sua vida que anda lado a lado com a história do Brasil. Ao analisar a legislação da época, descobri um fato que me deixou abismado. A Constituição não identificava a mulher como cidadã. Portanto, não era reconhecida como participante da vida pública do país. Como você certamente há de se recordar, a leitura da obra literária de Manuel Antônio de Almeida *Memórias de um sargento de milícias*, cuja história ocorre no mesmo período, exemplifica essa condição de inferioridade da mulher na sociedade: — Vai... vai... exclamou a Maria já de novo em segurança, pondo as mãos nas cadeiras que o caso não há de ficar assim... pôr-me as mãos!... ora... vou com isto à justiça!... — É melhor não se meter nisto, comadre... sempre são negócios com a justiça... o compadre é seu oficial, e ela há de punir pelos seus. (ALMEIDA, s/d: 14-15). A violência doméstica presente no século XIX perpetua-se ao longo das décadas até chegar ao século XXI.

Minha querida tataravó, meus lábios esboçam um discreto sorriso ao lhe contar que, em maio de 2012, a primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a Lei que instituiu o Dia Nacional da Música Brasileira, em 17 de outubro. Data de nascimento da maior personalidade da música popular brasileira, Dona Francisca Edwiges.

Às vezes, passa pela minha cabeça o seguinte devaneio: será que no final das contas, o que toda mulher procura é a felicidade no amor eterno e

um príncipe encantado em sua vida? Será que os anseios e questionamentos da mulher contemporânea são os mesmos da mulher do século XIX?

Por fim, aguardo ansiosamente pela sua carta de resposta e sonho com o dia em que uma máquina do tempo a trará para a Vitória do século XXI, para que a senhora conheça as mulheres-chiquinhas que se dão o direito de pensar e de agir por si mesmas. Mulheres que não se intimidam diante do que os outros podem pensar ou dizer delas. Mulheres que ainda conseguem se indignar frente à violência e às injustiças. Mulheres que têm coragem de amar na plenitude de suas emoções.

Com carinho,
João Gualberto.

MARANHÃO *– Timbiras*

Relatos de Marias

Mardiani da Silva de Alencar
Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Maranhão
- Campus Codó

Sou guerreira desde meu nascimento, pois sou Maria.

Nasci às margens de uma sociedade que estipulava toda minha vida, me limitava milimetricamente. Filha obediente, não podia falar, não podia pensar, não podia estudar, não podia trabalhar. Sou muito obediente.

Homem naquele tempo era o dono do mundo, da comunicação: só eles tinham ideias, só eles estudavam, só eles trabalhavam e nunca nos deixavam fazer nada. Se eles tinham algo a mais que nós Marias? Tinham não, eram do mesmo jeito: nariz, boca, dois braços, duas pernas, dois olhos... mas eles mandavam! Sabia que apesar de tudo, eles iam precisar de nós algum dia, pois por mais que pensem, falem, mandem, eles não vivem e nem conseguiriam viver sem nós. Ah que orgulho de ser Maria!

Somos nós que os carregamos durante nove meses em nossos ventres! Somos nós que os amamentamos e cuidamos deles quando ninguém mais poderia fazê-lo.

Bem, minha história foi bem difícil, mas tinha dentro de mim uma certeza de mudança, não sei se chegaria a partilhar dela, mas sabia que outras Marias poderiam usufruir de muitas conquistas e lutas que nós deixaríamos.

Enquanto cuidava do lar, os homens faziam outras coisas fora de casa. Sempre quis trabalhar fora, mas eles achavam que eu não serviria para essas atividades. Assim que chegou a evolução, ou melhor, a Revolução Industrial (como chamavam o tempo do aparecimento das máquinas), percebi que minha chance batia à porta. Faltavam mais pessoas para trabalhar nas indústrias e os homens não estavam sendo suficientes, então fomos nós que ocupamos essas vagas. Daí começamos a trabalhar fora de casa. Foi dureza, trabalhávamos da mesma forma que os homens, mas mesmo assim recebíamos salários mais baixos. Nossas crianças também ficaram à mercê de tanto sofrimento, pois logo que saíamos para trabalhar elas ficavam em lugares inapropriados, uma tristeza de cortar o coração!

O homem sempre em períodos determinados escolhia outros homens para administrar a cidade, através do que eles chamam voto. Nenhuma Maria tinha acesso, era algo só para eles, mas sempre existe alguém para salvar a pátria e nem toda vez era Maria. A nossa luta foi crescendo com a ajuda

de pessoas que não esperávamos. Alguns homens fizeram muito por nós, o voto como direito das mulheres foi conquistado com a ajuda deles, e isso é bem claro quando dizemos que "a união faz a força".

Somos seres humanos iguais aos homens e merecemos expor nossas opiniões. Com orgulho de ser mulher, agora sim, somos consideradas cidadãs, somos inteligentes, temos nossa concepção de mundo e podemos melhorá-lo com um toque feminino.

Somos guerreiras e batalhamos durante anos. Nossa vontade de crescer só estava começando, e nos deixando mais confiantes de várias outras conquistas que estavam por vir, várias foram as tentativas, e vários os fracassos. Recebemos muitos "nãos", mas nunca abaixávamos a cabeça, seguíamos firme, acreditando em nossa vontade, e o que parecia ser impossível, tornou-se uma grande vitória para as Marias de ontem, de hoje e de amanhã.

A sociedade estava mudando, e com o tempo souberam conviver com a presença das mulheres no meio de trabalho, escolas e vários outros lugares. Percebendo que a nossa opinião é muito importante, o respeito tornou-se maior, ganhamos alguns benefícios no trabalho, como a licença maternidade e o salário materno, que é direito de todas as futuras mamães. As Marias de hoje estão com maiores oportunidades no mundo. Com isso, pensei que aquele tempo de submissão jamais aconteceria outra vez, mas me enganei. Muitos ainda lembram-se dos tempos arcaicos de censura e exclusão da mulher, e ainda tem gente querendo perpetuar esse tempo de sofrimento, pois pouco tempo atrás vi uma cena muito lamentável com uma mulher dedicada, mãe cuidadosa, esposa merecedora de elogios. Maria foi vítima de duas tentativas de assassinato. Na primeira tentativa, levou um tiro pelas costas, com isso ficou paraplégica, mas Maria é mulher forte e guerreira. Um tempo depois, a mesma pessoa tentou assassiná-la eletrocutada, mas com o papel de guerreira ela lutou. E pensando em todas as mulheres que passaram e passam por situações semelhantes, ela incansavelmente batalhou até conseguir fazer com que o culpado pagasse por seus atos. Mesmo sofrendo, humilhada, ela seguiu em frente, foi à luta e venceu essa batalha, e graças a essa Maria é que temos hoje a lei que rege a proteção da mulher contra agressões quando ocorridas no meio doméstico ou familiar, aumentando o rigor e a punição correta ao violentador. Devido a esse ato que demonstra a valentia e a vontade de ser igualada a todos, é que Maria da Penha Fernandes entrou para a história sendo mais uma Maria a fazer uma grande mudança no mundo. Maria agora também é Lei, e protege todas as vítimas de qualquer violência, seja física ou verbal. Com mais esse avanço minimizando esses atos reprováveis, ganhamos um impulso e mais coragem. Agora posso ver o quão gratificante é

ser Maria. Hoje em dia posso ver que já existem mulheres que desempenham funções que antes eram exclusivas para os homens: motoristas, médicas, policiais, empresárias, delegadas, entre outras. Conseguiram com luta exercer profissões que nunca pensei que exerceríamos um dia.

No Brasil temos um grande exemplo de que as coisas dependem da luta, força de vontade e sobre tudo da união. Temos Marias guerreiras em diversos lugares da nossa sociedade; as vereadoras, governadoras e presidentas marcam um avanço, e estas assumem posturas públicas, lutam por melhorar a sociedade para todos. Todas são mulheres de que devemos nos orgulhar, que mostraram que não existe barreira para quem quer vencer e que qualquer um pode, seja mulher, homem, jovem, criança ou idoso, sem distinção de sexo, idade, religião, aparência ou preferência, somos, assim como as Marias, capazes de realizar nossos sonhos, mesmo que toda a sociedade ainda não esteja preparada para uma mudança ou até diga não a ela. Seremos sempre os únicos seres racionais que podem fazer a diferença onde vivemos.

Viver sem preconceito, sem limites para a felicidade, respeitando todos e todas. Marias viveram, lutaram, morreram, mas a história mostra o avanço que cada uma proporcionou. A igualdade tem que chegar a todos, cada um tem o direito de escolher, temos livre arbítrio. Mas a luta não acaba aqui. Ainda estamos buscando fazer valer o que a lei garante, e sozinhas não conseguiremos nada. O apoio de todos para garantir nossos direitos com certeza fará a diferença em todo o mundo, pois a luta que começa hoje beneficiará todos amanhã. Marias viveram, vivem e viverão para garantir nossos direitos, relembre a história: somos guerreiras!

AMAPÁ *– Laranjal do Jari*

A equidade de gêneros: uma nova luta de igualdade entre sexos nas profissões.

Igor Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP
Professora orientadora: Karoline Fernandes Siqueira

O gênero feminino vem conquistando grandes espaços no mercado de trabalho em diversas áreas de atuação, contribuindo para a equidade de sexos, temática debatida e defendida por grupos feministas e pela sociedade que, no geral, anseia a igualdade entre os indivíduos, favorecendo os patamares de cor, raça, sexo e idade. Entretanto nessa busca, os entraves mudaram de foco, e o que era para ser um elemento de equidade, tornou-se um fator de preconceito, *bullying* e discriminação a algumas profissões.

Na procura por justeza de oportunidades profissionais, que deveriam estar primordialmente ligadas às aptidões, competências, habilidades, bom desempenho e capacidade intelectual, os indivíduos começaram a ter seu direito negado, principalmente a partir do surgimento de novos estigmas com relação a determinadas atuações profissionais, favorecendo a limitação das escolhas ou a necessidade de se enquadrar no novo cenário constituído pelos empregadores.

Com uma mudança abrupta e descaso dos envolvidos no processo de qualificação, capacitação e inserção no mercado de trabalho, tenho sido, desde o começo de 2011, alvo de atitudes preconceituosas e discriminatórias por parte de uma sociedade leiga, que aumenta os entraves aos profissionais do sexo masculino em secretariado. Observo diariamente no convívio estudantil e social, que essa prática é geral entre os alunos, seja nas modalidades técnico, tecnólogo ou bacharel.

Buscando informações e motivos que levem ao panorama atual, percebe-se que a retórica é embasada em um histórico pouco divulgado, contribuindo para que empregadores e população permaneçam em um patamar confortável à prática, sem buscar conhecer a realidade, tendo a superficialidade de pensamento como norte que os remete a acreditar e apoiar a permanência e o crescimento exclusivo da mulher nessa atuação.

Meu nome é Igor Costa e sou aluno do curso técnico em secretariado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Campus Laranjal do Jari, o terceiro município do Estado do Amapá. Estou cursando o 2º ano e já passei por diversas formas de preconceito, exclusão e discriminação, em decorrência da quantidade mínima de alunos do sexo masculino neste curso, que, posso elencar, não passam de dois alunos por turma, um vexame para uma sociedade evoluída e que almeja constantemente um mundo de divisão igualitária.

Quando em 2011 escolhi no processo seletivo este curso, apesar de ter à escolha opções como técnico em meio ambiente ou informática, profissões reconhecidas como masculinas, senti cotidianamente nas ações, olhares e falas, um potencial grandioso de discriminação acontecendo nas salas de aula por parte de colegas que considero "ignorantes", sem conhecimento e com pensamentos antiquados, uma vez que creem na ideia de que as mulheres dominam a profissão, visto que no quantitativo, são predominantes.

Constantemente ouço nos corredores que não existe relação nenhuma entre um homem e a execução de ações secretariais. Até nos meus momentos de lazer sou vítima de brincadeiras infundadas de amigos e familiares. Fico o tempo todo contornando situações constrangedoras e que me envergonham, aproveitando para dirimir erros e descrever o que aprendemos: o quanto somos profissionais essenciais, visto que somos a terceira profissão mais procurada no mundo.Passei a ser um multiplicador de informações reais e necessárias à mudança do que vivo.

Lembro com tristeza de uma aula sobre técnicas de etiqueta e imagem pessoal, em que ouvi comentários inadequados e vergonhosos de alunas se indagando, em uma conversa grupal, sobre os motivos que levariam à permanência e insistência de nós, alunos homens, na profissão, se não usávamos maquiagem e nunca saberíamos o quão elegante é andar de salto alto... me vi como no século XVI, onde as mulheres não tinham direito algum, e suas funções na sociedade eram apenas de reprodução, um objeto sexual, sem intelecto, opinião ou capacidade de atuação, um retrocesso social.

O que mais me decepciona é saber que estamos em uma era de evolução, de desapego ao passado, em que retomamos temas essenciais ao crescimento mundial de esferas políticas, sociais, empregatícias e econômicas objetivando ultrapassar obstáculos e lacunas deixados na história do mundo e que influenciam o presente. Se nada for feito, será também a base para o futuro.

Minha indignação se pauta nos primeiros secretários, os escribas (homens), e que só na evolução da profissão foram sendo substituídos pelas mulheres. Sinto-me a cada dia mais angustiado com o que dizem ao meu respeito. Duvidando inclusive de minha orientação sexual, sou associado vulgarmente à serventia, sendo acometido por injustiças, palavras de baixo calão, brincadeiras infundadas e sem base informativa, que tem como real intenção rebaixar, ofender, humilhar e denegrir minha imagem.

Entretanto, continuo minha jornada na escola, e venho encontrando em pesquisas, produções textuais, enquetes, entrevistas e relatos a instigação necessária para levar em frente a discussão sobre o tema e contribuir com o recuo de ideias retrógadas, discriminatórias e preconceituosas acerca dessa profissão e a atuação do homem no mercado de trabalho, além de contribuir para a construção de um mundo mais igualitário entre os gêneros, o que culminará na valorização de homens e mulheres em suas atuações, profissional e pessoal.

PARÁ *– Tucuruí*

O fim da fragilidade feminina

Natália Freitas Araújo
Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
Professora orientadora: Miranilde Oliveira Neves

"A força de uma mulher". Demorei muito tempo para descobrir o que essa frase realmente significa.

Eu fui criada com os princípios mais básicos de que lugar de mulher é na cozinha, e que o homem tinha que cuidar do sustento da casa. Nunca me questionei, afinal, via o meu pai como uma autoridade máxima que nunca poderia ser contestada, e a minha mãe – como a rainha que cuidava de todos ao seu redor.

Guiando-me pelo exemplo dos meus pais, me casei muito cedo, achando que levaria a vida de sempre; na verdade esse era o único destino que eu via. Porém, não demorou muito para descobrir que o castelo de areia que tinha criado para mim estava se desmoronando sobre a minha cabeça. O casamento era completamente diverso do que eu tinha imaginado.

Em pouco tempo, o meu marido não era mais o mesmo, qualquer coisa o zangava, desde o choro do nosso filho à noite até a música da minha novela preferida. Sempre chegava bêbado em casa, nervoso, mal-humorado, com raiva de tudo – e toda essa ira era descontada em mim.

Ainda hoje, ao fechar os olhos, sinto o estalar da palma de sua mão pesada caindo no meu rosto pela primeira vez.

Depois da primeira, as agressões viraram constantes. Mas eu me escondia, não queria que os meus filhos vissem aquela situação, me calava por me sentir incapaz diante dele. De que me adiantaria denunciá-lo? Sem ele dentro de casa significaria que íamos passar por necessidades...

Depois de algum tempo, conheci a história de Maria da Penha Fernandes, uma sobrevivente da violência. Seu marido tentou matá-la duas vezes. A primeira com um tiro nas costas que a deixou paraplégica. A segunda, eletrocutada no chuveiro. Ela foi à luta. Além de prender o criminoso, batizou a lei que protege a mulher vítima da violência doméstica.

Maria da Penha era um grande exemplo, mas o que eu poderia fazer? Naquele período, eu não acreditava em mim, não fazia a menor ideia dos meus direitos. Não entendia que todas aquelas humilhações e agressões haviam se tornado crimes desde 2006, após a luta dessa grande mulher.

Ele, com aquele jeito rude de agir, se afastava das crianças e de mim,

perdendo os nossos melhores momentos, como as primeiras palavras e a graça dos primeiros passos de cada um. Por tudo que nós já passávamos, sempre tentei tratar os meus filhos da mesma maneira, afinal, eu os amo por igual. Só que não tinha como evitar os cuidados maiores com a minha única menina, que era a caçula, a mais frágil, e ainda representava para mim a pessoa que podia realizar todos os sonhos que eu nunca sequer almejei .

Com o tempo, pude notar a agressividade com que o meu filho mais velho tratava os outros irmãos. Fiquei horrorizada, sem saber o que fazer quando o ouvi xingando e batendo no irmão. Ele só estava seguindo o exemplo de casa. Naquela ocasião, eu ainda não sabia que ao me calar, eu não só acobertava um monstro como criava outro.

Em uma noite comum, mais uma vez faltava o meu marido para o jantar quando a noticia chegou. Um dos seus colegas da construção disse ofegante: "foi uma briga de bar, ele estava muito bêbado, surgiu uma faca no meio, eu sinto muito".

Naquele momento, me faltou o chão; olhei para os meus filhos que brincavam na sala. O desespero me tomou. E agora, o que eu iria fazer? Quem iria botar comida dentro de casa? Passamos meses com a ajuda dos vizinhos, ele tinha deixado a mim e mais quatro filhos para criar, sendo a última muito pequena, o que eu podia fazer? Cheguei ao ponto dos filhos chorando no meu colo dizendo "mãe eu tô com fome", e eu não tinha nada, absolutamente nada, para dar a eles. Mandava-os para a escola, pois lá os mais velhos teriam pelo menos a merenda para matar a fome.

Meu Deus, o que seria de nós? Tentei um bico de lavadeira, mas passava o dia inteiro para ganhar muito pouco. A maioria das famílias exigia que as domésticas dormissem no serviço, mas eu não podia, e os meus filhos? Foi quando se espalhou a notícia de uma grande construção, lá mesmo no nosso bairro.

Lembrei-me de uma reportagem passada na televisão, do recente fenômeno da entrada feminina em obras da construção civil. Então, me surgiu a ideia...

Estive na firma disposta a me candidatar, afinal, eu tinha dois braços e duas pernas, como qualquer outra pessoa. Já na fila, começaram as piadas e as brincadeiras sem graça: olhei ao meu redor e só enxerguei homens, parecia que aquele era um lugar exclusivo para eles. Cheguei muito perto de desistir, mas lembrei dos meus filhos, das necessidades que passávamos. Fiquei com medo, mas prossegui.

Consegui o emprego e comecei a trabalhar. Meus filhos maiores estavam todos na escola, e a caçula ficava com uma vizinha. Só eu sei o quanto

foi difícil, pois não tinha prática nenhuma, nunca tinha visto como eles trabalhavam antes, achava algumas coisas pesadas demais, mas nunca desisti.

Convivendo com aqueles operários, pude perceber como era grande o preconceito com as mulheres. As piadinhas, as cantadas sem a menor graça, a falta de respeito, como os apelidos, e até mesmo a nova gíria, me chamavam de "pedreirete". Estavam me denominando não pela minha profissão, mas pela minha condição de mulher.

Para eles, eu não era capaz de estar ali, não podia fazer as mesmas coisas, que não ficaria com a "perfeição masculina" que uma obra exigia.

Por muitas vezes fui posta à prova, eu, que nem sabia o que era uma maquita. Aprendi no dia a dia a fazer montagens de formas de pilares, colagem, ferragem e alvenaria, toda a base da construção.

Com o meu trabalho e o meu suor consegui, aos poucos, um pequeno, mas mesmo assim, meu espaço. É claro que todas aquelas piadas ainda me acompanham, mas hoje eu nem ligo.

Trabalhando e estudando, pude começar a entender o verdadeiro lugar das mulheres na sociedade e como elas lutaram para isso. Como as operárias que morreram carbonizadas lutando por mais direitos, que dão, atualmente, a data da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Não fiquei rica, muito pelo contrário, mas consegui grandes vitórias: botar comida na minha mesa, enfrentar os meus medos e cuidar da minha vida.

Olhando para trás, revendo toda a minha história, agora posso afirmar que canteiro de obra também é lugar de mulher! Nós somos fortes o suficiente para trabalhar em qualquer área, inclusive na construção civil. "É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separa do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta" (Simone de Beauvoir).

Podemos mostrar a nossa força, a nossa capacidade, os nossos próprios méritos. Não precisamos mais ser submissas. Temos força de domar as rédeas da nossa vida, não estando atrás, podendo olhar qualquer homem de frente e dizer: eu também sou capaz.

***PERNAMBUCO** – Recife*

O ser humano, o estranho ímpar

Daniele Bruna Belarmino Ferreira
Colégio Grande Passo
Professora orientadora: Josete Oliveira Targino

Entender as complexidades humanas, seus anseios e suas relações é sempre interessante e desafiador. Como dizia Carlos Drummond de Andrade, "Ninguém é igual a ninguém, todo ser humano é um estranho ímpar". O indivíduo busca ser, mas não ser comum, ser ele mesmo. Viver apenas não lhe basta, é necessário fazer a vida valer a pena, por isso procuram sempre ser reconhecidos e compreendidos.

Inteligente é quem consegue se compreender e perceber que não somos apenas matéria orgânica, e que a nossa formação vai além do físico e se estende ao psíquico. A esta inteligência intrapessoal vê-se atribuído um pensamento fundamental, ao adquirir o autoconhecimento, incluindo a aceitação das peculiaridades, vem atrelado o reconhecimento e a admissão das diferenças de cada um.

Esses seres pensantes, que se comunicam, que conseguem pensar o passado, compreender o presente e projetar o futuro a partir desse autoconhecimento, já possuem a capacidade de entender que cada ser humano, além de viver em sociedade, vive em um mundo paralelo de desejos, escolhas e de identidade. Peculiaridades que precisam, além de ser reconhecidas, respeitadas.

O indivíduo pode ser classificado de acordo com o sexo, ou gênero. Sexo faz referência à biologia, ou seja, trata da parte física do ser humano, que o define como homem ou mulher. Já gênero tem uma acepção muito mais ampla, pois não tem a ver com a natureza humana, logo serve como uma categoria de análise, utilizada para examinar a vivência de mundo de um determinado sexo. Isso implica dizer que tais coisas – gênero e sexo – não precisam ser sincronizadas, pois o ser em sua constituição é racional, possui uma moral e um intelecto que o difere dos outros animais.

Acredita-se que tratar sobre esses conceitos ou sobre qualquer assunto que entre no âmbito de gênero ou da diferenciação entre gêneros ou sexos é fundamental para a dissolução de pensamentos que individualizam direitos e deveres de cada sexo. Assim como é importante saber que qualquer tipo de preconceito é um retrocesso no pensamento da humanidade.

É sobre igualdade de gênero que nos é preferível tratar, pois na sociedade contemporânea, a ausência de tal já nos mostra consequências. Hoje é alarmante a situação dos homossexuais no Brasil e a equiparação das mulheres em relação aos homens. A questão não é a superação de tais grupos no âmbito social e econômico, e sim o reconhecimento da igualdade e o respeito a suas escolhas, e suas naturezas. Viver limitado é desumano, e quando esses limites são ideológicos e impostos por outro ser humano, é ainda pior.

É assustador, chega a ponto de ser um pouco irônico analisar o papel da mulher no decorrer da história da sociedade e ver que, dentro dos tipos de preconceitos, a ala feminina é a que mais sofre.

Na década de 70, John Lennon escreveu uma música que tem por nome *Woman is the nigger of the world* (*A mulher é o "negro" do mundo*). Essa afirmação gerou polêmica, mas seu sentido é verídico, uma vez que os negros sofrem há muito tempo com a discriminação racial e dentro desse grupo, as mulheres são as que sofrem mais. A desigualdade social é muito mais alarmada e tratada do que a desigualdade de gênero. John mostrou para os admiradores da sua música a situação da mulher no mundo (não se podia esperar algo diferente de um homem que brigou com os membros dos Beatles por causa de sua esposa, Yoko, uma mulher e que, junto com ele, lutou pelos direitos das mulheres).

A luta feminina para igualar os direitos é decorrente do desenvolvimento da sociedade. O assunto tem sido mais discutido nessas últimas décadas por causa do amadurecimento dos pensamentos da população. A constante mudança dos meios de produção e das relações sociais força uma alteração nos pensamentos e normas que regem o social.

Relatos antigos trazem à tona a "cara" de uma sociedade machista. Não se sabe se o pior é a história, a situação das mulheres ou a interpretação errônea. Na *Bíblia*, por exemplo, a mulher é fruto da costela do homem, mas isso não implica dizer que elas são submissas. Nem o fato de parir as torna mais frágeis, fisicamente e emocionalmente. A mulher não é um objeto sexual a ser possuído, pois não é só um corpo. Ela não é incapaz, nem ignorante, e pode conquistar as mesmas habilidades que o homem conseguiu.

Na pré-história, sua condição de reprodutora de espécie, ao ficar em casa para cuidar dos filhos enquanto o homem era obrigado a caçar, proporcionou o desenvolvimento das habilidades físicas do homem. Com isso, estampou uma imagem feminina como fraca e sujeita ao homem. A partir dessa época, a "superioridade" masculina imposta só crescia, e a ideia de posse sobre a sociedade e sobre as mulheres era cada vez mais evidente.

A Revolução Industrial foi um estopim de oportunidades de empregos, de desenvolvimento para todos, mas a remuneração do trabalho femini-

no nesse período era incomparável à masculina. Isso se perpetuou durante tempos e atualmente, ainda se veem diferenças inexplicáveis entre os salários de ambos. Prova de que ainda se tem muito a mudar.

Através de conflitos, físicos ou intelectuais, os movimentos feministas conseguiram um tremendo avanço em relação ao reconhecimento da mulher na sociedade. A índia, a escrava, a rainha, a princesa, a sinhá, a serva, a professora, a artista, a feminista, a presidenta. Anônimas ou não, venceram os dilemas e preconceitos impostos por uma sociedade machista, marcada por mitos no que diz respeito ao conhecido "sexo frágil".

Em um contexto histórico, uma das principais mudanças ocorreu no início do século XX. A transformação da família em pós-patriarcal e urbana tem um significado muito amplo, pois foi um primeiro passo para a motivação pessoal das mulheres, para saírem de casa e irem à luta, para enfrentar o mundo capitalista dos homens. As mulheres deixaram de ser "Macabéas" como a protagonista de *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector; que não se questionam, não procuram mudar, nem seguir seus sonhos e ideais. A mulher contemporânea não aceita ser submissa ao homem, não fica calada, não aceita ser alvo fácil de violência. Essa "não aceitação" é resultado de uma grande mudança nos padrões sociais pré-estabelecidos e fielmente seguidos.

Tais padrões, além de definir o lugar da mulher na sociedade, restringiam a preferência sexual do indivíduo. A nossa cultura ocidental, que é o acúmulo histórico dessas relações, ditou normas que, no mundo contemporâneo, são defendidas por partes, e criticada por outras.

Estabeleceu paradigmas, como por exemplo, um menino não poder ser representado com a cor rosa, ou ele não poder brincar de boneca; uma menina não poder gostar de azul, marrom, preto e brincar de carrinho. Assim como decretou que um homem não pode externar sua afetividade e precisa — para afirmar a sua masculinidade — exteriorizar sua força e coragem.

A violência nos tempos presentes, contra essas classes, é reflexo dessa história, porém não explica. O Brasil precisa fazer o "dever de casa" e evoluir junto com o mundo. Não dá para se desenvolver economicamente se ainda está em uma época social que já devia ter sido deixada para trás, (não esquecida, evidentemente).

A violência contra a mulher, principalmente contra as pobres, negras e índias é alarmante. Providências já foram tomadas com a lei crítica 11340, conhecida como Lei Maria da Penha, criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, dentre outras; entretanto, uma das principais foi a eleição de Dilma Rousseff para presidenta. Mulheres representantes no parlamento são essenciais para a sanção das leis aprovadas.

O subproblema da violência contra determinadas mulheres deve ser ressaltado, pois a igualdade social e étnica é tão essencial quanto a igualdade de gêneros. Principalmente porque o país é o segundo com maior população negra. A visão de que os europeus que vieram para esta nação eram superiores, ou que se aplicaria o darwinismo social, é totalmente ultrapassada. Cabe-nos acabar de vez com esse tipo de preconceito étnico, pois vivemos em um país com alto grau de mestiçagem, e esse tipo de preconceito, assim como qualquer outro, é um empecilho para o desenvolvimento, tanto social como econômico.

A solução por alguns pode ser considerada um clichê, entretanto é a verdade. Não tem como ficar contornando o problema, buscando soluções momentâneas, como meras campanhas (sem desmerecer o trabalho da mídia, que continua sendo bastante importante). É necessário mexer na base do país, pois o fruto da sociedade está na escola: é nela que as opiniões são formadas.

Elementos simples precisam ser introduzidos; ao se contar a história deste país é imprescindível esclarecer que as relações humanas não continuam assim. Deve-se fazer com que os alunos reconheçam que eles são iguais perante a lei e que cada um é importante na construção da identidade nacional.

Principalmente precisam saber se entender, aceitar as diferenças, e ter em mente que somos todos seres humanos, animais, tendo o sexo definido pela morfologia do corpo, mas o gênero definido pelos ideais de cada um. E que todo ser, seja ele do gênero feminino ou masculino, tem o direito de ser respeitado. Deve-se acompanhar a sociedade contemporânea nas mudanças de ideias, atualizando as normas, pois como somos seres que vivem em constante desenvolvimento psíquico, as leis precisam ser renovadas e adaptadas, e a população precisa e deve acompanhá-las, quebrando as definições do que é preciso para ser homem ou mulher.

PIAUÍ – Teresina

Três de maio de 1932

Renato Souza Vieira
Escola Santa Angelica
Professora orientadora: Roberta Andreia Coelho Cabral

Celina abrira a janela para ver o grande movimento lá fora. Esse seria um dia histórico. Um dia pelo qual ela tanto lutou para que chegasse. Esperava por isso desde o dia que começou a fazer parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Na época, ela tinha um noivo, porém, assim que foi apresentada ao universo do feminismo, percebeu o erro que estaria cometendo se fosse se casar. Tornar-se-ia mais uma mulher totalmente dependente do marido. Nem sequer amava aquele homem. Não podia fazer aquilo.

Um escândalo, é como sua mãe, Maria, define o que Celina fez. Um verdadeiro absurdo. Aquele casamento seria a solução de todos os seus problemas.

As duas estavam sozinhas, devido ao marido de Maria ter falecido. Desde então, elas têm vivido com o dinheiro da herança deixada por ele. Para ajudar nas contas, Celina exercia a profissão de datilógrafa. Não recebia muito, mas dava para sustentar uma vida confortável, mesmo que modesta.

"Feminismo. Onde já se viu? Isso de nada irá adiantar. Escreva o que eu vou te dizer, minha filha, você irá se arrepender de ter jogado uma chance como essas no lixo. Essas oportunidades não batem na nossa porta o tempo todo. E esse seu tal feminismo é um movimento sem futuro nenhum!", dizia Maria na época.

Eis que afinal de contas ficou provado que ela estava errada. Hoje era três de maio de 1933, o dia em que as mulheres iriam começar a mudar a história do Brasil.

Com um grande sorriso no rosto, Celina saiu da janela e foi se aprontar. Quando chegou à cozinha, sua mãe já havia aprontado o desjejum para as duas.

Celina já tinha insistido diversas vezes, mas decidiu fazer nova tentativa:

– Mamãe, você tem certeza que não vai?

– Não vou participar disso. Como já disse, isso não irá adiantar de coisa nenhuma. Você verá.

– Mas mamãe, já é fato. As mulheres já irão participar das eleições. Daqui pra frente, nós só temos a ganhar.

– Minha filha, preste atenção aos verdadeiros fatos. A sua candidata só teria chance de ser eleita se uma quantidade maior de mulheres votasse nela. Nem mesmo todas as membros do seu tal clube feminista, juntas, são mais numerosas que os homens do país. Isso sem falar naquelas que vão ter o bom senso de desistir desse despropósito.

– O direito do voto se estende a todas as mulheres do país, não só às que são membros do meu clube feminista.

– Ainda assim. A política foi feita para os homens e as pessoas sabem disso. Enganam-se aqueles que acham que a mulher tem capacidade para tanto.

– A senhora é uma mulher, mamãe! Como é que nos deprecia dessa maneira?

– Só estou falando a verdade.

– Pois muito se engana. A mulher tem tanta capacidade de exercer papel político quanto o homem. A senhora verá.

Dito isso, saiu da casa.

A seção eleitoral em que ela exerceria seu voto ficava perto de sua casa, por isso podia ir andando. Nem mesmo sua mãe conseguiria desanimá-la nesse dia.

No caminho para lá, se recordava do percurso até chegar aqui: as reuniões da FBPF, as manifestações, as vitórias. Grande foi a comemoração quando as mulheres ganharam o direito ao voto, dois anos atrás. Depois passaram a investir forte na candidatura de Carlota Pereira de Queiroz. Se tudo corresse como o planejado, ela seria a primeira mulher presente ativamente na política brasileira.

Celina se lembrava de quando foram às ruas, algumas semanas atrás, com placas que diziam "Vote em Carlota para deputada", de como as pessoas pareciam extremamente surpresas com a sua campanha de tentar eleger uma mulher, do rosto de algumas mulheres quando viram a possibilidade aberta de se ter uma representante feminina no poder para fazer valer os seus direitos. Era com grande alegria que vivia essas recordações.

Pode-se imaginar qual foi a sua surpresa quando percebeu, ao chegar à sua seção eleitoral, que de mulher ali havia apenas ela. Foi então assolada por dezenas de rostos de barbas e bigodes olhando para ela com expressões que beiravam ao espanto e a incredulidade.

Mas o que é que estava acontecendo? Por que só havia ela ali? Lembrava-se de ter combinado esse horário com as outras. Onde é que elas estavam? Decerto, já haviam aparecido. Mas por que aqueles homens estariam tão surpresos se outras já tivessem aparecido? Não, aquilo estava muito er-

rado. Ela se sentia como uma intrusa naquele meio e era isso que parecia errado. Ela não deveria se sentir assim. Ela deveria estar se sentindo como uma verdadeira cidadã e não como uma diferente dos demais apenas por ser mulher.

Estava decidido. Ela era uma cidadã e ia agir como tal. Pôs-se então atrás do último da fila.

Tudo ia muito bem até que alguns minutos depois chegou um rapaz que ficou atrás dela na fila e tentou puxar assunto, dizendo:

– A senhora e seu marido fazem um bonito casal.

Se a voz não viesse de tão perto e ela não fosse a única mulher no local, teria pensado que ele falava com outra pessoa.

– Me desculpe. O que disse? – disse Celina, sem entender bem o que ele queria dizer.

– Eu disse que a senhora e seu marido...

– Que marido? – disse ela de repente, o interrompendo.

– Ora, este senhor que está à sua frente. É seu marido, não é?

– E por que haveria de ser?

– Se não é, onde é que ele está que a deixa sozinha em um local como este?

Muitos dos homens do local agora voltavam a atenção para a conversa.

– Não preciso de marido, se o senhor quer saber. Estou aqui para votar.

– Votar? Do que é que a senhora está falando? – questionou o rapaz, com ar de riso.

– O senhor sabe, há candidatos para serem escolhidos pelo povo para exercerem o poder. E eu estou aqui para ajudar a eleger um deles. Afinal de contas, caso o senhor não saiba, eu faço parte do povo.

– Mas você é... é... – disse ele, gaguejando.

– Baixa? Morena? Qual a palavra que procura? Ah, imagino que eu saiba qual é. Mulher? Sim, eu sou uma mulher. Por quê?

– Mulheres não votam!

– Como é que pessoas como o senhor são chamadas de eleitores é o que eu não entendo. Pois nem em dias com o mundo da política está. Deixe-me atualizá-lo. De acordo com o Código Eleitoral Provisório de 1932, eleitor é o cidadão maior de 21 anos de idade, sem distinção de sexo.

– Mas... mas... – ele titubeava.

– O que faz de mim uma eleitora.

– E a senhorita sabe ao menos como votar? E em quem vai votar?

– Logicamente que eu sei.

– Votará em quem, então?

– Francamente, repito que não entendo mesmo porque o senhor é um eleitor. No mesmo Código Eleitoral, foi estabelecido o voto secreto. Mas não tenho por que não lhe dizer em quem irei votar. Votarei em Carlota Pereira de Queirós para Deputada Federal.

Uma onda de risos se espalhou pelos homens assim que Celina falou a última frase.

– Carlota Pereira? – perguntou o rapaz, rindo com os demais.

– Algum problema? – questionou Celina, ainda com um tom de voz imponente, mas claramente um pouco constrangida por todos os risos.

– Olhe ao seu redor, senhorita. – disse ele, fazendo um gesto que abrangia a todos que estavam ali. – Acha mesmo que Carlota Pereira irá ganhar alguma coisa? Da maneira que eu vejo, ela só irá conseguir um voto desta seção e provavelmente de todas as demais.

– A sua mente é tão pequena que acha que uma eleição está determinada apenas pelo que o senhor vê aqui. E por que não haveria um dos cavalheiros aqui presentes a votar em Carlota? As propostas delas são excelentes. Apenas por ela ser mulher? Pensei que ao votar, considerássemos o que um candidato tem a oferecer e não o sexo dele.

– A senhorita realmente acredita que uma mulher pode se meter na política de um país grande como este?

– O tamanho do país? É por isso que uma mulher não conseguiria exercer um cargo político no Brasil? E como o senhor poderia saber como uma mulher se sairia na política se nunca viu uma lá? Agora, por favor, eu agradeceria se não me dirigisse mais a palavra. Estou cansada de seus comentários. Aqui estou apenas para exercer o meu direito como cidadã brasileira, e não para ouvir desaforos. Passar bem.

Ficaram todos em silêncio depois disso. Mesmo com tudo o que dissera, Celina se pôs a pensar. E se ele estivesse certo? E se ela fosse a única mulher de todas as seções eleitorais? E se ela fosse a única a votar em Carlota? E se todo o esforço tivesse sido em vão?

Olhava esperançosa para todos os lados, torcendo para que alguma outra mulher aparecesse. Mas até aquele momento, nada.

Quando chegou a vez de Celina de votar, ela já se encontrava desanimada com tudo aquilo. Mas então pensou em todo o esforço e toda a luta. Nos dias planejando esse momento e ali estava ele. Devia desfrutá-lo afinal de contas; estava decidido.

Foi então que ela viu uma mulher chegando e se pondo no final da fila. Era uma de suas colegas da organização. Ela acenou para Celina e esta

recebeu nova injeção de ânimo. Sabia o que tinha que fazer. Mesmo que não fosse fazer a diferença, como todos haviam dito, ela faria aquilo. E, aliás, faria sim a diferença. Faria a diferença para ela. Afinal, era sobre isso o voto. Cada um fazer a sua parte. Era o que Celina faria. A sua parte.

Depois de votar, saiu e passou por todos na fila com a cabeça erguida com atitude de quem acabara de cumprir seu dever. Ao fazê-lo, viu mais algumas novas mulheres que apareceram na fila e acenou. Descobriria algum tempo depois que o objetivo pelo qual tanto lutara fora cumprido, e que Carlota Pereira de Queiroz seria a primeira mulher eleita deputada federal do país. E viveria mais um pouco para descobrir que aquela havia sido apenas uma de muitas das conquistas femininas no Brasil e no mundo.

PARANÁ *– Londrina*

A prisão de minha vida

Henrique Gabriel Barroso
Colégio Universitário
Professora orientadora: Sandra Arcuri

Londrina, 23 de novembro de 2015

Cara mãe,

Já faz tanto tempo, não? Três anos? Quatro anos? Sua ausência passou a ser tão habitual na minha vida que passei a nem senti-la com o passar do tempo. Apesar de necessitar profundamente da sua aprovação, passei a ignorar sua existência por ser mais fácil que admitir que a pessoa que me deu a vida disse-me que se arrepende disso. Nesses anos todos consegui me completar como ser humano, sinto-me bem comigo mesma, mas é como se a senhora fosse uma parte em aberto em minha vida que ficou para trás, e eu gostaria muitíssimo de ao menos dizer tudo o que sinto e assim, poder ir enfrente com a minha vida.

Sei que o nome que consta na minha certidão de nascimento é Bruno de Oliveira, mas me seria de grande importância que você se refira a mim como Isadora de Oliveira. Sabe, foram precisos todos esses anos para eu finalmente me sentir como eu realmente deveria ser. Dezessete cirurgias mais uma – a qual gosto de destacar – de mudança de sexo para que meu exterior representasse o meu interior, uma mulher. A infância perdida sendo repreendida por simplesmente ser diferente e não ter os mesmos costumes, as ofensas proferidas a mim pelos meus próprios progenitores, amores que não conseguiam me entender e me deixaram desolada, isso tudo nenhuma cirurgia irá resolver.

Fiz tudo isso apenas para chamar atenção, queria me destacar na vida. Acho o máximo quando alguém na rua reconhece minha sexualidade biológica e me profere as mais odiosas palavras, quando se recusam a me servir em determinados restaurantes em pleno século vinte e um. Foi também extremamente gratificante quando meu ex-namorado me espancou após eu ter contado meu segredo para ele, pois achei que nosso amor superaria os empecilhos. É isso que você pensa de mim não é, querida mãe?

Eu me odiei, me odiei por muito tempo. Considerava-me uma aberração: eu não estava nos padrões a que meus amigos pertenciam, eu era estranha, uma menina com fisionomia de menino. Pensei inúmeras vezes em me suicidar, de que adianta ter uma vida terrena incompleta, vivendo em um

corpo que não me pertence? Fui ter com a senhora e buscar seu conforto, quem melhor que um parente para dizer que tudo ficará bem, independente de se isso é verossímil ou não? Não me bastando o ódio, a repulsa que sentia por mim mesma, agora teria que conviver com o seu ódio e sua repulsa. Anormal. Você nasceu para ter filhos. Isso é errado. ABERRAÇÃO. Falhei como mãe. Preferia que você não tivesse nascido.

Todos têm uma consciência moral fundamentada em valores próprios que nos auxilia a ter discernimento do que é certo e errado. A minha voz só me dizia que eu era errada. Minhas colegas de classe mantinham distância de mim, afinal eu era diferente: o que quereriam elas com alguém que não se enquadra nos padrões da sociedade, que possui pensamentos divergentes dos delas? É ai que se enganaram. Meu exterior podia aparentar algo, mas por dentro eu gostava de brincar de boneca e trançar meus cabelos da mesma forma que elas faziam, elas apenas tiveram a oportunidade de nascerem com uma aparência que expresse isso tudo, femininas.

A assiduidade com que implicavam comigo, os constantes olhares de repreendimento quando me vestia de uma forma ou de outra, sua falta de apoio, tudo isso de início implicou minha resignação com minha convivência terrena. Decidi reprimir os meus sentimentos e tentar viver minha vida como o garoto que queriam que eu fosse. Nunca fora tão infeliz em toda a minha vida. Não que tenha durado mais do que um ou dois meses essa minha tentativa errônea, mas foi suficientemente esclarecedor para eu me auto-afirmar como mulher. Estava na hora de me libertar da casca que me impedia de viver plenamente nesse mundo.

Nesse período de transformação, quando já estávamos separadas, sofri demasiadamente. Já com vinte e nove anos, quatorze anos de psiquiatria imposto nas costas, a autorização do meu psiquiatra e quarenta mil reais juntados a vida inteira, iniciei este processo libertador. Claro que foi extremamente doloroso, mas nada doía mais do que sentir-me uma intrusa no meu próprio corpo.

A palavra chave aqui parece ser corpo, não? Mas esse não seria apenas o exterior, o que chama atenção e atrai os demais seres humanos para que possam conhecer seu interior? Não havia nada de errado com o meu interior, mas nisso ninguém se interessava. Parecia-me intrínseco ao ser humano enxergar o pior em mim antes de querer conhecer o que eu tenho de melhor a oferecer.

O transtorno de identidade de gênero é um transtorno de condição neurológica, e não uma anomalia ou um transtorno mental ou psicológico. Portanto, não há como ser "revertido", não é algo que o indivíduo escolhe

para si, é uma condição própria do ser. Causas prováveis podem ser peculiaridades genéticas, banho hormonal do feto durante a gestação (excesso de algum hormônio que proporcione características do sexo oposto) e até transtorno provocado por estresse pós-traumático (quando sofridos abusos sexuais muito graves).

Eu mesma possuo todos os "sintomas" que me rotulam como uma pessoa com transtorno de identidade de gênero: identificação com o gênero oposto, desconforto persistente com o próprio sexo, sentimento de inadequação ao gênero que pertence. Todos esses confrontos internos podem provocar prejuízo no sistema ocupacional ou social do indivíduo. Fizeram-me sentir como se eu fosse um erro, como se eu tivesse nascido deformada e ninguém me quisesse mais.

No momento em que a pessoa é diagnosticada com esse transtorno por um período maior que dois anos, o que pode ser feito é auxiliá-la por meio de tratamentos hormonais, cirurgias estéticas e a própria cirurgia de mudança de sexo. Forçá-la a aceitar sua condição de desconforto em seu próprio corpo através de tratamento psiquiátrico (exatamente o que a senhora tentou fazer comigo, não?) seria uma ação totalmente inapropriada e só acarretaria em danos emocionais para essa pessoa que já está passando por uma situação extremamente delicada.

Formar um novo exterior para mim mesma, trocar de sexo, não foi uma escolha, foi uma necessidade. Nunca quis prejudicar a sua vida e a de ninguém, só queria sentir-me bem e tornar-me quem eu deveria ter sido esse tempo todo! Por qual motivo eu iria querer ver a senhora chorando? Você realmente achou que fiz tudo isso e passei por todo esse sofrimento por ser rebelde e ingrata? Não é culpa sua nem minha, apenas um infortúnio do destino que me designou a nascer na condição errada. O que fiz foi corrigir isso.

Por mais que tudo seja uma situação muito difícil para todos nós que passamos por ela, eu não queria ter nascido diferente. Aprendi a amar a pessoa que me tornei e só queria ser aceita pela senhora e por todos os outros que me olham com repulsa. Afinal, não é o que todos no fundo realmente procuramos, aceitação de nós mesmos e a alheia? Uma delas eu já consegui, a outra está me parecendo muito improvável no contexto social em que vivemos.

Se alguém lhe dissesse que há algo de muito errado com a senhora, que seu psicológico é extremamente danificado, que você é nada mais do que um erro da natureza e que jamais deveria ter nascido, iria gostar? Iria lhe fazer algum bem? Então por qual motivo a senhora disse tudo isso a mim? Não me venha dizer que foi por amor, porque uma mãe que ama, apóia, entende

ou pelo menos tenta entender. Você só quis fechar os olhos para toda essa situação e fingir que não estava acontecendo. Você virou as costas para mim.

Desde pequena você não me ensinava que preconceito étnico não tem fundamento, e que devíamos respeitar uns aos outros independentemente de nossa cor ou origem étnica, mãe? Se discriminar uma pessoa por ter um tom de pele diferente do seu ou possuir uma origem étnica diferente da sua é um absurdo, então por que discriminar alguém simplesmente por ter nascido em um corpo errado? Não é um absurdo? Julgar alguém pelas suas diferenças em alguns aspectos é errado, porém em outros é certo? Só espero que um dia você e a sociedade reconheçam essa hipocrisia.

Eu não preciso do seu amor, aprendi a viver sem ele há muito tempo. Quero que saiba que não obstante todos os seus esforços para que nada disso se tornasse possível, hoje pertenço ao corpo a que sempre deveria ter pertencido. Sou a mulher que sempre fui, a única diferença é que meu exterior agora demonstra isso.

Seria perfeito viver em um mundo onde todos se respeitam e não julgam simplesmente pelo superficial. Mas enquanto a ideologia alheia não se aprimora, vivo um dia de cada vez, sempre lembrando-me de que o diferente me torna único, sou especial e ao mesmo tempo igual a todos. Seja homem, mulher, heterossexual, homossexual, transgênero, branco, negro; o que importa é sentir-se bem consigo mesmo.

RIO DE JANEIRO *– Macaé*

O jogo da minha vida

Ana Carolina Corrêa Pereira Haber
Colégio de Aplicação da Fundação Educacional de Macaé
Professor orientador: Paulo Henrique Dantas Pinto

E ali, naquele momento ao revê-lo, olhei bem no fundo dos seus olhos e me perguntei: Por que quando eu era criança eu queria tanto ser um menino?

Eu ficava em casa junto com as minhas bonequinhas, todas aquelas Barbies bonitas que eu adorava quando ganhava, mas que logo eram esquecidas, abandonadas, e assim que eu enjoava delas, ia correndo abrir o portão e ver os meninos jogando bola.

- Nenhuma menina na rua, ai que saco! Eu pensava.

Eu queria muito aprender a jogar futebol, mas os meninos nem me davam a chance de tentar, nunca me deixavam entrar no time.

Então eu simplesmente voltava para as minhas bonecas e fingia que elas estavam jogando futebol, realizando nelas a minha vontade.

Hum... como eu amava assistir aos jogos de futebol com papai, mas na verdade quem o influenciava a assistir os jogos era eu. Papai nunca foi muito chegado a futebol, o que tornava muito estranha essa minha paixão pelo esporte, já que eu não tinha nenhuma influência da família. Eu simplesmente gostava.

E quando papai embarcava, eu assistia aos jogos sozinha, e mamãe não entendia por que eu vibrava tanto ao ver uma bola rolando no campo. Na verdade eu também não sabia bem o que era isso, da onde vinha essa vontade de jogar e essa paixão por assistir a jogos, e não via problema nenhum nisso. Mas o que eu não entendia de verdade era por que as pessoas tinham tanta implicância com o fato de eu ser louca por futebol, e quando fui crescendo descobri que futebol não era uma "paixão nacional" e sim uma "paixão masculina nacional".

Fui crescendo e então me tornei uma bela adolescente. Eu corria atrás dos meus objetivos, e não dava trégua para as imposições da sociedade. Eu não tinha consciência disso, mas estava me tornando uma autêntica feminista... Nunca me conformei com o fato dos meninos não me quererem no time. Comprei uma bola e fiquei treinando sozinha em casa, por um bom tempo, e não achei nada muito difícil. E então planejei o dia em que iria invadir o campo e mostrar para eles o que eu sabia. Eu podia permanecer sem jogar com eles, mas eu queria aparecer lá, pelo simples orgulho de mostrar que sabia tão bem ou até melhor que eles.

O dia chegou. Era uma sexta à noite, dia de pelada, esperei a melhor parte do jogo, e entrei no meio do campo para dar o meu show de embaixadinhas, que era o que eu mais gostava e me divertia fazendo. Dominei a bola com o pé, coxa, cabeça e peito. E enquanto os meninos me olhavam estatelados, ainda tive o prazer de saber que nenhum deles daria o show que dei, já que eu sempre os observava.

E então chegou o momento em que ele parou na minha frente, aquele, o mais "marrento" de todos, o "machão", o "valentão" do bairro, uma "muralha", sua voz chegava a estremecer quem ouvia, e ele me fez uma proposta:

- Se você conseguir passar por nós todos, chegar até a trave e fazer um gol, você joga com a gente, mas se não, você nem pense em passar novamente por aqui!

Aceitei.

E todos me miravam com um olhar muito cínico, afinal, era uma "missão impossível", eles eram muitos, e eram bons.

Os primeiros foram os mais fáceis de driblar, ninguém tirava a bola do meu pé, e depois de muita sorte e esforço eu estava quase chegando à trave, a muralha parou na minha frente, o mesmo que me fizera a proposta, me olhava com um ar debochado, e seus olhos diziam: "Você nunca vai passar por mim, você é uma MENINA". Aquilo me deu um ódio tão profundo, chutei a bola com a maior força que eu tinha, não para acertar o gol, mas sim as bolas dele. E incrivelmente consegui. Fiquei parada sem reação, quando o vi cair de joelhos, gritando de dor; fiquei impressionada, quando vi o machão, CHORAR! É isso mesmo, aquele que dizia sempre que homem não chora e que lugar de mulher é na cozinha, chorando de dor por ter levado uma bolada, e o pior; UMA BOLADA DE UMA MULHER!

Era um momento estranho para todos, e nossos papéis se inverteram a partir dali. Depois daquilo eu corri do campo, meio assustada, e nunca mais o vi.

Mas hoje, hoje não! Hoje eu não correria. Era ele. Depois de tanto tempo eu estava revendo-o, e tive a certeza de que onde eu estava era o meu lugar. Depois de muito batalhar eu estava entrando lá naquele clube profissional para assinar o meu contrato e pouco tempo depois passei a integrar a seleção brasileira feminina de futebol. Olhei para ele: era um dos cozinheiros do clube, aquele que dizia que lugar de mulher é na cozinha, o garoto machista que me perseguiu durante toda a minha infância e adolescência, se tornara cozinheiro.

E mais do que nunca pude ter a certeza de que eu não precisava ser um menino para ter as melhores coisas, ou ser aceita em um time, não só um

time de futebol, mas o time da vida, aquele que às vezes te exclui por você ser mulher. Mas você deve correr atrás dos seus objetivos, e driblar a sociedade. Sei que é difícil, mas digo a todas: Sejam feministas!

E sei que não fui a única a sofrer esse preconceito todo, na verdade a maioria das meninas aqui da seleção passaram por isso, e como eu, todas as que estão aqui conseguiram vencer essa partida. Espero que a minha história sirva de inspiração para outras mulheres, que da mesma forma que eu consegui me superar, elas saibam que também podem!

É, é ela quem eu estou vendo agora, a que me humilhou na frente de todos os meus amigos. Olhá-la me doía, ainda mais na condição em que eu me encontrava... Ela fazia eu me lembrar da minha infância e adolescência, dos traumas que ficaram entalados na minha garganta, e ignorados em algum lugar da minha mente, e eu só pude lembrar que eles ainda existiam quando a olhei...

Minha infância não foi nada fácil, meu pai foi sempre muito machão, falava grosso, queria mandar na casa, se achava "o rei da cocada preta", e acima de tudo, não chorava. Nunca vi o meu pai chorar! E ele não só era assim como exigia que fôssemos também, éramos eu e mais dois irmãos, minha mãe era então a única mulher da casa, era quase uma escrava, fazia tudo. Papai não chegava nem perto da cozinha e além de não arrumar, fazia questão de bagunçar tudo. E o mais longe de casa que minha mãe ia era ao supermercado fazer compras, e olhe lá.

Meu pai sempre dizia:

- Aprenda a ser um homem.

E se aquilo era realmente ser um homem, eu o fazia fervorosamente, o monstro que me tornei era para mim o modelo de homem ideal, meu pai se orgulhava de mim. Eu tratava minhas namoradas como um lixo. Cresci com a imagem de que a mulher deveria ser inferiorizada, e quando elas mereciam, eu até batia nelas.

Tratava todas as mulheres assim, menos uma!

Ela era a única que não deixava eu me aproximar (afinal, à primeira vista todas as garotas me queriam, eu era o gostosão, padrão de beleza impecável). Ela era minha vizinha. Eu sempre a via correndo atrás de seus objetivos. Nos trabalhos de escola ela sempre era a líder, e não dava a mínima para o que a sociedade pensava. Ela fazia o que lhe dava na telha, sem pensar nas consequências, desde aquela época nascia ali uma feminista...

Mas aquele não era um "comportamento ideal" para uma mocinha, afinal, ela tinha que se por em seu lugar. Como eu tinha absoluta certeza, ela jamais me daria confiança, nem olharia para mim. Possibilidade de namoro

impossível, mas eu não iria desistir. Então decidi atacar o seu ponto fraco, a paixão por futebol! Ela adorava jogar bola, era evidente! Eu fazia parte do time da rua, e fiz a cabeça de todos os garotos para que não a deixassem jogar. Mexer com a paixão de alguém é algo muito provocante. Então quem sabe assim ela se poria no seu lugar e aceitaria sua condição inferior de mulher? Eu a provoquei nesse sentido até onde pude... Mas estava para chegar o dia que eu não mais poderia...

Era uma sexta feira, e as coisas não estavam bem lá em casa. Minha mãe resolveu não mais ser submissa e ela e meu pai discutiam o tempo todo, um inferno! Eu não aguentava mais aquela situação. Era dia de pelada e fui jogar possesso de ódio. E de repente na melhor parte do jogo, ela apareceu. Dominou a bola. E começou a fazer embaixadinhas feito louca. Ela sempre nos olhava jogar, mas não achei que fosse chegar a esse ponto de atrevimento, aquela vadia tinha exagerado, não aguentava mais a presença dela, esse jeito abusado e feminista dela me fez chegar ao limite. Foi ai que decidi fazer a proposta, pois sabia que ela nunca iria ganhar:

- Ô piranha, é você contra todos. Se conseguir driblar geral e fazer o gol, o campo é seu, mas se não, nunca mais apareça na minha frente!.

Tinha certeza de que ela perderia, coitada! Eu me livraria dela e enfim a poria em seu lugar, como sempre quis!

Então começou. Ela driblou os mais fracos e conseguiu chegar a mim. Ah, mas por mim ela não passava, não mesmo.

Ela me olhou planejando uma mira e chutou. E de repente senti uma dor muito forte, um grito feroz saiu da minha garganta, e em segundos eu estava no chão, sem respirar, e senti um filete quentinho e molhado sair dos meus olhos involuntariamente. Ela não ganhara a aposta, mas fizera uma coisa muito mais humilhante que isso, acertara as minhas bolas e me fizera CHORAR. EU ESTAVA CHORANDO POR CAUSA DE UMA MULHER.

Nunca mais apareci naquela rua. Mudei-me de cidade o mais rápido possível. Eu evitava qualquer tipo de contato com os velhos amigos, nunca mais vira ninguém. E a partir dali minha vida virou um inferno, só tive derrotas. “Malditas sejam as mulheres” era o que eu pensava sempre que acontecia algo ruim, pois em minha insana consciência cheia de traumas e travas elas eram as culpadas de tudo,os seres inferiores, fui criado para pensar assim...

Mas a pior das minhas decepções foi me encontrar na condição de cozinheiro e vê-la como uma das novas contratadas para a seleção brasileira feminina de futebol. É, dessa vez era ela que estava ali, me olhando cinicamente. Estava acontecendo de verdade, e pela primeira vez na minha vida depois de tanto quebrar a cara com essa minha cabeça dura, pude chegar à

conclusão de que nada do que fiz em toda minha vida valera a pena. O tempo que perdi sendo machista, humilhando as mulheres, e inferiorizando o sexo feminino, eu poderia ter estudado e corrido atrás dos meus objetivos — como ela fez — e me tornado alguém na vida.

E o mais importante de tudo foi perceber que nem de longe eu me tornara um homem de verdade como pensara durante toda a minha juventude. Eu estava acabado e me perguntei:

- Como o meu pai queria que eu tivesse me tornado um homem de verdade, se ele nunca me ensinou a ser um?

***RIO GRANDE DO NORTE** – Mossoró*

Igualdade de gênero no Brasil: apesar das conquistas, ainda há uma longa estrada a ser trilhada

Ana Karolina Vieira Holanda
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte — Campus de Mossoró
Professor Orientador: Aleksandre Saraiva Dantas

Quando paramos para refletir sobre as mudanças no papel exercido pela mulher ao longo do século XX e neste início de século XXI, percebemos que, se não estivéssemos presenciando tudo o que está acontecendo, teríamos dificuldade para acreditar que tanta coisa mudou.

Saindo do estereótipo de "donas de casa" e chegando ao acirrado mundo empresarial, acumulando, ainda, a função de "chefes de família", é notória a transformação nos papéis desenvolvidos por nós, mulheres. Basta lembrarmos que, em 1917, na Rússia**,** mulheres faziam protestos pedindo melhores condições de vida, de trabalho e para que seu país não fizesse parte da Primeira Guerra Mundial. Isso aconteceu em 8 de março daquele ano. Tempos depois, essa data se tornou conhecida mundialmente como o Dia Internacional da Mulher, destacando as vitórias e conquistas feministas na sociedade, sem esquecer que muito ainda precisa ser feito para assegurar a igualdade de direitos entre os gêneros, pois, em pleno século XXI, muitas de nós, mulheres, ainda sofremos com o preconceito e o menosprezo da sociedade no que diz respeito às nossas funções na mesma, aos nossos desejos e objetivos pessoais.

O movimento feminista conquistou significativa influência e visibilidade a partir da década de 1960, com o movimento pelos direitos civis que surgiu nos Estados Unidos e o colapso do colonialismo europeu na África, no Caribe e em partes da América Latina e do Sudeste Asiático. Porém, seus ideais já eram conhecidos desde cerca de 30 anos antes.

No Brasil, deparamo-nos com um movimento feminista por muitos considerado como o mais amplo, diverso, radical e de maior influência em toda a América Latina. Foram criadas associações e casas de mulheres. Estas se inseriram nos sindicatos, através dos quais reivindicaram um espaço próprio. Nos anos de 1970 começa a surgir uma nova versão da mulher brasileira, que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades e vai às ruas em defesa de seus direitos.

Depois de décadas de luta, o movimento feminista brasileiro pode

olhar para o caminho percorrido e perceber que, a cada dia, nós estamos conquistando o nosso merecido espaço na sociedade. Foram iniciadas as buscas femininas pela realização pessoal e pelo direito de usufruir do próprio corpo da forma que nos seja mais conveniente.

As mudanças são visíveis nos mais diversos setores, como por exemplo na política, pois mesmo depois de conseguirmos o direito ao voto, a presença feminina ocupando cargos políticos era pequena e, em alguns casos, até inexistente. Hoje nós ocupamos espaços que antes eram destinados apenas aos homens. E exemplo vivo é a Presidenta Dilma Rousseff, contrariando os paradigmas do patriarcalismo, e inclusive da própria língua portuguesa.

Dentre tantas outras conquistas, nós também conseguimos espaço no mercado de trabalho e hoje somos vistas com mais atenção pelos empregadores quando o quesito é "empreendedorismo", sendo consideradas mais atentas, criativas e organizadas.

Diante de tantas conquistas, surgem discursos que argumentam a favor da ideia de que a mulher não precisaria mais se indispor em lutas por mais direitos, devendo apenas se preocupar em usufruir de tudo o que já conquistou.

Devemos lembrar aos defensores dessas ideias que, apesar das inúmeras conquistas, nem tudo mudou. Além de enfrentarmos as dificuldades típicas do mundo do trabalho, as mulheres ainda devem ser mães, educar e cuidar de seus filhos, manter a casa em ordem e permanecer sendo a esposa desejada por seu marido. Não é de se estranhar que essa situação gere um claro conflito: a mulher teria mesmo conseguido sua liberdade, já que ainda precisa cuidar da casa e dos filhos? Ou apenas acumulou responsabilidades?

Ao compararmos um casal que não têm filhos e que possuem jornadas de trabalho semelhantes, veremos que, na maioria dos casos, ao chegarem a casa, os dois se deparam com situações totalmente diversas.

Estudos mostram que, ao sair do emprego, o homem costuma destinar cerca de 10 horas semanais para serviços domésticos em geral. Já a mulher disponibiliza o dobro disso, ou seja, cerca de 20 horas semanais. Com a chegada das crianças ao lar, a quantidade de horas semanais que nós, mulheres, destinamos ao trabalho doméstico chega a ser 4 a 5 vezes maior do que a quantidade de horas semanais destinadas pelos homens.

A jornada dupla é vista por muitos como um problema apenas feminino, assim como as responsabilidades acerca do uso de anticoncepcionais e preservativos. Porém, esse é um desafio que tem de ser encarado por todos, e não apenas por nós.

Há também muitos obstáculos para que possamos ocupar cargos de

maior notoriedade, em uma comparação com os homens, pois de cada 10 cargos executivos que existem no Brasil, apenas um deles é ocupado por uma mulher. Nos cargos de gerência, 80% das ocupações são de homens, contra apenas 20% de mulheres. Além disso, somos demitidas com mais facilidade que os homens e, uma vez demitidas, enfrentamos grandes dificuldades para conseguirmos nossa reinserção no mercado de trabalho.

Esses empecilhos ficam escancarados se a mulher já tiver atingido o ápice de sua maturidade feminina e já for mãe, pois muitos dos empregadores acreditam que uma mulher com filhos possui vários motivos que a fazem ausentar-se do ambiente de trabalho.

É preciso reconhecer que esse contexto está sendo modificado, pois pesquisas mostram que a inserção de mulheres nesse ambiente tem sido crescente e visível, assim como na ocupação de cargos mais importantes. No entanto, se compararmos esses dados, ainda é possível constatar que muito ainda precisa ser feito para que essa situação seja modificada.

E vale salientar que só falamos das discrepâncias decorrentes das diferenças de gênero. Nunca é demais ressaltar que essas desigualdades quanto aos direitos e realidades ficam ainda mais evidentes quando se adiciona a variável "racial" a essas problemáticas, visto que a realidade para a maioria das mulheres negras tem sido ainda mais problemática do que para as mulheres brancas, já que as mulheres negras são as primeiras a entrar no mercado de trabalho e as últimas a sair, recebendo salários menores, mesmo quando possuem a mesma escolaridade, além de trabalharem em atividades precárias e informais.

As poucas mulheres negras que se libertam dos estereótipos de raça e chegam a altos cargos na sociedade geralmente têm de pagar um preço alto por essa conquista, pois além de serem competentes profissionalmente, têm de lidar com a questão da cor da sua pele como empecilho para o crescimento. Em alguns casos, essas mulheres chegam a abdicar da conquista de outros objetivos pessoais também importantes para a personalidade feminina, tais como: o matrimonio, a maternidade e o lazer em geral.

Não bastando tantos empecilhos para as mulheres seguirem suas vidas, algumas ainda têm a falta de sorte de se depararem com homens que as tratam como objetos, como posse, e acham que podem agredi-las na hora em que desejarem. A cada cinco minutos, uma mulher é agredida no país. E muitas delas chegam a morrer, pois o poder público, apesar de dever, não tem conseguido impedir que esse tipo de violência aconteça, apesar do aumento no número de denúncias e dos avanços na legislação, a exemplo da Lei Maria da Penha.

Diante desse cenário, fica mais do que evidente que, apesar de todas as conquistas, a desigualdade entre os gêneros ainda é evidente, sendo agravada por questões de raça e de classe social. Nenhuma das diferenças ou das tantas outras desigualdades deve ser tratada como menos importante ou secundária, pois elas fazem com que haja dificuldades maiores para determinada parcela da comunidade, coisa que não deveria ocorrer.

Analisando parâmetros nacionais, é possível ver que, apesar da Constituição Federal estabelecer que homens e mulheres são iguais e, portanto, possuem os mesmo direitos e obrigações, o livro *A revolução dos bichos*, escrito em outra época, ainda é válido no contexto social atual quando diz: "Os animais são todos iguais, mas uns são mais iguais que outros". Os que sofrem com as diferenças de gênero ou cor — ou de qualquer outra — não pedem privilégios, pedem igualdade. Queremos assistir propagandas de cerveja em que mulheres não sejam objetos sexuais; contar para nossos netos histórias em que a princesa não mais precise de um príncipe para tirá-la da torre, pois ela própria pode se salvar; e que ela não mais seja branca, loira, de olhos azuis e cabelos lisos. Que ela possa ser negra, de cabelos cacheados e segura de si.

***RIO GRANDE DO SUL** – São Leopoldo*

Os tempos em Luxemburgo

Larissa D'Avila Bianchi
Colégio São José
Professora orientadora: Tatiane Kaspari

Não me prendo a ninguém. Não me abstenho a nenhum pseudo-estereótipo criado pela sociedade para existir. Imponho minha presença dispensando a hegemonia das classes e mantendo-me indiferente às óticas, tanto masculina quanto feminina. Faço par com as famosas "borboletas no estômago", tidas como sintoma do amor. Para ser sincero, estou presente em todos os outros sentimentos; por menor que seja, assumidamente ou não, estou lá.

De forma alguma desejo que tenhas má impressão de mim. Também salvo vidas e participo ativamente de marcos históricos, assim como o amor. Não somos opostos, como já disse, agimos mutuamente em qualquer tipo de relação, sendo assim, somos comparsas, por assim dizer. As pessoas não podem me ver, mas podem me sentir, principalmente em conversas inconscientes. Analisando de forma ignorante e superficial, poderias classificar como egocentrismo, mas todos me têm, diariamente. A história da humanidade seria total e completamente diferente se eu não estivesse presente e, principalmente, se não tivessem me vencido em incansáveis batalhas travadas nas mentes dos que me sentem.

Contarei a minha história com Rosa Luxemburgo, uma filósofa e economista marxista alemã que se tornou mundialmente conhecida por sua militância revolucionária ligada à Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). O destino de Rosa começou a ser traçado ainda no chamado ginásio, quando entrou para o Partido do Proletariado, onde iniciou sua vida política organizando uma greve geral que resultou na morte de quatro líderes e na dissolução do partido. Em 1887, Luxemburgo passou no exame Abitur, análogo ao vestibular. Após fugir para a Suíça, em 1889, aos 18 anos, escapando de uma ordem de prisão expedida contra ela, Luxemburgo começou a estudar na Universidade de Ciências Aplicadas de Zurique. Rosa continuou a atuar em atividades revolucionárias, enquanto estudava economia política e direito. Obteve doutorado em 1898 com tese intitulada *O desenvolvimento industrial da Polônia*.

Até então fui claramente ignorado, mas também assumo a culpa, já que não fiz questão de insistir no surgimento de dúvidas quanto a suas atitudes. Em 1897, Luxemburgo corajosamente obteve um casamento de conveniência com Gustav Lübeck, a fim de obter a cidadania alemã. No ano seguinte mudou-se de Zurique para Berlim, se juntando ao Partido Social Democrata da Alemanha. Logo em seguida, a agitação revolucionária de Luxemburgo começou a se formar, e o casamento durou apenas até 1902, o tempo mínimo exigido pela legislação alemã para que pudesse se divorciar sem perder a cidadania. Seguindo com a vida arquitetada e destemida, Rosa é presa várias vezes, mas nunca deixando de fazer política.

Fui ignorado de novo. Mais uma vez. Não imaginava que seria tão difícil convencer aquela mulher de que os limites existiam e isso teria que deixá-la em duvida quanto a dar continuidade a suas revoluções. Era o meu dever, eu temia pela sua vida. Perseguição? De modo algum, mas admito que foi um dos maiores desafios que tive em minha existência. As mulheres, sempre as mulheres. Não que não tenha havido homens revolucionários, isso é claramente exposto e enaltecido diariamente. Mas as mulheres me comovem, me tomam, têm todas as armas necessárias para me afastar e isso é o que mais me atrai. Desafios.

Em 8 de novembro de 1918, o governo alemão relutantemente liberou Luxemburgo da prisão. Logo ela deu continuidade à agitação revolucionária, dirigindo o jornal *Die rote fahne* (*A bandeira vermelha*) e fundando, com Liebknecht, no dia 31 do mês seguinte, o Partido Comunista da Alemanha. Enquanto isso, conflitos armados a favor dos espartaquistas sacudiam as ruas de Berlim. No dia 9 de janeiro de 1919, Berlim encontrava-se em estado de sítio. Luxemburgo e Liebknecht, perseguidos, sabiam que já não havia mais para onde fugir. Fiquei orgulhoso, permaneci abismado perante o que tinha acabado de fazer. Eu teria mesmo finalmente colocado um pouco de mim em Rosa? Sempre quis ser o motivo de algo para ela. Lembro-me perfeitamente que apesar de o século XX ser fortemente marcado por revoluções e feitos históricos, pensava incessantemente em Rosa Luxemburgo.

Infelizmente ela me aceitou tarde, em janeiro já não havia mais tempo para me afastar. Ela e seus parceiros, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck, líderes do Partido Comunista da Alemanha, estavam em meus braços. Trêmulos, derrotados e com o destino nas mãos de quem eles lutaram contra a vida toda. Apesar de tudo, sabiam o que tinham deixado para o povo, tanto do presente, como do futuro. Toda a sua luta valeu a pena, independente do modo como fossem morrer, eles sabiam que seu legado seria eterno. Abraçados em mim, apertavam-me como se não houvesse mais saída. Eu não podia salvá-los, a única coisa que pude fazer foi oferecer-lhes um ombro amigo. Não posso me considerar agradável, mas tive que permanecer com eles até o momento final.

Era janeiro do ano de 1919 quando os três foram presos e levados para interrogatório em Berlim. Nesse momento, reduzi-me ao suor que aflora nas mãos juntas pelas cordas. Foram retirados do hotel por paramilitares de um grupo de direita. Enquanto Luxemburgo e Liebknecht eram escoltados para fora do prédio, foram espancados até ficarem inconscientes. Meu trabalho acabou por aqui. Pieck conseguiu fugir, enquanto Luxemburgo e Liebknecht foram levados, cada um, num jipe militar. O primeiro jipe, com Rosa Luxemburgo, virou antes da ponte Corneliusbrücke em uma pequena rua paralela ao curso d'água conhecido como Canal do Exército (*Landwehrkanal*). A curva garantiu-lhe uma certeza absoluta de morte. Ela respirou fundo, aceitando mentalmente sua sentença, novamente tomada pela sensação de dever cumprido. Foi baleada e jogada semi-morta nas águas geladas do Landwerkanal. Definitivamente, eu não fazia mais parte da vida de Rosa, eu sentei em uma pedra que presenciara todo o fim daquela mulher revolucionária. Foi um misto de alivio, tristeza, culpa... Dediquei-me desde o nascimento dela, agora estava sozinho. O pensamento de que eu poderia ter feito mais rondava ininterruptamente. Eu estava alienado, permaneci indiferente à chuva fina e gelada que caía continuamente. Sentado ao lado do corpo que eu nunca tive a oportunidade de salvar. Mesmo sabendo que a culpa foi dela, de não me aceitar, aquilo doía como se aquele corpo estirado e coberto de sangue fosse meu. Estive presente até seu ultimo suspiro. Um suspiro não muito longo, mas que a meu ver, significou um breve adeus.

Não considero necessário falar sobre o fim de seus companheiros, o fato é que aqueles revolucionários não existiam mais. O corpo de Rosa só foi encontrado no final de junho. Seus assassinos jamais foram condenados. Eu definitivamente não fazia mais parte de nada lá. Estava descolado. Até hoje não encontrei outra pessoa a quem eu queira tão desesperadamente me prender, vivo somente de ligeiras passagens e em alguns corpos eu moro. Mas esses trabalhos não passam de compromisso profissional. Rosa Luxemburgo foi mais, foi amor, fixação, gana. Os corpos de Luxemburgo e Liebknecht foram enterrados no Cemitério Central de Freidrichsfelde, em Berlim. Todos os anos, socialistas e comunistas se reúnem no local na segunda segunda-feira de janeiro para homenageá-los.

Creio ter esquecido de me apresentar no início desta história; peço perdão pela falha, mas sou antigo, sendo assim a memória me escapa... Também sou conhecido pelos meus apelidos: receio, pânico, temor ou até mesmo fraqueza. Sei que me conheces muito bem, mas não posso dispensar a formalidade. Muito prazer, eu sou o medo.

SANTA CATARINA *– Blumenau*

Quem se define se limita

Gabriela Dialencar Reitz
Fundação Universidade Regional de Blumenau

Como sabemos, o século 21 vem com novidades interessantes de avanços tecnológicos, descobertas científicas e criações de estereótipos socioculturais. Mas o que é um estereótipo? Quem cria um estereótipo? Pra que servem os estereótipos? Estereótipo é tudo aquilo que se pressupõe de algo ou alguém. São usados para definir e limitar pessoas, ou seja, estereótipos são os principais motivos de todo tipo de preconceito. Bem, por essa definição, já podemos perceber que o século 21 é também muito contraditório, uma vez que vemos todos os dias pessoas citando a frase "quem se define, se limita". No mundo em que estamos o que te define é o externo, mas precisamente falando, sua genitália. É isso que define que roupas você terá que usar, do que você terá que gostar e que comportamento você deverá ter. E se você fugir dessa regra psicológica, será repreendido e sofrerá preconceitos. Será que realmente precisamos de classificações de gênero, orientação sexual e etnia?

Menino não brinca de boneca, não gosta de rosa, nem de dançar balé. Homem que é homem é pegador, gosta do bom e velho trio: mulher, futebol e cerveja. Homem que não gosta disso, com certeza não é homem.

Menina não joga futebol, não senta de perna aberta, não fala palavrão e é delicada como uma flor, indefesa, que precisa ser protegida pelos "machões" criados pela sociedade. Mulher não pode beber demais, não pode usar roupas muito curtas e nem ficar com mais de um numa noite, porque se fizer isso, com certeza não presta, mas, se for quietinha demais é sem sal.

Essas classificações são chatas e clichês, mas são elas que causam os preconceitos, as violências gratuitas e o *bullying* social. Por que criamos uma sociedade que nos define pelo nosso externo e não pelos nossos sentimentos ou pensamentos? É nessas conversas popularmente ditas como desnecessárias que quebramos os estereótipos da sociedade, uma vez que todos querem ser livres, mas são prisioneiros de si mesmos e de seus preconceitos.

Nós brasileiros e brasileiras nos achamos tão evoluídos socialmente, mas fizemos um tremendo escândalo quando a presidenta Dilma foi eleita. A mídia mundial se voltou para o Brasil porque naquele momento uma mulher estava assumindo o poder. Esteja onde estiver, Cleópatra com

certeza estará rindo disso. Por que será que é tão surpreendente que uma mulher esteja no poder? E por que, automaticamente, quando uma mulher está no poder, todos a masculinizam? Por que é tão surpreendente saber de uma mulher que governa uma nação ao invés de ser governada por ela? Olympe de Gouges foi uma pensadora da mesma ordem de Voltaire e Rousseau, mas não tem o mesmo reconhecimento. Quando sabemos disso automaticamente nos revoltamos, mas não nos questionamos a respeito. Por que o machismo é considerado algo natural? Por que aceitamos calados tudo o que nos impõem?

Poucos sabem, mas o machismo e todos os tipos de preconceito são causadores de grande parte da violência mundial. Violência doméstica, estupro, homicídios motivados por misoginia, homofobia, transfobia, racismo... Quando começamos a nos questionar a respeito disso, percebemos que são violências totalmente desnecessárias, afinal, a nossa sociedade é composta de diferenças e todos nós necessitamos do próximo para sobreviver. Todos nós ajudamos a compor a sociedade atual.

Mas como será que lutamos contra o preconceito? Será que só questionar a si mesmo adianta? Podemos transformar primeiramente nossos conceitos para, então, tentarmos transformar o nosso meio. A revolução começa dentro de cada um de nós. Criticar piadas misóginas, misândricas, racistas, homofóbicas e transfóbicas é uma ótima maneira de ensinar para seus amigos e familiares que isso é sério e tem uma consequência grave na sociedade. Já pensou nisso? Cada vez que você ri de uma piada preconceituosa você está confortando um preconceito, fazendo-o parecer completamente aceitável. Por que quem critica esse tipo de piada é visto como chato, e não quem fez a piada? Simples, o preconceito confortado pelos outros.

Vivemos em uma sociedade tão preconceituosa que, como podemos perceber, nas redes sociais perde-se mais tempo criticando mulheres que vestem roupas curtas e tidas como vulgares do que com outras coisas. Será que isso é realmente um problema? Será que fome, desigualdade, desemprego, educação precária e violência não são problemas bem maiores do que isso?

O Estado cria leis que criminalizam o aborto, tomando decisões sobre o que fazer e não fazer com o útero da mulher. A sociedade ensina à mulher que ela não é dona de seu corpo dizendo que roupa deve vestir e como deve agir. Mas falando em mulher e útero, nos vêm um questionamento muito importante. Será que só mulheres têm útero? Questionando isso, trazemos o caso de pessoas trans*. De onde vem essa ideia de que mulheres tem vagina e homens tem pênis? Da sociedade, é claro. E sabendo disso po-

demos afirmar que gênero é construção social. Vivemos com uma concepção binária de gênero, ou seja, só existem os gêneros masculino e feminino. Existem mais de sete bilhões de pessoas no mundo, será que todas essas 7 bilhões de pessoas se enquadram psicologicamente (e até biologicamente) nesse binarismo de gênero?

O ser humano é mais que gênero, etnia, cultura, religião. Não podemos deixar que os estereótipos falem por nós. Não somos nosso sexo, afinal, nós não o escolhemos. Não somos nossos gostos e preferências. Ou ao menos, não deveríamos ser porque são apenas classificações criadas para nos limitar e nos culpar, caso ultrapassemos esses limites. Quebre um estereótipo, seja feliz do seu jeito, crie sua própria concepção de natural, afinal, na natureza existem infinitas espécies e o preconceito só existe no ser humano. O cavalo marinho macho dá à luz, a minhoca é hermafrodita, é o pinguim macho quem choca o ovo; e o ser humano é quem cria a limitação.

TOCANTINS *– Almas*

Batalhas e esforços: ingredientes de grandes mulheres

José Victo Pinto Dias
Colégio Estadual Dr. Abner Araújo Pacini
Professora orientadora: Caroline Stephanie Aguiar

Mulheres batalhadoras e esforçadas, as observo quando olho para dentro da minha casa. Contemplo as figuras, fortes e moldadas pelo tempo, de minha mãe e irmãs. Mas neste mesmo olhar vejo que falta alguma coisa, talvez me venha o sentimento de que lhes devo algo, afinal, foi minha mãe quem me levou para a escola nos primeiros dias. Minhas irmãs cuidaram-me quando, ainda bebê, frágil e dependente tive que separar-me da minha mãe que precisava voltar ao trabalho. Pergunto-me então: devo tudo às mulheres? Como retribuir este cuidado? E afinal, quem são elas?

Ah, meu caro leitor, essas mulheres... casadas, solteiras ou de qualquer estado civil são por demais destemidas. Vivem em uma busca para que compreendam seus desejos e vontades. Elas resistem e existem no dia a dia com muita batalha e suor, pois as "mulheres de Atenas", que viviam e morriam por seus maridos, estão somente na história e na música. Aquela Maria "que ri quando deve chorar e não vive, apenas agüenta"[2], também se foi quando o brilho da "Maria da Penha" a ofuscou.

São tantas mulheres sábias espalhadas por esse Brasil que chego a considerar que minha dívida é maior ainda, porque as minhas primeiras letras foram escritas com a ajuda de professoras. A presidente, por exemplo, foi eleita pelos votos delas, que são maioria entre os eleitores. Elas estão todos os dias apresentando programas televisivos, trabalhando no comércio e na indústria e fazendo história por buscar uma sociedade justa para todos e todas.

Após refletir sobre essas questões, vejo que devo tudo às mulheres fortes, vitoriosas e graciosas que ao longo do tempo souberam conquistar e exercer o seu direito de equidade. Então penso em retribuir todo esse cuidado, e nesse momento me entristeço; é que esse mesmo Brasil se torna feio pelas desigualdades e violência com que trata as mulheres.

Essas agressões manifestam-se em músicas ofensivas, em piadas machistas, em diferenças salariais e em agressões físicas ou psicológicas. Como entender que alguém use do "amor" sentido pela companheira para maltratá-la? Parece impossível acreditar que isso possa acontecer. Mas infelizmente é verdade! E o que eu posso fazer?

Já me questionei e pude entender que a primeira coisa é não considerar a violência como algo banal. O correto a se fazer é denunciar, para que todos saibam que possuem o direito de viver sem violência. Ah, tu, caro leitor que estais a concordar, passe também a querer uma sociedade mais justa, pratique também a paz e atitudes que levem à igualdade de direitos entre homens e mulheres, e saiba que existe lei que pune companheiros agressores e delegacias especializadas no atendimento às vítimas de violência doméstica.

Só é possível ter uma sociedade desenvolvida quando não houver mais vítimas de discriminação ou desigualdade. Esses males são sustentados por pensamentos de exclusão e de superioridade sem fundamentos, e respaldados apenas em vontades egoístas. O progresso social só é possível quando todos exercerem direitos iguais.

Por isso, as pessoas têm que se conscientizar para uma transformação social, e esta começa por uma mudança de pensamento e, consequentemente, dos paradigmas inadequados. Para isso necessita-se pensar, informar e debater sobre as questões de gênero em todos os espaços. A casa não é mais um espaço privado e fechado, ela é um reflexo da sociedade que deve buscar mudanças e combater a violência com justiça. Essa equidade deve ser estendida a todos e todas sem distinção de gênero, cor de pele, sexualidade ou religião.

As mulheres são de múltiplas etnias, formação intelectual, religiosa, estado civil, mas descobri que todas querem ser tratadas com respeito e "de igual para igual". Seja mãe, irmã, namorada, tia, avó ou amiga, todas querem ser amadas e respeitadas em sua diversidade. Para elas o bem mais precioso é a liberdade de decisão e a oportunidade de desenvolver livremente suas aptidões. Como exemplo, pode-se observar que para as mulheres, ter uma profissão e uma carreira é algo valioso, visto que já houve épocas de grande turbulência em que estas dependiam da autorização do pai ou do marido para exercerem uma profissão.

Peço encarecidamente ao senhor leitor, agora conhecedor de minhas ideias e admiração pelas mulheres, que seja um multiplicador da igualdade de gênero. A busca por um ambiente melhor e mais feliz na escola, no trabalho e em casa motiva-me a lutar contra a violência. A inspiração vem das bravas guerreiras que mesmo com repressões e afrontamentos, não desistiram de romper papéis impostos socialmente. Penso na cientista Marie-Curie, na escritora Simone de Beauvoir, na revolucionária Olga Bernário e na musicista Chiquinha Gonzaga, todas deixaram contribuições para uma sociedade mais justa. Portanto, são mulheres batalhadoras, corajosas e esforçadas que enxergo nestes e em vários outros exemplos de superação feminina.

Pergunto-me então: Devo tudo às mulheres? Como retribuir tanto trabalho e cuidado? E afinal, elas já tomaram seus lugares de respeito e igualdade na sociedade?

CATEGORIA

ESCOLA PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÉNERO

PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS

Introdução

Esta categoria recebeu a inscrição de 76 projetos e pré-selecionou 28 dos projetos inscritos. Pelo regulamento do Prêmio, os projetos inscritos deviam tratar da temática de gênero: mas havia um número expressivo de trabalhos em que questões como o racismo (ou etnia), a construção da cidadania, drogas, inclusão social eram apresentados, sem nenhum recorte das relações de gênero. Havia ainda vários projetos que tinham o tema da igualdade de gênero apenas no título do projeto. Esses aspectos foram responsáveis pelo corte de 48 projetos dos 76 inscritos na Categoria.

Projetos vencedores na categoria *Escola promotora da igualdade de gênero*

Paraná
Escola – ***Colégio Estadual Astolpho Macedo Souza***
Projeto Premiado – ***Escola Promotora da Igualdade de Gênero***

Espiríto Santo
Escola – ***Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM***
Projeto Premiado – ***Projeto de extensão Discutindo gênero, violência e saúde no programa Escola Aberta***

Minas Gerais
Escola – ***Escola Municipal Professora Stella Saraiva Peano***
Projeto Premiado – ***Relações de gênero: construindo pontos de vista não preconceituosos***

T***ocantins***
Escola – ***Centro de Ensino Médio de Gurupi***
Projeto Premiado – ***Escola sem homofobia: refletindo sobre conceitos, preconceitos, posturas e valores***

Paraíba
Escola – ***Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos***
Projeto Premiado – ***Educação para a equidade de gênero: mulheres, protagonistas de sua história***

Pernambuco
Escola – ***Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima***
Projeto Premiado – ***Discutindo gênero na escola: o desafio da construção de práticas pedagógicas emancipatórias***

Rio de Janeiro
Escola – ***Colégio Estadual Almirante Frederico Villar***
Projeto Premiado – ***Workshop***
Diversidade de gênero:mudanças de paradigma na sociedade contemporânea

RIO DE JANEIRO *– Arraial do Cabo*
Colégio Estadual Almirante Frederico Villar

Título do projeto: Workshop: Diversidade de gênero: mudanças de paradigmas na sociedade contemporânea

Coordenação do projeto
Sonia Ferreira Jobim de Carvalho

As escolas de Arraial do Cabo apresentam alunos e alunas com orientação homossexual. Com eles surgem questões sociais na esfera da educação, da família e da comunidade, que necessitam ser analisadas e refletidas.

Esses jovens apresentam dúvidas em relação a seus direitos constitucionais, dúvidas em relação à sexualidade, insegurança nas relações sociais. O mesmo se dá em relação aos familiares e à comunidade em que vivem. Como lidar com esse fenômeno social? Reprimir? Aceitar?

A ação proposta é contribuir para uma melhor compreensão dos vários aspectos envolvidos neste fenômeno social, de tal forma que a informação e o conhecimento nos levem a uma conduta social de respeito e reconhecimento do caráter multifacetário da sociedade brasileira.

Até 2009 não fora registrada nenhuma iniciativa de trabalhar a questão na comunidade e na escola. A partir do curso Gênero e Diversidade na Escola, promovido pelo MEC, elaborei o projeto buscando atender um dos objetivos do Governo Federal na área da educação: a disseminação do conceito *diversidade* como conceito-chave para a superação dos diversos níveis de discriminação e preconceito que permeiam as relações sociais.

Este projeto dá visibilidade à responsabilidade da escola pública, laica, enquanto promotora do conhecimento e dos processos de socialização na sociedade, e oferece um olhar científico, sociológico e filosófico e não pautado no senso comum.

Este projeto exclui as palavras *aceitação* e *tolerância* e as substitui pelas palavras *respeito, compreensão, conscientização, ética* e *conhecimento*.

Parte-se do pressuposto de que cada família, cada cidadão, com seus valores morais, sociais e religiosos, com suas orientações ideológicas, possui o direito constitucional e filosófico de seguir seus princípios e o dever de seguir as normas constitucionais que regulam a convivência social.

Realizou-se uma mesa redonda no Colégio Municipal Francisco Porto, onde foram colocados os diversos aspectos da questão pela via do Direito do cidadão.

A mesa contribuiu para uma melhor reflexão e compreensão sobre a questão da homossexualidade na escola. Foi fundamental a preparação prévia de todos os profissionais envolvidos. A diretora observou que os alunos, após a mesa, começaram a olhar a escola como mais companheira, mais amiga.

O instrumento para colher dados foi o questionário fechado, com o objetivo de perceber como as pessoas viam a questão da homossexualidade. Outro instrumento foi a própria interatividade da mesa e das palestras em outros locais e instituições.

Depois destas apresentações elaborei um workshop, pois percebi a necessidade da troca de experiências, de falar e ouvir sobre dificuldades pessoais, para juntos encontrarmos meios de melhorar o convívio social.

PERNAMBUCO *– São José do Egito*
Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima

Título do projeto: Discutindo gênero na escola: o desafio da construção de práticas pedagógicas emancipatórias

Coordenação do projeto
Kleber Ferreira Costa

O projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Formação em Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher Vanete Almeida, constituído por cinco alunos bolsistas de Iniciação Cientifica Junior/FACEPE, articuladores do Núcleo na escola, juntamente com coordenador, professores e alunos voluntários da Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima de São José do Egito-PE aplicaram em 2012 o projeto Discutindo Gênero na Escola: o Desafio da Construção de Práticas Pedagógicas Emancipatórias para todos os 493 alunos com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas emancipatórias envolvendo a temática gênero, mulheres e feminismo com base no Banco de Dados (documento de referência produzido pelo núcleo contendo indicações de filmes, livros, músicas, experiências exitosas, teses, artigos e documentários sobre essa temática). O referido projeto foi desenvolvido através de atividades pedagógicas, entre elas a conclusão e divulgação do banco de dados; aquisição de acervo; seleção de novos bolsistas; oficinas (fotografia, poesia, pintura e construção de blog); biblioteca itinerante e oficina de leitura de imagens. Por fim, seu resultado contribuiu para a formação crítica dos educandos e para a ampliação do trato do conhecimento sobre as temáticas abordadas, uma mudança de paradigma, da cultura tradicional e familiar da mulher, para a presença feminina em novos espaços sociais e de conquista de um mundo mais solidário, mais justo, e, sobretudo mais cidadão, na medida em que caminha para uma trajetória de maior felicidade para a humanidade, diminuindo os abismos entre homens e mulheres independentemente de suas características étnicas e biológicas. O fato desta participação se tornar mais humana e menos discriminatória nos leva a compreender que cidadania é coisa de povo e não apenas de homem, como tem mostrado a história das mulheres do século passado.

PARANÁ *– União da Vitória*
Colégio Estadual Astolpho Macedo Souza

Título do projeto: Escola promotora da igualdade de gênero.

Coordenação do projeto
Giselle Camargo Feldmann

O colégio Astolpho Macedo Souza tem buscado incluir a temática igualdade de gênero em todo o cotidiano escolar: utiliza momentos específicos para discussões com alunos(as) e também com os educadores(as) do colégio sobre igualdade de gênero e diversidade sexual, bem como sobre o respeito e a valorização das diferentes etnias e religiões, mas também insere a proposta do respeito nas atividades comuns do dia a dia. As atividades desenvolvidas foram:

1. No ano de 2010, a Feira da Diversidade, que incluía uma mostra de artes, com apresentações de dança e teatro e uma exposição de desenhos, murais e vídeos, abordando temas referentes às questões indígenas, às agressões sexuais e à violência explícita e oculta.

2. Em 2011 usamos uma gincana cultural para inserir em cada estação atividades, vivenciando assim a inclusão em seus diversos aspectos: físicos, e de igualdade de gênero nos trabalhos em grupos.

3. Em 2012, além de formação especifica dos professores em cursos oferecidos pela SEED e a Equipe Multidisciplinar, voltada especificamente para o tema "inclusão", realizamos a Mostra de Artes em homenagem aos 60 anos de história. Nessa apresentação contamos os momentos marcantes de cada década desde os anos 50. Como fechamento da noite, dedicamos a década de 2000 ao tema diversidade. Enfocamos as diversas formas de amor, a inclusão social e, principalmente, a necessidade do combate aos padrões físicos e sociais impostos, enfatizando a necessidade de quebrar preconceitos. Realizamos uma exibição de dois filmes: *Gnomeu e Julieta*, para o Ensino Fundamental, e para o Ensino Médio e a educação de jovens e adultos, o filme *Drum Line*.

Percebemos que os trabalhos realizados foram extremamente importantes para abordarmos o tema e abrirmos um diálogo importante com os alunos(as), professores(as) e toda nossa comunidade escolar. Temos como resultados expressivos a intensa participação dos alunos e alunas nas atividades propostas pela escola, além da consciência sobre nossos deveres e direitos e sobre o respeito a todos e todas as pessoas, independente de suas condições físicas, sociais ou orientações sexuais.

Temos clareza de que este trabalho não pode ser pontual. Essas discussões e reflexões devem estar inseridas em nosso cotidiano escolar sem ressalvas. Todas as disciplinas devem abordar o tema e fazer as análises sempre que se fizerem necessárias.

MINAS GERAIS *– Uberlândia*
Escola Municipal Professora Stella Saraiva Peano

Título do projeto: Relações de gênero: construindo pontos de vista não preconceituosos

Coordenação do projeto
Heliene Rosa da Costa

O Projeto pedagógico intitulado *Relações de gênero: construindo pontos de vista não preconceituosos* visa desconstruir noções preconceituosas em relação às mulheres de forma ampla: se, por um lado, pretende viabilizar processos coerentes de argumentatividade na produção de textos dissertativos argumentativos; por outro, busca equilibrar conflitos e harmonizar as relações entre homens e mulheres, tanto no ambiente escolar, quanto fora dele. Idealizado pela professora de língua portuguesa, Heliene Rosa da Costa, recebeu tratamento multidisciplinar, com o suporte e a participação de outras áreas do conhecimento, como Educação Física e Informática, além do apoio do pessoal da biblioteca, da supervisão, vice-direção e direção da escola. Esse projeto foi desenvolvido no ano letivo de 2012 com turmas de nono ano do Ensino Fundamental, durante as aulas de leitura e produção de textos, na Escola Municipal Professora Stella Saraiva Peano, no município de Uberlândia, em Minas Gerais. Iniciou-se com a leitura de uma crônica esportiva sobre a atuação da seleção brasileira feminina de futebol em Xangai, na copa de 2007. O cronista fez uma avaliação subjetiva da partida, ressaltando a beleza e a flexibilidade das jogadoras, em detrimento da atuação técnica delas e das opções táticas do treinador. Por causa disso, houve a necessidade de discutir a questão do preconceito contra as mulheres no esporte. Nesse sentido, tornaram-se relevantes questionamentos sobre o patrocínio e abordagem da mídia, em relação ao futebol masculino e feminino. Depois, a realização ocorreu em diferentes etapas: discussão em pequenos grupos, pesquisas "on-line" e documental, apresentações dos resultados das pesquisas e produção escrita. A partir desse conjunto de atividades, os alunos envolvidos demonstraram maior amadurecimento em relação ao tema estudado. Os textos produzidos por eles revelaram posturas menos preconceituosas e também foram percebidas mudanças significativas no comportamento tanto dos meninos, quanto das meninas, durante a realização de debates e na interação, de uma forma geral, no convívio escolar. As dificuldades relacionadas ao tratamento do tema, em função dos discursos preconceituosos presentes e manifestos nas discussões e nos debates foram sensivelmente minimizadas após as etapas iniciais do projeto.

TOCANTINS *– Gurupi*
Centro de Ensino Médio de Gurupi

Título do projeto: Escola sem homofobia: refletindo sobre conceitos, preconceitos, posturas e valores

Coordenação do projeto
Cláudio Carvalho Bento e Joana Maria Gomes Costa

A sexualidade não costuma ser um recorte da realidade social muito encampado pelo sistema educacional, embora seja uma importante esfera da experiência humana. Como professor da rede pública de ensino no Estado do Tocantins, percebi em relação às experiências relatadas pel@s meus/minhas colegas docentes e por mim vividas, que além de uma demanda reprimida em relação às informações sobre essa temática, a lógica do preconceito por orientação sexual (homofobia) e sexismo é um operador constante na experiência cotidiana estudantil. Nesse sentido, e entendendo que o papel d@ professor/a é intermediar conflitos e trazer evidências da pluralidade de experiências sócio-culturais d@s alun@s, o processo primeiro a ser alcançado deve ser a desconstrução dos parâmetros heteronormativos de inteligibilidade social. A partir das aulas de Sociologia, desenvolvidas durante I bimestre, foi possível promover uma sequência de reflexões que propiciou uma nova leitura, por parte d@s alun@s, sobre as formas de se pensar os campos da sexualidade e das relações de gênero. A metodologia utilizada — exibição de filmes (longas e curtas-metragens), leituras efetivas do texto *O que é ser mulher? O que é ser homem?...*, de Nalu Faria e Miriam Nobre, seguidas de discussões com rodas de debate — foi possível promover uma pequena rede de articulação de ideias que, de acordo com os resultados atingidos, nos apontam a eficácia, em relação à linguagem pedagógica assumida, para se tratar dessas temáticas com um público adolescente.

PARAÍBA – *João Pessoa*
Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos

Título do projeto: Educação para a equidade de gêneros: mulheres protagonistas de sua história

Coordenação do projeto
Maria José Figueiredo

Este projeto é fruto do diagnóstico feito por professores referente à problemática da relação de gênero na escola. Visa valorizar a equidade entre homens e mulheres e a superação da cultura patriarcal que inferioriza e discrimina a mulher. Começou a ser desenvolvido no início do ano letivo de 2012, é relativamente novo, mas tem um grande potencial, trazendo resultados imediatos.

A metodologia está dividida em etapas, visto que os professores buscaram encaixar suas disciplinas às temáticas que se aplicam diretamente ao projeto, abordando textos e desenvolvendo uma produção textual que evidencia o tema; pesquisando e interpretando dados sobre a violência contra mulher; aprendendo sobre a história dos movimentos feministas; entendendo a situação social da mulher nas diferentes culturas; tomando conhecimento sobre obras literárias de mulheres que se destacaram; usando a saúde pública para considerar o atendimento prestado às mulheres e por fim; explorando o papel e os direitos das mulheres em diferentes religiões e épocas históricas.

O impacto causado deve ser a disseminação dos direitos humanos da mulher nas relações de gêneros, pautados no respeito, solidariedade e convivência harmônica na escola, na família e nos grupos sociais em que estão inseridos nossos alunos. Queremos torná-los agentes transformadores ativos, contribuindo para a igualdade e o respeito interpessoal entre os gêneros.

Os resultados imediatos vieram à tona através de depoimentos que relataram uma mudança efetiva no cotidiano familiar após a participação nas reuniões feitas na escola. Tudo se comprova nas conversas envolvendo os alunos, e nos textos produzidos por eles.

ESPÍRITO SANTO – *Vitória*
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

Título do projeto: Projeto de Extensão discutindo gênero, violência e saúde no programa Escola Aberta

Coordenação do projeto
Gilsa Helena Barcellos

O *Projeto de Extensão* (PE) *discutindo gênero, violência e saúde no programa Escola Aberta* de Vitória, no Espírito Santo, é fruto de uma parceria estabelecida entre o curso de Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM), a coordenação do Programa Escola Aberta (PEA) da Secretaria Municipal de Educação de Vitória e o Fórum de Mulheres do Espírito Santo (FOMES), formalizada no ano de 2010. Tem como objetivo contribuir, no âmbito do Serviço Social e no espaço do Programa Escola Aberta, de forma efetiva para a discussão das relações sociais de gênero conectadas às categorias classe social, raça/etnia e orientação sexual, buscando desconstruir estereótipos que reforçam a exclusão social e incidem diretamente sobre a violência doméstica contra mulheres e outras formas de expressão da violência na sociedade contemporânea. Os objetivos do PE vão ao encontro daquilo preconizado pelo PEA, que tem como seus eixos estruturantes a educação, a cidadania e a inclusão social, e referencia-se às questões sociais, além de propor a articulação de ações que estimulem o jovem e frequentadores do Programa a refletir sobre seu contexto sócio-político e econômico. De acordo com a proposta pedagógica do PEA, "educar é uma ação muito mais abrangente do que ensinar, do que transmitir conhecimento; envolve reflexão sobre os valores implícitos no conhecimento construído e nas atitudes adotadas". Por causa disso, o Programa apresentou-se como um espaço importante para a abordagem de temáticas relacionadas às questões de gênero e de direitos humanos. O Projeto de Extensão desenvolve suas atividades por meio de oficinas quinzenais realizadas com coordenadores(as), oficineiros(as) e professores(as), buscando capacitá-los nas temáticas gênero, raça/etnia, diversidade sexual, sexualidade, direitos humanos, violência e suas interfaces com a saúde. Também objetiva estimular a adoção de metodologias que possibilitem a transversalidade das categorias gênero, raça/etnia e orientação sexual durante a realização de suas atividades junto ao público – moradores(as) de bairros periféricos de Vitória – do PEA. Para concretização dessas atividades são realizadas reuniões semanais de pla-

nejamento, monitoramento e avaliação com toda a equipe de trabalho da EMESCAM (alunos e professores). Nessas reuniões, dá-se o aprofundamento teórico-metodológico com o objetivo de capacitar a equipe para intervenção direta com o público do projeto. Esse processo de capacitação permite, além do estudo de conteúdos não oferecidos pela grade curricular para os(as) graduandos(as), a apreensão de novas metodologias.

No mais, a existência do PE tem estimulado uma maior aproximação entre professoras, graduandos(as) e oficineiros(as) e os movimentos feminista, negro e LGBT, possibilitando um diálogo muito rico entre os diversos sujeitos envolvidos.